



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 236ª SESSÃO À 237ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 65
12 DE DEZEMBRO A 15 DE DEZEMBRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínia de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro das matérias intituladas “O Diretor da Abin mentiu ao Congresso”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 22 de outubro de 2008, “Complacência com Rainha”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de outubro de 2008 e “Muito cuidado com essa MP”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 23 de outubro de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	36	Avaliação das atividades parlamentares de 2008, como realização de audiências, comissões, apresentação de Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição e Requerimentos. Senador Paulo Paim.....	62
Registro das matérias intituladas “TCU defende suspensão de 13 obras do PAC”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 4 de outubro de 2008, “Fernando Henrique: Lula engana país sobre crise”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 24 de outubro de 2008 e “País de Delúbio são acusados de sonegação”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 24 de outubro de 2008. Senador Mário Couto.	42	DIREITOS HUMANOS	
Registro das matérias intituladas “Licitação da Receita pára na polícia”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 12 de novembro de 2008, “Justiça de qualidade”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 8 de setembro de 2008 e “Alta velocidade”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 11 de setembro de 2008. Senador Sérgio Guerra.	46	Considerações sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a atualidade de seus preceitos e a responsabilidade dos países por seu cumprimento. Senador Pedro Simon.	21
Registro das matérias intituladas “Velhos novos hábitos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 4 de setembro de 2008, “Generosidade sem limites”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de setembro de 2008 e “Reformar a ABIN e a PF”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de setembro de 2008. Senador Cícero Lucena.	50	Votos de que o Governo do Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, se sintonize com os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque.....	22
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Considerações sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Paulo Paim.....	62
Balanço do número de discursos proferidos por Sua Excelência. Senador Mão Santa.....	15	DITADURA	
Elogios ao número de discursos proferidos pelo Senador Mão Santa. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Cristovam Buarque.	20	Considerações sobre os 40 anos da edição do Ato Institucional nº 5 e os males trazidos por ele ao País, citando a matéria intitulada “Foi ontem, há 40 anos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 14 de dezembro de 2008. Senador João Pedro.	79
		DROGAS	
		Crítica às tentativas de descriminalização do consumo de drogas. Senador Gerson Camata.	35
		EDUCAÇÃO	
		Apoio à indicação do Senador Cristovam Buarque a posto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Senador Geraldo Mesquita Júnior.	1

	Pág.		Pág.
Defesa da indicação do Senador Cristovam Buarque a posto na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.....	6	Homenagem ao Jornal <i>Gazeta do Povo</i> pelo seu 90º aniversário e reconhecimento da importância da comunicação social. Senador Flávio Arns. .	99
Apelo por medidas urgentes de ajuda à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), que passa por crise financeira. Senador Paulo Paim.....	9	Apoio à homenagem do Senador Flávio Arns ao Jornal <i>Gazeta do Povo</i> e ao jornalista e empresário Francisco Cunha Pereira Filho. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Alvaro Dias.....	100
Considerações sobre a crise financeira da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e as necessárias medidas emergenciais e, principalmente, de longo prazo para a questão. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Cristovam Buarque.	10	JUVENTUDE	
Elogios ao Senador Cristovam Buarque pela sua insistente militância a favor da educação. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Pedro Simon.....	32	Registro das resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Senador Paulo Paim.....	9
Congratulações ao Senador Alvaro Dias pela sua atuação em prol da Educação Especial no Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.....	99	MEIO AMBIENTE	
Considerações sobre deficiências no ensino de Geografia no País. Senador Gerson Camata. ..	197	Considerações sobre os avanços e retrocessos nas ações para a diminuição do desmatamento. Senadora Marina Silva.	90
ELEIÇÃO		Apelo pela aprovação e sanção dos Projetos de Lei do Senado nºs 107, de 2004, 319 e 320, de 2005, que poderão contribuir para a garantia da conservação da biodiversidade sem prejudicar o desenvolvimento econômico dos Municípios que possuem parte de suas áreas dentro de parques nacionais. Senador Papaléo Paes.....	102
Denúncia de corrupção eleitoral em governos do Partido dos Trabalhadores - PT. Senador Mão Santa.	15	Apoio à fala do Senador Papaléo Paes sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 107, de 2004, 319 e 320, de 2005. Senador Gilberto Goellner.....	104
GOVERNO		MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Críticas ao modelo republicano brasileiro por ser pouco popular, ter pouca visão estratégica e manter o Senado Federal muito dependente. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Cristovam Buarque.....	7	Mensagem nº 278, de 2008, que submete à apreciação dos Senhores Senadores, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 4 de abril de 2008, que outorgam concessões às entidades relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em onda média.....	123
Apelo ao Presidente Lula para que chame o Senado Federal à conversa sobre os problemas da sociedade. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Pedro Simon.....	33	Mensagem nº 281, de 2008 (nº 987/2008, na origem), de 10 de dezembro, que restitui autógrafos do Projeto de Lei nº 85, de 2008 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor global de um bilhão, doze milhões, cento e oitenta mil, novecentos e quarenta e nove reais, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.855, de 10 de dezembro de 2008.....	108
Críticas à prática do Governo de priorizar investimentos e soluções de curto prazo em detrimento de outros a questões como educação e reajuste no benefício dos aposentados. Senador Cristovam Buarque.....	105	Mensagem nº 282, de 2008 (nº 988/2008, na origem), de 10 de dezembro, que restitui autógrafos do Projeto de Lei nº 85-A, de 2008, que abre ao	
HOMENAGEM			
Encaminhamento à Mesa de Requerimento de inserção em ata de Voto de Aplauso ao advogado e professor René Ariel Dotti pela passagem dos seus 50 anos de atividade profissional e contribuição à cultura jurídica. Senador Alvaro Dias.....	94		

	Pág.	III	Pág.
Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor global de trezentos milhões de reais, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.856, de 10 de dezembro de 2008.....	109		
Mensagem nº 541, de 2008, que submete à apreciação dos Senhores Senadores, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 227, de 28 de maio de 2007, que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora de onda média, no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.	153		
MIGRAÇÃO			
Reconhecimento da importância da migração gaúcha pelo Brasil. Senador Mão Santa.	15		
Relato do processo migratório dos rio-grandenses-do-sul para a Amazônia e enumeração das contribuições desse povo ao desenvolvimento da região. Senador Pedro Simon.....	70		
MULHER			
Apelo por melhores condições de vida às mulheres encarceradas. Senador Paulo Paim.....	9		
MUNICÍPIOS			
Defesa da aprovação da Emenda Constitucional nº 20, que tenta impor uma melhor distribuição do número de Vereadores nas Câmaras Municipais. Senador Neuto de Conto.....	68		
Crítica aos Poderes Judiciário e Executivo pela imposição da resolução do Supremo Tribunal Federal que reduziu o número de Vereadores nas Câmaras Municipais. Aparte ao Senador Neuto de Conto. Senador Mão Santa.....	69		
Congratulações aos Municípios de Cascavel e Toledo, no Estado do Paraná, pelo transcurso do aniversário de ambos. Senador Alvaro Dias.....	94		
ORÇAMENTO			
Crítica à não liberação das emendas parlamentares ao Orçamento da União pelo Poder Executivo. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	1	parlamentares ao Orçamento da União. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.....	5
PARECER			
		Parecer nº 82, de 2008-CN (da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização), sobre o Projeto de Lei nº 53/2008-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo PETROBRAS, crédito suplementar no total de R\$ 7.623.071.959,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 7.647.597.428,00, para os fins que especifica". Senadora Serys Slhessarenko.....	54
		Parecer nº 1.273-A, de 2008, (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2003, tendo como 1º Signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial. Senador Jarbas Vasconcelos.....	162
		Parecer nº 1.274-A, de 2008, (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), à Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal, e acrescenta art. 214-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. Senador Demóstenes Torres. .	166
		Parecer nº 1.275-A, de 2008, (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 71 de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Tasso Jereissati, que altera o § 7º do art. 165 da Constituição Federal e o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer os critérios a serem adotados na regionalização dos gastos da União. Senadora Lúcia Vânia.....	178
		Parecer nº 1.276, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental. Senadora Lúcia Vânia.	184
		Parecer nº 1.277, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que revoga o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo	

IV

	Pág.		Pág.
o prazo decadencial para propositura do mandado de segurança. Senador Valter Pereira.	188	POLÍTICA SOCIAL	
Parecer nº 1.278, de 2008, (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2008 (nº 1.245/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho. Senador Raimundo Colombo.	193	Considerações sobre a importância dos Fundos de Combate e Erradicação da Pobreza, idealizados pelo falecido Senador Antônio Carlos Magalhães, e a necessidade de reestruturá-los e mantê-los. Senador Renan Calheiros.	82
Parecer nº 1.279, de 2008, (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2008 (nº 1.300/2003, na Casa de origem), que “institui o Dia Nacional do Desafio”. Senador João Vicente Claudino.	195	Encaminhamento à Mesa de registro nos Anais do Senado Federal da matéria intitulada “As cotas para negros: por que mudei de opinião”, publicada no site www.williamdouglas.com.br , em 18 de março de 2009. Senador Paulo Paim.	83
PODERES CONSTITUCIONAIS		PREFEITO	
Considerações sobre a necessidade de reforma do Poder Legislativo. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Alvaro Dias.	89	Valorização do bom trabalho realizado pelos Prefeitos nos Municípios brasileiros. Senador Mão Santa.	86
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA		PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Críticas às práticas econômicas brasileiras que privilegiam soluções imediatas, como os pacotes para o consumo das classes média e alta, em detrimento das soluções de longo prazo, como o investimento em educação de qualidade. Senador Cristovam Buarque.	27	Apelo para que o Presidente Lula exija a votação, na Câmara dos Deputados, dos Projetos de Lei que tratam do fator previdenciário, da recomposição do valor das aposentadorias dos inativos e da igualdade entre os índices de reajuste dos valores do salário mínimo e das aposentadorias. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	1
Considerações sobre a necessidade de o Governo ter prudência, agilidade nas decisões e propor medidas eficazes para enfrentar a crise econômica. Senador Alvaro Dias.	94	Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que apela para que o Presidente Lula exija a votação, na Câmara dos Deputados, dos Projetos de Lei que tratam do fator previdenciário, da recomposição do valor das aposentadorias dos inativos e da igualdade entre os índices de reajuste dos valores do salário mínimo e das aposentadorias. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.	2
POLÍTICA INTERNACIONAL		Elogios ao Senador Paulo Paim por suas atividades em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.	66
Crítica à posição de alguns países da América Latina por questionarem suas dívidas com o Brasil. Senador Gerson Camata.	197	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
POLÍTICA PARTIDÁRIA		Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2008 (nº 608/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal - Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará.	109
Denúncia da transferência de recursos públicos para países da América Latina, Caribe, Cuba etc., para promoção de obras de grande vulto, sem licitação e executadas por empreiteiras que financiaram campanhas do Partido dos Trabalhadores- PT. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	1	Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2008 (nº 681/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Asso-	
Defesa do Partido dos Trabalhadores- PT contra denúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior sobre favorecimento a empreiteiras. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.	6		

	Pág.	V	Pág.
ciaçãoção de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia.....	113		
Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2008 (nº 689/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima.....	116		
Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2008 (nº 696/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Gurupá, Estado do Pará.	123		
Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2008 (nº 698/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.....	129		
Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2008 (nº 702/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo.....	133		
Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2008 (nº 706/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.	138		
Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2008 (nº 708/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assaré, Estado do Ceará.....	141		
Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2008 (nº 709/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Repartimento, Estado do Pará.	144		
Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2008 (nº 782/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.	150		
		Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2008 (nº 980/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.....	153
		PROJETO DE LEI DO SENADO	
		Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Acidente. Senador Paulo Paim.....	158
		Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008 (Complementar), que vincula recursos para a Seguridade Social. Senador Mão Santa.	160
		REFORMA AGRÁRIA	
		Registro do ato de assentamento de 590 famílias nos Municípios de São Gabriel e Santa Margarida do Sul (RS), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (Incrá/RS), e considerações sobre os conseqüentes benefícios levados a estes municípios. Senador Paulo Paim.	9
		REQUERIMENTO	
		Requerimento nº 1.646, de 2008, que requer a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao advogado e professor René Ariel Dotti, de Curitiba, pela passagem dos seus 50 anos de atividade profissional e contribuição à cultura jurídica do Paraná e do Brasil, pelo que foi homenageado pela Associação dos Magistrados do Paraná, com uma placa de bronze afixada na entrada do Tribunal do Júri da Capital. Senador Alvaro Dias.....	161
		Requerimento nº 1.647, de 2008, que requer licença para ausência de Sua Excelência dos trabalhos da Casa para participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, nos dias 18 e 19 de dezembro de 2008, na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Senadora Marisa Serrano. Senadora Marisa Serrano.	162
		SAÚDE	
		Crítica à falta de um hospital que pudesse ter atendido o torcedor, Nilton César de Jesus, morto	

VI

	Pág.		Pág.
em estádio de futebol em Brasília. Senador Cristovam Buarque.	27	SENADO FEDERAL	
SEGURANÇA PÚBLICA		Crítica ao instituto da medida provisória. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.....	9
Apelo pela discussão da Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Sua Excelência que propõe um piso salarial unificado para as Polícias e Bombeiros de todo o País. Senador Renan Calheiros.....	53	Críticas à intervenção dos outros Poderes da República nas atribuições do Senado Federal. Senador Mão Santa.....	15
		Críticas à intervenção dos outros Poderes da República nas atribuições do Senado Federal. Senador Mão Santa.....	86

Ata da 236ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de dezembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 9 horas, e encerra-se às 13 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sexta-feira, 12 de dezembro de 2008, às 9h e 14min, está aberta a 236ª sessão, não deliberativa, do Senado Federal.

Como diz o Presidente Garibaldi, graças a deus e a Srª Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra – e foi muito oportuno.

Há oradores inscritos para esta sessão não deliberativa.

Como diz o nosso Presidente da República, plagiando Camões, que disse “por mares nunca dantes navegados”, Paulo Paim, digo também que nunca antes este Senado foi tão eficiente. Este é o melhor Senado da história da República, em 183 anos.

Senador Geraldo Mesquita, são três os pilares, e nós somos o mais forte, o mais eficiente, o mais capaz; e isso desperta inveja e mágoa. Mas nunca antes na história, em 183 anos, houve tantas sessões às sextas-feiras.

E mais, está aqui a Drª Cláudia Lyra, que sabe tudo, ou quase tudo, e não deixa o Presidente Garibaldi errar, e ele reconheceu: estão enquadrados no art. 17, §1º, os Senadores que já usaram da palavra várias vezes durante a semana. Nunca na história deste Senado... Estão enquadrados pela Drª Cláudia Lyra, que coloca nos moldes da lei e não abre de jeito nenhum: Pedro Simon, Mão Santa, Augusto Botelho, João Pedro, Mozarildo Cavalcanti, Serys Silhessarenko, Marco Maciel e Paulo Paim. Oito! Oito Senadores usaram a tribuna várias vezes aqui. Digamos, então, que este foi um “cartão amarelo” – não é vermelho, não, nem verde.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita.

Firmeza no direito!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Quero que V. Exª me convide para usar da palavra, porque hoje “estou com a cachorra”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois V. Exª está inscrito.

O Livro de Deus, a primeira das constituições, que temos de obedecer, diz: “Pedi e dar-se-vos-á”. Então V. Exª será atendido. Entendo que a Bíblia está acima do nosso Regimento. V. Exª poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

Toda vez que vejo V. Exª eu me lembro de Abraham Lincoln, que diz: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito”. V. Exª se enquadra nessa mensagem de Abraham Lincoln.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Era apenas uma brincadeira o que falava há pouco a V. Exª. Mas preciso dizer algumas verdades. Senador Mão Santa. Hoje, talvez, seja uma das últimas oportunidades em que possamos fazer um pronunciamento nesta Casa, antes do início do recesso, e é necessário fazer um balanço do que deixou de ser feito, de algumas coisas importantes e fundamentais que deixaram de acontecer.

Por exemplo, vamos entrar em recesso sem ver acontecer aquilo que foi um ponto de honra para muitos Senadores que se empenharam em vigílias, em uma operação de mãos dadas com os aposentados, com os velhinhos do Brasil, como V. Exª diz, com os trabalhadores que estão na iminência de se aposentar, assustados ainda com o famigerado fator previdenciário. Senador Mão Santa, nós nos empenhamos, é verdade. Fizemos o dever de casa. Aprovamos matérias importantes, como a recomposição do valor das aposentadorias daqueles que já se encontram na inatividade; votamos outra matéria importante, qual seja, a que acaba com o famigerado fator previdenciário; votamos, igualmente, matéria que torna igual o índice de reajuste do valor do salário mínimo e o índice do reajuste do valor das aposentadorias. Esses três projetos encontram-se na Câmara, pendentes de apreciação e votação, dependendo apenas de o Presidente da Re-

pública convocar a grande base que tem na Câmara dos Deputados e peça que os projetos sejam votados. A palavra dele seria decisiva nesse sentido, mas ele se omite, ele não encara, prefere ficar na situação cômoda de dizer que, se os projetos forem aprovados, chegando em suas mãos, ele os sancionará.

Isso é muito fácil, muito cômodo, Senador Mão Santa. A responsabilidade do Presidente da República impõe o dever de ele restabelecer uma condição, uma situação que milhões de aposentados reclamam e clamam neste País, Senador Paim. É dever do Presidente da República, e ele, inexplicavelmente, se omite, se esconde atrás da posição fácil de dizer que sanciona os projetos se eles chegarem às suas mãos. E nós encerramos o ano com uma frustração imensa, com um sentimento de quase derrota, Senador Paim. Quase derrota mesmo!

Algumas horas, alguns dias, em alguns momentos, eu me decepciono muito com o Congresso Nacional. É um Poder que não exerce poder. É um Poder que não se impõe. Poder que não impõe não é Poder; é um escritório de alguma coisa. E nós, o Congresso Nacional, somos um cartório do Palácio do Planalto, somos um escritório do Palácio do Planalto. É uma vergonha um Congresso Nacional que não se impõe.

Poder, para mim, é outra coisa: poder é impor-se, com serenidade mas com firmeza, principalmente naquilo que é fundamental para o País.

Portanto, este é um dos três principais assuntos e motivos que me levam para o recesso com o coração pesado, que me levam para o recesso com tristeza, com pesar.

Como eu disse, muitos de nós nesta Casa, por várias vezes, nos empenhamos, fizemos vigília para chamar a atenção, e, de fato, tivemos a participação *on line*, Senador Mão Santa, de milhares, de milhões de pessoas neste País, que, de suas casas, de seus bairros, estavam sintonizadas com o Plenário do Senado Federal, mandando *e-mails*, telefonando, estimulando-nos, incentivando-nos a prosseguir. E, ainda assim, alguns de nós diziam que a simples vigília talvez não levasse a que o Presidente da República se sensibilizasse com uma causa tão importante como essa. E parece que não surtiu efeito de fato, Senador Paim. Era necessário que o Congresso Nacional exercitasse poder. E parece que o Congresso Nacional, há muito tempo, abdicou de ser um Poder. Há muito tempo, não é de hoje.

Eu confesso a minha decepção, a minha tristeza mesmo, profunda tristeza.

Senador Paulo Paim, com todo prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a traz novamente o tema a que nós todos nos dedicamos com muito carinho, com muita atenção. Não foram só as três vigílias, foram dezenas de audiências públicas ao longo desses anos na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Direitos Humanos, foram reuniões com sindicalistas e com aposentados em relação a projetos que visam o que V. Ex^a resumiu muito bem: o fim do fator para aquele que ganha até R\$3 mil – e só esse é contemplado, pois a maioria fica entre mil e pouco –, garantindo assim que tenha o direito a se aposentar com salário integral, ou seja, sem o redutor de 40%. Os outros dois projetos, em suma: a recomposição dos benefícios. Essas são as duas grandes teses. Senador Geraldo Mesquita Júnior, confesso que ainda sou daqueles que mantêm a chama do otimismo com bastante força. E por quê? Confesso que o evento de que participei em São Paulo, na cidade de Santos, me anima. Essa mobilização de baixo para cima, essa pressão popular me anima. Eu ia viajar para o Rio Grande no dia 17 à noite. Não vou, porque, nesse dia, haverá um ato na Câmara, que poderá se tornar uma vigília. O ato ocorrerá na Câmara dos Deputados, não organizado por nós, mas por Deputados e por um movimento social. Para mim, essa pressão sobre a Câmara é importante, é real, é verdadeira, é, como se diz, a luz no fim do túnel, que os aposentados enxergam. Tudo isso é uma forma de pressionar aquela Casa. Neste momento, a Câmara dos Deputados tem que assumir a sua responsabilidade e, pelo menos, votar a matéria. Porque é muito bom, muito fácil também, a Câmara deixar guardada e não votar. Há que se votar. A favor ou contra, mas que votem. Neste aparte a V. Ex^a, aproveito para dizer que sei que as Centrais Sindicais, a Cobap e outras entidades de aposentados, umas mais, outras menos, é verdadeiro isso, estão fazendo um movimento de articulação lá na Câmara. E, por iniciativa deles, não nossa, nem sua, nem minha, nem do Mão Santa, nem do Cristovam, nem do Senador Simon, começaram a recolher assinaturas em todo o País e remeter para a Câmara – por cartas, *e-mails*, telefonemas. Vão aproveitar o período de recesso aqui no Congresso para coletar assinaturas nas praias, enfim, em qualquer local haverá um aposentado recolhendo assinaturas para remeter ao Congresso. Para mim, neste momento, o que é importante é manter essa chama viva, muito viva. E todos temos de encarar essa peleia com muita firmeza: acabar com o fator e, ao mesmo tempo, implantar uma política de recomposição dos aposentados. Hoje, vou à tribuna elogiar as iniciativas do Governo no combate à crise. Em três meses – está aqui no jornal **O Globo** –, já se somam R\$480 bilhões de investimentos no com-

bate à crise, demonstrando que o superávit primário neste momento não é prioridade. Vou elogiar essas medidas todas, mas quero que abramos uma portinha, uma janelinha, Senador Geraldo Mesquita Júnior – V. Ex^a está entendendo onde vou chegar –, para que se inclua também: vamos deixar de tirar dinheiro da seguridade para o superávit primário e vamos deixar o dinheiro que está lá também para os aposentados e pensionistas. Quero elogiar todas as medidas tomadas, principalmente ontem, diminuindo o valor do imposto sobre os carros, enfim, uma série de instrumentos que vão reduzir as contribuições, fortalecendo a classe média, o mercado interno, e que vão melhorar, pela própria tabela do Imposto de Renda, inclusive a manutenção de uma parcela maior dos salários na mão do trabalhador. Isso é importante. Como teria sido importante também se tivéssemos negociado – é a minha opinião como ex-sindicalista – algumas outras formas que inibissem a demissão imotivada, como fazem os sindicatos agora, nos Estados Unidos. Eles concordam com o plano que vai favorecer as montadoras, mas querem o mínimo de segurança na linha de combate ao desemprego. Enfim, ficando no tema aposentados, estou quase como na época da PEC paralela. Quando da PEC paralela, eu confesso, muitas e muitas vezes, fiquei receoso de que não conseguíssemos aprovar a PEC paralela, mas insistimos tanto e tanto, durante um ano – e V. Ex^a nos ajudou muito –, até que a PEC paralela foi aprovada. Hoje, milhões de trabalhadores agradecem aquela resistência que estabelecemos aqui, pois, caso contrário, a PEC paralela não teria sido aprovada. Tenho quase certeza, do meu ponto de vista, que 2009 é um ano importante. Não esqueçam, senhores e senhoras, que o ano que vem antecede o processo eleitoral, e a população, legitimamente, vai ficar de olho muito vivo na posição dos Deputados e Senadores em relação aos temas que tocam diretamente suas vidas, como essa questão dos aposentados e pensionistas. Acho que, no ano que vem, teremos um bom debate, tanto aqui como na Câmara, e ninguém conseguirá tirar da pauta essa questão dos aposentados, pelas suas convicções, pelas nossas convicções e até pela forma como V. Ex^a está fazendo aqui. Na verdade, V. Ex^a está fazendo quase um desafio, um desafio para que aprove os projetos que o Senado aprovou. Para mim, a fala de V. Ex^a, no fundo, é um incentivo para que a Câmara dos Deputados prove o contrário, aprove os benefícios dos aposentados e acabe com o fator. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Nesse assunto, por mais que eu falasse aqui, não sintetizaria a nossa causa tão bem como V. Ex^a fez. Mas continuo a dizer:

estou triste, decepcionado. E não é com ninguém lá de fora; é aqui dentro do Congresso Nacional.

Volto a insistir, porque esse é um ponto que me preocupa muito. Esse é um dos três pontos que gostaria de abordar aqui.

Sobre essa questão, reluto em ter essa crença toda que V. Ex^a exercita, porque, quando cruzo esse assunto com os dois outros dos quais vou tratar aqui, chego à conclusão de que há uma lógica nisso tudo. Há uma lógica que ressalta um poder quase imperial neste País, absolutista, discricionário, discriminatório.

É certo que há medidas de combate à chamada crise, como V. Ex^a ressaltou, algumas positivas. Agora, essa é uma crise circunstancial. Nós temos crises crônicas no Brasil. Temos a crise dos aposentados e dos pensionistas; temos a crise da saúde; temos a crise da educação, que, ano após ano, tira nota menor no nosso País – ano após ano, Senador Cristovam; em vez de avançarmos, estamos recuando. É um negócio de doido isso. É uma crise instalada e crônica. E como vamos debelá-la?

Veja, Senador Paim, como a coisa tem uma certa lógica. Vivemos no Brasil, e o Congresso Nacional, particularmente, é regido por medidas provisórias. A gente vem aqui, fala, esperneia, reclama, estrebucha, mas não adianta. A coisa não se move um milímetro nem para lá, nem para cá. É impressionante isso! Impressionante!

Isso é sintoma de que está instalado em nosso País um poder imperial, um poder absolutista mesmo. Costumo chamar – com respeito a todos os brasileiros – a nossa democracia de “democracia de araque” mesmo. Muitos dizem: “Vivemos numa democracia, porque temos o direito de ir à urna e votar”. Mas isso é uma pequena parte. Democracia, para mim, Senador Paim, é encararmos com responsabilidade questões como essas; é as pessoas terem a oportunidade de chegar próximo de seus sonhos, das suas esperanças, dos seus ideais. Estamos muito longe de bater no peito e falar de boca cheia que temos uma democracia neste País. Estamos muito longe disso!

Medidas Provisórias. O Senado Federal aprovou, claro; a autoria é do Senador Antonio Carlos Magalhães, já falecido, o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães. Está na Câmara e de lá não sai. Ouço falar que estão na iminência de apreciar alguma coisa, mas talvez não saia com a configuração que o Brasil espera. Não sai, Senador Mão Santa, porque vivemos sob a égide de um poder imperial, e o Congresso Nacional – assim como acontece com a educação, que, ano após ano, tira uma nota menor –, ano após ano, renuncia à sua condição de poder.

Ficamos aqui nos satisfazendo com esse jogo: o Senado aprova, vai para a Câmara; a Câmara aprova, vai para o Senado. Esse é um jogo que não leva a nada; é um jogo que não leva a coisa alguma a não ser à crescente desmoralização do Congresso Nacional.

Vou abordar o terceiro assunto, Senador Paim, que me leva a concluir que esses fatos cruzados demonstram claramente ser verdade o que estou dizendo.

Vivemos um drama. Eu me comprometi a vir várias vezes à tribuna para falar para o povo da minha terra, porque para cá já não falo mais, não adianta. Falo para o meu conterrâneo, para a minha conterrânea lá do Acre da irresponsabilidade de um Governo que se diz popular, democrático e que trata, por exemplo, o tema emenda parlamentar, como se fosse um balcão de negócios. Aliás, o Orçamento para esse Governo é um balcão de negócios.

Emenda parlamentar. Vamos dissecar o que é isso, Senador Paim. De minha parte, o que é emenda parlamentar? Passo o ano andando lá na minha terra, de Município em Município, conversando com os Prefeitos, com associações de produtores, com entidades de classe; passo o ano fazendo isso. É uma obrigação prazerosa. Ao mesmo tempo em que me assenforeio, em que me informo do que está acontecendo na minha terra, coloco meu mandato à disposição dessas pessoas, desses administradores, dessas entidades, e vem sempre à tona a questão de recursos. Vínculo, pois, as emendas que posso consignar no Orçamento às indicações, necessidades e prioridades que essas pessoas e entidades colocam à minha frente. Faço isso religiosamente. Chegando ao Congresso Nacional, no período adequado, elaboro as emendas de acordo com aquilo que me foi apresentado, Senador Mão Santa, e encaminho para apreciação do Congresso Nacional. As emendas são aprovadas religiosamente.

Agora, de minha parte, Senador Mão Santa, resta minha frustração, pessoal e de Parlamentar; resta a frustração de Prefeitos, de produtores, de associações de produtores, de hansenianos, Senador Paim, de pessoas com deficiência, que pedem que se coloque uma pequena emenda. Colocamos todo ano, mas as emendas não são liberadas. As deste ano, por exemplo, sequer foram empenhadas.

Aí digo para o pessoal que mora em Assis Brasil, pequeno Município na fronteira com o Peru e a Bolívia, que passa por uma dificuldade danada, Senador Paim... É um Município em que R\$300 mil, R\$400 mil, R\$500mil chegam e conseguem movimentar as coisas: uma obra importante é construída, um equipamento para um pequeno hospital é adquirido, um pequeno trator para o pessoal poder arar a terra e trabalhar. Isso tudo faz uma diferença enorme.

Eu queria que o Presidente Lula sintonizasse com o pessoal que mora lá e percebesse a gravidade da coisa, percebesse o que essa mesquinha ocasiona para essas comunidades. É uma mesquinha!

De certa forma, fico pensando: será que só os compromissos que o Presidente da República assume e consigna no Orçamento devem ser levados em consideração? Por que os nossos compromissos de Parlamentares que assumimos com a população, com as comunidades, não são considerados, Senador Paim? Será que somos irresponsáveis? O fato de, no Congresso Nacional, haver um histórico de desvio de recurso do Orçamento, de malversação de dinheiro público, vai nos penitenciar para o resto da vida? Não deve ser assim.

Comporto-me com absoluta responsabilidade e com seriedade nesse assunto. E, aqui, falo para os Municípios do meu Estado, para as pessoas que moram naqueles Municípios: vim aqui, bradei, clamei aos céus, pedi a intervenção do Presidente da República, e não deu absolutamente em nada, em nada! As emendas deste ano continuam não empenhadas, as do ano passado estão em Restos a Pagar, sem falar nos exercícios anteriores, Senador Paim, que já foram para o sal, perderam-se. Quantos milhões a população do meu Estado deixou de receber para coisas importantes, para coisas simples, mas que fazem uma diferença enorme?

Cito o pequenino Município de Jordão, Senador Paim, de gente amiga, de gente querida, que fica olhando para o tempo, esperando que alguma coisa aconteça, que a ajuda chegue, que a solidariedade chegue. Entende? São pessoas que vivem isoladas praticamente o ano inteiro. Só se chega lá de aviãozinho ou pelo rio, quando o rio está cheio. É uma dificuldade danada! A gente aloca recursos para Jordão, para Manoel Urbano, enfim, para todos os Municípios do meu Estado, que é pobre e que lida com muita dificuldade. Há gente dentro da mata ainda, tentando sobreviver com extrema dificuldade, esperando que, neste momento, haja companheirismo, solidariedade, comprometimento, compromisso. E isso vai para o sal. Só os compromissos do Presidente da República são relevantes; os nossos, não. É uma pena!

Olha, estou falando para as pessoas que me estão ouvindo no Acre. Muita gente nos ouve, Paim. Recebo *e-mails* de pessoas que se referem às sessões nossas por aqui e que falam no nome de vocês. As pessoas ouvem o que a gente fala aqui. No Acre, não tenho rádio, não tenho televisão, não tenho jornal, nada tenho. Tenho esta tribuna aqui e vou usá-la à exaustão, para denunciar um Governo que se diz

democrático e popular e que age pior do que outros que ele criticava.

Senador Paim, com todo prazer, concedo-lhe mais um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, permita-me dizer que é a segunda vez que vejo V. Ex^a na tribuna falando desse tema. Estou ao telefone, tentando ver o que eu poderia encaminhar. Mas vou fazer uma proposta a V. Ex^a, pela amizade que lhe tenho. Por que lhe vou fazer essa proposta aqui, ao vivo, pela TV Senado? Estive, um tempo atrás, com o Ministro José Múcio, que me dizia, com muita satisfação, que a intenção dele era fazer com que as todas as emendas individuais fossem liberadas; explicava-me que havia problema com as emendas de bancada. Eu lhe vou fazer uma proposta e quase um desafio: marco uma audiência com o Ministro Múcio e vou com V. Ex^a lá, para dialogarmos sobre esse fato. Se V. Ex^a concordar, que isso seja feito hoje ou segunda-feira, porque tenho também este entendimento: o dinheiro público, que está no Orçamento da União, não é desse ou daquele setor, desse ou daquele partido, da Situação ou da Oposição, mas, sim, é uma contribuição que a população dá para o gestor, que é o Executivo. Num Município com dois mil habitantes, a emenda mínima é de R\$100 mil. Tenho o mesmo entendimento de V. Ex^a: como é bom para aquela população uma emenda de R\$100 mil, o investimento que eles fazem lá! E calculo, pelo que V. Ex^a está descrevendo, que os Municípios do seu Estado – V. Ex^a estabeleceu esse diálogo democrático e correto, e é isso mesmo que deve ser feito – não possam ter acesso às suas emendas. Então, não quero discursar aqui, quero fazer um gesto prático: vou me comprometer de marcar essa audiência. Gostaria muito que V. Ex^a fosse comigo lá, para dialogar com o Ministro Múcio sobre essa situação. Seria só isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Paulo Paim, vou lhe fazer uma contraproposta. Vou lá com o maior prazer por V. Ex^a. Por V. Ex^a, subo e desço ladeira. V. Ex^a sabe disso, sabe do respeito e da consideração que lhe tenho. Mas olhe: não vou lá para pedir para liberar, não. É obrigação dele. Vou lá para agradecer, se for o caso, por V. Ex^a. Irei lá para agradecer, se as verbas forem liberadas; vou agradecer, em nome do povo acreano. Mas ir lá para pedir para liberar, não vou, não, porque é obrigação dessas autoridades fazer com que isso aconteça.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O Senador Simon, ajudando neste diálogo, fez uma sugestão, e, aqui, de público, vou dizer o que S. Ex^a propôs a V. Ex^a neste momento: que eu recebesse do seu gabinete as emendas, para que eu pudesse verificar o que está

acontecendo. E aí, da forma que V. Ex^a sugeriu, vamos lá conversar com o Ministro Múcio. Podemos ajustar esse encaminhamento?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu lhe mando as emendas com o maior prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Peço aos companheiros do meu gabinete que me estão ouvindo para me trazerem os relatórios de emendas, e já os entrego a V. Ex^a, rapidamente, Senador Paim, para que V. Ex^a tenha noção do que está acontecendo com clareza.

Portanto, Senador Mão Santa, era o que me cabia trazer hoje aqui.

Senador Paim, veja bem o que construí aqui: três questões da maior relevância que se cruzam. Se fosse um fato isolado, eu até pararia para pensar mais um pouco, mas não paro mais para pensar, porque já fechei minha convicção: vivemos, de fato, sob a égide de um governo imperial, absolutista, discricionário, discriminatório e, agora, caloteiro, porque não liberar o que está no Orçamento, o que cabe às populações pobres e necessitadas, é calote. Senador Cristovam, isso é calote, envolvendo dinheiro público!

E aí fico lembrando de um discurso que fez o Senador Alvaro Dias aqui, nesta semana, apontando um fato da maior gravidade. Recursos públicos da ordem de bilhões de dólares estão sendo transferidos do nosso País para países da América Latina, Caribe, Cuba etc., para a promoção de obras de grande vulto nesses países. Tenho pelos países da América Latina, do Caribe, da África, o dever da solidariedade – tenho o dever da solidariedade, todos nós o temos. Dei, inclusive, uma sugestão. Aparteando o Senador Alvaro Dias, sugeri que chegasse aos ouvidos do Presidente da República a idéia de que ele, em vez de contribuir com recursos volumosos para esses países, atuasse com a autoridade que tem hoje, autoridade propalada e reconhecida, com o reconhecimento que tem nos organismos internacionais financeiros, no sentido de convencer esses organismos a ajudarem esses países, colocando recursos lá, a custo razoável, para que esses países pudessem tocar essas obras. E que nossos recursos fossem aplicados no próprio País!

O que me causou preocupação foi o fato revelado pelo Senador Alvaro Dias de que praticamente todo esse recurso é executado fora do nosso País sem passar por um processo de licitação, Senador Buarque. E aí olhe quem está à frente de obras importantes lá fora: são grandes empreiteiras que financiaram as campanhas do PT no Brasil. E esse recurso está sendo aplicado lá fora sem licitação. É de se estranhar.

No mínimo, é de se estranhar. Que benesse é essa? Será que é realmente com os povos da América Latina, da África etc?

Eu me dou o direito de começar a achar que há alguma coisa por debaixo desse angu aí. Quantias que ultrapassam a casa de US\$5 bilhões são aplicadas lá fora por grandes empreiteiras que financiam as campanhas do PT no Brasil, e esse dinheiro está sendo gasto lá fora sem licitação. É muito estranho isso. É muito estranho isso! Então, é um quarto ingrediente que acrescento aqui nesta salada, para me indignar e para chamar a atenção deste País. Há alguma coisa acontecendo!

Enquanto o Congresso Nacional não chama de novo para si a responsabilidade de coisas graves que acontecem neste País, enquanto o Congresso Nacional continua abdicando de exercitar o poder que tem, ou que teria, a população brasileira precisa acordar, precisa se indignar e precisa abrir o olho, porque há coisa acontecendo, há coisa acontecendo. Há uma lógica, um processo instalado. Não sei, de fato, o que está por detrás disso tudo, mas vou procurar saber, Senador Paim.

Por favor, Senador Paim, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita, V. Ex^a, pelo respeito que tem à minha história – tenho também respeito à de V. Ex^a –, de pronto, responderá que sabe, como sei – graças a Deus, posso falar com a maior tranquilidade, que estou no PT há quase três décadas; fui por quatro vezes Deputado Federal e, agora, estou no Senado –, que nunca empreiteira alguma ou dinheiro externo financiaram campanha da qual participei. Minha campanha, tenho orgulho de dizer, foi feita quase em papel de pão, daquele pão de meio quilo: as pessoas pegavam o retalho do papel e escreviam ali meu número à época. É claro que, depois, o número mudou: agora, é 131. Mas, com certeza, foi uma campanha tão humilde quanto a sua. Sei como foi sua campanha, pelas informações que recebi, inclusive, do próprio Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que acompanhou as eleições em todo o País. Então, a denúncia que fez o Senador Alvaro Dias, de que há esses investimentos de transações em âmbito internacional, em que o dinheiro vem para financiar esse ou aquele partido ao longo do nosso processo democrático, tem de ser comprovada, primeiramente. Eu me sinto, sinceramente, um pouco atingido, porque sei a dificuldade pela qual atravessamos no Rio Grande na campanha eleitoral. Não só nosso Partido passou por essa dificuldade, como também outros Partidos. Então, eu não tomaria a liberdade de dizer que um único partido, seja o PDT, o PMDB, o PCdoB, o PV, usou dinheiro num processo

de lavagem, que vai e que volta. No fundo, é isso que o Senador Alvaro Dias está dizendo. Penso que o Senador Alvaro Dias, com base nessa denúncia, deveria apresentar um processo. Penso que isso deveria ser feito. V. Ex^a está comentando a denúncia feita pelo Senador Alvaro Dias. Não vi essa denúncia, mas S. Ex^a, se a fez, tem a obrigação de entrar com o processo. Se eu chegasse a esta tribuna e dissesse, Senador Cristovam, que o PDT, de uma forma ou de outra, estava cometendo um ato ilícito, eu deveria, por obrigação, entrar com um processo, dando oportunidade de o Partido atingido responder se cometeu o delito ou não. V. Ex^a está comentando o fato, e fiquei aqui, cá com meus botões, um pouco constrangido.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Não, não fique constrangido, não. V. Ex^a me dá oportunidade de, com toda humildade, lembrar aqui das exceções, Senador Paim. V. Ex^a é uma pessoa que nem precisa ser colocado no rol das exceções. O Brasil o conhece, o Brasil o tem na estima e na consideração de um homem público da maior integridade. Em relação a V. Ex^a, nem há a necessidade de colocá-lo no prato das exceções, entende? É claro que existem as exceções. No PT, como em qualquer organização, existem pessoas da maior integridade, da maior seriedade. V. Ex^a está sentado do lado de um que é a prova carnal disso: o Senador Eurípedes, pessoa pela qual a gente tem a maior estima, o maior respeito. É claro que há exceções.

Às vezes, no calor das coisas, a gente até passa batido, não é Senador Paim? Mas tenho a humildade de aqui trazer à baila – é coisa que sempre faço, e penitencio-me por não ter feito agora – o fato de que há as exceções. Falamos de forma genérica, mas é necessário, de fato, toda vez, mostrarmos aqui que há exceções. O PT é recheado de gente séria, de gente da maior integridade. Mas é preciso que esclareçamos isso com relação à entidade como um todo, à entidade como um todo! Mas agradeço a V. Ex^a a intervenção, porque me lembrou dessa necessidade, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mais uma vez, cumprimento V. Ex^a e aproveito o gancho para dizer que já estamos com 79 assinaturas – que passei às mãos de V. Ex^a, não é, Senador Cristovam? – das 81 que entendemos ser o ideal, porque dois Senadores estão no exterior ainda. Precisamos entregar este documento em mão ao Ministro Celso Amorim. V. Ex^a deu a idéia, e a ela me somei, de que o Senador Cristovam fosse indicado para o mais alto posto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Estou com muita confiança nisso, Senador Cristovam, porque essa foi uma iniciativa

conjunta do Senador Geraldo Mesquita e minha, em nome de todos os Senadores, porque nenhum deles se recusou a assinar. Apenas dois devem chegar aqui na semana que vem, calculo, e deverão assinar, para podermos entregar o documento ao Ministro Celso Amorim. Eu dizia ao Senador Cristovam que o Senador Mão Santa, V. Ex^a, o Senador Eurípedes, o Senador Simon, o Senador Mercadante, enfim, todos nós nos comprometemos a ir à presença do Ministro Celso Amorim e do Presidente Lula, para lhes entregar esse pleito mais do que justo do Senado. Não é uma homenagem a V. Ex^a. Queremos o bem da educação no mundo, Senador Cristovam. Eu dizia hoje, numa entrevista à Rádio Roquette Pinto, que V. Ex^a é um cidadão do mundo e vai poder fazer aquela revolução na educação – palavra com a qual V. Ex^a se alcunhou – que todos nós queremos em âmbito mundial. V. Ex^a estando lá, este que vos fala será o segundo Senador negro, pois V. Ex^a me colocou como seu suplente, naturalmente depois de discussões internas na política de aliança e depois de discussões com o Partido na época. Assim, o Senador Eurípedes, que foi muito elogiado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, poderá voltar ao Senado. Então, o Senador Cristovam, como cidadão do mundo, representará não apenas o Brasil, mas a humanidade no campo da educação, fazendo a mais importante de todas as revoluções, a da educação, que não é palavra minha, mas, sim, do Senador Cristovam. Senador Mesquita, desculpe-me pelo longo aparte.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O Senador Cristovam é cidadão do mundo. Eu diria que é o mundo num cidadão. Com a grandeza, a simplicidade e a honestidade de caráter do Senador Eurípedes, na verdade, a gente pode dizer isto: é o mundo num cidadão, porque ele concentra tudo que o mundo tem de melhor.

Com relação a esse fato, Senador Paim, eu gostaria – já descendo da tribuna, porque já estou incomodando – de ter pelo menos essa felicidade até o final do ano: a de que o Senador Cristovam fosse de fato nosso indicado para a Unesco e a de que a gente tivesse o privilégio de novamente privar da contínua companhia do Senador Eurípedes aqui. Desta feita, S. Ex^a reassumiria o mandato que ajudou o Senador Cristovam a conquistar, a conseguir. Seria pelo menos essa uma pequena alegria que eu teria até o final do ano. Se isso não acontecer, vou chegar ao final do ano com o coração cheio de decepção, de pura decepção. Este é um dos anos que conluo prenhe de decepção, Senador Paim.

Senador Cristovam, já estou incomodando, quero descer da tribuna, mas concedo a V. Ex^a um pequeno aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Primeiro, aviso que não vou falar do último assunto proposto pelo Senador Paim, embora eu esteja muito agradecido a todos os Senadores, especialmente aos Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim, pela confiança e pelo o empenho que demonstraram. Quero me concentrar no seu discurso. Primeiro, vou me referir à idéia de um Senado num país imperial, porque, talvez, Senador, estejamos piores do que no período imperial, quando os Senadores eram nomeados pelo Imperador, mas, às vezes, havia aqui falas mais duras e resistências maiores do que se vê hoje em dia. E, aí, a culpa não é apenas do Poder Executivo, também é nossa, que nem sempre agimos como o Presidente Garibaldi, que, algumas semanas atrás, devolveu uma medida provisória. Até hoje, não houve uma medida provisória devolvida em bloco. Foi preciso o Senador Garibaldi assumir essa responsabilidade, embora muito incentivado pelo Senador Pedro Simon e por outros. Tenho um certo respeito pelo que foi feito no Império, mas sou um republicano ferrenho: não têm sentido regimes que não sejam republicanos, ainda que seja preciso definirmos melhor as coisas. O Senado do Império, às vezes, era mais independente. A segunda coisa é que, hoje, as monarquias européias são mais republicanas do que a República brasileira. Do ponto de vista da relação entre a elite e as bases, nos países escandinavos ou na Inglaterra, a relação da família real com o povo é muito melhor do que a que se verifica aqui entre a elite e o povo. Basta dizer que os filhos da aristocracia escandinava estudam nas escolas públicas; aqui, os filhos da elite não estudam nas escolas públicas. Há um sentimento maior de república nas monarquias européias do que na República brasileira. Nós somos uma República do ponto de vista político, não o somos do ponto de vista social. O fato de certas emendas serem presas pelo Poder Executivo depois de o Congresso ter decidido que esse dinheiro deveria ir para determinados destinos é prova de que o Governo brasileiro, o sistema brasileiro, não é republicano na sua plenitude. Basta ver estas notícias de hoje: nem precisaram consultar a gente para reduzir R\$8,5 bilhões de impostos para vender mais carros. Até o conceito merece uma análise. O senhor já parou para pensar que, no Brasil, existe uma coisa chamada carro popular? Há gente que não tem meia, mas tem carro popular. Custa R\$26 mil um carro popular. Divida pelo número de salários mínimos, para ver que carro popular é esse! Carro não é popular nem na Europa, é de uma parcela da população. Aqui, chama-se carro popular. Por quê?

Porque a elite, aquele pequeno triângulo em cima da pirâmide, sente-se povo e põe para baixo o conceito de povão. O conceito de povão foi inventado por que, na República, não se podia dizer: “Nós, aristocracia, somos o povo. Mas não nos queremos misturar com os outros, com as massas. Então, somos o povo, está bem, não somos mais aristocracia, mas esse resto aí, essa massa, é o povão”. Então, o carro é popular, porque isso serve a 5% ou 6% da população, ao topo da pirâmide social. E, na hora de salvar essa indústria, ninguém pergunta de onde vem o dinheiro. Aí dizem: “Mas reduziram os impostos”. Isso valeu para mim, para vocês, para quem paga Imposto de Renda. Dizem que saiu daí. Mas não saiu daí, porque saiu daí, voltando para a gente, mas vai faltar em algum lugar. Em algum lugar, vão faltar R\$8 bilhões! Quando falo que, para a revolução da educação, precisamos de R\$7 bilhões, todo mundo pergunta de onde vem o dinheiro. Li todos os jornais hoje, e nenhum articulista pergunta de onde vem o dinheiro de que o Governo abdicará para cobrir o financiamento e incentivar as vendas de automóveis. E vou mais longe. Isso não está errado quando se tem em mente que é preciso tapar um buraco. O que está errado é que a gente só está pensando em tapar o buraco, a gente não está pensando no dia seguinte, depois de tapar esse buraco. Não é a primeira vez que se age assim. Isentar carro de imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) já se fez; reduzir Imposto de Renda, para que se comprem mais carros, já se fez. veja que ninguém está propondo reduzir Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) de feijão, de farinha, dos produtos alimentares, de sapato. O que se está propondo é reduzir o IPI dos automóveis, porque a economia é amarrada. E está certo fazer isso, porque, se não for assim, a economia estoura. Mas e depois? Essa é a preocupação. O senhor tem razão quando fala num governo de cunho popular. Eu não acho errado o Presidente Lula fazer isso. O que acho errado é ele não fazer as outras coisas que deveria fazer para enfrentar o que vem depois de a crise ser superada. É preciso que este País organize sua economia pensando nas meias populares e não nos carros populares; no feijão de qualidade e não nos carros de qualidade. Esse ir além é que está faltando hoje. O Governo administra muito bem o feijão com arroz, como se diz. Não tenho críticas a fazer. A política da pá para tapar o buraco está boa, mas não se tem uma política da bússola para mudar de rumo. E hoje é tempo de mudar de rumo, não é só tempo de tapar buraco. É tempo de tapar buraco, mas, tapado o buraco, mudar de rumo para uma economia que sirva à base da pirâmide e não ao topo da pirâmide; uma economia que seja capaz de ter poupança e não só

consumo, porque hoje a política toda é incentivar o consumo: comprem, comprem, comprem. É preciso dizer também: “Mais adiante, agora não. Poupem, senão os filhos de vocês não vão ter nada”. Não é hora de dizer aos pais que vão às lojas e comprem, mas que visitem as escolas de seus filhos. O Presidente Lula tinha que estar fazendo este apelo aos pais: “vejam se a escola está boa. Se estiver ruim, me escrevam, mandem uma reclamação para o Ministro”. Continuamos tendo o Governo do curto prazo e não o do longo prazo. E, aí, para concluir, eu lhe digo: nesse ponto, a gente perde para o Império; o Império tinha visão mais estratégica, até porque o Imperador encarnava não só o Estado, mas a própria Nação. Ele tinha uma visão de longo prazo, mesmo que excludente, mas olhava lá na frente. Nós olhamos apenas no curto prazo, no imediato, como se vender mais carros fizesse o Brasil mais feliz. Não, vender mais carros evita que o Brasil fique mais infeliz, porque há menos desemprego se a gente vende mais carros, alguns setores têm mais dinamismo. Temos de pensar a longo prazo, mas não estamos fazendo isso. É nesse sentido que queria pegar a sua metáfora do Império, a sua comparação de dizer que temos um sistema imperial. Somos, sim, um sistema imperial, no qual, em alguns pontos, perdemos para o Império, já que, primeiro, o Senado era mais independente, apesar de vitalício e nomeado pelo Ministro; segundo, a nossa República é menos popular que as monarquias européias; terceiro, porque os impérios, antigamente, tinham visões mais estratégicas do que os nossos governos, presos no curto prazo, estão tendo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador Buarque.

A conclusão acerca do que V. Ex^a falou é minha, exclusivamente minha, eu assumo a responsabilidade. V. Ex^a fez um raciocínio muito lógico, que me induziu a compreender que este, de fato, é um Governo tapa-buraco. Na verdade, é isto: o Governo do Presidente Lula vai passar para a história como um Governo tapa-buraco que adocicou a sua gestão com o Bolsa-Família etc., mas como um Governo tapa-buraco.

Enfim, era o que tinha a dizer nesta manhã. Desculpem-me por ter me alongado. Talvez este seja o último pronunciamento que faço no ano.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permita-me mais um aparte, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Paim, dia 17 estarei indo a Montevideu para a última reunião do Parlamento do Mercosul. Não vou estar aqui. Depois disso, acho que já terão sido encerrados os trabalhos aqui, com essa enorme frustração. Enfim, era o que tinha a dizer. Mais uma vez, concedo um aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, fiz apartes em praticamente todos os temas que V. Ex^a tratou...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Graças a Deus!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E os fiz com alegria, recebendo de forma muito companheira as respostas de V. Ex^a. Mas não toquei em um tema tratado por V. Ex^a e com o qual eu concordo na íntegra: a questão das medidas provisórias. Acho que o Congresso está deixando de legislar. Sempre digo o seguinte: vamos dormir com uma legislação e acordamos com outra. E acabamos nos submetendo. Tem sido assim desde a Assembléia Nacional Constituinte, tendo em vista o erro que cometemos lá. Repito sempre isto: erramos. Achamos que ia passar o parlamentarismo, passou o presidencialismo, e deu no que deu. Estou tão indignado com esse processo das MPs ao longo dessas duas décadas – 20 anos de Assembléia Nacional Constituinte – que há muito tempo encaminhei uma proposta de emenda constitucional para acabar com o instituto da medida provisória. No entanto, enquanto não é aprovada, compete ao Congresso dizer se é relevante ou urgente. Se considerar que não é nem relevante nem urgente, que a devolva. É isso. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Mas o Congresso não o faz, Senador Paulo Paim, simplesmente porque abdicou da sua autoridade de poder. O Congresso Nacional, hoje, é um escritório do Palácio do Planalto, na verdade; é um cartório do Palácio do Planalto. Por esse motivo é que isso não acontece.

Obrigado a todos e um bom fim de semana.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante, contundente e firme pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que representa o Estado do Acre pelo PMDB, eu queria fazer apenas um comentário, que não seria meu, mas de Obama, o Senador.

Ele diz:

Mas há uma última barreira que os políticos não conseguem evitar de todo depois que se estabelecem em Washington [a Brasília deles], que com certeza fará que no mínimo uma boa parte de seus representados [quer dizer, de seus eleitores] pense mal a seu respeito: a natureza tremendamente insatisfatória do processo legislador.

Quer dizer, essa mágoa também é sentida no Senado dos Estados Unidos, Senador Pedro Simon, no Capitólio.

Convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Paim.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, nós lhe desejamos uma boa viagem. O Brasil está bem representado por V. Ex^a no Mercosul. Sem dúvida, como o Senador Pedro Simon já disse aqui, fundamental foi o Parlamento europeu para consolidar a Europa, onde nasceu o pensamento ocidental democrático.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Pedro Simon, Senador Cristovam Buarque, mais uma vez, vamos ter que falar de educação, mas de uma crise em uma área da educação que V. Ex^a conhece bem, Senador Cristovam Buarque, a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, que está em uma situação, eu diria, de quase falência. Por isso, e atendendo a uma quantidade enorme de correspondências que recebi, Senador Mão Santa, venho à tribuna comentar essa situação.

A Ulbra, uma das maiores universidades privadas do País, encontra-se atualmente numa gravíssima crise financeira. A Ulbra tem dívida fiscal de cerca de R\$1,3 bilhão, que se refere a débitos obrigatórios, não relacionados à isenção da filantropia. Bens e até o capital de giro (bancos) estão bloqueados para pagar dívidas.

Essa instituição possui **campi** no Rio Grande do Sul, nas cidades de Cachoeira do Sul, Canoas, Carazinho, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, São Jerônimo, Santa Maria e Torres. E ainda nos Estados do Amazonas, em Manaus; Goiás, em Itumbiara; Pará, Santarém; Rondônia, Ji-Paraná e Porto Velho; e Tocantins, Palmas.

São mais de 152 mil alunos matriculados em ensino presencial e, à distância, 23 mil, dos quais muitos no **campus** de Canoas.

São 17 escolas em seis Estados brasileiros oferecendo educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino técnico e ensino de jovens e adultos.

A Ulbra possui um enorme complexo hospitalar no Rio Grande do Sul: em Porto Alegre, o Hospital Ulbra Luterano e o Hospital Ulbra Independência; em Tramandaí, o Hospital Ulbra Tramandaí; em Canoas, o Hospital Ulbra Universitário.

Já o plano de saúde, chamado Plano Ulbra de Saúde, tem aporte de 31 unidades, na Grande Porto Alegre, Litoral Norte, Vale do Taquari e Planalto Médio, Serra Gaúcha, Vale dos Sinos, Vale do Paranhana, protegendo 170 mil vidas.

Eu ainda poderia falar aqui do sistema de esporte, rádio, televisão, Internet, editoração, cultura e

tecnologia que essa universidade oferece, mas vou insistir nos efeitos da crise, que já são assustadores. Há atrasos, Sr. Presidente, no pagamento de salários de professores – muitos não recebem há quatro, cinco meses –, servidores e médicos, e na remuneração de prestadores de serviço, principalmente na área médica. Prestadores de serviço estão sem receber desde agosto.

Os médicos, os funcionários e os estudantes exigem medidas urgentes e concretas.

Sei que há até uma comissão externa, montada na Câmara dos Deputados, para acompanhar a crise. E o pleito também veio para nós, Senadores. Estamos acompanhando o caso passo a passo, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Há uma série de reuniões marcadas, inclusive no Ministério da Saúde.

Quero aqui reiterar as nossas preocupações, pois estamos cientes da grave situação dessa instituição. E alerto que há risco de colapso total nos hospitais da universidade, o que seria lamentável. Para exemplificar, cito o Hospital Universitário em Canoas. São 160 leitos. As duas emergências (SUS e convênios) foram unificadas, devido à falta de oxigênio e de materiais. Os plantões clínicos e pediátricos, com dois médicos para atender todo o SUS e dois para os convênios em cada especialidade, foram reduzidos para um clínico e um pediatra. A central de esterilização está fechada. Já no Hospital de Tramandaí, dos 98 leitos, apenas três estão ocupados. A UTI adulta está fechada; e a UTI neonatal, que é a única do Litoral Norte, está com dois pacientes internados, porque não está mais recebendo ninguém.

Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento se faz necessário que sejam tomadas medidas urgentes para que os milhares de pacientes e os milhares e milhares de jovens estudantes não sejam prejudicados, bem como aqueles funcionários que estão sem receber há meses, inclusive com risco de perderem seus empregos.

Sr. Presidente, faça este comentário sobre a situação da Ulbra, buscando saídas. É uma situação que envolve grande parte do povo gaúcho e do povo brasileiro, já que a Ulbra está presente em uma série de Estados, com os chamados *campus* estendidos. Assim, se tivermos que intervir, vamos fazê-lo, pois alguma coisa tem que ser feita. Não podemos deixar que haja prejuízo, por exemplo, para milhares de pessoas.

Senador Cristovam Buarque, vamos pegar como exemplo apenas os estudantes. Digamos que a Ulbra vá à falência – digamos, não quero isso, ninguém quer –, e esses 150 a 200 mil jovens que estavam na expectativa de se formar, como é que ficam? Eu, inclusive, não tenho a resposta. Sei que V. Ex^a também não tem

a resposta de pronto, mas é preciso que o MEC, que o Ministério da Saúde e o Ministério da Infra-Estrutura debrucem-se sobre a situação. Se estão devendo, que entreguem parte dos prédios para a União, já que a Receita é uma das que está acionando a universidade – e devidamente – por falta de pagamento.

Senador Cristovam, aproveito esta oportunidade para dizer que essa comissão composta de Deputados, Senadores e lideranças dos estudantes, dos médicos e de outros servidores está fazendo o que chamo de uma verdadeira cruzada por dentro do governo estadual, aqui em Brasília, principalmente no MEC e no Ministério da Saúde, para buscar alternativas.

Eu estou trabalhando aqui, com a maior disposição, para que a gente consiga encontrar uma alternativa que não venha trazer esse enorme prejuízo ao povo gaúcho, a grande parte do povo brasileiro e, principalmente, nesse caso, aos empregados, sejam médicos ou não, e aos jovens que estão na expectativa da sua formatura.

Sr. Presidente, já que falei em jovens, gostaria também...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois, não. Faço questão do aparte de V. Ex^a, porque é um tema no qual V. Ex^a é o nosso mestre.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paulo Paim, mais uma vez vou voltar ao que tratei antes: a pá e a enxada. Tem um problema imediato: é preciso tapar um buraco, tem que usar uma pá, para evitar que feche a universidade. Depois, tem que usar uma bússola, para que isso não se repita. A pá é o Governo assumir que não pode deixar fechar uma universidade, da mesma maneira que não pode deixar fechar uma fábrica de automóveis. Não vou dizer que deve deixar fechar fábrica nenhuma, mas também não se deve fechar uma faculdade, sobretudo considerada, respeitada por todos. Já estive lá e reconheço as instalações e a competência, a dedicação dos seus profissionais. Isso aí é questão de fazer um pequeno acordo da universidade com o Ministério da Educação, o que não custa muito e é possível de ser feito. Essa é a solução de tapar o buraco, de ganhar o tempo. Porém, a solução da bússola, a solução definitiva é a gente ter todo menino e menina, neste País, terminando o segundo grau com qualidade. Se isso ocorresse, o número de alunos concorrendo no vestibular aumentaria tanto que aqueles que entrassem seriam capazes certamente de pagar sem criar inadimplência. E o outro ponto, também estratégico, é que o Estado pague a mensalidade de quem fizer cursos que interessem ao País. Entendo que aqueles

que vão fazer curso de que o País não precise, pois há profissionais sobrando, aqueles que, depois de formados, vão trabalhar nos Estados Unidos, o Estado não tem por que pagar o curso deles. Mas quem quer ser professor de Física, Química, Matemática, Biologia, Português não tem por que pagar para estudar, pois o Brasil precisa desesperadamente de professor no ensino médio. Se o Estado assumisse, bancando as mensalidades daqueles estudantes que servem ao País, como banca o salário dos Senadores porque o Brasil precisa, como banca o salário dos alunos da Escola de Agulhas Negras porque o País precisa de militares, como banca aqueles que vão estudar para serem diplomatas no Instituto Rio Branco, não haveria essa crise. A universidade preencheria o serviço social de formar os profissionais de que o País precisa, as universidades teriam a tranqüilidade do pagamento direto pelo Estado, como o ProUni já faz para quase 200 mil alunos. Então, essas são as soluções. Gostaria de me colocar à sua disposição, Senador, para irmos juntos com os representantes da universidade falar com o Ministro Fernando Haddad para buscarmos uma solução. Não podemos deixar o retrocesso que significa o País fechar uma universidade com a qualidade dessa. Não podemos deixar. Coloco-me à sua disposição e tenho certeza de que o Ministro iria, sim, nos receber, e aí procuraríamos a solução imediata, enquanto nós, educacionistas, lutamos bravamente pela solução definitiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, quero de pronto agradecer a V. Ex^a.

V. Ex^a usou uma frase que gostei muito de ouvir. As montadoras também fazem parte da área privada. Como exemplo, já que o Senador Mão Santa tem falado tanto aqui com o **livro do Barack** Obama na mão, ontem, no Congresso dos Estados Unidos da América, houve um embate muito duro se deveria ou não haver um aporte de recursos para as fábricas de automóveis. E, até o momento, não chegaram a um entendimento, mas vai haver o aporte de recursos. Aqui no Brasil também aconteceu algo semelhante. Então, ao mesmo tempo que nós entendemos que as montadoras têm que continuar produzindo pela importância principalmente do emprego e do mercado interno, eu quero pegar a sua frase: que se faça esse devido investimento nas montadoras, mas também vamos olhar com carinho, não é passando a mão se houve algum desvio de conduta, mas fazendo a devida auditoria e dando um suporte para que a universidade continue viva.

Senador Cristovam, de pronto, acato a sua sugestão, vamos marcar uma audiência com o Ministro Haddad, com a presença de V. Ex^a. E tenho certeza de que estaremos lá, os três Senadores gaúchos, tomo

a liberdade de dizer, para vermos o que está acontecendo. Tanto podemos conversar aqui, como, se for o caso, podemos fazer uma visita à matriz da Ulbra, lá em Canoas, no momento em que entendermos necessário e adequado.

Meus cumprimentos a V. Ex^a. Vou tentar marcar para semana que vem essa audiência dos Senadores com o Ministro da Educação.

Muito obrigado, Senador Cristovam.

Sr. Presidente, iria, neste momento, concluindo a minha fala, fazer uma saudação justa e registrar nos Anais da Casa as resoluções da 1^a Conferência Nacional da Juventude, que me foi enviada pelo Presidente do Conselho Nacional da Juventude, o Sr. Danilo Moreira.

A 1^a Conferência, encerrada no mês de abril, reuniu mais de 400 mil participantes, em diferentes etapas: conferências livres, consulta aos povos e às comunidades tradicionais, conferências municipais, regionais, estaduais e nacional, reunindo juventude de todas as etnias, de todas as procedências, de todas as religiões, de todas as cores partidárias e opções religiosas.

Foram aprovadas setenta resoluções sobre os mais diversos temas, entre os quais foram estabelecidas 22 prioridades para as políticas públicas da juventude. Todas visando à ampliação dos direitos dos cinquenta milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos.

Entre as prioridades desta 1^a Conferência está a aprovação da PEC nº 138, de 2003, a chamada PEC da Juventude. Esse é o mesmo ano do fator previdenciário e também dos aposentados e pensionistas. Essa proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e atualmente tramita na CCJ.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 138 assegura ao jovem prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura. Nesse aspecto, eu cumprimento a CCJ, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Também um projeto nosso de 2003 é o Fundep, um fundo para investimento técnico profissionalizante. Enfim, nós aprovamos lá, na última quarta-feira, o relatório do Senador Demóstenes Torres. Eu diria que, se aprovado, definitivamente, durante o ano que vem e em 2010, nós teremos algo em torno de R\$9 bilhões a R\$10 bilhões para investimento no ensino técnico.

Eu e V. Ex^a já apresentamos, embora numa forma somente indicativa, como sugestão, que, em algumas regiões dos nossos Estados, houvesse outras escolas técnicas.

Então, o Congresso aprova, o Governo encaminha. E aprovamos recentemente aqui inúmeras escolas técnicas. É preciso ter um fundo para que essas

escolas técnicas mantenham a sua estrutura viva e até o pagamento de funcionários e dos próprios professores.

Eu sempre digo que – este não é um sonho só meu, mas tenho certeza de que de todos nós – deveríamos ter pelo menos uma escola técnica em cada cidade, por menor que ela fosse. É claro que, nos grandes centros, o ideal é que tivéssemos dez, vinte escolas técnicas, sob o olhar e o apoio estrutural da escola pública, numa visão do ensino técnico e gratuito para os filhos dos trabalhadores e, principalmente, dos mais pobres da classe média.

Diz mais o resultado da Conferência. O texto prevê ainda que lei específica vai estabelecer o Plano Nacional da Juventude e o Estatuto da Juventude, garantindo o compromisso do Governo com políticas públicas para os jovens – repito – de 15 a 29 anos. A PEC da juventude vai contribuir muito para a consolidação dos direitos da juventude como uma política do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, fazendo esses dois registros, se V. Ex^a ainda tiver a sua tolerância, V. Ex^a, que vai estar, na semana que vem, já no Mercosul, eu quero fazer um outro registro ainda, dos trabalhadores sem terra, Senador Mesquita Júnior.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (Incrá/RS) realizam, no dia 18 de dezembro, semana que vem, ato de assentamento de famílias nos Municípios de São Gabriel e Santa Margarida do Sul. O evento será na área da antiga Estância do Céu, em São Gabriel, e vai ali ser oficializada a chegada de 590 famílias em cinco novos assentamentos em imóveis rurais obtidos por indenização, por compra, na região.

Estão confirmadas as presenças do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do Presidente do Incra, que conheço há muitos anos, foi assessor da bancada do PT na Câmara, o companheiro Rolf Hackbart.

Sr. Presidente, com as famílias, chega também a oportunidade de maior desenvolvimento para os Municípios. A reforma agrária traz investimentos, gera ocupação, renda e emprego.

O Superintendente Regional do Incra no Rio Grande do Sul, meu conhecido, posso dizer que é meu companheiro, Mozar Artur, disse-me que apenas nos três primeiros anos, cada família receberá, em créditos, R\$31,8 mil. Isso significa quase R\$20 milhões de investimento naquela região de São Gabriel, onde serão assentadas 612 famílias. O Instituto está estudando aumentar os valores, chegando a R\$45 mil por família.

Obras de infra-estrutura, como a abertura de estradas e a garantia de água para os agricultores, também são viabilizadas pelo Incra, em parceria com as prefeituras e outros órgãos. Apenas neste ano, a Superintendência deve ultrapassar R\$11 milhões investidos em obras desse tipo em assentamentos no nosso Estado – só nas obras. A energia elétrica é providenciada através do programa Luz para Todos, do Governo Federal. Haverá também investimentos em linhas produtivas, que serão realizadas pelo Incra através do Programa Terra Sol. O primeiro convênio em São Gabriel já foi articulado e prevê a construção de um entreposto de leite, ainda em 2009, com capacidade para receber 60 mil litros diários, atendendo aos produtores locais. Serão aplicados cerca de R\$840 mil nesta obra.

Os benefícios não param aí: estudo publicado pelo MDA em 2007 estima a geração de 4,7 ocupações por família assentada. As famílias começaram a ser levadas para as áreas adquiridas pelo Incra – é bom que se diga: indenizadas – no início do mês. A operação está sendo desenvolvida em duas etapas, e uma nova leva de famílias será transportada ainda nesta semana.

Para concluir o assentamento em todas as oito áreas já obtidas, restarão apenas as famílias com destino à Fazenda 33, em São Gabriel, e à Fazenda Jaguarí Grande, em São Francisco de Assis, onde ainda o Incra aguarda a emissão final da papelada.

Nas demais áreas, técnicos da Superintendência já estão providenciando o perímetro e até mesmo riscando estradas internas, o que vai agilizar o processo de implantação dos assentamentos.

Fico feliz – e por isso fiz esse registro – porque o conflito lá, no meu Rio Grande, entre os sem-terra e os proprietários de fazendas era muito forte, muito duro, com agressões, enfim, era um clima quase que de guerra. E esse movimento feito pelo Incra, indenizando os proprietários das terras e deslocando – aí sim – para lá, de forma pacífica e tranqüila, os sem-terra é um caminho possível e é uma demonstração de que a reforma agrária não precisa ser, como muitos tentam dizer quando se fala em reforma agrária, a instalação de um conflito permanente entre o proprietário da terra e aqueles que estão sem a terra.

Se o Estado entra, indeniza o proprietário e garante a terra para o sem-terra, tem-se o caminho tranqüilo da chamada reforma agrária no campo da paz e da tranqüilidade, em harmonia. Inclusive, tive a satisfação de ter a informação de que muitos desses fazendeiros fizeram a venda com a maior tranqüilidade, tiveram a sua terra indenizada, queriam mesmo vender, e os

sem-terra vão ter oportunidade de ter a terra para trabalhar e para produzir.

Por último, Sr. Presidente, ainda no espírito dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – creio que V. Ex^a tenha assistido, porque é um assíduo participante da Comissão de Direitos Humanos –, eu sempre disse, desde o primeiro dia que assumi aquela Comissão, que, para mim, a Comissão não ia tratar somente dos presídios. Não deixaria de tratar dos presídios, mas ia tratar, também como direitos humanos, educação, saúde, habitação, renda, emprego; enfim, tudo aquilo que garante a vida. Portanto, são direitos humanos o fim da tortura, o fim da violência, o direito das mulheres, dos idosos, das crianças. Por isso incentivamos muito as atividades da CPI da Pedofilia, onde o Senador Magno Malta está fazendo um belo trabalho contra a exploração de jovens e adolescentes.

Mas quero trazer também, hoje, um pronunciamento sobre a situação das mulheres nas cadeias, Sr. Presidente. Peço um pouquinho de tolerância dos Srs. Senadores. Vou tentar ser breve.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um ano muito especial, em que celebramos, entre outras questões, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nesse contexto, quero falar um pouco aqui sobre um tema difícil, mas não menos importante. Trata-se da situação da mulher no sistema carcerário.

Nós realizamos aquela grande audiência pública quando uma jovem no Pará, segundo denúncia que chegou à Comissão, ficou numa cela com cerca de 40 presos. Houve aquela repercussão nacional e, felizmente – infelizmente mas felizmente –, conseguimos, depois, ver que em outros Estados isso também estava acontecendo e, a partir daquele movimento na Comissão, não liderado por um Senador, mas por todos nós da Comissão, fizemos uma verdadeira limpa no País em matéria de cárcere onde estavam homens e mulheres. Alguém pode estar nos assistindo neste momento e afirmar até que isso ainda pode estar acontecendo, mas, com certeza, ajudamos a diminuir o número de situações como aquela de que tomamos conhecimento.

Sr. Presidente, a Associação Juízes para a Democracia, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, a Pastoral Carcerária de São Paulo, a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa e a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude realizaram, em meados deste ano em São Paulo, o 3º encontro com o título “A Mulher no Sistema Carcerário – a Saúde da Mulher no Sistema Carcerário”.

Essas entidades, que constituem, entre outros, o Grupo de Estudos e Trabalho “Mulheres Encarceradas”, têm por objetivo primordial refletir a realidade da mulher presa, suas condições na prisão, seu acentuado perfil de exclusão social, a emergência de atendimento a seus direitos, a violência de gênero sofrida e apresentar propostas para que essa situação seja alterada.

Esse encontro teve como objetivo tornar pública a situação de descaso e abandono com que tem sido tratado o direito à saúde das mulheres encarceradas.

A discussão incluiu especialistas, representantes da sociedade civil, administradores e administradoras públicos, profissionais do sistema carcerário e estudantes como militantes dessa causa, principalmente na área de Direitos Humanos. Eles acreditam que o Estado deve contemplar essa parcela da população na execução de políticas públicas previstas em cada Pasta, por exemplo, saúde, trabalho, educação e assim por diante.

Em relação à saúde, eles ressaltam que ela deve, em geral, dar-se mediante formação de equipes multidisciplinares, que devem atuar dentro dos presídios. São necessárias práticas de prevenção, tratamento e devido acompanhamento médico dessas mulheres.

Há que se considerar que existem doenças próprias da fisiologia da mulher e, além disso, elas também são atingidas, em grande número, por enfermidades físicas e emocionais que não têm, obrigatoriamente, o viés de gênero. As más condições, em termos de habitação, superpopulação e insalubridade, são fatores que fomentam doenças infecto-contagiosas, como tuberculose, micose, leptospirose, pediculose e sarna. A população prisional, Sr. Presidente, sofre também com a prevalência de transtornos mentais graves, como esquizofrenia, por exemplo.

Cito aqui ainda, Sr. Presidente, para concluir, algumas das conclusões do 3º Encontro, como:

- rever a Portaria Interministerial nº 1.777, que trata do Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário, para inclusão efetiva dos presos no SUS;

- garantir o atendimento à saúde da população encarcerada em distritos policiais e cadeias públicas;

- incluir as mulheres presas em programas locais e campanhas públicas de prevenção à saúde, de forma concomitante às que são realizadas em favor da população que vive em liberdade;

- estabelecer regras para as escalas de médicos e demais profissionais da saúde, para que o atendimento não seja interrompido;

- reestruturar o projeto de desinternação progressiva dessas mulheres;
- incluir a prática de terapias alternativas;
- garantir condições adequadas para o exercício da maternidade, com instalações para parto, berçário e creche e orientação sobre saúde e cuidado com o bebê;
- realizar diagnósticos sistemáticos sobre o sistema quanto ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, com ênfase aos medicamentos psiquiátricos e seu recorrente abuso;
- garantir que os contratos de trabalho entre a unidade prisional e as empresas assegurem o direito à educação em horários alternativos;
- garantir a criação de programas de emprego e renda e que o trabalho desenvolvido nas prisões capacite para a geração de renda quando elas estiverem em liberdade.

Como V. Ex^a viu aqui, o ensino técnico, também lá, deveria receber carinho especial.

Sr. Presidente, a situação da população prisional é, de fato, muito difícil. Todos sabemos disso. Acredito que as reivindicações levantadas nesse encontro são mais do que justas, são uma prática de inclusão, de garantia de direitos humanos; são possibilidades de gerar nova uma visão de futuro e a recuperação dessas pessoas.

Queria salientar também, senhoras e senhores, que a Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Senador Mesquita Júnior, na Presidência Pro Tempore Brasileira, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, realizou recentemente o Seminário Regional Mulheres em Situação de Prisão – diagnósticos e desafios na implementação de políticas integradas no âmbito do Mercosul.

A verdade é que precisamos dar condições de vida com dignidade aos encarcerados. Precisamos gerar uma nova perspectiva do amanhã. É importante que se compreenda que toda a sociedade se beneficia quando a dignidade está ao alcance de todos.

Que todos possamos refletir sobre isso neste momento tão especial, em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos.

Para concluir mesmo – tenho um amigo que, toda vez que ele vai concluir, diz: “Agora é para concluir mesmo!” –, finalizo, Sr. Presidente, lendo a letra da música *Bagulho do Amante*, da nossa querida Leci Brandão. Salvo engano, é a primeira vez que a música retrata a situação da mulher presidiária. Por esta razão, vou ler a letra dessa música, tão bem interpretada pela nossa querida Leci Brandão, que, mais do

que uma compositora e cantora, é uma militante dos direitos humanos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tive a alegria de estar com Leci Brandão, algumas vezes, e também com Zezé Mota, na minha campanha ao Senado. Ambas estavam lá pela causa, porque sabiam dos nossos compromissos, como é o compromisso de todos vocês. Grande Leci Brandão!

Leci, vou tomar a liberdade, naturalmente, de não cantar, pois você sabe que não entendo nada disso, mas lerei a letra desta canção que você fez, dando um alerta ao Brasil e ao mundo sobre a situação das mulheres nos presídios. Diz ela:

Não matou nem roubou
Mas foi presa em flagrante
Escondeu no chatô
O bagulho do amante
O amante saiu
E largou o embrulho
Quando a casa caiu
Tava lá o bagulho
Hoje a vida é na cela
Toma banho de sol
Acompanha a novela
E também futebol
No dia de visita
Sua mãe vai levar
A criança bonita
Para ela abraçar
O amante saudoso
Nunca mais foi lhe ver
E ela nem tem direito
De um pouco de prazer
E que venha o alvará
Pra essa pobre mulher
Que um dia aprenderá
Se Deus quiser.

Grande Leci Brandão, você dá aqui um grito de alerta, para que as instituições dêem a atenção devida às mulheres nos cárceres.

Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior; muito obrigado, Senador Cristovam e Senador Simon, que, pacientemente, aguardaram. Sei que abusei do tempo, e V. Ex^{as} aguardaram que, um dia, eu terminasse!

Obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Paim, é sempre um prazer

renovado ouvi-lo! Parabenizo V. Ex^a pelos assuntos tratados em seu pronunciamento.

Concedo, de imediato, a palavra ao Senador Mão Santa, que, na iminência de uma viagem ao grande Piauí, precisa manifestar-se. Em seguida, falará a nossa referência maior neste Senado Federal: Senador “Dom Pedro Simon”.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras que nos assistem no plenário e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado.

Ô, Geraldo Mesquita, agradeço!

Cícero, o grande Senador romano, dizem que era um grande orador em Roma. Eles ficavam discutindo Roma e Grécia, quem era melhor, Demóstenes – temos um Demóstenes aqui. Cícero, na Itália, considerado pelos italianos do Renascimento como um grande orador, disse: “Nunca fale depois de um grande orador.” Então, graças a Deus, você me colocou antes do Pedro Simon, porque, se eu fosse falar depois do Pedro Simon... Aqueles gregos e romanos ainda estão discutindo, porque não conheceram Pedro Simon, mas vou fazê-los conhecer.

Ô, Professor Cristovam Buarque! Uma vez, vi aquela confusão. O Pelé, no Maracanã, fez mil gols. Outro dia, Romário veio aqui com sua filha deficiente, que encantou a todos – e ele também encantou os brasileiros, porque fez mil gols. Ali, o Zé Roberto está tirando.

Mas, Pedro Simon, nós estamos na véspera de completar mil pronunciamentos nesta tribuna. Pelé não fez mil gols, hem, “Dom Pedro”? Agora, eu já escolhi o milésimo. O Zé Roberto, o nosso consultor ali da Secretaria Geral da Mesa, está fazendo um levantamento. Eu já escolhi o tema. Vai ser “reflexões” – é o livro do Pedro Simon.

Primeiro, eu quero contestar os gaúchos, aqui – estão ali dois –, essa civilização extraordinária. Você vai ali para o Uruguai, vizinho... Olha que tem o melhor vinho – Casa Valduga, o Miolo é bom –, o churrasco é bom. O chimarrão eu ainda não aprendi, o Paim ainda não me ensinou, mas vou aprender.

Eu, ontem, fiquei encantado com o discurso e o amor do Pedro Simon. Eu já era encantado com a história: a Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves, os Lanceiros Negros – os avós do Paim –, que entraram na guerra, precursores das liberdades do negro e da República, Anita Garibaldi, Giuseppe Garibaldi, esse povo todo, passando por Alberto Pasqualini, Getúlio, João Goulart e esses três fabulosos Senadores que tem aqui.

Mas eu dizia para o Pedro Simon e ele estava mostrando como o gaúcho povoou, como o gaúcho se espalhou pelo Brasil e nos ensinou a plantar, a desenvolver a agricultura.

Lá no Piauí, eu sou testemunha e eu sou agradecido, Paim. Paim, foi uma revolução e eu estou aqui pelos gaúchos, daí a satisfação.

Geraldo Mesquita, me colocaram para ser candidato a governador do Estado, assim como dizem, como “boi de piranha”, aquele negócio de “boi de piranha”. Era para eleger dois do PMDB, mas não tinha condição. Olha que a nossa coligação tinha quatro prefeitos e a outra tinha 141, um negócio meio... Mas, aí, eu saí para a brincadeira, porque eu gosto mesmo desse negócio.

O candidato, hoje, é um extraordinário, magnífico Deputado Federal. É o destino. Eu era do PDS e queria ser só o vice do Professor Atila Lira, mas aí, tu sabes, há oligarquia, tal e tal, vai para a convenção e eles me convidaram. Eu tinha acabado de ser prefeito de Parnaíba e tinha sido Deputado Estadual. Aí, eu disse: “Para perder na convenção, é melhor mesmo perder pelo povo.” Eu sei que eu tinha 4% e o outro tinha 67%, e, no final, nós ganhamos o jogo. Mas por quê?

Pedro Simon, sabe por que eu ganhei? No Norte, nós nascemos lá, é mais povoado, fui prefeito de Parnaíba – consegui 93,84% dos votos para governador nessa cidade. Foi a maior votação dada a um político. Eu sei porque o Ronaldo Cunha Lima me disse que, na Campina Grande dele, ele tinha passado do Juscelino em Diamantina e que eu tinha passado dele.

Aí, saímos candidatos. Agora, ganhamos a eleição, Pedro Simon... Ô Pedro! Pedro! **Parla**, Pedro!

“**Parla**, *David*”, sabe quem disse?

Foi Michelangelo, o maior escultor do mundo. Ele fez a estátua de David e chegou à perfeição. Ela está lá no museu. Ela era tão perfeita que ele pegou o martelo e disse: “**Parla**, *David*!” Agora, eu digo: “Cala, Pedro! Ouça, Pedro!”

Pedro, eu fui eleito pelos gaúchos. Quando entrei na campanha, no Sul eu não tinha votos. Sabe o que eles diziam? “Esse Mão Santa não conhece nada, nunca foi nem ao sul do Piauí. Não conhece.” Eu deixei. Aí, eu fui para televisão e disse: “Não conheço mesmo, não.” Eu não era **hippie**! Eu nasci no litoral, aí, fui estudar em Fortaleza, fui estudar no Rio e voltei para a minha cidade. Conheci a capital. Por que diabo eu ia andar por aí, no Sul todo? Eu não era **hippie** para estar andando solto. Eu estava onde estava, trabalhando na Santa Casa, fui prefeito também. Agora, eu vou e vou.

Mas, ouça Dom Pedro Simon, chegando ao Sul, rapaz, só tinha um prefeito que não compraram, por-

que a oligarquia era forte. Comprava tudo. Não era assim como o PT, porque o PT é desgramado demais, inventa o diabo e compra todo mundo. A maior corrupção eleitoral que já existiu na história do País é o momento que vivemos. É só farsa! Nem a ditadura era essa imoralidade que está havendo. É corrupção eleitoral, são os aloprados, a gente está vendo boi voar. Os militares podiam ser truculentos, diziam que prendiam os comunistas, os corruptos, mas eles jogavam, apitavam o jogo.

Vou dar um testemunho. “Nunca antes” – o Lula não disse? O poeta Camões disse “nunca dantes”, mas o Lulinha, o Luiz Inácio, nosso Presidente, diz “nunca antes”. Nunca antes eu vi tanta corrupção eleitoral.

Olha, a ditadura Nós tomamos a maior cidade do Piauí, a prefeitura da ditadura, da Arena, porque era possível. Era possível! Eles apitavam o jogo. Eles fizeram até o AI-5, mas depois, não estavam nem aí. Nós ganhamos em 1972, antes de Ulysses, que foi em 1974. Agora, não ganhamos, não. Não ganhamos, não, porque são a corrupção, os aloprados e os bancos.

Essa Dilma, aí, escreveu a página mais imoral da política. Isso eu posso dizer. Era para a televisão ir lá, tinha um tal de PAC: “Se não for o prefeito aqui do meu lado, não chega dinheiro...” Ora! O que é isso, senão corrupção eleitoral? O que é isso, senão usar a máquina?

Então, atrás de uns governadorezinhos... Com esse do Maranhão, vai dar guerra. Sou eu que estou dizendo, eu sou vizinho. É um homem de bem, três vezes prefeito de lá, cirurgião de tórax – o Mão Santa de lá –, governador. Neste País, está em véspera de começar a confusão. A corrupção está tão grande que eles estão perdendo o sentido.

O Cláudio Humberto disse: “Vão ver boi voar.” Vocês já viram boi voar? Pois vai voar lá no Piauí, na cidade de São Raimundo Nonato, a maior vergonha eleitoral. Na calada, tiraram um, colocaram outro e tal, e voou mesmo. Eu diria que voou boi.

Então, digo, como Cícero: “Até quando, Catilinas, vais abusar da nossa paciência?”

Esse negócio, aí, de governador, pode dar aqui, de uma hora para outra, uma revolução. Eu estou dizendo porque é para dizer. Eu é que sei a história deste País. Nós é que somos a pilastra de moral e de firmeza, é por isso que dá inveja e mágoa. Tem o tripé: Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. É aqui a pilastra moral! É aqui, somos nós, nós somos filho do povo, do voto, da democracia. Aqui, temos mais votos que o Luiz Inácio. Eu já somei: aqui, temos 80 milhões de votos. Cícero, quando bradejava, dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Eu posso dizer: “O Senado e o povo do Brasil.” Eu posso.

Olha, a gente vê que estão marcando tomar um bocado de governo aí, ouviu Geraldo Mesquita? Mas o mais corrupto é o do Piauí, porque é do PT. Tem processo por todo lado contra ele. Está aí, na **Tribuna da Imprensa**. Hoje, eu adverti o País.

Atentai bem, ô Pedro Simon! **Tribuna da Imprensa**, que tiraram. Pedro, está aí. Hoje, é uma vergonha para o País, é uma vergonha para o Sérgio Cabral, a **Tribuna da Imprensa**, que acabou com a ditadura Vargas, que combateu a ditadura militar. O seu diretor Hélio Fernandes, eu acho, está no **Guinness** como o homem mais preso do mundo. Foi bombardeado, fechado, e sabe por que está lá? Está ele dizendo: “De 11 ministros, o Luiz Inácio já botou sete, mas vai botar oito.” Então, ele tem o Poder Executivo, que tem dinheiro, porque os aloprados roubam abertamente. Foi ele que denunciou, o Luiz Inácio.

Não fui eu que disse “aloprado” não; foi ele mesmo. Aliás, num momento de muita grandeza e dignidade ele disse: “Eu estou arrodado de aloprados”. Foi o Luiz Inácio. Aí, ele merece os nossos aplausos. São quarenta!

Então, aqui, nós advertimos! vejam o Governador do Piauí! Antes de entrar, já roubava. Tem uma Fenatec lá – e ele fez, com o Rio Grande do Sul, um projeto de reforma administrativa, antes mesmo de entrar. Sanguessuga? Estava lá. Gautama? Estava lá. São 17 gravações. O PSDB entrou; o PMDB entrou. E mais: carteira para eleitor, lá, é muito mais do que isso! E o Bolsa-Família? Como o próprio nome está dizendo, é uma caridade. Mas, o Luiz Inácio aparecia na televisão e dizia: “O candidato é esse. Se não for, não chega o PAC!” O que é isso? É o Luiz Inácio que está certo? Ou quem estava certo foi o Presidente Sarney, que passou o governo a seu adversário, o Collor? Ou, então, o Fernando Henrique Cardoso, que entregou a faixa para o Luiz Inácio? Fernando Henrique Cardoso é um estadista, é um homem de bem. A mulher dele foi para o céu. Todo mundo está reconhecendo – e não sou do lado dele, não; nunca votei nele, não. Dá inveja. Se ele tivesse usado a máquina, Luiz Inácio já era! Não tinha sido! Basta ver isso... Ele permitiu.

Eu digo isso, Geraldo Mesquita, porque, como sou do PMDB, eu não votei nele; votei no Quércia. Fui eleito no Piauí e, depois, fui reeleito. E ele tinha dois candidatos. Ele tinha um candidato do PSDB, do seu partido, extraordinário candidato, em 1998, um dos homens mais dignos e mais honrados que eu conheço: Francisco Gerardo, ex-Prefeito de Teresina, do partido dele. Ora, se eu ia ganhar a eleição se ele tivesse usado a máquina! Não a ganharia! É porque ele era um homem decente, honrado e correto, um estadista. E, no segundo turno, foi o ex-Ministro Hugo Napoleão,

três vezes Ministro, do PFL, que era dele, e nós ganhamos, porque o Fernando Henrique Cardoso era um estadista. Não ganha! Do jeito que está aí, do jeito que estão cassando Governador... E o do Piauí? São 17 gravações com a Gautama; e a energia acabou, a companhia energética do Piauí está vivendo um apagão. Só deu roubalheira, e ele não está na fila. Então, vivemos isso.

Mas o que queria dizer é por amor à imprensa, que salva.

Ô, Luiz Inácio, resgatando uma reflexão de Pedro Simon, lembrando que os gaúchos se espalharam pelo País, levando a grandeza e o trabalho do povo gaúcho, digo que isso é uma verdade, porque eu ganhei no Piauí porque o sul do Estado está cheio de gaúchos, e eles votaram em mim. Em um único dia, recebi trezentas famílias da Cotrirosa, que plantam soja. E eles nos apoiaram por essa independência, Geraldo Mesquita.

E o tio de Franklin Delano Roosevelt, Theodore Roosevelt, que enfrentou a guerra, disse: “Se nos Estados Unidos da América eu tiver que fazer uma opção em ter governo e não ter imprensa livre ou ter imprensa livre e não ter governo, eu, Theodore Roosevelt, digo que é melhor para o país ter uma imprensa livre e não ter governo”.

Aqui estão sendo fechados os jornais! Um jornal que todo mundo sabe... Está aí o Poder Judiciário – mas nós estamos para frear – dando indenizações a pilantras e picaretas que se dizem vítimas da revolução. Eu votei contrário; eu era do PMDB; não fui vítima de nada! Eu era protegido pela Polícia Federal. Que acusação... Não, é um homem de vergonha. Não foram vítimas de nada. Está todo mundo ganhando causas do passado, recebendo indenizações monstruosas, já a **Tribuna da Imprensa**, que foi massacrada, destrocada, punida, cujo presidente e redatores foram presos, cujas oficinas foram atacadas a bomba, com altos prejuízos para a empresa, não tem a sua causa julgada.

Rui Barbosa, que está ali, disse: “Justiça tardia é injustiça manifesta”.

Então é isso. E nós buscamos a imprensa todos os dias para nos orientar. Primeiro, mostrando a nossa grandeza: o **Jornal do Senado**; a nossa televisão é de uma audiência extraordinária, porque leva a verdade. Aqui é a Casa do debate. Nós somos a voz do povo. Aqui não se faz como fizeram com o Boris Casoy, que foi suspenso por dizer “isto é uma vergonha”.

Eis aqui: “Reunião de Líderes definirá o futuro da PEC dos Vereadores”. Aprendam! Nós estamos aqui para isso!

Ferro Costa, a V. S^a, que é jornalista, psicólogo, quero dizer o seguinte, relatando uma das cenas mais

bonitas que retrata a grandeza deste Poder: Giscard d’Estaing, sete anos Presidente da França, Giscard d’Estaing, sucessor de Charles de Gaulle, disputou a eleição. Mitterrand foi para o segundo turno. Mitterrand fez uma mágica: ele disse que acabaria com o desemprego reduzindo a jornada de trabalho de oito para cinco horas. Mitterrand ganhou. Giscard d’Estaing ganhara no primeiro turno, lá onde nasceu a democracia, lá onde gritaram “liberdade, igualdade e fraternidade”, mas Mitterrand ganha no segundo turno. Giscard d’Estaing, não usando o governo, perde, entrega a faixa. Vem a imprensa e pergunta “qual seria o futuro de Giscard d’Estaing”. Pedro Simon, V. Ex^a que está no ápice do Poder Legislativo, ouça o que disse Giscard d’Estaing: “Vou voltar para a minha cidade e ser vereador”. Esta é a grandeza do Poder Legislativo! Esta é a grandeza desta Casa, que, agora, fez amadurecer uma lei de responsabilidade para os Vereadores.

Entretanto, o Poder Judiciário se intrometeu e, usando a mídia, disse que o povo do Brasil, diminuindo o número de vereadores, iria economizar. Eu faço a seguinte pergunta, ô Paim: são 5.556 cidades e qual foi a Câmara de Vereadores que devolveu dinheiro aos cofres públicos das prefeituras? Então, aquilo foi uma farsa. Aproveitaram a mídia para passar a idéia de que aquilo era uma medida de austeridade. Eu pergunto, Paim: em que Câmara Municipal foi reduzido o número de Vereadores e devolvido o dinheiro ao Poder Executivo, à prefeitura para fazer obras sociais? Apontem-me! Mas meteram a mídia, a imprensa.

Aqui, estamos perigando. V. Ex^a está atento. Eu denuncio – e aqui é para isso. Eles querem voltar ao regime de Hitler, que tinha o seu assessor de comunicação, Goebbels, que dizia: “Uma mentira repetida torna-se verdade”. Qual a Câmara Municipal que devolveu, nesse período, dinheiro aos Prefeitos, às prefeituras para fazer obras sociais?

Então, aqui nasceu, como tem que nascer, Paim, uma lei, como está nascendo a sua lei, como nasceu aqui para melhorar o salário mínimo, como nasceu aqui e está nascendo, e nós não vamos deixar abortar, o fim do redutor das aposentadorias dos nossos velhinhos. Esse fator é uma ignomínia, é um calote, que não existe em nenhum lugar do mundo. Esta é, pois, a Casa para fazer leis boas e justas, sem nos inspirarmos em nenhum dos dois outros Poderes, nem nas medidas provisórias, nem no Judiciário. Eles existem para julgar as leis e interpretar as leis. Nós existimos para fazê-las. Nós é que temos as credenciais do soberano, que é o povo. E está na hora de mudarmos isso.

Montesquieu, Senador Pedro Simon, atendeu o povo que, gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”; fez cair todos os reis e o Absolutismo. Ele, ao propor a

tripartição do poder, apagou para sempre aquele “*L’État c’est moi*” de Luiz XIV. Montesquieu, naquele tempo, dividiu o Poder em Executivo, Judiciário e Legislativo. E acho que está na hora, Senador Pedro Simon, V. Ex^a que é franciscano, de entendermos que não somos poder de nada, não. Nós somos instrumentos da democracia. O poder é o povo que trabalha, paga impostos e paga a conta. O poder soberano é o povo. É este o entendimento.

Então, está aqui – e isso nos engrandece – uma reportagem completa sobre a atitude que o Poder Legislativo está tomando. Este é o melhor Senado de 183 anos. A intromissão indevida e errônea, um caso mal resolvido: o dos Vereadores. Eu sempre disse que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade.

Então, eu quero dizer que vão aumentar o número de Vereadores, mas, aumentando a representatividade, não aumenta o custo, não. E eu digo porque eu fui prefeitinho: o dinheiro é fixo, é 5% do orçamento. E eles receberam. Vai aumentar é a representatividade, vai dar chance às outras facções políticas, já que nós vivemos no pluripartidarismo. Mas essa é a lei. Na minha cidade, aumentaram oito vagas, bem como em Teresina e todas as demais.

E os legisladores estudaram bem. Para que se tenha uma noção, Ferro Costa, que conhece o Piauí, o Brasil, de 181.533 milhões de habitantes, tinha 51.928 Vereadores. Aumentou-se esse número para 59.260. No Piauí, em Teresina, passam de 21 para 29; em Parnaíba, de 11 para 19; Floriano, de 10 para 15; Piripiri, de 10 para 15. E assim no Brasil...

Mas essa lei foi estudada, foi de acordo com a população, como diz aqui a ementa. São 24 faixas de composição das Câmaras. Na primeira faixa, o número máximo de nove vereadores para Municípios de até 15 mil habitantes. Já, na última faixa, determina-se o número máximo de cinquenta vereadores para Municípios de oito milhões de habitantes, como São Paulo. Quer dizer, aqui está nascendo uma lei como deve ser, como Deus entregou a Moisés uma lei boa e justa.

E atentai bem, Pedro Simon. V. Ex^a é terceiro franciscano. Minha mãe era terceira franciscana; o meu nome é Francisco. Sempre digo que não sou Mão Santa, mas sou filho de mãe santa. Por isso que o Frei Beto saiu do Palácio. V. Ex^a não elogia tanto o Frei Beto? Mas vejam aqui o que, segundo o *Estado de S. Paulo*, Lula teria dito sobre o Planalto: “Uma favela!” Uma favela! Como mudou! Pedro, “uma favela” é o Planalto.

Presidente Luiz Inácio, dê uma voltinha nas salas de aula das nossas professoras. Tenho andado no interior do Piauí, onde o Governador do Estado é do

seu Partido. Pedro Simon, tenho visto meninos pelo chão. Professora sabida não fica no chão, mas senta no peitoril – isso nas escolas. Mas, segundo o Presidente, é uma favela o nosso Palácio.

Pedro Simon, não tenho a sua cultura nem viajei tanto quanto o Suplicy – e viaja muito esse povo do PT –, mas tenho passado por países antigos e olho os palácios do Governo. Está bem aí, na Argentina, a Casa Rosada, antiga... E aqui é uma favela, Luiz Inácio. Agora, as salas de aula, os hospitais, como estão? Olha, tenho ido ao Rio de Janeiro, onde me formei em cirurgia.

Tenho uma filha que está estudando lá, Pedro Simon. Eu passo de avião pelo Fundão. Cristovam Buarque, qual foi o seu sonho? O meu sonho foi ser doutor nesse Fundão, e o sonho de todos os médicos do Brasil afora. É o hospital lá da Ilha do Governador. Você conhece o Fundão? Eu passo agora por lá. Luiz Inácio, eu não adentrei, não, mas não tem janela, não tem porta, está todo acabado. As salas de aula do Brasil, a Universidade Federal está toda sucateada, e o Presidente da República: “O Planalto é uma favela”.

Mas isso tudo está certo, as coisas são assim mesmo, encanta-se, o poder encanta. Mas o pior, uma lástima, professor, e V. Ex^a foi um abençoado. Shakespeare disse que não há bem nem mal, o que vale é a interpretação. Bendito aquele telefonema, porque ia doer, ia lhe envergonhar, ia sujar sua biografia, professor: País não atinge a meta no Ensino Fundamental, país reprovado. Nós tiramos em educação... Eu nunca pensei, está aqui a mídia: Nós éramos 76º, passamos para 80º entre 120 países.

Cristovam, eu nunca pensei!

Cristovam, Cristovam, V. Ex^a é um abençoado. Deus escreve certo por linhas tortas. Hoje, V. Ex^a está aclamado para representar este País e o mundo. Eu sou da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e espero que V. Ex^a consiga a vaga da Unesco.

Presidente Luiz Inácio, eu votei em V. Ex^a, com todo respeito, em 1994. Mas e o contraste quando V. Ex^a diz que o Planalto é uma favela? Eu pergunto: como estão nossa escola pública, nossas faculdades públicas, nossos hospitais e tudo? E nós estamos atrás do Paraguai na educação, atrás da Bolívia.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas não dá para dizer que o Planalto...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um aparte a Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não dá para dizer que o Planalto é uma favela, não é? Eu acho que o Presidente Lula se esqueceu de como é uma favela. O Planalto realmente está um pouco decadente. Tem que se fazer algumas reformas. Mas a comparação,

vinda do Presidente Lula... Ainda se fosse o Fernando Henrique: “O Planalto é uma favela”. Agora, o Presidente Lula dizer que o Planalto é uma favela? Eu não concordo. Eu acho que o Planalto é o Planalto. Tem que melhorar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Chamou o Niemeyer, vai fazer uma reforma toda. E as universidades? É uma favela o Planalto. Então, é *O Estado de S. Paulo*, não sou eu, não. Não tenho nada com isso. Mas o **Estadão** é um jornal de credibilidade. A imprensa...

E, na educação, nós estamos no pau. Isso é o que eu lamento. Pedro Simon, só Brasília tirou seis. A nota máxima era dez. O resto todo, para mim, foi pau. Porque, quando eu estudei, abaixo de 5,0, era pau. É 3,8, é 4,0, é não sei o quê. No Brasil todo. Mas essa é a imprensa.

Paim, ontem, vi o relatório da satisfação no cumprimento da missão. Eu presidi este Senado quando V. Ex^a prestava contas, em dois anos, da Comissão de Direitos Humanos. Está aqui também na manchete, e eu queria homenageá-lo, a CNBB dizendo que ainda há tortura no Brasil. Para a CNBB, tortura no País existe até o dia de hoje.

Cristovam Buarque, uma vez, eu vi Petrônio Portella me dizer que a autoridade era moral. Pedro Simon, eu estava do lado dele quando fecharam este Congresso. Os canhões do lado de fora, porque aprovaram uma reforma do Judiciário. E ele só disse a seguinte frase: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Essa mensagem chegou ao Palácio, aos revolucionários da ditadura, aos generais. E eles não resistiram. Paim, eles mandaram abrir, porque somos nós que sustentamos a vida democrática.

Está aqui a CNBB dizendo que existe tortura.

Eu quero dizer que eu fui portador de tortura no Estado do Piauí. O Ministério Público, a OAB, o Governador, incapaz e incompetente, permitindo as torturas, e eles me trouxeram o documento. O Paim tem tanta autoridade moral, Pedro Simon. Eu era o portador. Eu fui o portador. Entreguei. O do Ministério Público veio. Marquei audiência.

Ô, Paim, V. Ex^a me lembrou Petrônio Portella. Paim, atiraram e afastaram. A Justiça. Foi só eu ter dito: Senador, eu não posso tomar providência agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O mérito foi de V. Ex^a, que trouxe a denúncia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Trouxe. Mas só de V. Ex^a receber, resolveram lá o problema. Então, a autoridade de V. Ex^a, hoje, na minha biografia, iguala-se à de Petrônio Portella. Só o fato de V. Ex^a receber...

Pedro Simon, estávamos curvados e aceitando a tortura no Piauí, vergonhosamente, e isso é ignóbil. E se fosse contra um filho da gente ou contra nós mesmos?!

Isso, na humanidade, não foi permitido nem à Igreja! Nós acabamos com a Inquisição. Daí é que veio Lutero, com a Reforma. Acabamos, porque era uma tortura. Nós fomos a uma guerra do mundo. E Getúlio nos levou para acabar uma tortura. E V. Ex^a tem mais isso a acrescentar. Então, essas são as palavras.

E isso é tão forte que eu acabei de receber um *e-mail* dos discursos do Geraldo Mesquita. Foi o Dr. Paulo de Tarso, economista do Rio. Ele citou aqui o art. 52, XV, ao que V. Ex^a dizia, e ele está riscado:

Art. 52.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

É o art. 52 que, com esses recursos, Paim, diz que salvaguarda o calote que nós estamos dando.

Mas, Pedro Simon, a coisa mais fácil do mundo é ser Presidente deste Senado. E a coisa mais injusta do mundo, da nossa história, é Pedro Simon não ter participado ainda da Mesa Diretora. E V. Ex^a está sendo aclamado. E eu quero dizer que isso é tão fácil, porque aqui esses meninos sabem mais do que a gente. Barack Obama tem duas formaturas. Todo mundo. Olha aquele que está ali, o José Roberto. Eu só faço perguntar, e ele responde. É muito fácil. Eu nunca vi um negócio tão fácil.

Ontem, o Garibaldi se confessou na missa. E agradecia, porque ele ia errar muito, mas a Dr^a Cláudia não deixava.

Então, não se apavore não, Pedro. Venha, assumo.

Mas eu estava falando de quantos pronunciamentos já fiz aqui, defendendo o povo. Ô Paim, e quero o seu. Eu vi o Pelé fazendo o milésimo gol no Maracanã. Uma confusão doida. Outro dia, foi o Romário. Aí, eu digo: eu vou ver aqui, já que aqui é o nosso Maracanã, Pedro Simon. Olha como é eficiente este Senado. O Dr. José Roberto tem duas formaturas também. Não é só o Obama não. O outro, João Pedro, tem duas. Aqui, todo mundo é assim.

Aí, ele pegou: em 2003, eu fiz 96 pronunciamentos; em 2004, 80; em 2005, 138; em 2006, 117; em 2007, 255; em 2008, 285. Até hoje, 968. Então, nós vamos fazer o milésimo. E, para o milésimo pronun-

ciamento, já convido V. Ex^a. Eu vou fazer uma homenagem a V. Ex^a. Estou lendo. Lendo não, estudando, apreendendo.

Barack Obama, em seu livro, diz que procurou... Lá diz o nome, que eu não sei, de um senador americano antigo, duas vezes deputado estadual e senador. Tiveram uma conversa. Ele disse: “Meu filho, leia a Constituição”. Aí, puxou uma. E disse: “Esse povo não lê a Constituição, o Regimento e a Bíblia. E V. Ex^a tem perspectivas invejáveis”. Ele procurou o Pedro Simon de lá.

Então, eu quero lhe dizer que já estou preparando o meu milésimo pronunciamento aqui, Pedro Simon. E vai ser uma análise das suas obras. O Alberto Pasqualini... E, por último, estou lendo *Reflexões para o Brasil do Século XXI* de Pedro Simon. Então, 968 discursos. Apartes, já demos 1.501. E depois, José Roberto, Dr. José Roberto. Professor. Ele é formado duas vezes. Tem a formatura do Fernando Henrique Cardoso,...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite? Só para esclarecer, desses seus 1.500 apartes, pelo menos 1.000 não são apartes. Aos meus pronunciamentos, V. Ex^a tem feito verdadeiros discursos paralelos. Então, se V. Ex^a incluir os apartes nos discursos de V. Ex^a, V. Ex^a já passou dos 1.500.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ô Professor Cristovam Buarque, ... José Roberto, se fosse possível, eu queria que levantasse quantas vezes nós, em nome da grandeza do Piauí, presidimos a sessão aqui.

Paulo Paim, quero agradecer e dizer, Cristovam Buarque, que iremos ao Planalto pedir a Sua Excelência, o nosso Presidente Luiz Inácio, para indicá-lo para a Unesco. Isso será uma vitória do País. É quase conquistarmos uma cadeira na ONU.

E cadeira da Presidência também temos que disputar aqui. Estão aí dois nomes ímpares que não podem faltar à República, ao Brasil, ao Senado e ao nosso Partido: Sarney e Pedro Simon. Nem que não queiram, vou decidir meu voto aí. Essa é uma questão minha. Então, Deus é que abençoa e dá os caminhos. Essas são as palavras.

Paim, nossos cumprimentos, porque acho que ninguém o excedeu na Comissão de Direitos Humanos. É até indelicado dizer que V. Ex^a foi o melhor presidente de comissões, porque pertence a outras, e o de uma delas é o Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas continuei o trabalho que o Senador Cristovam começou, juntamente com o Senador Magno Malta. Dei continuidade. A base estava pronta, fui dali para frente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é.

Ô, Luiz Inácio, eu gosto de você. Votei em 1994 nele. Vou fazer dois pedidos a Luiz Inácio. Leve o Cristovam. Eu só proponho coisa boa. Quem está acabando com ele são os aloprados do Piauí, porque ele manda dinheiro, e a turma rouba todinho. Não tem nada, o Estado nunca esteve tão ruim. Eu não. O que é que eu pedi?

Mercadante, no início do PMDB, vem a mim. Mercadante é um homem de bem, correto, decente. Eu o admiro! Ele me perguntou o que eu achava do PMDB. Eu disse: “Mercadante, convide só o Pedro Simon, que estaremos bem representados”. Ele vibrou. Mas não deixaram Pedro...

Agora, eu digo, Luiz Inácio: leve o Cristovam para a Unesco. Vai ser muito bom, porque estamos decadentes na educação. Vai ser muito bom. E mais, o suplente do Cristovam é uma beleza, do Partido dos Trabalhadores. Não vou falar que ele é o maior, mas já vi muitos suplentes aqui, que passam e se vão embora. O único suplente que vi, para quem este Senado, após reunir-se, ofereceu um banquete, um jantar – ele não pagou, não, fomos nós – foi o Eurípedes.

Então, o Eurípedes vem para cá, é querido, é do Partido dos Trabalhadores. E o Paim ainda vai fazer a demagogia dele: vai dizer “Agora somos dois”. Não existe, para mim não existe esse negócio de negro, nem de branco. É Darci Ribeiro: “O amor misturou tudo. Nós somos hoje brasileiros”.

Cristovam Buarque, dê logo o aparte, porque você vai para a Unesco. Não é possível que o Luiz Inácio não atenda ao nosso pedido.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, primeiro seu discurso trouxe diversos itens fundamentais, como sempre traz. Mas quero concentrar-me nessa idéia do milésimo. Creio que vale a pena o senhor pesquisar se algum Senador, antes, nesta Casa, conseguiu fazer mil discursos em seis anos de mandato. Talvez algum consiga em muitos anos. Mande perguntar a minha assessoria quantos fiz. Até que falo, razoavelmente: em número de discurso, tirando-se o primeiro ano, em que fiquei fora do Senado, e mesmo o ano de 2006, em que fui candidato a Presidente e fiquei ausente, nem de perto se chega a isso; são 375.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Pedro Simon, na certa, está no *podium*, medalha de ouro, com certeza pelo tempo. Mas é aquele negócio, não há escola de samba, futebol? Ele é Fórmula 1, Pedro Simon está disputando ali com Rui Barbosa. Estou na terceira divisão.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Creio que isso merece ser comemorado, para mostrar à opinião pública que há Senadores, sim, muito presentes na tribuna, fazendo seu discurso, dando suas mani-

festações, com a coragem que os caracteriza, sempre que é preciso. Fico feliz. Quero estar aqui no dia desse milésimo. E não esqueça que o Pelé, no dia em que fez o milésimo gol, dedicou-o às crianças brasileiras. E, recentemente, quando fez, se não me engano, 29 ou 39 anos, aqui no Gama, quando esteve, perguntaram o que ele pensara, ao ter feito isso, e ele disse: “As coisas não melhoraram desde então, como esperava, para as crianças”. Sugiro que V. Ex^a dedique a algum agente social.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Pelé é melhor do que eu no Maracanã, mas aqui para o Brasil, não. Dedico a Pedro Simon; estou oferecendo às crianças do Brasil, ao jovens o exemplo de virtude, de luz, de farol, de honradez e de dignidade que este País está a precisar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Escolha a quem V. Ex^a vai dedicar esse discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já estou trabalhando no milésimo, sobre os livros que já li, alguns de Pedro Simon. Ou Alberto Pasqualini. E agora estou meditando sobre o último: **Reflexões para o Brasil do Século 21**.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Se é sobre o que V. Ex^a leu, então dedique à sua primeira professora, porque sem ela V. Ex^a não estaria lendo esses livros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, a gratidão é tanta, que, todos os dias, durmo abraçado com uma. Casei-me com uma professora, a Adalgisa.

Nisso já está a homenagem. É a única.

Do nosso Presidente Garibaldi, li e digo: o “bicho” aprendeu. Garibaldi agradeceu a duas mulheres. Aí fui ler: foi a nossa Cláudia, Cláudia Lyra, e a do Protocolo. Eu tinha agradecido primeiro a Adalgisinha.

Paim, muito obrigado.

Pedro Simon, o convite primeiro é a V. Ex^a. E diga lá para os gaúchos que eles tiveram também um erro. Roma buscava, aceitava a que eles queriam aprender. Lá no Rio Grande do Sul. E conheço uma garota encantadora, que quer aprender medicina com os gaúchos. Falo por parábola, como Cristo, e V. Ex^a entende.

Paim, muito obrigado pelo tempo concedido.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de chamar o próximo orador, Senador Mão Santa, permita-me só dizer: nesta questão da tortura lá no Piauí, o mérito é seu. O Senador Mão Santa botou para falar para a TV lá do Piauí, sobre a denúncia

de tortura que trouxe; botou para falar no sistema de rádio. Claro que deu uma repercussão, o seu pedido foi atendido, e a tortura terminou. Então, o mérito foi de V. Ex^a, pela iniciativa de trazer a denúncia de tortura para a Comissão de Direitos Humanos. Eu dei as entrevistas, dizendo que ia tomar as medidas cabíveis, inclusive junto ao Ministro Paulo Vannuchi, e, a partir daí, veio a solução.

Então o mérito não é meu; o mérito é seu.

Senador Pedro Simon, com a palavra – senão ele vai dizer de novo que o mérito...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente Paim, Srs. Parlamentares, peço licença, mas tenho a obrigação moral de falar sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Haverá uma sessão, na semana que vem, mas será tão intensa, com tanta gente, que eu, com um pouco de serenidade e com a tolerância de V. Ex^a, faço questão de valorizar o que considero, talvez, um dos momentos mais importantes da história da humanidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou agora, na última quarta-feira, anteontem, 60 anos. Nascida no imediato pós-guerra, ainda no calor sufocante das bombas derramadas sobre Hiroshima e Nagasaki, ela lançou para o mundo, que saía de um dos conflitos mais odiosos da história, um olhar de esperança.

Três anos antes, parecia que a humanidade havia sucumbido ao ódio, tamanha a barbárie de mulheres, de corpos mutilados sob escombros, último ato de uma história da vida real que não quer ser esquecida, para não ser repetida.

Havia, então, um sentimento de reconstrução não apenas das cidades e dos campos destruídos pela guerra, mas de todos os melhores valores igualmente feridos de morte nos corações e mentes de quem mandou acionar os gatilhos, os rastilhos e as válvulas de gás letal, em nome do poder. Não importavam milhões de vítimas inocentes.

Era preciso fazer brotar de novo a semente do verdadeiro sentido de humanidade. A propósito, lembro-me das palavras de “Flores sobre Ruínas”, na obra *Hiroshima*, de John Hersey:

Por toda parte – sobre os destroços, nas sarjetas, nas margens do rio, entre as telhas e as chapas de zinco dos telhados, nos troncos carbonizados das árvores – estendia-se um tapete verde, viçoso, otimista, que brotava até mesmo dos alicerces das casas em ruínas. O capim já escondia as cinzas, e flores silvestres despontavam em meio ao esqueleto da cidade. A bomba não só deixara intatos os órgãos subterrâneos

os das plantas, como os estimulara. Por toda parte, havia centáurea, iúcas, quenopódios, ipoméias, hemerocales, beldroegas, carrapichos, gergelim, capim e camomila. Principalmente num círculo do centro, o sene vicejava numa extraordinária regeneração, não só entre os restos crestados da mesma planta, como em outros pontos, em meio aos tijolos e através das fendas do asfalto. Parecia que o mesmo avião que jogara a bomba atômica, também soltara uma carga de sementes de sene.

É assim que eu imagino o que inspirou os mentores da Declaração Universal dos Direitos Humanos: fazer florescer a esperança nos campos minados pela barbárie.

Acreditar que sempre haverá sementes de sene que, teimosas, brotarão entre as cinzas, em meio aos tijolos e ao concreto e nas fendas do asfalto. Que haverá, igualmente sempre, uma semente de humanidade, que, a exemplo do mesmo sene, brotará no terreno arenoso do desdém.

É bem verdade que vieram, depois, tantas outras guerras: Vietnã, Coréia, Kosovo, Bósnia, Afeganistão, Iraque... Vieram repetir os conflitos étnicos; vieram milhões de refugiados com seus esqueletos expostos pela inanição.

Vieram, anos a fio, todos os tipos de segregação, racial, social, política, de gênero...

Vieram as guerras civis não declaradas, com milhões de vítimas de violência, urbana e rural.

Veio a fome que mutila, hoje, um bilhão de seres em todo o planeta.

Vieram tantos muros, reais e virtuais, a separar dois mundos, um além dos limites do supérfluo, outro muito alguém do necessário.

Vieram os “condomínios”, individuais ou coletivos, com todo o aparato de segurança, a demarcar até onde podem chegar os excluídos, muitas vezes pela loteria da própria vida.

Vieram, enfim, quem sabe, os limites entre os que têm e os que não têm, de fato, direitos humanos na sua plenitude.

Apesar da aridez da travessia, não se pode negar que muito se caminhou nessas seis décadas, nesses 60 anos de vida plena da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É bom lembrar, por exemplo, que, no início dessa mesma caminhada, os negros americanos eram obrigados a ceder seus lugares, nos coletivos, para os considerados, então, “cidadãos” brancos.

Imagino que, naquele tempo, a tal Declaração Universal, mesmo que ainda engatinhando, tenha inspirado Rosa Parks a se rebelar contra esse verdadeiro desatino. Imagino, também, que tenha inspirado, 60

anos depois, a eleição de um negro para comandar os destinos do mesmo povo americano.

Sr. Presidente, mas o que motiva a mim hoje, nessas minhas reflexões no plenário do Senado Federal, é que a realidade de todo o planeta mostra que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, embora com 60 anos, ainda está muito longe de uma possível e desejada aposentadoria.

Bom seria se ela pudesse descansar, merecidamente, nas prateleiras da História.

Infelizmente, as nossas janelas, também as reais e as virtuais, ainda mostram que são muitos, em alguns casos bilhões, os que, quanto aos direitos humanos e as liberdades, sofrem distinção “de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento” ou outras. Isso para ficar apenas em um dos seus 30 artigos.

O noticiário mostra, também, que populações inteiras são dizimadas, verdadeiros genocídios em pleno século XXI, gerados pela fome, por doenças plenamente erradicáveis, por lutas tribais, pela corrupção, pelo poder a qualquer custo e por um sem-número de mazelas que persistem em todos os cantos e recantos do planeta.

Não são raras as cenas de xenofobia, de perseguições étnicas, de segregação de povos e de territórios, entre outras. São os casos, por exemplo, da repressão explícita aos imigrantes na França, na Alemanha, na Espanha, na Itália; da fome em Zimbábue; das lutas entre tribos em tantos países africanos...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, embora tenhamos programado uma sessão de homenagem pelos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na próxima semana, o seu discurso é extremamente oportuno e faz essa comemoração agora, aqui. Quando vejo o senhor listando tudo aquilo que a gente precisa hoje em dia para levar adiante a Declaração, e como ela era importante naquele momento, eu quero só voltar a insistir em algo que eu falei uma vez aqui, que é a necessidade de que o Presidente Obama não seja apenas o primeiro Presidente negro, mas seja também o primeiro Presidente do século XXI, porque, até aqui, os presidentes são do século XX, ainda que, cronologicamente, nos anos dois mil. Eles são do século XX porque eles não levaram em conta plenamente essas declarações, porque não houve um envolvimento pleno dos presidentes norte-americanos para liderarem um grande movimento mundial que permita cumprir plenamente as declara-

ções. Oxalá o Presidente Barack Obama, além de ser o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos, seja o primeiro Presidente norte-americano a, de fato, ter uma agenda sintonizada com o século XXI: o século XXI da autodeterminação dos povos plenamente, sem que os Estados Unidos invadam quando acharem conveniente; o século XXI das metas do milênio das Nações Unidas sendo cumpridas e não ficando para trás; o século XXI de um desenvolvimento econômico compatível e harmônico com o equilíbrio ecológico. E o Governo americano, até hoje, nem assinou o Acordo de Kyoto. Eu espero que a eleição de um presidente negro seja a eleição de um presidente sintonizado com a agenda do século XXI, que é a agenda que comemora tanto tempo já – 50 anos – da Declaração dos Direitos Humanos. Parabéns por trazer este assunto. Se o senhor estiver aqui, na próxima semana, vamos ter uma sessão especial para homenagear essa Declaração, que é um marco, como o senhor disse no começo do discurso, é um marco na história da humanidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Uma mera pesquisa sobre alguns povos específicos é o suficiente para fortalecer a necessidade do cumprimento, imediato, de todos os artigos da Declaração Universal. Também, a título de exemplo, a perseguição ao povo cigano, na Itália, uma verdadeira xenofobia, que muitos chegam a comparar com as perseguições do regime nazista, reproduzindo agora o que aconteceu nos tempos em que a mesma Declaração dos Direitos Humanos foi concebida.

Portanto, a realidade demonstra a necessidade de um passo além de tudo que foi feito e que foi declarado na Assembléia Geral das Nações Unidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos naquele dia 10 de dezembro de 1948.

O documento continua sendo, passados tantos anos, atual. Sendo assim, é porque a realidade também mostra que os seus artigos ainda persistem necessários, certamente longe do que desejavam os seus idealizadores. Mostra que a travessia tem, ainda, um longo caminho a ser percorrido.

O ser humano idealizado na Declaração Universal tem fortes correlações com o homem projetado à imagem e semelhança do Criador.

Reparem o que diz o art. 1º da Declaração dos Direitos Humanos:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Reparem o que declara o primeiro capítulo de Gênesis da Bíblia:

Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem semente e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há frutos que dão semente: tudo isso será alimento para vocês.

Quem sabe, então, o Criador queria nos dizer que os dispositivos da Declaração são sementes de sene, a serem lançadas nos campos devastados pela falta de cumprimento dos direitos humanos em nossos tempos. “Flores sobre ruínas”.

Quem sabe queira Deus lembrar que nos criou dotados de razão e de consciência e que nos falta, enfim, o tal espírito da fraternidade.

Naquele 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU), então composta por apenas 58 Estados-membros, ao dar à luz à Declaração Universal dos Direitos Humanos, construiu na verdade a baliza que nas últimas seis décadas, nos últimos 60 anos, orientou o tão almejado encontro da humanidade consigo mesma.

Àquela época, a necessidade desse encontro havia se evidenciado de forma dramática e inequívoca durante a Segunda Guerra Mundial, conflito de inédita amplitude destrutiva que deu ensejo à criação da ONU.

De fato, a humanidade buscava uma forma de reconhecer-se como tal depois do terror dos campos de concentração nazista, onde milhões de seres humanos foram cruelmente assassinados em nome da intolerância racial. Procurava reconciliar-se depois de conhecer a força sufocante da bomba atômica que, em um átimo, silenciou, destruiu as cidades de Hiroshima e Nagasaki, reduzindo a nada o valor da vida.

Até chegar ao texto que hoje se conhece, houve muito esforço e longos debates. Não foi fácil! Eles foram conduzidos, com doçura e firmeza, por Eleanor Roosevelt, a ex-Primeira-Dama dos Estados Unidos, eleita por votação direta para coordenar os trabalhos da elaboração do documento.

Ela presidiu o Comitê dos Direitos Humanos, grupo incumbido de elaborar o rascunho da Declaração Universal, composto por dezoito pessoas de diversas formações políticas, culturais e religiosas, provenientes de oito países selecionados com base em sua distribuição geográfica. Desse grupo também participou o Brasil, representado pelo imortal jornalista Austregésilo de Athayde.

Devo dizer que não foi sem discordâncias que se elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pelo contrário, eram permanentes as polêmicas e os embates travados pelos membros de blocos opostos em função de suas distintas visões do mundo.

De um lado, o bloco capitalista ocidental buscava a reafirmação das liberdades clássicas do indivíduo,

centrando sua atenção na defesa dos direitos civis e políticos. Do outro lado, o bloco socialista oriental tentava estabelecer o privilégio do coletivo sobre o indivíduo, fosse em prol da harmonia social, fosse em defesa da ordem e da autoridade religiosa ou secular, mediante a defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais.

Dessa disputa, emergiu o texto que foi submetido ao exame da Assembléia-Geral da ONU e aperfeiçoado com sugestões de mais de 50 países que participaram da redação final do documento.

Por representar o maior consenso possível no campo dos direitos humanos naquele momento, a Declaração Universal recebeu o aval unânime de 48 países num processo de votação que ainda registrou duas ausências e oito abstenções.

Não por acaso, Austregésilo de Athayde encerraria o discurso solene da sessão que adotou o documento, reportando-se à alegria do Brasil por ter levado “um pouco de sua experiência e de seu idealismo a essa obra comum das Nações Unidas, convencido de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos abrirá à humanidade nova era de liberdade e de justiça”.

Como fruto do dilema entre preservar a civilização ou sucumbir à barbárie, pouco antes corporificada no nazifascismo, a Declaração Universal realmente acentuava com o descortinar de novos e melhores tempos. Isso porque constituía a mais perfeita síntese de avanços éticos da humanidade, seja por abranger o reconhecimento dos direitos civis e políticos (de natureza individual) e dos direitos econômicos, sociais e culturais (de cunho coletivo), seja por afirmar a indivisibilidade e a universalidade do conjunto desses direitos.

Além disso, ao posicionar o ser humano no palco das relações internacionais e a dignidade humana como fio condutor de toda ação do Estado, a Declaração Universal humanizou o direito internacional e tornou-se referência para a elaboração dos diversos ordenamentos jurídicos nacionais, a exemplo da Constituição brasileira de 1988.

Também deu origem a uma rede de proteção atualmente formada por mais ou menos 80 pactos, protocolos, tratados, convenções internacionais que reverberam pelo mundo o respeito devido aos direitos de todos nós, sinalizando o aumento da busca pela concretização do ideal de justiça, caminho certo da paz.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a promessa de melhores tempos lançada com a adoção da Declaração Universal até hoje não se cumpriu plenamente, como teima em provar a triste realidade de contínuas violações dos direitos humanos nas últimas décadas.

Para que se tenha uma idéia da gravidade do quadro, basta recordar alguns casos de violação mais

notórios na atualidade: o abandono de milhões de pequenos órfãos na África em decorrência das mortes causadas pela Aids; as torturas praticadas pelos soldados norte-americanos nas prisões iraquianas e na de Guantánamo; o genocídio em curso no Sudão; a sucessão de mortes de crianças indígenas no Brasil por desnutrição; a seqüência de abusos sofridos por mulheres, crianças e bebês no Congo; as execuções judiciais de prisioneiros nos Estados Unidos; o longo bloqueio econômico a Cuba; a exploração sexual de crianças e adolescentes em quase todos os cantos do planeta; o analfabetismo no Haiti e na Guatemala; os assassinatos promovidos pela máfia no Japão e na Itália; o trabalho em condições análogas à escravidão na China; a violência endêmica nas grandes metrópoles; a violação sexual de mulheres por soldados russos na Chechênia; o desemprego estrutural nos países da América do Sul; os atentados terroristas na Espanha e na Índia; a xenofobia na França; o crescente mapa da miséria em todo o mundo.

Em resumo, uma lista vergonhosa e infundável de atrocidades.

Do advento da guerra fria, que deu margem ao recrudescimento da ditadura em vários países, passou-se ao fenômeno da globalização econômica, que tem beneficiado pouco mais de 1/3 dos habitantes do planeta em detrimento dos outros 2/3 da humanidade, submetidos a condições de vida cada vez mais precárias.

Com efeito, a busca obsessiva da eficiência e da máxima competitividade, lastreada no avanço tecnológico e na informatização, tem provocado o aumento da pobreza e da miséria mundo afora, por meio do desemprego estrutural, da exploração de mão-de-obra barata, do desmonte da previdência pública e do enxugamento do Estado.

Nesse contexto, responsabiliza-se o pobre por sua própria pobreza e por tudo o que há de mais negativo: superpopulação, epidemias, destruição ambiental, vícios, tráfico de drogas, exploração do trabalho infantil, fanatismo, terrorismo, violência urbana, criminalidade. Enquanto isso, o rico constrói grades protetoras ao redor de si e, para exercer livremente os seus direitos, cobra medidas enérgicas do Estado, exacerbando a intolerância contra os “diferentes”.

O Estado, por seu turno, com os olhos voltados ao mercado e centrados, especialmente, no resultado da Bolsa de Valores, convive com a corrupção e faz pouco caso do valor humano, levando as pessoas à indiferença com a direção do seu destino coletivo e à adoção de um comportamento cada vez mais egocêntrico e inconseqüente.

Ausente no mundo dos “diferentes”, o Estado legal, à sua revelia, é substituído pelo Estado paralelo, notoriamente comandado pelo narcotráfico. Vem daí, por exemplo, a milícia, que avoca para si o “direito” de prender, julgar e condenar alguns seres humanos, na grande maioria das vezes, à pena capital.

Aos “diferentes”, a milícia, travestida de polícia. Aos “iguais”, a justiça, moldada pela impunidade.

Os meios de comunicação de massa, com raras e honrosas exceções, reforçam essa tendência, ao privilegiar o sensacionalismo, a futilidade e a violência.

Para vender mais, não costumam se importar com o conteúdo do seu produto, usualmente divorciado de qualquer relação com a carência que o desamparo na educação, na saúde e no trabalho vem gerando na humanidade. São meros agentes do mercado, do mundo dos “iguais”, numa apologia ao ter no lugar do ser.

O esgarçamento do tecido social assim produzido oferece o meio propício para a ocorrência de todo tipo de violação dos direitos humanos ou, na melhor das hipóteses, para a permanente ameaça que paira sobre eles, colocando em xeque o avanço civilizatório representado pela Declaração Universal e seus corolários.

Contudo, esses fatos não conseguiram soterrar a promessa de melhores tempos nela veiculada. Paralelamente à seqüência de violações a que deram ensejo, verificou-se o crescimento e a consolidação da idéia de cidadania planetária, animada pelo arraigar da tese de interdependência, da indivisibilidade e da universalidade dos direitos humanos.

Nesse movimento de globalização em prol do ser humano, tem sido central o debate sobre a questão das diferenças.

Repelida nos instrumentos internacionais que oferecem proteção geral, genérica e abstrata, por ter sido usada como justificativa para exterminar e destruir, a diferença começou a ser invocada para evidenciar a necessidade de conferir respostas específicas à proteção de determinadas pessoas, grupos ou situações mais vulneráveis às violações.

Converteu-se, assim, em critério básico de inclusão social, posto que os desiguais merecem receber tratamento especial.

De fato, é com base na valorização da diferença para o alcance da efetiva igualdade que vieram a lume os demais instrumentos formadores da espinha dorsal da normativa mundial de proteção dos direitos humanos: a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966; a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979; a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou

Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, de 1984; a Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 1989; e a Convenção Sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, de 2006.

Com o aporte desses diplomas, que reiteram, atualizam e ampliam os termos da Declaração da ONU de 1948, o cabedal de proteção internacional de direitos humanos vai além das garantias de natureza civil, política, econômica, social e cultural para incluir, também, o direito à solidariedade. Este se desdobra em direito à diferença, direito ao desenvolvimento, direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito à paz.

Portanto, no plano da legislação, da idéia do que deve ser um mundo, caminhamos, quem sabe, para um ambiente de fraternidade universal.

No plano dos fatos, porém, vivenciamos, no século XXI, uma realidade que mais se parece com o obscurantismo medieval e o estado mais primitivo de predação do homem pelo homem.

Para preservar a espécie que foi criada à imagem e à semelhança de Deus, precisamos resolver esse impasse e realizar, juntos, a utopia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no decorrer do século XX, o ser humano viveu um ritmo absolutamente frenético em um número sem-fim de experiências, cada uma mais intensa que a outra. As sucessivas descobertas tecnológicas permitiram-lhe fabricar armas superpotentes, instrumentos de precisão inimaginável, veículos maciços de difusão de informações e meios de transporte ultravelozes.

Tudo isso provocou alterações substanciais no conhecimento que ele tinha de seu espaço, de sua história e de si mesmo.

Nesse processo de desconstrução, todos os grandes discursos que guiavam o homem foram postos sob suspeita, quando não definitivamente aniquilados, deixando-o sem rumo. Para garantir a sua sobrevivência, julgou ser necessário, então, tomar o caminho da intolerância: passou a investir contra tudo o que lhe parecesse diferente, buscando – na violência – resposta para os seus problemas.

O triste saldo da última Guerra Mundial mostrou o equívoco dessa escolha, colocando o ser humano de frente com o imperativo de eleger o caminho da solidariedade em nome de sua autopreservação.

Assim nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, germe da cultura de respeito e tolerância a ser instalada em todo o planeta.

Há quem hoje despreze o conteúdo da Declaração, nele apontando falhas que seriam responsáveis

pelas crescentes violações dos direitos humanos, sobretudo a generalidade no trato das pessoas, sem considerar as profundas diferenças que as isolam no mundo real.

Nessa linha de raciocínio, o surgimento de diplomas internacionais voltados à proteção de determinados segmentos ou situações seria a prova definitiva da declaração da decrepitude do texto da Declaração.

Talvez essa atitude seja reflexo de uma era de mudanças velozes e de uma cultura de menosprezo ao passado, que se revela no desrespeito generalizado aos idosos, grupo a que a sexagenária Declaração Universal passou a pertencer a partir de 2008.

Todavia, não se pode desconsiderar a força e a atualidade desse documento, que resistiu incólume a alterações de toda ordem no cenário mundial nas últimas seis décadas, com adesão sempre crescente. Convém lembrar, a propósito, que surgiram mais de cem novos Estados nacionais, novos cem países, desde o nascimento da Declaração e que a maioria absoluta das nações do planeta não teve dificuldades para aceitar seus dispositivos e incorporá-los à legislação doméstica.

Convém lembrar, ainda, que esse documento tem inspirado as lutas reivindicatórias de todos os oprimidos, cujas conquistas se expressam no significativo conjunto de tratados e mecanismos internacionais a que os Estados aderem voluntariamente, cientes de que sua postura denuncia o avanço civilizatório de seus povos.

Convém lembrar, por fim, que a Declaração Universal deu ensejo à inclusão do ser humano no palco das relações internacionais, antes monopólio absoluto dos Estados, que tinham o poder não contestado de vida e morte sobre seus nacionais.

Deflagrou, assim, um processo irreversível e contagioso de democratização dentro e fora dos Estados, um processo que hoje chega a questionar a própria estrutura da ONU, anacrônica no poder de veto conferida aos países membros do Conselho de Segurança num contexto histórico muito distinto do contemporâneo.

Cuida-se, em suma, da cidadania planetária, única forma de fazer frente aos problemas igualmente planetários com que nos deparamos neste momento.

Portanto, é inadmissível o argumento da caducidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esse documento talvez constitua a única grande narrativa que sobreviveu ao século XX, marcado pela velocidade e pela fragmentação em todos os sentidos. Isso porque ela inseriu, na agenda política nacional, a questão dos direitos humanos, que, na sua complexidade, aponta para um plano de utopia, uma idéia reguladora, um horizonte que nunca poderá ser

alcançado porque está sempre mais além, mas sem o qual não saberíamos sequer para onde ir.

A observação efetiva dos direitos humanos nas políticas e práticas das nações e na experiência das pessoas, no entanto, constitui outra questão.

O desrespeito aos direitos humanos faz parte do cotidiano mundial e, para citar o caso apenas do Brasil, atinge um número cada vez maior de pessoas, privadas do mínimo necessário a sua existência: meninos e meninas perambulam pelas ruas das metrópoles; desempregados são forçados a morar ao relento; idosos morrem aos poucos, à míngua de assistência médica; crianças e adolescentes são mantidos no trabalho precoce, longe da escola, e acabam mutilados pelos equipamentos de serviço; meninas são submetidas à violência e à exploração sexual, fantasma que perturba também a vida dos meninos de forma crescente; trabalhadoras deixam seus filhos trancados em casa por falta de creches; presidiários, jovens da periferia e trabalhadores sem terra são executados.

Esse quadro de horror mostra a distância abissal que existe entre a teoria e a prática acerca do respeito aos direitos humanos.

No Brasil, a questão do orçamento é bastante elucidativa: embora a lei orçamentária contemple a área social com recursos consideráveis todos os anos, o contingenciamento de boa parte desses recursos também é regra, impedindo sua liberação e aplicação, sem falar nos desvios e ralos abertos pela corrupção.

Os fatos listados denunciam a necessidade de um maior engajamento de todos em defesa dos direitos humanos, sobretudo os econômicos, sociais e culturais, cotidianamente violados ou, na melhor das hipóteses, ameaçados.

Denunciam, ainda, a necessidade de romper o processo circular e vicioso sustentador de um Estado que se mostra autoritário e violento para com a grande maioria da população, enquanto se revela dócil e transigente aos interesses da elite.

Apesar do quadro desolador, o aumento do número de pessoas, entidades e governos sensíveis à causa dos direitos humanos leva-nos a crer que há muita esperança. O movimento em prol dos direitos humanos é o único a ter uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras das nações.

Além disso, verifica-se o contínuo fortalecimento da Declaração Universal protagonizado pelos instrumentos internacionais obrigatórios de proteção aos direitos humanos e pelas Conferências Mundiais da ONU.

Assim, possivelmente se vislumbra o começo de uma verdadeira cultura dos direitos humanos, uma cultura de paz.

Importa enfatizar que a Declaração Universal traz o alerta de que a violação de um direito coloca todos em perigo. Se nos omitimos diante de uma violação, permitindo que um direito seja desrespeitado, deixamos implícito nosso aval a todas as demais violações.

Daí por que não há espaço para meio comprometimento com a causa dos direitos humanos. A sociedade de inteiros por ela desenhada clama pela defesa integral de cada um de nós: indivíduos, sociedade e Estado somos todos solidariamente responsáveis por assegurar ao ser humano a condição de portador de direitos e por repelir a idéia de que haja uma casta de cidadãos com mais direitos do que os outros; uma casta que defina que direitos ignorar, de quem e quando.

Por isso, precisamos logo assumir a responsabilidade que nos cabe na construção de uma sociedade justa e democrática, que garanta efetivamente os direitos proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Como fazer isso? Podemos – e devemos – estimular a reflexão e a formação do espírito crítico, para o aprimoramento ético de toda a sociedade. Podemos formar grupos a fim de debater e procurar as soluções mais justas para os problemas que nos afligem. Podemos buscar conhecer nossos direitos e nossos deveres, pesquisando e divulgando a legislação nacional, os documentos internacionais para levar adiante a tarefa de consolidação da democracia pelo efetivo respeito aos direitos humanos como direitos de todos.

Também podemos – e devemos – aplicar os postulados da Declaração em nosso cotidiano, respeitando o outro com todas as suas diferenças e reconhecendo nele o nosso irmão, o nosso igual.

Para isso, basta termos em mente que os direitos humanos são indivisíveis, indissociáveis e interdependentes e que podemos ser a próxima vítima da violação hoje aceita, porque cometida contra alguém “tão diferente” de nós.

Em suma, podemos – e devemos – participar do processo de educação para os direitos humanos, caminho necessário para a construção de uma cultura de paz. Assim, selaremos nosso compromisso com um mundo melhor para a humanidade, mostrando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um texto vivo, escrito diariamente por todos e por cada um de nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, na obrigação que eu tinha de abordar este assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a, pois, como sempre, aborda um tema com brilhantismo ímpar, o que – permita-me que eu lhe diga isso, estando V. Ex^a ainda na tribuna – faz com que eu me sinta até homenageado pela sua fala, já que praticamente terminei meu trabalho na Comissão de Direitos Humanos nesta semana. Esse brilhante pronunciamento que V. Ex^a fez acerca dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, para mim, tem uma simbologia, quero – se V. Ex^a permitir – que seja anexado à última reunião da nossa Comissão de Direitos Humanos no Senado, como contribuição de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A contribuição é de V. Ex^a, pela sua generosidade, ao permitir que eu participe da reunião, a que assisti ontem. V. Ex^a, realmente, é pessoa muito competente. Não me lembro, na história deste Congresso, de alguém que tenha conseguido reunir qualquer Comissão às 8 horas. Nunca, nunca houve isso. Eu, por várias vezes, marquei reunião às 9 horas. Eu chegava à reunião na hora, mas fica esperando durante uma hora. A reunião de V. Ex^a começa às 8 horas, e a TV Senado está ali, transmitindo-a para o Brasil inteiro. Conheço muita gente que assiste à TV Senado. Ontem, às 8 horas, eu estava assistindo à televisão e vi a reunião espetacular em que V. Ex^a e o Senador Cristovam Buarque fizeram brilhantes pronunciamentos. E o Brasil inteiro a eles assistiu. E, ao ver a reunião de ontem, decidi que também tinha a obrigação de fazer minha parte, porque, embora vá haver uma sessão especial, cada um tem de fazer sua parte. V. Ex^a me dá a alegria de dizer que meu pronunciamento fará parte do trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fará parte daquela reunião.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa é uma honra e uma alegria muito grande, que devo a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Com satisfação, passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para fazer seu pronunciamento.

Antes, só por questão de justiça, quero lembrar ainda, neste momento, que os ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos foram o Senador Magno Malta, o Senador Juvêncio da Fonseca e o Senador Cristovam Buarque. Apenas dei continuação ao trabalho que os três fizeram com muita competência.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Prouncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, V. Ex^a deu continuação ao trabalho, mas com um grande salto, e temos de reconhecer isso. Foi um grande salto não apenas em comparação com os trabalhos realizados na minha época, até porque fiquei naquela Comissão somente por um ano. Mas não foi só isso. A Comissão de Direitos Humanos, de fato, nesses dois anos em que V. Ex^a esteve lá, afirmou-se como fórum fundamental de debates sobre os problemas que afetam o Brasil do ponto de vista dos direitos das pessoas. Isso é inegável, e seu nome merecia uma foto maior do que a dos outros que estão ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam. É por isso que V. Ex^a é candidato a Presidente da República e ainda ao mais alto cargo na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por unanimidade, com a assinatura de todos os Senadores.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não sei se não estão falando, na Presidência, de um candidato e, na Bancada, de outro candidato. O Brasil espera que, na caminhada que o Senador Cristovam está propondo, os dois façam uma primária, os dois candidatos a Presidente da República. E os dois têm grande chance. Com relação a V. Ex^a, vi no jornal que V. Ex^a, na primária do PT, pode ser o Obama brasileiro e, talvez, também seja o primeiro Presidente do século XXI, como diz V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador Pedro Simon, dizer que, com certeza, o PMDB, se tiver essa grandeza que todos nós esperamos que tenha, vai indicá-lo para ser candidato a Presidente da República. E, assim, haverá um grande debate entre a Ministra Dilma, o Senador Pedro Simon, o Senador Cristovam e, pelo que sei, o Governador de São Paulo, José Serra.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, como Senador do Distrito Federal, pedir desculpas à família desse jovem Nilton César de Jesus, que veio aqui assistir a um jogo de futebol e torcer pelo seu time e que voltou para sua cidade natal morto, dentro de um caixão. Quero pedir desculpas. Sou Senador do Distrito Federal, não tenho responsabilidade direta com o Governo desta cidade, em que fui Governador, mas me sinto na obrigação de pedir desculpas a essa família, de pedir desculpas aos torcedores do São Paulo, o seu time, de pedir desculpas ao Estado de São Paulo, de pedir desculpas, porque não se poderia deixar que acontecesse uma coisa dessas com um jovem de 26 anos

que tem até o nome, Senador Pedro Simon, de César de Jesus, ao mesmo tempo representando a força e a grandeza daquele estádio e a humildade daquele hospital aonde ele foi.

Temos de pedir desculpas por que, se houvesse um hospital em condições de atendê-lo naquele local, ao lado do estádio, seria possível não ter acontecido esse desenlace. Além disso, a Polícia do Distrito Federal, que é, sim, a mais bem preparada do Brasil, senão uma das mais bem preparadas, não podia deixar que acontecesse um erro daquele – eu nem diria “uma maldade daquela”, porque aquele sargento jamais imaginava isso, e a gente viu a reação dele, de desespero, quando percebeu que o corpo do jovem estava no chão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vi toda a cena, que, de fato, é assustadora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Fica aqui este meu pedido de desculpas, como Senador do Distrito Federal.

Mas, Sr. Presidente, venho falar sobre os assuntos desses últimos dias, que são a crise e a realidade social brasileira. A primeira página hoje de **O Globo** é um exemplo do que é o Brasil. Bem grande, na primeira página, está escrito: “Pacote para o consumo reduz Imposto de Renda e isenta carro popular de pagar imposto”. E, abaixo, diz: “Metas para a educação não são atingidas”. Onde é que está a ligação entre essas duas matérias que é preciso a gente analisar?

Primeiro, falo de pacote. É triste a gente voltar aos pacotes, isso é muito triste. “Pacote” é uma expressão dos anos 70 e 80 que significa medidas específicas, sem estratégias de longo prazo. Mais uma vez, a gente está caindo em pacotes, que, às vezes, são necessários. Mas é triste que a gente, mais uma vez, esteja caindo em pacotes.

Segundo, quero dizer que o pacote reproduz aquilo que a gente vê sempre: reduz o Imposto de Renda da parcela que paga Imposto de Renda, como eu, como nós aqui, que somos poucos diante da imensa maioria da população brasileira. Não reduzimos impostos que pesam sobre a comida, o sapato, a roupa, o aluguel. Não reduzimos impostos sobre aquilo que pesa diretamente sobre as camadas mais populares. Reduzimos impostos sobre aquilo que pesa sobre as camadas médias e altas. Aqui mesmo, diz-se: é um alívio às classes médias e altas.

E por que isso? Por maldade? Não, mas por questão de lógica, triste lógica da realidade da economia e da sociedade brasileira. É que a economia brasileira é toda organizada para servir ao topo da pirâmide social, não à base da pirâmide social. Quando os produtos caros entram em crise, é preciso aliviar as classes mé-

dias, para que elas comprem os bens de luxo. Falemos com sinceridade: um País com a pobreza brasileira, em que 40 milhões de pessoas vivem de Bolsa-Família, não se deve dar ao direito de chamar carro de produto popular! Não existe carro popular. Existe sapato popular, existe meia popular. Vou até chegar ao extremo de dizer que existe comida popular.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Carro popular custa R\$25 mil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – São R\$25 mil! Ou seja, não existe carro popular. Existe carro das camadas menores do topo da pirâmide. No Brasil, a gente considera como todo o topo; o todo é o topo.

No Império – o Senador Geraldo Mesquita falou muito do Império –, quando se dizia “todo mundo estava lá”, ninguém considerava os escravos, ninguém considerava os pobres brancos. Todo mundo era a elite, era a aristocracia. Nós estamos ainda nessa situação no Brasil. Quando a gente diz “todos estavam lá”, isso quer dizer que nós, que fazemos parte do pequeno triângulo que representa aqueles 5% mais ricos da população, somos os “todos”. Este é um País onde quem ganha mais de R\$1 mil por mês, que é um salário baixo, já faz parte dos 8% a 10% com as maiores rendas no Brasil.

A saída que se está dando é necessária e imediatista. Não estou dizendo que não é necessária, mas é aquela saída de quem encontra um buraco que vai para o abismo e coloca areia para tapar o buraco, sem se preocupar que, depois de passar o buraco, tem de mudar o rumo e não ir para o abismo.

O que me entristece não é que essas medidas estejam sendo feitas, é que ninguém esteja pensando o que fazer depois delas, para que a gente não precise, mais uma vez, continuar com o vício de uma economia baseada nos produtos caros para populações de classes médias e altas em um País onde a maioria é pobre.

O Presidente Lula convidou, se não me enganar, 35 empresários para discutir a crise. Foi um belo evento, um belo encontro. Mas esses 35 empresários necessariamente estão preocupados em como resolver sua crise amanhã, não em como construir o Brasil depois de amanhã. Não ouvi falar em o Presidente Lula convidar para conversar 25, 30, 35 pessoas para discutirem sobre para onde conduzir o Brasil depois que a crise passar. Ele chamou aqueles que cuidam da pá como instrumento para sair da crise. Ele não chamou aqueles que usam a bússola para definir um novo rumo para o Brasil.

Temos de fazer gestos como esses. Incentivar a venda de carro em um País onde há gente que não está comendo?! Temos de fazer isso. O que me en-

tristece é que temos de fazer isso. Não posso vir aqui ser contra isso. Isso me entristece. Mas me entristece mais saber que a maior parte acha que isso basta para sair da crise.

Daqui a dois anos, cinco anos, dez anos, outra vez virá a crise, outra vez vamos precisar de medidas como essas de tapar buracos, porque não é a primeira vez que se faz redução de Imposto de Renda para vender mais carros e redução de impostos sobre o automóvel. Não é a primeira vez, não é a segunda vez, não é a terceira vez que isso é feito. E a gente não pensa em como fazer para nos livrarmos de uma economia baseada apenas nos 5% a 10% da população que posso chamar de mais ricos, embora nem dê para chamar de ricos alguns que estão abaixo desses 10%, porque compram carros graças a um endividamento de quase dez anos, endividamento esse que levou à crise que vivemos.

Outra vez, vamos incentivar crédito para sair de uma crise que decorre da falta de funcionamento eficiente dos bancos. vejam que contradição: nós vamos incentivar crédito para um sistema financeiro que entrou em crise porque dava crédito demais, fazia as chamadas alavancagens, emprestando até 60 vezes o capital que eles tinham disponível para empréstimo.

Não podemos continuar sem refletir como sair de uma maneira permanente da crise e conduzir o País para um novo rumo. E esse novo rumo, eu volto a insistir, chamem de “uma nota só”, digam o que quiserem, está na parte de baixo da primeira página: a nossa incapacidade de cumprir as metas na educação.

Aqui em cima, grande, grande, grande a matéria; é a matéria do imediato. Aqui embaixo é a matéria do permanente, a gente está tratando de soluções. Aqui em cima, a gente está piorando em vez de melhorar, como deveríamos.

Esta é a grande tragédia que nós vivemos no Brasil: insistirmos na saída pela pá, em vez de buscar uma saída pela bússola; tapar buracos de um caminho errado, em vez de mudar de caminho. E esse caminho, que está, inclusive, no discurso feito há pouco pelo Senador Pedro Simon, dos direitos fundamentais, exige investimentos para a base da pirâmide, para a população mais pobre.

A saída dita keynesiana na economia é dinamizar a demanda, mas não necessariamente a demanda dos que estão lá em cima; pode ser a demanda dos que estão lá embaixo. O Bolsa-Família, inclusive, presta esse serviço, dinamizando um pouco a demanda daqueles que consomem bens fundamentais, mas em condições muito pequenas.

Veja que esse sacrifício fiscal que o Governo decidiu fazer ontem – por um pacote mais uma vez – vai

custar aos cofres R\$8 bilhões e meio. É claro, quem sabe um pouco de economia tem que ser sincero e dizer que esses R\$8 bilhões e meio que o Governo deixa de arrecadar são uma necessidade para que as camadas que podem comprar automóveis, sobre os quais vão pagar um pouquinho de impostos. Se não se fizer esse sacrifício hoje, é capaz de amanhã a receita do Estado ser menor ainda, além de que haverá desemprego.

Então, eu não estou dizendo que não tenha lógica. O que eu estou dizendo é que não deve ser essa a lógica que prevaleça na sociedade e na economia brasileiras para sempre, como parece.

Peço ao Presidente Lula, com a liderança, com o carisma que tem, que reúna seus empresários para dizer o que fazer amanhã, mas reúna um grupo de empresários, de políticos, de técnicos que digam o que fazer depois de amanhã, no próximo ano e até depois do mandato dele, que defina um rumo para este País.

Esse rumo não é a continuidade de um projeto civilizatório que é depredador da natureza, que é viciado no crédito – viciado no crédito como se fosse uma cocaína da economia. Viciado no crédito porque a indústria se baseia em produtos caros, e produtos caros não se vendem à vista, exigem crédito. E, por se exigir crédito, exigem-se bancos irresponsáveis para viabilizar uma indústria irresponsável, e irresponsável não só por causa do crédito.

Todos sabem que, dentro de mais cinco anos, a cidade de São Paulo vai parar de tanto automóvel. **A Folha de S. Paulo**, há alguns meses, chegou a dizer o dia e a hora em que vai entrar o último carro com espaço onde ficar. Está marcado o dia e a hora. A partir daquele dia, não haverá como um carro se locomover. Aí pode-se dizer que vai ter uma saída. A saída é fazer ruas debaixo das ruas de hoje, como já se faz em algumas cidades americanas. É aumentar a quantidade de viadutos. Isso custa dinheiro. E é esse dinheiro que vai para viabilizar uma economia insustentável no longo prazo, é o uso do dinheiro para manter essa economia insustentável que faz com que as metas para a educação fiquem para trás, porque aí não há dinheiro.

O Governador de São Paulo, o maior Estado do País, está eliminando algumas disciplinas, Senador Pedro Simon, porque vai ter que introduzir as disciplinas Filosofia e Sociologia, que foram aprovadas há pouco. Por que ele não pensou em aumentar o número de horas na escola? Por que, em vez de aumentar o número de horas na escola, ele reduz disciplinas? É tão óbvio, tão claro que um aluno que fica seis, oito horas na escola tem um desenvolvimento diferente de quem fica quatro, e nessas seis, oito horas pode ter

Filosofia e Sociologia sem cortar Matemática, sem cortar Física, sem cortar História, sem cortar Geografia. Mas por que a lógica de tirar uma disciplina prevalece sobre a lógica de aumentar uma hora de aula? Porque educação não é vista como um vetor importante do processo civilizatório, do desenvolvimento econômico, da redução da desigualdade, da busca da paz no lugar da violência.

E aí a gente continua com o velho esquema de tapar os buracos em vez de mudar de rumo.

Não sei quanto tempo o Brasil vai agüentar escolhendo a pá, e não a bússola. Mas sei que está ficando para trás em relação aos outros países.

O movimento Todos pela Educação é um grande movimento surgido em São Paulo, graças a empresários, sobretudo. Deles, que são muito moderados, não vi um pronunciamento, por exemplo, sobre o piso salarial. Não vi um pronunciamento deles reclamando porque alguns Governadores pediram que o piso salarial fosse declarado inconstitucional – muito moderado, mesmo assim está denunciando: o Brasil está ficando para trás.

Aliás, Senador Pedro Simon, falando em inconstitucionalidade, ontem, o Tribunal Superior do Trabalho tomou uma decisão histórica. Sabe qual? Obrigar uma Prefeitura a pagar o salário mínimo a uma professora. Um salário mínimo! Foi preciso chegar na mais alta Corte da Justiça do Trabalho para garantir que uma professora receba o salário mínimo.

Quanto ao piso, está se pedindo a inconstitucionalidade. E dizem que não é no valor, é no número de horas que vão dar de aula. Qual é a diferença? Piso é um função do número de horas. Se você paga o piso aumentando o número de horas de trabalho, você reduziu o piso. E é isto que esses Governadores querem: impedir que prevaleça o artigo da lei do piso salarial que diz que professor tem a obrigação de reservar um terço das suas horas de trabalho para preparar suas aulas, conversar com os alunos, orientar os que não estão indo bem. Mas a gente não vê isso – não vê porque trabalha com a solução da pá, e não da bússola.

Disseram que vai gastar mais dinheiro. Custa muito mais a repetência do que pagar melhor o professor e conseguir, com isso, que os alunos aprendam e não sejam repetentes. Mas o Brasil prefere a pá do que a bússola, tanto que, em alguns lugares, eles simplesmente resolveram que todos passem, para que não haja repetência. vejam que solução esdrúxula, estúpida, antipatriótica para o futuro do País! Já que as crianças não estudam, já que não aprendem, para acabar a repetência, todos passam. Isso é o que prevalece em alguns Estados e em muitas cidades do Brasil, a chamada promoção automática, a solução estúpida.

Ninguém está tentando essa solução para a indústria automobilística: já que não tem quem compre automóvel, que ninguém compre. Ninguém diz isso na indústria automobilística. Agora, na educação, encontra-se esta solução: já que ninguém estuda, passemos todos.

Agora, o mais grave, do ponto de vista da ética, é que isso não é feito para os filhos das classes médias e altas, que são obrigados a estudar. É como se a educação fosse um privilégio apenas de uma minoria e como se o País sobrevivesse dando educação apenas a uma minoria. Não sobrevive – como República, pelo menos. Aqueles que não estudam viram escravos. Escravos, Senador Paim, não mais necessariamente negros, embora a maioria daqueles que não conseguem ter uma boa escola sejam negros. Escravos não porque são vendidos. Escravos porque são desprezados, que é uma forma talvez até mais grave do que foi a escravidão, onde os escravos eram obrigados a comer bem para ter valor no mercado. Hoje, nem com isso a gente se preocupa em relação àqueles que são excluídos.

Essa é a página do jornal **O Globo** que reflete a realidade brasileira: tudo o que for preciso a gente faz para a economia; tudo o que é necessário a gente não faz para a Educação. Até acho que essa saída para reduzir os impostos em 8,5 bilhões, para dar mais dinheiro para nós, classe média alta, comprarmos automóveis e outros bens, até acho que é uma saída necessária para amanhã, mas é uma saída suicida a médio e a longo prazo.

O Presidente da República tem obrigação de pensar o hoje, mas tem obrigação de pensar o depois de amanhã, o próximo ano, a nova década que vai surgir, ainda mais quando é um governo com características e com promessas transformadoras, ou seja, de usar a bússola para mudar de rumo. E não está usando. Ele está, competentemente – e vejam que estou afirmando isto –, usando a pá, mas com todos os riscos de colocar a areia no buraco em frente, e a gente continuar afundando; ou até atravessar o buraco nessa areia pouco sólida, e, do outro lado, continuarmos afundando.

Venho aqui, Presidente desta Mesa, Senador Paim, dizer da minha frustração ao ver um País se negando a decidir para onde vai, até porque, quando eu era jovem, os debates eram entre capitalismo e socialismo, entre estatizar ou privatizar, entre abrir ou fechar as fronteiras. Eram debates ideológicos. Hoje, o debate é entre cotas e bolsas, como se as cotas fossem desnecessárias, depois de 120 anos de exclusão dos negros da elite brasileira. Nem uns pingos de novos jovens negros dentro da universidade os que são contra as cotas desejam. Ao mesmo tempo, é triste saber que os que defendem as cotas acham que, se houver

cotas, o Brasil está no paraíso. As cotas vão beneficiar os pequenos pingos de jovens negros que entrarão na universidade, e por isso eu as defendo.

Mas não vão resolver os problemas daqueles que estão na base, que são os 16 milhões de analfabetos, são os 60 que abandonam a escola a cada minuto neste País. As cotas, mais uma vez, são a solução do pessoal que está embaixo do topo, e não do pessoal que está embaixo da pirâmide. As bolsas também. Tem gente que é capaz, neste País, de ser contra o Bolsa-Família! Ninguém pode ser contra o Bolsa-Família, quando as famílias estão na miséria. Mas ninguém tem direito de comemorar o Bolsa-Família. Este País tem que comemorar, um dia, quando pagar à última família que precisar de bolsa e disser: A partir de agora, ninguém mais precisa delas.

Mas um país sem cotas e um país sem bolsas exige revolução, exige uma bússola. Não se pode abolir cotas e bolsas só com pá; com pá, a gente tapa buraco. A gente cria bolsa, a gente cria cota. É um jeitinho que a gente está dando na miséria de milhões e na falta de negros na nossa elite; um jeitinho, jeitinho necessário, volto a insistir, mas jeitinho. Não é a solução. Mas ninguém quer a verdadeira solução, que é a garantia de escola boa, de alta qualidade, igualitária, da primeira à última série do segundo grau.

Tenho conversado muito, inclusive esta semana, com Frei Davi, nosso querido amigo, líder das cotas, e ele entende. Eu lhe disse: “Frei Davi, sou defensor das cotas, mas eu queria ver o senhor lutando pela erradicação do analfabetismo de brancos e negros; lutando para que a escola fosse igual, em horário integral, não importando a cidade, não importando a raça, não importando a renda da família, desde os primeiros anos até os últimos”. E aí poderemos dizer: agora já não se precisa mais de cotas; e aí dizer: agora já não se precisa mais de bolsas. Mas há resistência em se trabalhar com a bússola e preferência para se trabalhar com a pá. Há preferência para o jeitinho – e o Brasil se orgulha do jeitinho – de tapar buraco, e não com o radicalismo de mudar de rumo.

Hoje, a primeira página do jornal mostra isso. É a nítida preferência do País pelo pacote pró-consumo, que reduz IR (Imposto de Renda) e isenta carro popular de impostos. E, na mesma página, mas em letra bem pequenininha, diz que as metas para a educação não são atingidas.

Temos que mudar isso, Sr. Presidente. E é tentando mudar isso que a gente vem pra esta Casa, é tentando mudar isso que a gente tem que correr o risco de ser visto como uma nota só: a nota da revolução, a nota da bússola e, para mim, pela educação. Mas

que tragam outra bússola, que tragam outra revolução para que a gente possa discutir aqui.

Antes de terminar, Sr. Presidente, quero ouvir o aparte do Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É só para dizer da admiração que tenho pela garra de V. Ex^a. É realmente impressionante! V. Ex^a, nesses anos, se dedicou à causa da educação e vem fazendo um alerta à Nação todo dia, toda hora. Não tenho nenhuma dúvida de que V. Ex^a está abrindo uma perspectiva nova no debate sobre a educação. Não tenho nenhuma dúvida de que, assistindo pela TV Senado, os vereadores, os professores, os professores universitários, aos seus pronunciamentos, V. Ex^a, na insistência e na profundidade do conteúdo, chama-nos a atenção para aquilo que, na verdade, na verdade, é só V. Ex^a. O máximo que a gente consegue é botar uma emenda a mais para uma escola aqui, para um colégio ali, mas a profundidade do conteúdo, a significação que V. Ex^a dá ao que é a causa da educação, a mostrar que ela está na frente de tudo o mais que se possa imaginar... Ela só fica atrás do pão. Primeiro, tem que dar comida, mas, tendo pão, a segunda coisa é dar educação. V. Ex^a tem um mérito muito grande. V. Ex^a está sendo um condutor que está dando um rumo diferente ao Congresso Nacional. E não tenho nenhuma dúvida de que a classe política brasileira, a classe intelectual brasileira vai refletir a respeito. Assistir ao seu pronunciamento como estou assistindo agora, aqui, na frente, no primeiro banco do plenário do Senado, é muito, muito, muito confortador. Mas eu lhe digo: prefiro assistir em casa. Quando vejo, de noite, parece que V. Ex^a está dando uma aula. V. Ex^a está mais para conferencista do que para debatedor político. Na aula, as coisas vêm naturalmente. V. Ex^a fala e o cérebro da gente observa: mas como é que eu não tinha pensado nisso? É isso mesmo. Essas coisas estão acontecendo. Então, V. Ex^a acorda um sentimento. Não tenho nenhuma dúvida, Senador: V. Ex^a vai ser o grande responsável pelas grandes transformações que vamos ter nos próximos anos na educação brasileira. Ninguém pode assistir friamente, sem mexer com nossos sentimentos, à repetição dos pronunciamentos de V. Ex^a. Se V. Ex^a fizesse um e, daqui a três meses, outro, talvez, não; mas V. Ex^a é constante, é permanente, é um discurso atrás do outro. Quer dizer, V. Ex^a está fazendo uma lavagem cerebral na gente, e, aos poucos, V. Ex^a verá que tem uma legião de pessoas que pensam e que refletem igual a V. Ex^a. V. Ex^a está plantando carvalho, não está plantando tomate para colher amanhã. V. Ex^a está, com uma profundidade muito grande, fazendo com que esta geração que está aí se comprometa com essa obrigação e com essa responsabilidade. Que bom seria

se o Presidente Lula tivesse condições de ouvir com tranquilidade o seu pronunciamento! Que bom seria se ele, em casa, assistisse à televisão e assistisse ao início, ao meio e ao fim do seu pronunciamento! Não acredito que esteja acontecendo isso. Sinceramente, acho que ele está num ritmo de rapidez de apresentação de detalhes, de números, de proposituras, que ele acha que, criando mais universidades, bolando novas teses nesse sentido, está resolvendo a questão. Mas não tenho nenhuma dúvida, V. Ex^a pode ficar absolutamente convencido de que, a cada dia, V. Ex^a está plantando, e plantando sementes profundas no sentimento de milhões de brasileiros. V. Ex^a haverá de ser o grande responsável, porque V. Ex^a está fazendo uma conscientização nacional. V. Ex^a está cobrando de cada um de nós. Eu, por exemplo, me sinto culpado por não estar atrás de V. Ex^a, fazendo o que V. Ex^a está fazendo. Acho que essa é a boa semente. Essa caminhada de V. Ex^a vale a pena, porque o resultado é absolutamente certo e absolutamente positivo. Nós já sabemos que, sim, pão, comida, alimentação, mas sem educação, sem cultura, sem isso nós não saímos do lugar. V. Ex^a sabe disso. V. Ex^a fala com profundidade porque sabe que a grande bandeira é essa de V. Ex^a, mas os Pedro Simon da vida, que não têm a profundidade de V. Ex^a, os vereadores, os deputados, os professores e os alunos, pouco a pouco, cada vez que V. Ex^a aparece na televisão, param e assistem. Muitas, muitas pessoas têm-me dito isto: “Mas que tal é aquele professor? Que tal é, na verdade, o que ele fala, porque é tão bonito ouvir!”. Eu digo: “Não, é bonito ouvir, mas é mais bonito levar adiante, porque ele está fazendo uma pregação que todos nós vamos seguir”. Agradeço a V. Ex^a pela aula que recebo e que venho recebendo. Hoje à noite, vou repeti-la. Vou chegar em casa e vou ouvir de novo a aula de V. Ex^a, para me aprofundar mais e, aí, me compenetrar mais, porque é o que eu tenho feito: vejo aqui e vejo em casa, e vale a pena. Muito obrigado pela aula que recebi neste momento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Pedro, sou eu que agradeço. Já que o senhor teve a gentileza de fazer esse pronunciamento, esse aparte público, eu quero dizer, aqui, a todos que estão assistindo, que, quando o senhor terminou de falar, eu pedi que o senhor me desse o seu discurso, assinado pelo senhor, não só porque eu quero reler o discurso que o senhor fez há pouco como eu quero guardá-lo. Guardá-lo, para dizer: “A este aqui eu assisti; e ele o assinou e deu para mim”.

Agora, eu estou ansioso para falar de outros assuntos aqui que não sejam educação, até porque eu sou um economista. Eu sou professor de Economia, eu

estudei todo isso de crise, eu ensinei aos meus alunos! Só que, no meu processo, eu aprendi que estávamos esquecendo os principais fatores da economia, que a gente aprende sempre, que são a terra, o homem e o capital. Mas o homem, como trabalhador manual, acabou! Daqui para a frente não vai mais ter trabalhador manual. O operário que usa a mão vai ser substituído pelo operador, que usa o dedo; e a diferença entre o operário que usa a mão hábil e o operador que usa o dedo ágil é o conhecimento que o operador tem. Vai acabar. Os países não serão mais ricos porque têm terra fértil, mas, sim, porque têm uma ciência tão competente que faz fértil até a terra que não é fértil.

Hoje, a gente sabe que o Brasil – e, nesta semana, eu tive uma verdadeira aula com uma pessoa da área de ciência e tecnologia, o Professor Ronaldo Mota – tem infra-estrutura para produzir ciência. Sabem o que falta? E ele disse isso com clareza: falta uma base de jovens grande para que a gente possa selecionar os grandes cientistas. O Brasil está pronto para ter os grandes cientistas, mas eles estão morrendo analfabetos, eles estão morrendo antes de aprenderem as quatro operações, eles estão morrendo antes de terminarem o segundo grau, antes de entrarem na universidade. Então, o potencial do cérebro deles é jogado fora. Se nós deixássemos que apenas um terço dos nossos jovens jogasse futebol, não teríamos craques como nós temos. Há craques porque a bola é redonda para todos, todos começam a jogar aos quatro anos, e os que chegam lá em cima são os melhores. No Brasil, os que chegam lá em cima são os melhores daquele pedacinho da pirâmide que pôde estudar.

Então, eu estou ansioso para falar de outra coisa, mas aprendi que é a educação o fator principal, daqui para a frente, na economia. Por isso, vou continuar, tentando fazer o que o senhor chamou de lavagem cerebral, mas com uma percepção: eu temo que, em vez de lavagem cerebral, terminem dando uma descarga nos meus discursos, de tão chatos que podem ficar. Mas eu prefiro sair daqui, um dia, dizendo que saiu um chato, do que dizendo que saiu um omissor, ou que saiu um que se adaptou.

Eu vi, aqui, quando estávamos discutindo o problema da meia-entrada, que a Presidente da Une tem tatuado no braço: “Não vou me adaptar”. Eu até comentei, mas, depois, descobri que é o verso de uma música, de um rock, e eu não sabia. “Não vou me adaptar.” Eu disse para ela: “Se a minha geração toda tivesse escrito ‘não vou me adaptar’, o Brasil estaria muito melhor, porque a maior parte daqueles que chegaram à minha idade se adaptaram.

Eu não vou me adaptar. Eu vou continuar dizendo essas coisas e fico feliz de ter uma figura como Pedro Simon dizendo o que disse.

Para concluir, eu quero dizer o seguinte: veja, Senador, as contradições dessa lógica que rege a política e a economia brasileiras. Eu conversei, um dia desses, com um governador, e ele disse: “Não tenho dinheiro mais para gastar em educação, por causa da crise”. Aí, eu disse: “Mas você está fazendo uma política de redução de impostos!”. Ele disse: “Eu estou fazendo a política de redução de impostos por causa da crise”.

Vejam que contradição: por causa da crise, não se pode pagar bem aos professores; por causa da crise, podem-se reduzir gastos para que se vendam mais automóveis. O pior é que, do ponto de vista deste instante, ele tem razão. Do ponto de vista do longo prazo, ele está completamente equivocado.

Daí, eu concluo, fazendo um apelo ao Presidente: da mesma maneira que ouviu esse grupo de empresários que têm necessidade de enfrentar o curto prazo, que ele traga outras pessoas que queiram enfrentar o longo prazo.

Faça uma reunião, Presidente Lula...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Desculpe-me, desculpe-me.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Por amor de Deus...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com o maior prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Por amor de Deus, já foram quantas reuniões? Quantas reuniões o Presidente Lula fez com empresários, com pessoas? Por que não faz uma vez com a gente? Por que ele não reúne... Não entendo! Eu gostaria de, junto com V. Ex^a...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Claro!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...com alguém, ter uma oportunidade dessas, de dizer alguma coisa. Eu gostaria de falar sobre educação, ir com V. Ex^a, para ouvir a resposta que ele poderia dar a uma questão como essa. É tão bacana! Eu acho bonito o Presidente Lula se reunir com a classe dos trabalhadores, acho bonito ele se reunir com os empresários, mas por que ele não se reúne com a gente uma vez?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito boa a pergunta!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Olha, valeria a pena.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Até para cobrar de nós propostas, até para cobrar de

nós soluções, até para exigir de nós liderança neste País. Nós somos os líderes deste País. Os empresários também, mas com outra preocupação, que é imediata. Empresário que se preocupar muito com o longo prazo quebrará no presente. Nossa profissão deveria ser pensar a longo prazo.

Digo aqui, reafirmando a sua sugestão: que o Presidente nos convide. Vamos conversar! A gente não está indo atrás do cafezinho dele, que não é melhor do que o cafezinho que fazem aqui o Zezinho e os outros que nos atendem; a gente não está querendo jantar nem almoço, até porque em jantar e almoço ninguém conversa a sério; a gente está querendo que ele dedique uns minutos para ouvir o que a gente tem para falar como portadores de bússola e não apenas portadores de pá, mesmo respeitando a necessidade da pá e apoiando-o nas medidas corretas da pá.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Volta e meia a gente vê, no jornal, o Presidente convocando e se reunindo. Então, ele chama lá o Presidente do PMDB, o Líder do PMDB na Câmara, o Líder do PMDB no Senado, alguns que nós sabemos que são os chefes e, aí, escuta quais são os cargos de fulano de tal, o Ministro tal, não sei o quê e não sei qual. Daqui a pouco, é com outra bancada; daqui a pouco, é com outra bancada, para discutir os cargos e as vantagens. Agora, discutir com a gente para ouvir a sociedade, ver os problemas, o debate... A gente reza para que o Governo dele dê certo, como nessa questão de V. Ex^a e em tantas outras contingências, mas quanto a isso nós não temos chance.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não temos, e não temos, por exemplo, na primeira página do jornal **O Globo**. Eu quero ver se ele vai fazer uma reunião para discutir por que não está cumprindo as metas educacionais, se ele vai convidar pessoas de fora do próprio Ministério, junto com o Ministro, para discutir por que a gente não está. Ele se reuniu para a crise do imediato da economia, mas para a crise de construção de uma nação, a crise de construção de uma sociedade que venha a eliminar a necessidade de cotas e bolsas, eu não o estou vendo fazer.

O Senador Pedro Simon, com toda sua experiência, ofereceu-se para ir lá. Eu me ofereço, contente, para ir lá na hora em que for para conversar sobre isso.

Fica aqui, portanto, encerrando a minha fala, este apelo e esta sugestão ao Presidente da República: que ele convide alguns para conversar sobre o pós-crise, porque o Governo do Lula vai ter um pós-Lula e ele tem de deixar sementes nesse sentido.

Era isso que eu tinha para dizer, Sr. Presidente, agradecendo a sua paciência.

Agradeço muito os seus cumprimentos, Senador Pedro Simon, e ainda mais o discurso anterior que o senhor fez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, Senador Cristovam, neste momento, vou encerrar a sessão e me comprometo, na segunda-feira, a fazer também ponderações sobre as propostas encaminhadas pelo Governo em relação à crise.

Eu dizia, Senador Simon, que nestes três meses, como forma de combater a crise, em torno de R\$480 bilhões foram investidos. Eu concordo com esses momentos, inclusive. Mas gostaria muito que conseguíssemos aprofundar esse debate. Tenho a certeza de que, segunda-feira, continuaremos com esse tema.

Sobre a mesa, avisos do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 1.285 – GP/TCU

Brasília, 10 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.973 (SF), de 9-12-2008, o qual encaminha “autógrafo da Resolução nº 38, de 2008 (SF), que ‘Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos)’, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente – autuado no TCU como TC-032.579/2008-3 – foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

Aviso nº 1.289 -GP/TCU

Brasília, 10 de dezembro de 2008

Senhor Presidente

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.976(SF), de 9-12-2008, o qual encaminha “autógrafo da Resolução nº 39, de 2008 (SF), que ‘Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

(BIRD), no valor de até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família(Proesf II)' e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente – atuado no TCU como TC-032.580/2008-4 – foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os avisos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados ao processado do Projeto de Resolução nº 57, de 2008, e ao Projeto de Resolução nº 58, de 2008, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Gerson Camata, Flexa Ribeiro, Mário Couto, Sérgio Guerra, Cícero Lucena e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES.– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há pouco tive a oportunidade de celebrar, nesta tribuna, o fracasso da “Marcha da Maconha”, uma tentativa de organizar manifestações nas principais capitais brasileiras em favor da legalização da droga. Logo depois desse fiasco, entretanto, divulgou-se uma sentença de três magistrados da Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que absolveram, em 31 de março, um condenado em primeira instância pelo porte de quase 8 gramas de cocaína.

Os magistrados entenderam que classificar como crime o porte de drogas para consumo próprio é inconstitucional porque viola os princípios da ofensividade (não ofende a terceiros), da intimidade (trata-se de opção pessoal) e da igualdade (uma vez que portar bebida alcoólica não é crime).

A denúncia que acusava o réu de tráfico não foi levada em consideração, por ser anônima. Tampouco o fato de que drogas ilícitas, ao contrário de bebidas alcoólicas, não podem ser adquiridas em supermercados. É preciso recorrer a um traficante, que integra uma quadrilha de criminosos, que dissemina a violência e o vício, que arruína vidas de adolescentes e adultos.

Em resumo, a decisão judicial deu novo ânimo aos defensores da legalização. Um deles é a jurista

carioca Maria Lúcia Karam. Numa entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, não escondeu seu entusiasmado apoio, afirmando: “A descriminalização significa a reafirmação da liberdade individual. É preciso descriminalizar e legalizar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas”.

É difícil acreditar que tais palavras partiram de uma juíza aposentada. Ela não parece nem um pouco preocupada com a expansão do consumo que a liberação provocaria, nem com os danos causados pelas drogas. Na sua opinião, o grande vilão é o que chama de “proibicionismo”. Seria ele o responsável pela violência e pelos riscos à saúde.

A decisão judicial e o endosso da jurista à liberação das drogas foram tema de um artigo assinado pelo professor de ética Carlos Alberto Di Franco, publicado há poucos dias no mesmo **Estadão**. Ele diz que os magistrados, em sua sentença, voltaram as costas para a dura realidade da dependência química. Quanto à entrevista de Maria Lúcia Karam, comenta que só faltou ela sugerir a criação de uma Drogabrás, e indaga: será que Fernandinho Beira-Mar forneceria ao Governo as drogas que seriam repassadas aos usuários?

Os magistrados e a juíza aposentada não estão apenas ignorando o drama dos viciados em drogas. Também fecham os olhos para outra dura realidade, a do incontável número de assassinatos cometidos pelo tráfico de entorpecentes. O jornal **A Tribuna**, de Vitória, publicou recentemente uma reportagem que mostra que adolescentes passaram a ser empregados por traficantes para matar usuários de drogas que lhes devem dinheiro, membros de quadrilhas rivais ou moradores que fornecem informações à polícia. Como recompensa, os assassinos tornam-se “gerentes” de pontos de venda de maconha e cocaína.

Em Cariacica, na Grande Vitória, 25% dos 1.800 inquéritos abertos para investigar assassinatos têm envolvimento de menores. Na Promotoria da Infância e Juventude de Vitória, 80% das representações são referentes ao tráfico de drogas ou uso de entorpecentes. Em outra reportagem, o mesmo jornal já tinha relatado o drama de pais que, desesperados, pedem à polícia que mate seus filhos viciados.

Considerada por muitos como inofensiva, até mesmo benéfica, a maconha tem hoje contra si as evidências de dezenas de estudos que comprovam seus malefícios. Só nos últimos 7 dias, a imprensa divulgou o resultado de três deles. O primeiro, realizado por pesquisadores da Nova Zelândia e publicado no jornal da Associação Médica Americana, revela que usuários freqüentes da droga têm até quatro vezes mais chances de desenvolver a doença periodontal, uma

inflamação das gengivas, e duas vezes mais chances de perder os dentes por essa causa.

Outra pesquisa, do Instituto Nacional de Uso de Drogas dos Estados Unidos, descobriu que o consumo de maconha em grande quantidade eleva a concentração no sangue de uma proteína que favorece ataques cardíacos e derrames. A terceira, da Universidade de Melbourne, na Austrália, comprova que fumar maconha com frequência e por tempo prolongado pode encolher partes do cérebro que controlam a memória, as emoções e a agressividade. Os usuários avaliados no teste também tiveram desempenho pior em testes de memória verbal e maior propensão a sintomas de doenças psiquiátricas.

Quem defende a descriminalização do consumo de drogas está fazendo a apologia de substâncias que criam dependência, provocam danos irreparáveis à saúde, causam alterações no comportamento, estimulam a violência, desintegram famílias e destroem vidas humanas. As drogas são uma praga, e devem ser tratadas como tal. Ignorar o mal que elas produzem é um ato de suprema irresponsabilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O Diretor da Abin mentiu ao Congresso”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 22 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o presidente da CPI dos Grampos, o Deputado Marcelo Itagiba, do PMDB do Rio de Janeiro, não tem dúvida: a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), órgão encarregado de assessorar o Presidente da República, envolveu-se nos últimos meses em ações clandestinas e ilegais. A mais visível delas até o momento é a Operação Satiagraha, que resultou, em julho passado, na prisão do banqueiro Daniel Dantas.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais** do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também desejo fazer o registro da matéria intitulada “Complacência com Rainha”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 21 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o líder sem terra José Rainha tem escapado sistematicamente das malhas da Justiça, apesar dos vários processos criminais em que se envolveu por reiteradas agressões à Lei. “É incrível que essa pessoa continue a desafiar a lei com toda desenvoltura”, destaca o texto.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Por fim, como último assunto, quero registrar o editorial intitulado “Muito cuidado com essa MP”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 23 de outubro de 2008.

O editorial alerta para a edição da MP 443:

O governo escolheu o pior caminho para editar a Medida Provisória (MP) 443, que autoriza o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal a comprar participação, com ou sem controle acionário, em instituições financeiras públicas ou privadas, de todos os tipos. Todas as suspeitas são justificáveis diante do procedimento adotado pelas autoridades. Na terça-feira, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, estiveram na Câmara dos Deputados durante mais de seis horas, em depoimento encerrado às 21h43, bem depois, portanto, do fechamento da Bolsa de Valores. Falaram longamente sobre a crise financeira e em nenhum momento mencionaram a MP. Os parlamentares souberam da novidade na manhã de ontem, pelo **Diário Oficial**, e têm todos os motivos para se julgar enganados e desrespeitados pelo Executivo.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial também passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“O DIRETOR DA ABIN MENTIU AO CONGRESSO”

O presidente da CPI dos Grampos acusa a Abin de patrocinar um esquema paralegal que envolveu seus agentes em ações clandestinas. O ex-diretor Paulo Lacerda pode ser indiciado por falso testemunho

EXPEDITO FILHO

O presidente da CPI dos Grampos, o deputado Marcelo Itagiba, do PMDB do Rio de Janeiro, não tem dúvida: a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão encarregado de assessorar o presidente da República, envolveu-se nos últimos meses em ações clandestinas e ilegais. A mais visível delas até o momento é a Operação Satiagraha, que resultou, em julho passado, na prisão do banqueiro Daniel Dantas. No rastro dessa ação, como revelou reportagem de VEJA, agentes da Abin, associados a policiais federais e arapongas contratados para fazer o que o deputado chama de “serviço sujo”, grampearam os telefones do ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, instalaram escutas ambientais, seguiram e fotografaram pessoas — tudo de maneira clandestina, sem autorização judicial. Itagiba acusa o ex-diretor da Abin Paulo Lacerda de ter mentido aos deputados da CPI e cobra a demissão definitiva de todos os envolvidos na ação que o parlamentar classifica de “paralegal”.

O que a CPI já descobriu sobre os grampos clandestinos? Existe no país um conluio entre detetives particulares, funcionários de operadoras e prestadores de serviço às operadoras para a prática da interceptação ilegal, seja para obtenção de extratos telefônicos, seja para identificação de linhas para interceptação. Esses grupos tinham como clientes maridos traidos, grandes empresários e agentes públicos. O que descobrimos agora é que esses arapongas também vêm agindo em associação com a estrutura de estado. As instituições estão se utilizando dessas organizações clandestinas para investigações oficiais e, mais grave ainda, para desenvolver ações ilegais.

O senhor está se referindo à Abin e à Polícia Federal? Não tenho conhecimento dessa prática na Polícia Federal. Mas posso afirmar que em todo o mundo os serviços secretos utilizam agen-

tes terceirizados para práticas de ações clandestinas, como grampos telefônicos. O caso Watergate foi assim. Os responsáveis pela invasão da sede do Partido Democrata eram pessoas vinculadas aos órgãos de inteligência.

A comissão já ouviu servidores da Abin e da PF sobre a interceptação da conversa do ministro Gilmar Mendes com o senador Demóstenes Torres. Já é possível tirar alguma conclusão? Com base nos depoimentos e em informações que recebemos, a CPI vem trabalhando com a possibilidade de a interceptação da conversa do ministro Gilmar Mendes com o senador ter sido feita por um grupo paralegal ligado à Abin.

O que significa isso? Podemos verificar que tudo tem início na investigação instaurada contra as práticas criminosas do senhor Daniel Dantas. Eu mesmo, quando era da polícia, já solicitei a colaboração da Abin em circunstâncias pontuais. Mas, neste caso, misturaram-se negócio, política e polícia no mesmo balaio. Para apurar as ações criminosas do banqueiro, que não são poucas, as autoridades se autoconcederam uma licença para fazer qualquer coisa. Além da engrenagem oficial, acionou-se um braço paralegal, sem vínculo formal com o estado, mas agindo protegido sob sua responsabilidade e orientação. Eles certamente estão na linha de frente das ações clandestinas. São ex-policiais e agentes aposentados da própria Abin, encarregados de fazer o chamado trabalho sujo, ou seja, tudo o que é ilegal, clandestino.

É possível comprovar a existência desse grupo clandestino que atuava a serviço da Abin? É bom ressaltar que esse grupo estava a serviço da investigação, que incluiu também a PF. A existência desses “paras” está mais do que demonstrada, na medida em que pessoas estranhas aos órgãos envolvidos foram, como já se sabe, contratadas para certas tarefas e receberam dinheiro para fazer determinados serviços. Tudo de maneira secreta, clandestina, sem o conhecimento formal das instituições. Já há um depoimento confirmando que o gabinete do ministro Gilmar Mendes foi alvo de ataque ele-

ESTADO PARALEGAL
Marcelo Itagiba: associação entre a estrutura oficial do estado e ações clandestinas e ilegais atentam contra a democracia

trônico, provavelmente de uma escuta ambiental. O grampo de seus telefones certamente deriva desse aparato clandestino a serviço da Abin e da PF. Essa associação entre o oficial e o clandestino atenta contra a democracia, por mais nobres que sejam seus objetivos.

O diretor afastado da Abin Paulo Lacerda resumiu o episódio a uma colaboração normal entre as instituições. Minha postura na CPI sempre foi cordial. Não estou ali para massacrar ninguém. Mas os depoimentos já prestados mostram que o delegado responsável pela Operação Satiagraha, Protógenes Queiroz, o doutor Paulo Lacerda e outros servidores da Abin faltaram com a verdade. O diretor da Abin mentiu ao Congresso. Eles procuraram escamotear a gigantesca participação da Abin. No início, disseram que eram uns quatro ou cinco agentes. Já sabemos que são mais de cinquenta — isso sem contar os arapongas que atuaram à margem do aparato oficial.

Como o senhor avalia isso? Isso é muito grave. O relatório final da CPI ainda será elaborado. Ele deverá ser propositivo, mas defendo que aqueles que faltaram com a verdade devem ter o indiciamento solicitado por crime de falso testemunho. Quando instrumentos clandestinos passam a ser utilizados e se esconde sua utilização, mesmo que para pegar um criminoso do quilate de Daniel Dantas, você está usando a paralegalidade. Ou seja: a ação está revestida de legalidade, mas é absolutamente ilegal. Os fins estavam justificando os meios empregados.

O presidente Lula já disse que pretende reconduzir o delegado Lacerda ao cargo na hipótese de o inquérito que investiga a escuta não provar que ela foi feita pela Abin. Se a PF e a própria Abin não forem capazes de identificar quem participou desse caso, é

“Descobrimos que as instituições estão se utilizando dessas organizações clandestinas para investigações oficiais e, mais grave ainda, para desenvolver ações ilegais”

melhor fechar as portas. O doutor Lacerda prestou relevantes serviços ao país quando foi diretor da Polícia Federal. Mas ele extrapolou. A Abin não pode participar diretamente de uma operação tipicamente policial, não pode ter mercenários à sua disposição e não pode lidar com material clandestino. Das duas, uma: ou o doutor Paulo Lacerda sabia de tudo e deve ser responsabilizado; ou ele não sabia de nada e também deve ser responsabilizado por isso. Deve ser punido por ação ou por omissão. Depois do que já se descobriu, não vejo condições de ele voltar a dirigir um órgão subordinado à Presidência da República. O presidente deveria

demitir todos os servidores públicos que de alguma forma se envolveram com essa operação paralegal.

Não é razoável duvidar da possibilidade de uma investigação séria neste caso? A Abin é necessária ao país e tem uma missão institucional a cumprir. É um órgão de espionagem e contra-espionagem e não pode sofrer em razão da má atuação de alguns de seus dirigentes. Se o presidente

O BOM E O MAU *Os delegados Paulo Lacerda e Renato Porciúncula, afastados da Abin: um era o cérebro; o outro, responsável pelas operações*

não sabia — e eu acredito que ele não sabia, embora os agentes acreditassem estar em uma missão presidencial —, deve responsabilizar aqueles que intercederam e colocar na Abin uma administração profissional.

A comissão tem condições de identificar os responsáveis pelo grampo ilegal contra o ministro Gilmar Mendes? A CPI surgiu para investigar a suspeita de um estado policial, levantada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal que se sentiam coagidos e intimidados com prováveis grampos. Porém, apesar de termos saído em socorro da corte, estranhei muito a decisão do ministro Cezar Peluso. Suas decisões têm criado muitas dificuldades para o trabalho da comissão. Ele não nos permitiu, por exemplo, acesso à lista de autorizações de interceptação telefônica feitas pelos juízes de todo o país. Sabemos que vamos encontrar nessa lista coisas absurdas. Provavelmente inocentes que tiveram a privacidade invadida por interesses escusos. Essa também era uma de nossas principais pistas para tentar resolver o caso do STF. O número do telefone do gabinete do ministro Gilmar Mendes pode ter sido criminosamente inserido em uma dessas autorizações. Esse procedimento é chamado de “barriga de aluguel” e é mais comum do que se imagina.

O senhor acredita que o grampo do ministro realmente foi feito através de uma autorização forjada? É uma possibilidade que deve ser investigada com atenção. Já está demonstrado que os juízes não têm nenhum controle sobre as autorizações que concedem. Se um agente do estado mal-intencionado incluiu o número do ministro num pedido para investigar uma denúncia de tráfico de drogas em Corumbá, o magistrado, que na maioria das vezes age de boa-fé, pode ter autorizado. O presidente do STF pode ter sido ouvido meses a fio sem que ninguém saiba. É bom lembrar que a própria Polícia Federal já fez isso no passado. Simulou uma investigação de narcotráfico e conseguiu autorização para ouvir os telefones do secretário particular do presidente Fernando Henrique. A recusa do ministro Cezar Peluso em proporcionar acesso a essas autorizações nos impede de descobrir se isso aconteceu.

O senhor, que também é delegado da Polícia Federal, tem alguma teoria sobre o caso? Trabalho

com fatos, mas a experiência me faz observar algumas coisas. O delegado Renato Porciúncula, que assessorava Lacerda na Abin e também foi afastado, era diretor de Inteligência da PF na administração do próprio Lacerda. As operações bem-sucedidas realizadas naquele período tinham determinadas características, como o excessivo uso de grampos telefônicos, o acompanhamento da imprensa e a exposição das pessoas presas. Basta observar que o mesmo procedimento se dá na Operação Satiagraha, que teve o apoio dos dois. No folclore policial, sempre existiu o tira bom e o tira mau. Os dois delegados representam esse papel. O Porciúncula

era o executor das operações. O doutor Paulo Lacerda sempre foi o cérebro. Não sabemos ainda com exatidão a responsabilidade de cada um deles sobre a parte clandestina da operação. Mas posso afirmar: ao contrário do folclore, não existe policial bom nessa história.

O senhor acredita que exista algo ainda desconhecido que tenha justificado a presença maciça de espões do governo em uma investigação policial? Existe uma disputa dentro do governo entre um grupo que deseja a fusão das teles (*Brasil Telecom e Oi*) e outro que não deseja. O grupo que não desejava a fusão perdeu. Os que queriam e os que não queriam estão arrumando uma enorme confusão. Esse processo de fusão vai conspurcar o governo do presidente Lula. Essa disputa tem objetivos vinculados a 2010. Talvez esteja aí a verdadeira razão da participação da Abin. Os grupos do PT no governo estão se digladiando para controlar o processo, quem sabe de olho em um futuro financiamento de campanha.

O arapongá Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) já teve dias de fama encarnando o papel do inspetor Clouseau. Em novembro de 1993, ele viajou aos Estados Unidos em busca de pistas sobre o paradeiro da professora Ana Elizabeth Alves dos Santos, vítima de seqüestro em Brasília. Diligente, o senador seguia informações repassadas por uma tia do interior de São Paulo. Segundo ela, Ana Elizabeth estava viva e fora vista em Manhattan. Com uma foto da professora, o senador vagou pelas ruas de Nova York em busca de uma testemunha. Ninguém reconheceu a professora e nem odiava. Ana Elizabeth nunca saiu de Brasília. Estava morta havia quase um ano. Foi assassinada pelo marido, um alto funcionário do Senado, e enterrada em Brasília.

Instruída a experiência como detetive, o senador tenta agora a carreira de arapongá. Na semana passada, Suplicy participou com vários senadores de uma reunião na Abin. Em dado momento, resolveu compartilhar com os espões do governo sua teoria sobre o caso do grampo telefônico contra o ministro Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres. "Há uma hipótese que já foi levada ao presidente Lula por um senador de que alguém no gabinete de Demóstenes pode ter feito isso para colocar o governo em dificuldades", disse, com a de quem faz uma grande revelação. "Você parecia apenas obtuso, mas vejo que também é medroso". Renateu na hora Demóstenes Torres, Suplicy explicou que apenas comentou uma de suas hipóteses. "Estou interagindo com a Abin".

O FLO PERDIDO

Suplicy: "Estou interagindo com a Abin"

Complacência com Rainha

Se há um líder sem-terra que tem escapado sistematicamente das malhas da Justiça, apesar dos vários processos criminais em que se envolveu por reiteradas agressões à lei, este é José Rainha Júnior, que agora atua como “dissidente” do Movimento dos Sem-Terra (MST). Parece inacreditável que essa pessoa, com imagem tão marcante de fora-da-lei, ainda consiga liderar grandes hordas de invasores de fazendas, como as de cerca de 800 militantes – recrutados em assentamentos e acampamentos da região – que nesse fim de semana invadiram oito fazendas em vários municípios do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste paulista.

Por meio de “nota oficial”, Rainha informou que essa invasão em massa tem o objetivo de “despertar o governo de José Serra do seu marasmo” e retomar os assentamentos na região, já que, no seu entender, as fazendas invadidas são “improdutivas ou devolutas”. No ano passado, nessa mesma época, Rainha e seus militantes realizaram idêntica invasão em massa no Pontal, região do Estado de São Paulo que concentra a maioria dos conflitos fundiários. Ao dizer que “nada foi feito para os trabalhadores e o governo tuca não insiste em privatizar 300 mil hectares de terras públicas”, Rainha se refere ao projeto do governo Serra que prevê a regularização das áreas com mais de 500 hectares no Pontal. A proposta foi enviada à Assembléia Legislativa em junho de 2007 e ainda não foi votada.

Independentemente do mérito desse projeto, é claro que uma das principais reivindicações de Rainha e seu bando é que o governador José Serra retire seu projeto de lei da Assembléia Legislativa – pois o que menos lhes interessa é algum avanço no caminho da regularização fundiária. A regularização certamente diminuiria a intensidade de conflitos na região – esvaziando o conteúdo “político” do movimento (MST) cujo comando há tempos disputa, sem o conseguir.

Como não poderia deixar de ser, já que não podem ficar de braços cruzados enquanto

É incrível que essa pessoa continue a desafiar a lei com toda desenvoltura

invadem suas propriedades, os dirigentes da União Democrática Ruralista (UDR) anunciaram que a entidade apoiará os fazendeiros do Pontal do Paranapanema na contratação de empresas de segurança, para evitar novas invasões.

Mas, além das invasões, os produtores rurais têm outro motivo de revolta. Não se conformam com o fato de a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo ter agendado – para esta semana – uma reunião com os líderes dos sem-terra. “Nossos associados não aceitam que o governo receba esses fora-da-lei.” A Secretaria de Justiça informa que a reunião foi agendada antes das invasões (não esclarecendo se foram desmarcadas em razão destas), a pedido do bispo da região, e que os ruralistas tam-

bém são recebidos quando pedem audiência. Mas convenhamos: não se pode considerar que existe equilíbrio isonômico quando a autoridade do Estado trata da mesma forma produtores regulares, fazendeiros que respeitam a lei, e bandos fora-da-lei, que não integram uma associação legalmente constituída e costumeiramente praticam o esbulho possessório, acrescido de diversas outras formas de violência – tais como cárcere privado imposto a empregados de fazendas, matança de animais, depredação de sedes e coisas do tipo.

“Tivemos mais de 100 invasões nos últimos anos e nenhum proprietário foi indenizado” – desabafou o presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan. E, para que se interrompa a prática de “os sem-terra invadirem e o governo ir negociar a terra com o dono”, o mínimo que o governo deveria fazer – como reivindica, com justiça, a entidade – era não assentar em terras que foram objeto de invasão. Era isso, aliás, o que determinava provisão legal baixada no governo Fernando Henrique.

Não se pede que o governo deixe de ouvir reivindicações de movimentos sociais, mas sim que não trate em pé de igualdade quem está e quem não está dentro da lei. A bem da verdade, José Rainha Júnior tornou-se um dos símbolos da impunidade reinante no País, tamanha é a complacência que tem desfrutado dos Poderes Públicos na evolução de sua carreira.

Muito cuidado com essa MP

O governo escolheu o pior caminho para editar a Medida Provisória (MP) 443, que autoriza o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal a comprar participação, com ou sem controle acionário, em instituições financeiras públicas ou privadas, de todos os tipos. Todas as suspeitas são justificáveis diante do procedimento adotado pelas autoridades. Na terça-feira, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, estiveram na Câmara dos Deputados durante mais de seis horas, em depoimento encerrado às 21h43, bem depois, portanto, do fechamento da Bolsa de Valores. Falaram longamente sobre a crise financeira e em nenhum momento mencionaram a MP. Os parlamentares souberam da novidade na manhã de ontem, pelo *Diário Oficial*, e têm todos os motivos para se julgar enganados e desrespeitados pelo Executivo.

Com seu comportamento furtivo, o governo apenas conseguiu evitar um debate aberto sobre a MP em preparação. Não conseguiu, com isso, nenhuma vantagem. Ao contrário: alertou os políticos, os participantes do mercado financeiro e todos os demais interessados para que examinem com o máximo cuidado e o mínimo de confiança as inovações propostas no documento, além de investigar, é claro, as motivações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seus auxiliares. Também agravou a inquietação no mercado, assolado ontem por boatos e ações especulativas.

Para prevenir danos irreversíveis, os parlamentares devem começar com a máxima urgência o exame crítico da MP e apressar sua votação. As motivações de fato, não explicitadas no texto, são fundamentais para a avaliação da proposta. Há instituições em perigo - talvez bancos pequenos ou médios? O discurso do governo sobre a solidez do sistema será exagerado? Que instituições poderão estar em grave dificuldade - talvez fundos de previdência ligados a estatais? Qualquer pergunta é pertinente.

Os parlamentares deverão investigar, com muito cuidado, por que se decidiu dispensar de licitação a venda de participação acionária em instituições financeiras públicas. Pode ser para facilitar o socorro à alguma instituição

encalacrada. Ou pode ser para simplificar uma operação de outro tipo, como, por exemplo, a venda do banco paulista Nossa Caixa ao Banco do Brasil - e, de fato, o vice-presidente de Finanças do BB, Aldo Luiz Mendes, afirmou que, nesse caso específico, "a MP reduz o desafio de encontrar uma forma de pagamento em 50%". No mínimo, seria uma forma de evitar o aborrecimento de uma contestação judicial.

Da forma como está redigida, a MP 443 pode servir a propósitos muito diferentes. Pode facilitar o socorro oficial ao setor financeiro numa situação de perigo. Nesse caso, o BB e a Caixa estariam equipados para realizar intervenções semelhantes às programadas pelas autoridades financeiras americanas e europeias. Poderiam, portanto, realizar a tarefa nobre de preservar o razoável funcionamento do mercado num momento de perigo. Mas a MP pode servir, também, para ampliar a participação da União no mercado financeiro por meio da aquisição de bancos.

Convém, portanto, que os parlamentares, se estiverem dispostos a aprovar a MP 443, acrescentem a seu texto cláusulas de segurança, como, por exemplo, a obrigação dos bancos oficiais de revender as ações compradas e prazo para a retenção desses ativos. Também será preciso analisar com o máximo cuidado a criação da Caixa - Banco de Investimentos S. A., proposta no mesmo documento. Se for, como admitiu o ministro da Fazenda, um instrumento de capitalização de construtoras, será preciso pensar nas condições em que esse tipo de intervenção será aceitável. É preciso evitar o risco de simplesmente socializar perdas causadas por atos empresariais mal calculados.

A MP também autoriza o BC a realizar operações de swap de moedas com instituições similares de outros países, nos limites e condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional. É um estranho dispositivo. Operações desse tipo foram realizadas entre os bancos centrais dos EUA e da Europa, em situações em que era preciso, com urgência, dar liquidez a bancos de dimensão internacional. O Brasil não vive nenhum problema semelhante e não precisa de operações de swap que envolvam reais e dólares - não, pelo menos, por motivos conhecidos pelo público. O governo deve uma explicação convincente à sociedade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TCU defende suspensão de 13 obras do PAC”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 04 de outubro de 2008.

A matéria destaca que relatório do Tribunal de Contas da União indica um grande numero de projetos em rodovias com graves irregularidades e que superfaturamento e sobre preço são os desvios mais comuns.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Também desejo registrar a matéria intitulada “Fernando Henrique: Lula engana país sobre crise”, publicada pelo jornal **O Globo**, de 24 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a forma como o Presidente Lula vem conduzindo o País durante a crise financeira internacional. “O estilo de Lula é enganar: ‘não vê crise, está tudo bem, vai ser o Natal melhor do mundo’. Não acho isso uma coisa boa”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada também seja considerada parte integrante deste

pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo mencionar a matéria intitulada “País de Delúbio são acusados de sonegação”, publicada pelo jornal **O Globo**, de 24 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o Ministério Público denuncia Jamira e Antonio Soares de Castro, pais do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, por fraude em documentos de compra de terras compradas em Goiás para não pagar imposto.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja igualmente considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

TCU defende suspensão de 13 obras do PAC

Relatório indica grande número de projetos em rodovias com graves irregularidades; superfaturamento e sobrepreço são desvios mais comuns

Eugênia Lopes
BRASÍLIA

Treze obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm irregularidades graves; precisam ser paralisadas e ficar sem receber recursos do Orçamento da União de 2009. A recomendação é do Tribunal de Contas da União (TCU), que aprovou ontem relatório do ministro Arildo Cedraz, sugerindo a inclusão de 54 obras - das quais 13 do PAC - em uma "lista negra" na proposta orçamentária do ano que vem. Se a lista do TCU for aprovada pelo Congresso, as obras ficam sem verba do governo federal. O PAC é gerido pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

O tribunal também recomendou a retenção cautelar de pagamento para 12 obras - desse total 9 são do PAC. Entre elas estão a Ferrovia Norte-Sul, no Tocantins; a reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos; a Refinaria Abreu e Lima, no Recife (PE), e a ampliação do Porto de Itaqui, no Maranhão. "Não mandamos, por exemplo, parar a obra da Ferrovia Norte-Sul. Apenas recomendamos a retenção de parte dos pagamentos", explicou Cedraz.

Entre março e agosto, o TCU auditou 153 obras, das quais 84 do PAC. Do total, 48 foram consideradas com irregularidades graves, ou seja, 31%, com recomendação para serem paralisadas. As 153 obras representam R\$ 20 bilhões de recursos alocados no Orçamento de 2009.

Quais seis obras foram incluídas na lista que será enviada ao Congresso por terem sido alvo de denúncia, representação ou inspeção. Em 2009, a dotação orçamentária para obras

do PAC é de R\$ 27,2 bilhões. Neste ano, foi de R\$ 17,9 bilhões.

As 48 obras com irregularidades graves têm dotação orçamentária para este ano de R\$ 1,57 bilhão - as 13 do PAC respondem por R\$ 1,15 bilhão (75,8% do total). Dessas, a mais antiga é a obra do Hospital Municipal de Cácoat, em Rondônia, paralisada desde 1996.

OBRAS IRREGULARES

13 obras com irregularidades graves detectadas pelo TCU são do PAC:

1. Canal do Sertão (AL)
2. Aeroporto de Macapá (AP)
3. Terminal em Pecém (CE)
4. Aeroporto de Vitória (ES)
5. Barragem Berizal (MG)
6. BR 381/ Rodovia Antonio Dias (MG)
7. BR 265/ Divisa Rio/ MG/ Ilícinea/ Divisa MG/SE
8. BR 163/ Divisa MT/Para/ Santarém
9. BR 230/ Construção Marabá/ Altamira/ Itaituba/ Ahel Viário de Itaituba
10. Aeroporto Santos Dumont (RJ)
11. Restauração de rodovias federais em Roraima
12. BR 101/ Adequação divisa SC/RS - Osório
13. Aeroporto de Guarulhos (SP) e construção do TPE3

A maioria das irregularidades foi detectada em obras rodoviárias. 20 apresentaram problemas graves. Os auditores do TCU apontaram também problemas em oito obras hidricas e em quatro aeroportos. O superfaturamento e o sobrepreço foram os desvios mais comuns detectados em 36 obras. ●/

Fernando Henrique: Lula engana país sobre crise

PSDB e PPS condenam 'equivocos'

● BRASÍLIA. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a forma como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem conduzindo o país durante a crise financeira internacional. Em entrevista à revista "Época", que sai esta semana, Fernando Henrique disse que Lula engana o país sobre os efeitos da turbulência sobre a economia brasileira:

"O estilo do Lula é enganar: 'não vem crise, está tudo bem, vai ser o Natal melhor do mundo'. Não acho isso uma coisa boa."

Para o tucano, o discurso otimista de Lula não vai afetar o medo dos consumidores diante da crise:

"Pode injetar o que quiser. O que fala mais alto é o bolso. Ninguém vai expandir consumo nenhum agora, o governo pode dizer o que quiser. O pessoal fica

com medo", afirmou o ex-presidente à revista.

Segundo Fernando Henrique, o crescimento da economia deve diminuir de 5% ao ano para cerca de 2,5% em 2009, o que deve provocar uma queda no ritmo de arrecadação e um comprometimento dos gastos públicos no ano que vem.

Em nota divulgada ontem pelo PSDB e PPS sobre a declaração de Lula de que a oposição pratica o "quanto pior melhor", os partidos disseram que "se trata de uma declaração que não se coaduna com a responsabilidade de um presidente da República". "Nunca torcemos por crises", diz a nota. Eles reafirmam ainda que condenam "abordagens equivocadas sobre a extensão da crise, assim como afirmações demagógicas sobre problemas graves e complexos".

Pais de Delúbio são acusados de sonegação

MP denuncia casal por fraudar documentos de terras compradas em GO para não pagar imposto

Bernardo Mello Franco

• BRASÍLIA. Réu por corrupção ativa e formação de quadrilha no processo do mensalão, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares pode sofrer um novo revés na Justiça. Desta vez, os acusados são os pais dele, Jamira e Antônio Soares de Castro. Os dois foram denunciados por crime contra a ordem tributária na compra de dois terrenos vizinhos à fazenda da família em Buriti Alegre, interior de Goiás, terra natal do petista. O juiz Márcio Antônio Neves enviou ontem o processo para alegações finais da defesa, e espera dar a sentença no prazo de 20 dias.

Para o Ministério Público, os pais de Delúbio fraudaram documentos com o objetivo de sonegar impostos na compra das duas propriedades rurais, que somam quase 32 alqueires. Eles teriam omitido R\$ 550 mil do valor real das terras, compradas em maio de 2004. A suspeita de irregularidade foi noticiada pelo GLOBO em agosto seguinte, pouco mais de um ano antes de o mensalão vir à tona.

Em documentos registrados em cartório, os pais de Delúbio disseram ter pagado R\$ 137 mil nas duas transações. Avaliação

feita a pedido do MP constatou que o valor de mercado das terras é de R\$ 687 mil. À Justiça, Antônio Soares de Castro negou a acusação. A mãe do petista disse não ter informações sobre os negócios. Para a autora da denúncia, promotora Márcia Maria Samartino Costa, a fraude ficou comprovada pela perícia judicial. “Os denunciados solicitaram lavratura de escritura pública e declararam falsamente sobre valores de transações de bens, com a finalidade de se eximirem do pagamento de tributos”, escreveu ela na ação.

O MP quer enquadrar o casal num dos principais artigos da lei que define os crimes tributários: “Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo”. A pena prevista é de seis meses a dois anos de prisão, além de multa. No início do mês, o juiz responsável pelo caso foi obrigado a expedir mandado de busca e apreensão na prefeitura da cidade, que demorava a entregar documentos do processo. O prefeito de Buriti Alegre é o petista João Alfredo Mello, que contou com ajuda de Delúbio em suas campanhas. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Licitação da Receita pára na polícia”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 12 de novembro 2008.

A reportagem destaca que uma licitação da Receita Federal, aberta há mais de um ano e que se arrasta na Justiça por causa dos recursos das empresas concorrentes, virou caso de polícia. A concorrência de R\$300 milhões tem como objetivo a compra de 37 **scanners** para inspeção de contêineres.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Ainda desejo registrar o artigo intitulado “Justiça de qualidade”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 08 de setembro 2008.

O artigo do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Cesar Asfor Rocha, destaca as mudanças que o Judiciário tem se impondo para se aproximar da sociedade e atender suas expectativas:

A instalação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2005 sinalizou profundas mudanças no Judiciário, até então apontado como o mais hermético e resistente a mudanças entre os três Poderes. Foram instituídas normas para proibir o nepotismo nos tribunais e regras para a aplicação do teto remuneratório para coibir os supersalários que recorrentemente escandalizavam a opinião pública. A correção dos desvios refletiu nova atitude dos magistrados, mais aberta ao diálogo com a sociedade e mais propensa a assimilar construtivamente críticas em relação aos serviços judiciais. Pôs-

se fim ao clichê do juiz encastelado em torre de marfim, distante da sociedade.

Sr. Presidente, também solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, menciono o editorial intitulado “Alta velocidade”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 11 de setembro do corrente ano.

O editorial analisa a divulgação do PIB no primeiro semestre e afirma que os dados divulgados ontem pelo IBGE a respeito do PIB no segundo trimestre confirmaram o bom nível de atividade da economia na primeira metade do ano. A expansão semestral de 6% deve elevar as previsões de desempenho em 2008 para a faixa entre 5% e 5,5%. Requer atenção, contudo, o fato de que a maior participação dos investimentos no PIB ocorre em paralelo com a deterioração das contas externas. A expansão do consumo acabou suprida pela disparada das importações e o saldo do comércio exterior, em volume, tem contribuído negativamente para a variação do PIB. Mais preocupante é que esse movimento vai minando as defesas externas brasileiras justamente no contexto de um profundo desarranjo nas finanças globais.

Sr. Presidente, solicito que o editorial citado seja igualmente considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LICITAÇÃO DA RECEITA PARA NA POLÍCIA

Concorrência de R\$ 300 milhões tem como objetivo a compra de 37 scanners para inspeção de contêineres

**Adriana Fernandes
Lu Aiko Otta**
BRASILIA

Uma licitação da Receita Federal, aberta há mais de um ano e que se arrasta na Justiça por causa dos recursos das empresas concorrentes, virou caso de polícia. A concorrência para comprar 37 potentes scanners com capacidade para inspecionar contêineres em poucos minutos envolve valores que chegam a R\$ 300 milhões (pela taxa de câmbio atual).

Suspensa por uma decisão da Justiça Federal, a disputa entre consórcios formados por empresas brasileiras aliadas a grandes grupos dos EUA, Inglaterra e China, envolve documentação falsa e acusações mútuas de espionagem e sabotagem. A Receita corre contra o tempo para comprar os scanners, porque a partir de 2012 nenhuma carga entrará nos portos e aeroportos dos EUA se não tiver passado por um equipamento de raio X no país de origem.

Depois de inabilitar três dos quatro consórcios que entregaram os envelopes, a comissão de licitação da Receita teve de suspender a concorrência porque uma quinta empresa, a MRA Comércio de Instrumentos Eletrônicos Ltda., de Ribeirão Preto, conseguiu uma liminar do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região. O tribunal decide hoje se mantém ou

não a suspensão da licitação. A Controladoria-Geral da União (CGU) também está fazendo uma auditoria no processo.

Com capital social de apenas R\$ 20 mil, a MRA não entregou os envelopes na data marcada, em 21 de agosto passado. A empresa alega na Justiça que a Receita deu um prazo muito curto para a obtenção dos documentos exigidos. Os três consórcios desabilitados - Saic/Teletronic, VMI/Nuctech e Rapiscan/IB - também se queixam de que há vícios no processo de licitação, e entraram com recurso administrativo recorrendo da decisão. Mas o processo foi suspenso pelo TRF antes que a comissão de licitação se pronunciasse sobre os recursos.

O único consórcio habilitado foi o Smiths/Ebco, liderado pelo fabricante inglês Smiths Heiman. Se os recursos não forem aceitos, os três consórcios desabilitados devem entrar também com novas reclamações na Justiça.

SUSPEITA DE SABOTAGEM

O consórcio Saic/Teletronic foi desqualificado sob a acusação de haver apresentado documentação falsa de inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) de seu engenheiro responsável. A licitação exigia que as empresas tivessem em seu quadro um engenheiro electricista com especialização em raio X. O especialista da Saic/Teletronic, Marcelo Donizeti de Oliveira, na verdade não é engenheiro e sim doutor em Física. E, nesse ponto, a milionária licitação da Receita virou caso de polícia.

Nas mãos da delegada Deborah Menezes, da 8ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal (DF) está um depoimento de Marcelo Donizeti Oliveira, no qual ele afirma que foi convencido por representantes da Ebco a participar de uma trama para fraudar a licitação. Ele seria contratado pela Teletronic e apresentaria os documentos falsos, produzindo sua desabilitação. Pelo serviço, receberia R\$ 2,5 milhões, e uma parcela até já teria sido paga. No depoimento, ele diz que tentou desistir da participação na trama, mas não levou a decisão adiante depois de receber ameaças à sua segurança e à de sua família.

"Havíamos contratado um pseudo-engenheiro", disse Júlio César da Silva, da Teletronic. Ele contou que foi sua sócia, a Saic, que chegou a Oliveira por intermédio da Associação Brasileira de Ensaios Não-Destrutivos (Abend).

A documentação do "pseudo-engenheiro" foi submetida ao CREA-DF antes de sua contratação pela Teletronic. "Eles disseram que estava tudo certo", disse Júlio César Silva. A Teletronic agora está processando o CREA-DF pelo transtorno causado pela informação errada. Procurada pela reportagem, a EBCC não quis falar sobre o inquérito.

PRAZO

O coordenador-geral de Programação e Logística da Receita Federal, Antônio Márcio de Aguiar, rebateu a crítica de que o prazo foi curto. Segundo ele, só a MRA não conseguiu reunir a documentação. "Temos absoluta convicção de toda a lisura do processo", disse. "A nossa expectativa é de reabilitação de alguma empresa." A Receita destaca que o Tribunal de Contas da União deu parecer favorável ao processo de licitação e que é natural a auditoria da CGU, pelo tamanho da concorrência.

Já a MRA, que tem como parceiro o grupo americano American Science & Engineering, alega que a Receita deu um prazo muito curto para a obtenção dos documentos necessários à habilitação, depois que mudou o edital, em junho deste ano, flexibilizando uma das exigências da concorrência sobre documentação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). No agravo com pedido de liminar, concedido pela desembargadora Selene Maria de Almeida, a empresa diz que a CNEN leva no mínimo 90 dias para analisar e expedir uma licença que o edital exige. Mas o prazo dado para a obtenção dos documentos e formalização do consórcio era de 49 dias.

"Essa concorrência envolve equipamentos muito caros, que poucas empresas no mundo fabricam. Ou a Receita concede prazo para que todas as interessadas possam obter toda a documentação exigida ou não haverá verdadeira concorrência por falta de competidores habilitados", disse Daniel Degenszajn, do escritório de advocacia Dinamarco, que representa a MRA.

O advogado do consórcio desabilitado Rapiscan/IB, João Batista Junior, diz também que o tempo dado pela Receita foi exíguo nessa fase de habilitação. "Nós não temos medo de perder, desde que seja porque o preço e a qualidade do produto foram considerados ruins", disse Batista Junior. O diretor da VMI, que integra o consórcio com a estatal chinesa Nuctech, Otávio Moraes, por sua vez, considera que o processo está viciado. "Os requisitos de habilitação somente beneficiaram um único fabricante, a Smiths Heiman", disse.

Já o diretor de marketing da Ebco, Guy Iglori, do consórcio Smiths/Ebco, único habilitado, argumenta que o tempo foi suficiente para a MRA. "Tem muita gente que não quer fiscalização da Receita nas fronteiras." Segundo ele, é muito difícil concorrer com uma estatal, como a chinesa Nuctech que pode usar o "peso do Estado". "A Nuctech é presidida por Hu Haifeng, filho do presidente da China, Hu Jintao", disse. ●

Justiça de qualidade

A INSTALAÇÃO do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2005 sinalizou profundas mudanças no Judiciário, até então apontado como o mais hermético e resistente a mudanças entre os três Poderes. Foram instituídas normas para proibir o nepotismo nos tribunais e regras para a aplicação do teto remuneratório para coibir os supersalários que recorrentemente escandalizavam a opinião pública.

A correção dos desvios refletiu nova atitude dos magistrados, mais aberta ao diálogo com a sociedade e mais propensa a assimilar construtivamente críticas em relação aos serviços judiciais. Pôs-se fim ao clichê do juiz encastelado em torre de marfim, distante da sociedade.

Tal atitude implicou a busca de maior transparência. Era preciso assegurar ao cidadão amplo acesso a informações sobre o desempenho da Justiça. Essas informações, lamentavelmente, não existiam ou eram imprecisas e defasadas. O Judiciário, na verdade, não se conhecia.

Nesse contexto, a Corregedoria Nacional de Justiça lançou em 2007 o programa Justiça Aberta, um banco de dados com informações na internet (www.cnj.jus.br) atualizadas continuamente, que permite o monitoramento da produtividade judicial pelo próprio Poder Judiciário e pela sociedade. É a prestação de contas que faltava.

Esse autoconhecimento é o ponto de partida para que o Judiciário de continuidade a mudanças que se refletem efetivamente na qualidade da prestação jurisdicional que sabemos ser alvo de insatisfação por parte dos jurisdicionados. A principal das reclamações é a morosidade, muitas vezes associada à impunidade ou não efetivação da Justiça. Mais de 50% das representações que chegam ao CNJ referem-se a esse problema.

É um problema que atinge desde a primeira instância até os tribunais superiores. Nasceu na Constituinte

que ampliou os direitos e as garantias do cidadão, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) completará 20 anos no dia 7/4 do ano que vem, com aumento de 8.920% no número de processos julgados. No primeiro ano de funcionamento, julgou 3.700 processos. Em 2007, 330 mil processos.

**A progressão geométrica da do-
Se a Constituinte de 1988
deu ênfase à segurança
jurídica, o que se observa
hoje é o clamor da sociedade
por uma Justiça mais rápida**

manda compromete não só a celeridade, mas a própria missão constitucional do STJ, que é a de uniformizar a interpretação das leis federais.

Chegou-se ao paradoxo em que, por julgar número excessivo de processos, a construção da jurisprudência, que é seu papel maior, ficou em segundo plano. Com uma média anual de 10 mil processos julgados por cada ministro, o complexo ato de julgar corre o risco de se transformar em mero ato mecânico.

Alisar esse mal implica a adoção de um conjunto de ações e iniciativas. A busca da gestão eficiente, certamente, é uma delas. A emenda constitucional nº 10 de 1998 forneceu importante meio de a sociedade exigir a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, ao introduzir a eficiência como um dos princípios da administração pública. Diagnósticos precisos, planejamento, profissionalismo, soluções criativas, racionalização; enfim, todos os requisitos de uma gestão moderna não são, portanto, apenas desejáveis, mas indispensáveis.

Se a Constituinte de 1988 deu ênfase à segurança jurídica, particularmente à garantia do contraditório e da ampla defesa, em detrimento da celeridade processual, o que se observa hoje é o clamor da sociedade por uma Justiça mais rápida.

A emenda constitucional nº 45, da reforma do Judiciário, refletiu esse anseio ao inserir entre os direitos fundamentais a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da tramitação. É difícil conciliar esses dois princípios antagônicos: celeridade x segurança.

A demanda por transparência e por celeridade processual exige uma Justiça de qualidade. Esta deve ser buscada não apenas com uma ou duas ações, mas sim com múltiplas iniciativas que passem pela busca de uma gestão mais eficiente, com o aproveitamento racional dos recursos, a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos, por meio da informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos na Lei nº 11.416/06, pela reforma processual e por tantas outras medidas.

Essa é um desafio a ser enfrentado não apenas pelos dirigentes do Judiciário, mas por todos os partícipes da atividade judicial: sejam eles magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores, promotores. Somente com a mobilização de todos esses atores é que o Judiciário poderá atender à exigência da sociedade de uma Justiça de qualidade, efetiva e em tempo razoável.

CESAR ASFOR ROCHA, 60, mestre em direito público pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Ceará, é presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e coordenador nacional de Justiça. É autor do livro "A Luta pela Efetividade da Jurisdição".

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Alta velocidade

Para que a economia continue a crescer com crise externa e juros em alta, governo precisa controlar despesas

OS DADOS divulgados ontem pelo IBGE a respeito do PIB no segundo trimestre confirmaram o bom nível de atividade da economia na primeira metade do ano. A expansão semestral de 6% deve elevar as previsões de desempenho em 2008 para a faixa entre 5% e 5,5%.

Se for confirmada a estimativa, a esta altura menos sujeita a erros de magnitude, o Brasil, cujo PIB aumentou 5,4% em 2007, terá passado dois anos consecutivos crescendo praticamente à mesma e alta velocidade. Não será pouco para uma economia que, no quarto de século anterior, se expandiu à média anual de 2,3% — cerca de 1% se descontado o aumento populacional.

A composição do atual ciclo de crescimento tem uma virtude raramente vista nos lampejos de expansão forte do PIB ao longo das chamadas décadas perdidas. Há um incremento constante e vigoroso dos investimentos produtivos. Mais fábricas, máquinas e residências não apenas agregam valor ao PIB, mas ampliam a própria capacidade da economia de crescer.

Países que sustentam elevadas taxas de expansão por longos pe-

riodos costumam ostentar uma participação dos investimentos no PIB acima de 20%. Em 2003, esse índice ficou em 15,2% no Brasil. No primeiro semestre de 2008, a taxa de investimentos chegou a 18,5%.

Requer atenção, contudo, o fato de que a maior participação dos investimentos no PIB ocorre em paralelo com a deterioração das contas externas. A expansão do consumo acabou suprida pela disparada das importações, e o saldo do comércio exterior, em volume, tem contribuído negativamente para a variação do PIB. Mais preocupante é que esse movimento vai minando as defesas externas brasileiras justamente no contexto de um profundo desarranjo nas finanças globais.

Seja por conta da crise internacional, seja por conta da própria política econômica doméstica, está prevista uma desaceleração da economia brasileira na segunda metade do ano. O Banco Central que desde abril aumenta os juros básicos na tentativa de frear o consumo e controlar a inflação, acaba de elevar em mais 0,75 ponto percentual a Selic.

Para que essa desaceleração seja moderada e, sobretudo, não abale o potencial de crescimento da economia ao longo dos próximos anos, é essencial que o governo diminua o peso de suas despesas de custeio. Ocupada em festejar a bonança e agraciar suas bases com aumentos salariais duradouros, a gestão Lula está comprometendo o futuro.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Velhos novos hábitos”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 04 de setembro de 2008.

O artigo do jornalista Valdo Cruz destaca crítica a onda de grampos telefônicos que assola o país e responsabiliza o Presidente Lula pela situação.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, menciono a matéria intitulada “Generosidade sem limites”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 03 de setembro de 2008.

A matéria critica o aumento constante na folha do Governo Federal. A matéria destaca que só este ano o Governo Lula gastou com funcionalismo R\$105,5 bilhões e que em 2009 esse gasto atingirá a cifra de R\$155,3 bilhões. Esse custo será coberto com aumento de impostos pagos pelo contribuinte.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria também passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Por fim, Sr. Presidente, registro o editorial intitulado “Reformar a Abin e a PF”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 3 de setembro de 2008.

O editorial analisa os últimos acontecimentos políticos provocados pela descoberta de grampos nos telefones do Presidente do Supremo, Gilmar Mendes, e nos do Presidente do Senado, Garibaldi Alves, que teriam sido feitos pela Abin. O editorial deixa clara a necessidade de uma profunda reforma nos órgãos de informação e da Polícia Federal.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe igualmente a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Velhos novos hábitos

BRASÍLIA - O presidente Lula anda se queixando a assessores que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e a Polícia Federal estão fora de controle. Não sem motivo. Arapongas estão grampeando livremente por aí. E a PF segue dividida entre várias facções, duas delas se digladiando.

Se tem razões em se queixar, Lula sabe muito bem a quem deveria tributar pelo menos parte da responsabilidade. A ele mesmo. Depois de quase seis anos a frente do Palácio do Planalto, seu governo não tomou as medidas necessárias para evitar essa nova crise.

Pior. Andou contribuindo para que ela acontecesse. Lula, segundo contam, estimulou o ministro Tarso Genro (Justiça) a trocar o comando da PF e colocar ordem na casa. Estava insatisfeito com a autonomia da PF sob comando de Paulo Lacerda.

O que fez o presidente? Transferiu Lacerda para outro posto, atendendo ao pedido de amigos e também por considera-lo um policial sério e competente, mesmo não

gostando de algumas operações comandadas por ele.

Criou, assim, terreno fértil para o surgimento de um clima de guerra entre dois grupos na PF — ou seja, acertou a troca do comando da polícia, mas deixou o ex-chefe numa condição de influenciar nos trabalhos de seu antigo órgão.

Algo fora de lógica. Deu no que deu. Agora, dentro do Planalto, dizem que dificilmente Paulo Lacerda volta ao comando da Abin. Seu afastamento provisório, a depender de alguns assessores palacianos, se torpara definitivo.

Por outro lado, ainda bem que o governo não controlou totalmente a PF, como desejavam muitos petistas. Até aqui, num balanço de perdas e ganhos, a polícia tem saído positivo a oferecer.

Quanto a Abin, imaginar que arapongas estejam fora de controle, logo num governo petista, é o cúmulo da incompetência ou o velho hábito de mudar de opinião sobre certos temas quando se está no poder.

Espero que não.

Generosidade sem limites

Há limite para o aumento das despesas com o funcionalismo, reconhece o ministro da Fazenda, Guido Mantega, "e nós temos que estabelecer esse limite". Ele está correto. Difícil, porém, é acreditar que o governo do PT passe a agir de acordo com o que diz o ministro. Na verdade, age em sentido contrário. Tivesse um pouco mais de pudor, o governo já teria retirado, com a discricção possível, o projeto de lei complementar, que enviou com grande alarde ao Congresso em janeiro do ano passado e que limita em 1,5% ao ano o aumento das despesas com pessoal em valores reais (isto é, descontada a inflação), pois tudo o que tem feito é aumentar esses gastos, muito acima do limite que sugerira.

Só neste ano, são várias medidas provisórias e projetos de lei de iniciativa do Executivo que aumentam velozmente as despesas com pessoal. Incansável nesse campo, o presidente Lula assinou, na sexta-feira passada, mais duas medidas provisórias, que aumentam os vencimentos de 850 mil servidores de 54 carreiras, e um superpacote com 21 projetos de lei que criam 13 mil cargos a serem preenchidos por concurso e outros 1.400 cargos de confiança, a serem ocupados de acordo com critérios políticos ou pessoais.

As medidas provisórias asseguram aumentos escalonados que serão pagos de 2008 a 2011, isto é, na gestão do próximo presidente da República - este é apenas um dos ônus na área de pessoal que Lula deixará para o sucessor. Os aumen-

tos variam de 7% a 190%. Entre as categorias beneficiadas estão as de auditor fiscal da Receita Federal e do Trabalho, proctorador da Fazenda Nacional, advogado da União, técnico de Planejamento, técnico do Tesouro Nacional e do Ipea. Com esses aumentos, em 2008 os gastos do governo aumentarão R\$ 2 bilhões. Até 2011, o impacto chegará a R\$ 8 bilhões.

Principal base política do sindicalismo vinculado ao PT, o funcionalismo federal está recebendo tratamento especial do governo Lula. Nos cinco primeiros anos do governo do PT, as despesas com pessoal tres-

O governo segue baixando medidas que aumentam sua folha de salários

ceram a uma velocidade duas vezes maior do que nos oito anos do governo FHC. O ano de 2008 está sendo particularmente bom para os funcionários - e ruim para os contribuintes, que sustentam a gastaça com o funcionalismo.

O Orçamento de 2008 previa o aumento de R\$ 3,5 bilhões nos gastos com pessoal. Esse dinheiro seria empregado na reestruturação de cargos e carreiras e na revisão da remuneração de algumas categorias do funcionalismo. Em maio, o presidente Lula baixou medida provisória autorizando o Ministério do Planejamento a gastar, adicionalmente, R\$ 7,5 bilhões com o reajuste para o funcionalismo civil e militar. Foram reajustados, naquela época, os vencimentos de 800 mil servidores civis e

600 mil militares. Também para estes os reajustes serão escalonados até 2011, quando o impacto total alcançará R\$ 31 bilhões.

Antes do novo conjunto de projetos abrindo mais de 14 mil vagas, o governo já havia proposto, em 2008, a criação de quase 60 mil cargos. A abertura de 56 mil vagas já foi aprovada pelo Congresso; as propostas que abrem outros 3.090 cargos já passaram pela Câmara e estão no Senado. Se aprovados os novos projetos, o total de novos cargos chegará perto de 75 mil, a serem preenchidos até 2011.

Fela proposta de Orçamento enviada na semana passada ao Congresso, em 2009 serão contratados 64.540 funcionários, sendo 50.302 pelo Executivo (dos quais 19.423 para substituir pessoal terceirizado), 11.479 pelo Judiciário, 1.287 pelo Legislativo e 1.472 pelo Ministério Público.

Admitindo-se a remota possibilidade de que não haverá novos aumentos no próximo ano, a folha de pessoal totalizará R\$ 155,3 bilhões em 2009. Em 2006, o total de gastos com o funcionalismo foi de R\$ 105,5 bilhões. Em valores reais, isso representa aumento de 23,1%. Se a regra sugerida pelo governo, de aumento real máximo de 1,5% ao ano, tivesse sido seguida, a variação não poderia superar 4,5%. Ou seja, o aumento é cinco vezes maior do que aquele que o governo considerava razoável. Quem paga pela generosidade do PT com sua principal base sindical é o contribuinte.

Reformar a Abin e a PF

Provavelmente tem razão o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ao prever que será muito difícil descobrir os responsáveis pela interceptação clandestina de pelo menos uma conversa telefônica do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. A divulgação da gravação de um diálogo que manteve com o senador Demóstenes Torres instalou no centro dos Poderes da República um escândalo proporcional à enormidade trazida a público no fim da semana. Por determinação do presidente Lula, a Polícia Federal (PF) abriu inquérito a respeito. A investigação será acompanhada pelo Ministério Público Federal e por membros da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

O presidente também tomou a apropriada decisão de afastar o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, e seus assessores diretos pelo tempo que durar a apuração. O órgão, como se sabe, está sob suspeita de ter instalado os grampos ilegais, embora não haja indícios de envolvimento de sua cúpula no ultraje.

O fundado ceticismo do procurador-geral vem da premissa de que "toda investigação de quebra de sigilo, quando os dados preservados por sigilo foram manuseados por muitas pessoas, provoca uma grande dificuldade: justamente identificar a origem". Não é descabido supor, em consequência, que esse obstáculo só poderá ser superado por via indireta - a partir de uma eventual delação com fatos objetivos que a sustentem. O ceticismo do procurador-geral não o leva, naturalmente, a declarar que a apuração será uma perda de tempo. "Ela tem de ser realizada com todos os recursos possíveis", assinalou. De fato, seria outro escândalo se Lula considerasse suficiente a anunciada sindicância interna na Abin.

Mas a questão de fundo que desafia o Planalto não é descobrir quem fez, por que e para que as escutas ilícitas, as quais, segundo a fonte anônima que vazou uma delas - tampouco se sabe com que intenção -, teriam alcançado ainda ministros que despacham na própria sede do governo, o chefe de gabinete do presidente e um punhado de se-

nadores de vários partidos.

Final, o delito é apenas um reflexo de algo incomparavelmente mais grave. Trata-se do descabro em que se encontram mergulhadas as duas principais estruturas de segurança interna do País - além da Abin, o órgão de informação por excelência do titular do governo, a Polícia Federal, responsável pela repressão aos crimes contra o Estado brasileiro. Ambas clamam por reformas amplas e profundas para o desmantelamento dos verdadeiros poderes paralelos nelas enquistados. Disso dependerá um combate eficaz às transgressões cometidas por seus integrantes.

Egresso da PF, por sinal, Lacerda, o diretor afastado da Abin, assomira em outubro do ano passado em meio à expectativa de que promoveria uma profunda reestruturação do organismo, antes de tudo para enquadrar numa clara cadeia de comando e responsabilidades os seus 2 mil agentes, muitos deles oriundos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), do qual herdaram os vícios e pendores autoritários. Em vez disso, ele se acomodou

à situação encontrada e nada fez que pudesse contrariar interesses e impedir procedimentos que, em última análise, explicam por que a opinião pública não se surpreendeu com as ilegalidades ora atribuídas à agência.

Já a Polícia Federal está fragmentada entre facções que se confrontam. Grosso modo, os grupos de delegados que as lideram se alinham ou com o ex-diretor Lacerda ou com o seu sucessor, Luiz Fernando Correa. A existência do que já se chamou "duas polícias" na PF ficou escancarada na recente Operação Satiagrahá, cujo primeiro comandante, Protógenes Queiroz, compartilhou com Lacerda, à revelia da atual cúpula do órgão, aspectos cruciais e informações sigilosas da investigação. A tal ponto que agentes da Abin, numa flagrante irregularidade, foram mobilizados para colaborar com ela, como se a repartição tivesse poderes de polícia. A esta altura, é de esperar que o afastamento de Lacerda, possivelmente definitivo, abra caminho para o governo enquadrar a Abin. Não menos urgente é confrontar a anarquia instaurada na PF.

Sem isso, nos dois órgãos prosseguirão as ações à margem da lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, atravessamos um dos momentos mais delicados da segurança pública no nosso País.

As repercussões da violência em todas as regiões e em todos os estados agravaram um quadro que já era dramático.

Os profissionais, que têm constitucionalmente a missão de combater a criminalidade, estão desmotivados e recebem salários abaixo da média do trabalhador comum brasileiro.

Por isso, volto a insistir na necessidade de encontrarmos uma saída emergencial e definitiva para as desigualdades salariais dos nossos agentes de segurança.

Quero registrar um importante pronunciamento feito há alguns dias pelo senador Jaime Campos, um parlamentar atento às questões de seu estado, o Mato Grosso, e que compartilha conosco uma pertinente preocupação.

Assim como nós, o senador entende que há um grave desequilíbrio entre as remunerações das Polícias do País.

O Senador Jaime Campos fez um levantamento dos salários do Centro-Oeste e descobriu que as disparidades são grandes: em Goiás, um agente recebe R\$2 mil e 700 reais. No Mato Grosso do Sul, mil e 800 reais. E, em Mato Grosso, mil e 700 reais.

Segundo a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis, a média do piso salarial nos estados fica em torno de mil e 700 reais.

Já a média de todas as 27 Polícias Militares do Brasil é de menos de mil e 400 reais, de acordo com o último levantamento disponível.

Estes valores estão muito longe do piso de R\$ 2.178 reais, apontado pelo DIEESE como o ideal para os trabalhadores de uma maneira geral.

Diante desta realidade, o senador Jaime Campos manifestou apoio à emenda que propõe um piso salarial unificado para as Polícias e Bombeiros de todo o País, que apresentamos nesta Casa há alguns dias.

É importante, como se vê, que as lideranças e as bancadas comecem a discutir a PEC com entidades dos policiais e as secretarias de segurança estaduais para avançarmos neste assunto que é grave e urgente.

Caso contrário, quem pagará o maior preço é a sociedade que será, cada vez mais, vítima da violência e da insegurança.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas.)

SENADO FEDERAL**ATA DA 215ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2008**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 18 de novembro de 2008)

RETIFICAÇÃO

Na página 45846, republica-se o texto completo do Parecer nº 82, de 2008-CN, por omissão das páginas 7, 8, 9 e 10.

PARECER Nº 82, DE 2008-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 53/2008-CN, que *“Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no total R\$ 7.623.071.959,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 7.647.597.428,00, para os fins que especifica”*.

Origem: Poder Executivo

Relator: Senadora SERYS SLHESSARENKO

1 SÍNTESE DO PROJETO DE LEI**1.1 Histórico**

Com base no art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 53/2008-CN, objeto da Mensagem 140, de 2008-CN (749/2008, de 02 de outubro de 2008, na origem), projeto este que *“Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no total R\$ 7.623.071.959,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 7.647.597.428,00, para os fins que especifica”*.

1.2 Conteúdo do projeto

O Projeto de Lei abre crédito suplementar no Orçamento de Investimento, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, no montante de R\$ 7.623.071.959 (discriminado no Anexo I do Projeto), indicando como fontes de recursos a geração própria, operações de crédito internas e externas e outros recursos de longo prazo, bem como a redução de

dotações das mesmas empresas. Estas, acrescidas de outras reduções, alcançam a R\$ 7.647.597.428,00, conforme individualizado no Anexo II deste PLN.

O montante total do crédito aberto é atribuído integralmente ao órgão Ministério das Minas e Energia. Abrindo os créditos propostos por unidade orçamentária, distribuem-se na forma abaixo¹:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
32230 – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	4.949.420.069
32232 – BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL	61.187.952
32239 – PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	42.190.665
32271 – TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	9.963.513
32274 – PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	345.118.068
32275 – FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC	19.701.992
32280 – ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	4.900.000
32282 – PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	1.363.629.737
32287 – PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	751.059.414
32312 – PETROQUIMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO	11.777.790
32316 – LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS	34.682.256
32317 – SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA	8.088.500
32318 – TERMORIO S.A.	17.201.000
32319 – FAFEN ENERGIA S.A.	3.599.000
32320 – TERMOCEARA LTDA.	552.003
TOTAL	7.623.071.959

A Medida Provisória indica ainda os recursos destinados à abertura do crédito, a saber:

¹ Todos os créditos têm GND 4 – Investimento, Modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas, e Indicador de Uso 0, sendo a Fonte 495 – Recursos do Orçamento de Investimento.

CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES (ANEXO II DA MEDIDA PROVISÓRIA)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
32230 – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	4.069.962.442
32239 – PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	155.117.521
32242 – PETROBRAS QUIMICA S.A. - PETROQUISA	166.905
32271 – TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	32.095.022
32274 – PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	384.305.394
32278 – PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCo	1.447.211
32280 – ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	18.080.362
32282 – PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	98.052.288
32287 – PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	1.250.048.378
32307 – TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS	1.626.107.140
32308 – TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GAS S.A. - TAG	11.219.996
32313 – TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GAS S.A. - TCG	300.065
32316 – LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS	694.704
TOTAL	7.647.597.428

OUTRAS FONTES

ORIGEM	VALOR
Geração própria de recursos da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS	879.457.627
Geração própria de recursos da empresa Braspetro Oil Services Company – BRASOIL	61.187.952
Geração própria de recursos da empresa Liquigas Distribuidora S.A. – LIQUIGAS	33.987.552
Geração própria de recursos da empresa SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	8.088.500

ORIGEM	VALOR
Geração própria de recursos da empresa Termorio S.A.	17.201.000
Geração própria de recursos da empresa Fafen Energia S.A.	3.599.000
Geração própria de recursos da empresa Termoceará Ltda.	552.003
Geração própria de recursos da empresa Fronape International Company – FIC	19.701.992
Operações de crédito de longo prazo – externas da empresa Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	1.040.972.078
Outros recursos de longo prazo – por parte da controladora da empresa Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	224.605.371
Operações de crédito de longo prazo – internas da empresa Petroquimica Triunfo	11.777.790
TOTAL	2.301.130.865

1.3 Exposição de Motivos apresentada

A Exposição de Motivos – EM nº 251/2008/MP, de 25 de setembro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Medida Provisória em exame, informa que o crédito destina-se a adequar as dotações orçamentárias das empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas na revisão da estratégia negocial para o corrente exercício. Discrimina as ações objeto de ampliação e cancelamento e observa que o crédito permitirá investimentos operacionais das empresas, no valor mínimo necessário à consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão dos respectivos planos estratégicos.

No aspecto macroeconômico, aponta que este crédito ensejará no Orçamento de Investimento para 2008, das empresas do Grupo PETROBRÁS, redução líquida de R\$ 24.525.469,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e sessenta e nove reais), uma vez que o cancelamento proposto supera o valor das dotações ampliadas. No que se refere à meta de superávit primário para 2008 do mesmo grupo econômico, assevera que a desagregação do cancelamento entre dotações no país e no exterior, resulta em redução líquida no país (aquela considerada no cálculo do superávit) de R\$ 870.556.687,00, segundo as seguintes proporções:

	Suplementação (A)	Cancelamento (B)	Líquido (A - B)
Total no País	5.427.492.864	6.298.049.551	(870.556.687)
Total no Exterior	2.195.579.095	1.349.547.877	846.031.218
Total geral	7.623.071.959	7.647.597.428	(24.525.469)

OBS: As dotações executadas no exterior não têm reflexos no cálculo do superávit primário

2 VOTO DO RELATOR

O Relatório deverá abordar o atendimento das normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade da proposta com a lei do plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, bem como a execução recente dos créditos envolvidos, como prescreve o art. 30 da Resolução nº 01, de 2001 – CN.

2.1 Atendimento a normas constitucionais e legais

I) COMPATIBILIDADE DAS FONTES

As fontes dos recursos utilizados são compatíveis com o destino preconizado pelo respectivo crédito².

II) ANEXO DE OBRAS IRREGULARES

As ações que tiveram suas dotações ampliadas não constam do Anexo VI da Lei 11.647/2008 – LOA/2008 (Obras e serviços com indícios de irregularidades graves, art. 10, § 2º, da LDO/2008), nem da relação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União em função do art. 97 da Lei 11.768, de 18/8/2008 - LDO/2009 (Acórdão nº 2140/2008 – TCU – Plenário).

III) IMPACTO SOBRE O RESULTADO PRIMÁRIO

A Exposição de Motivos contém uma demonstração dos efeitos sobre o superávit primário, mencionada pelo art. 63, § 13, da Lei 11.178/2005 (LDO/2006).

² Fonte 495.

	Suplementação (A)	Cancelamento (B)	Líquido (A - B)
Total no País	5.427.492.864	6.298.049.551	(870.556.687)
Total no Exterior	2.195.579.095	1.349.547.877	846.031.218
Total geral	7.623.071.959	7.647.597.428	(24.525.469)

OBS: As dotações executadas no exterior não têm reflexos no cálculo do superávit primário

Com efeito, fica claro que os cancelamentos têm por resultado uma redução global nas despesas de investimento orçadas, bem como uma redução bastante mais pronunciada das despesas no País, impactando positivamente no atingimento da meta do superávit primário.

Assim, a medida proposta conforma-se à meta fiscal prevista no art. 2º da LDO/2008, mantido o equilíbrio fiscal nele preconizado. Portanto, entendemos estar conforme à legislação em vigor.

IV) COMPATIBILIDADE COM A LDO (Lei 11.178/2006)

Em acréscimo às análises específicas constantes dos incisos anteriores, não se verificam quaisquer violações aos dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias para o presente exercício.

V) COMPATIBILIDADE COM O PPA (Lei 11.653/2008)

Em se tratando de créditos suplementares, é automática a compatibilidade com o o PPA, na medida em que as dotações ampliadas já se encontram legalmente inseridas na lei orçamentária anual, portanto atendendo à exigência de compatibilidade com o Plano Plurianual.

2.2 Execução orçamentária recente

Quanto à execução orçamentária, em se tratando do Orçamento de Investimento das empresas estatais, não se dispõe de dados publicados acerca da execução de cada ação, tendo em vista que a única fonte de informação disponível para tanto é a publicação bimestral de Portaria do Departamento de Controle das Estatais (DEST/MPOG) – a qual não traz as informações desagregadas por ações. Destarte, é impossível a esta relatora informar o grau de execução das dotações ampliadas e canceladas.

2.3 DO MÉRITO

A natureza dos investimentos, como revelam os próprios títulos das ações, está perfeitamente alinhada às finalidades institucionais e empresariais das empresas em cujo orçamento se abrem os créditos. Tendo em vista a manifestação expressa do Poder Executivo no sentido de que representam empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão dos planos estratégicos das empresas, não temos quaisquer reparos quanto às propostas apresentadas, endossando-lhes o juízo de conveniência e oportunidade favorável ao mérito.

2.4 DA ANÁLISE DAS EMENDAS

Segundo informações da Secretaria desta Comissão Mista, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

2.5 DA CONCLUSÃO

Em vista dos fatos relatados e das considerações expendidas, entendemos que o Projeto de Lei nº 53, de 2008-CN, encontra-se de acordo com a legislação em vigor, razão pela qual votamos por sua aprovação, nos exatos termos em que é proposto pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 2008.


Senadora **Serys Shessarenko**
Relatora

Anexo I

(Ao Parecer nº , de 2008)

PL nº 053, de 2008 – CN

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 46 DO REGULAMENTO INTERNO DA CMO

Nº Emenda	Autor	Finalidade	Valor (R\$)	Parecer
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS				

Anexo II

(Ao Parecer nº , de 2008)

PL nº 053, de 2008 – CN

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 31, INCISO I, DA RES. Nº 01, DE 2001-CN

Emenda	Autor	Subtítulo	Valor (R\$)	Decisão
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS				

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2008, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** da Senadora SERYS SLHESSARENKO, favorável nos termos do **Projetos de Lei nº 53/2008-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, André Vargas, Átila Lins, Beto Albuquerque, Carlito Meross, Carlos Zarattini, Cezar Silvestri, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Frank Aguiar, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, José Guimarães, José Rocha, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, Marinha Raupp, Natan Donadon, Osvaldo Reis, Paulo Lima, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão, Vilson Covatti, Wellington Fagundes, William Woo, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; e os Senhores Senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, José Nery e Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, em 12 de novembro de 2008.


Deputado **MENDES RIBEIRO FILHO**
Presidente


Senadora **SERYS SLHESSARENKO**
Relatora

EMENDAS

Nºs 1 a 371, apresentadas à Medida Provisória nº 449, de 2008 (**Publicadas em suplemente à presente edição**)

Ata da 237ª Sessão Não Deliberativa, em 15 de dezembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Neuto de Conto e Mão Santa.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos, e encerra-se às 18 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

V. Exª terá vinte minutos para o seu pronunciamento, e a prorrogação necessária regimentalmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside a sessão, e Senador Neuto De Conto, que está no plenário neste momento, sou o primeiro orador inscrito e quero dar uma pequena justificativa da minha pressa.

Hoje, Sr. Presidente, eu deveria estar no Centro de Convenções Ulysses Guimarães para participar da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Não estarei lá, porque hoje a CCJ vai discutir, a partir das 14h30, a questão da universidade e as cotas, que incluem negros, brancos, índios e pobres. Devido a isso, Sr. Presidente, o discurso que eu iria fazer lá, com a presença do Presidente da República e do Ministro Paulo Vannuchi, farei aqui da tribuna do Senado, porque a Conferência vai se iniciar às 15 horas, quando vamos debater na CCJ.

Sr. Presidente, inicia-se hoje a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Não poderei estar na abertura – tinha sido convidado para fazer uso da palavra –, porque vou participar aqui, na CCJC, do debate do projeto de cotas nas universidades, da nome Deputada Nice Lobão, do Democratas. Assim, Sr. Presidente, farei meu pronunciamento desta tribuna, como se lá, na conferência, eu estivesse.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; Exmº Sr. Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; Exmº Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Deputado Pompeo de Mattos, senhoras e senhores convidados a participar deste tão impor-

tante evento, que marca época dentro de seu tempo. Afinal, hoje, a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos realiza-se sob a simbologia dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Meus amigos e minhas amigas que estão no plenário, cerca de 1.500 pessoas, segundo informações que recebi dos organizadores deste importante evento, é a vocês que, neste momento, eu dirijo as minhas palavras. Cada um de nós, independente de nossas idades, podemos perceber que, com certeza, avançamos no que diz respeito aos direitos humanos, principalmente após a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual completou, neste último dia 10, seus 60 anos de idade. Porém, é preciso, com certeza, avançar mais, muito mais.

Também, cada um de nós tem conhecimento ou já presenciou, já assistiu a barbáries contra os povos, como, por exemplo, contra as crianças, as mulheres, a liberdade de crença, a livre orientação sexual, os idosos, os índios, os pobres, os negros. Infelizmente, essas barbáries ainda permanecem. Infelizmente, elas continuam ainda acontecendo.

Quantas guerras, quantos governos ditatoriais, quanta fome, quanta miséria, quanta agressão à natureza! Ações fruto da irresponsabilidade e da violência, infelizmente, dos homens.

Senhoras e senhores, o desejo de mudar esse cenário, de acabar com as injustiças, de transformar cada recanto em um lugar melhor para se viver é o que nos une aqui, neste momento. Com certeza, Sr. Presidente, esse desejo existe em todas as partes do mundo. Mesmo em lugares onde os direitos humanos não são respeitados, com certeza existe quem lute e até perca a vida por eles. Sempre foi assim e certamente será dessa forma. A luta pelos direitos humanos é permanente.

O nosso País, com a volta da democracia e o fim da ditadura, deu um passo importante no sentido da justiça, da igualdade e da liberdade.

Sr. Presidente, por uma questão de justiça, retorno a minha fala ao passado, que, embora pareça distante, continua vivo. Retorno ao passado para destacar

a luta em defesa dos direitos humanos de pessoas como Zumbi, Sepé Tiaraju, Irmã Dulce, Betinho, Chico Mendes e tantos outros homens e mulheres cujas vozes ecoam no tempo, atravessam fronteiras em favor daqueles que nem sempre têm voz.

Como o nosso olhar é universal, citamos, com orgulho, as figuras daqueles que entraram para a história como grandes defensores dos direitos humanos. Destaco aqui Madre Tereza de Calcutá, Gandhi, Luther King e aquele que para mim é o maior líder vivo na luta pelos direitos humanos, Nelson Mandela. Pessoas que doam ou doaram suas vidas em defesa das vidas de tantos outros.

Meus amigos, tomo a liberdade, neste fórum, de dizer como seria bom se o dia 10 de dezembro deixasse de ser somente um dia para homenagear a Declaração Universal dos Direitos Humanos e passasse a ser o primeiro feriado internacional. Um dia em defesa da vida, da dignidade, da qualidade de um viver e envelhecer num mundo em que todos tenham o direito à solidariedade, à igualdade e à liberdade. Um dia, somente um dia, para debater o desemprego, a fome, a educação, a saúde, a habitação, o saneamento básico, a humanização dos presídios e de tantas outras formas de viver com dignidade.

Imaginem os senhores e as senhoras que maravilha seria se, no próximo dia 10 de dezembro, no ano que vem, o mundo parasse por 24 horas para discutir políticas de paz, pra discutir o fim definitivo das guerras! Que bom seria se em cada 10 de dezembro o mundo parasse para cantar e celebrar a solidariedade entre os povos! Que bonito seria se as pessoas das mais diversas origens, culturas, etnias e religiões debatessem e trocassem idéias que apontassem para a construção de um mundo melhor para todos!

Ah, seriam inesquecíveis os 10 de dezembro! Negros, brancos, índios, orientais, enfim, todos estariam nesse dia debatendo políticas públicas a serem adotadas em todos os países do mundo.

Que bom seria se nos dias 10 de dezembro surgissem, da interação entre os povos, uma amizade permanente e a conseqüente derrubada de todos os preconceitos!

Temos a convicção de que os debates promovidos em um único dia, no mundo todo, numa única nota, nos levarão ao fim da pena de morte, dos assassinatos, das torturas, dos cárceres onde as pessoas são tratadas como se não fossem seres vivos.

Insisto em como seria interessante se, nos dias 10 de dezembro, líderes de todo o planeta, de todas as nações discutissem a importância da saúde, da alimentação, do meio ambiente, da água e do combate à miséria.

Dez de dezembro. Nesse dia, todos teriam como mandamento pensar no papel que cada um tem em defesa de uma sociedade efetivamente humanitária.

Dez de dezembro. A forma de pensar do mundo será alterada. Veremos, nesse dia, judeus e palestinos falando em paz e em harmonia. Veremos as Coreias unidas, num único linguajar, num único tom, embaladas pela mesma música.

Dez de dezembro. Os monges tibetanos teriam conquistado o seu espaço, em harmonia com o povo chinês. A independência tão sonhada seria uma realidade. Nesse dia, todas as divergências religiosas e étnicas seriam coisa de um passado triste.

Senhores e senhoras, falando em monges budistas, recordo-me de que, há algum tempo, li um texto budista que dizia que uma gota de água carrega em si a essência dos oceanos. Porém, só, ela é simplesmente uma gota, sujeita a evaporar a qualquer momento. Diz ainda o texto que, se essa gota for jogada no oceano, imediatamente ela se torna esse oceano.

Vamos juntar, no dia 10 de dezembro, as gotas espalhadas pelo mundo e formar um imenso oceano de luta pelos direitos humanos. Um oceano humano no qual predominem as mais diversas formas e cores, as múltiplas culturas, os mais distintos idiomas...

Uma imensidão de todas as idades, gêneros e crenças debatendo como cada pessoa, mesmo dentro de sua casa, pode contribuir para fazer do mundo um lugar melhor para se viver.

Dez de dezembro poderia ser a estrela maior a iluminar todos os lares do planeta, nos cinco continentes.

Sr. Presidente, se dependesse de mim, no dia 10 de dezembro, a humanidade pararia para ler e incorporar à sua vida o que está disposto no **Os Estatutos do Homem**, do poeta Thiago de Mello.

Thiago Mello escreveu, em 1964, em Santiago, no Chile, o texto que contém treze importantes artigos, dos quais aqui destaco um. Repito: Thiago de Mello é brasileiro.

Diz ele:

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

Sr. Presidente, como sou apaixonado por esse texto, escrito por Thiago de Mello, eu o deixo aqui, na íntegra, com seus treze artigos. Destaquei o quarto e vou para o final do pronunciamento que teria feito na Convenção.

Artigo final

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.

Senhoras e senhores, sei que alguém poderia dizer que essa minha proposta, essa minha idéia, é um sonho. Bem, sou daqueles que acreditam nos sonhos. Acreditamos que a conquista de nossos sonhos depende exclusivamente de nós. Por isso, que todos tenhamos esse sonho coletivo de um mundo em que a paz seja uma constante e no qual o viver seja mais humano, igualitário e justo para todos!

Vida eterna à Declaração Universal dos Direitos Humanos!

Dez de dezembro, um dia para pensar, para amar, para se doar ao próximo.

Vida eterna aos ideais que norteiam a caminhada de todos aqueles que dedicam suas vidas a tão importante causa!

Dez de dezembro, essa data é universal, esse sonho pode, sim, se tornar realidade.

Sr. Presidente, nos últimos seis minutos de que ainda disponho pelo tempo regimental, já que este era o pronunciamento que eu faria na Convenção e, por ter que participar de um debate às 14h30, fiz aqui, gostaria de fazer o pronunciamento programado para o dia de hoje.

Vou fazer um pequeno balanço da nossa atividade neste ano. Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço licença, e licença pede atenção. Hoje, faço um pequeno balanço do que foi nosso trabalho no ano de 2008. Falarei sobre os dias que nem o tempo esquece.

Quando tenho oportunidade, sempre digo que o exercício legislativo é semelhante em muito ao ato de abrir uma picada na mata fechada em busca de um rio com águas límpidas e caudalosas. Primeiro, tem que se gostar do que se faz. Segundo, tem que se estar bem aparelhado, com ferramentas afiadíssimas, senão não se limpa a picada. E, por fim, tem que ter o respaldo de quem passou o esquadro e o nível, para uma boa estrada.

Pode ser arte, quem sabe, ofício; pode ser sina, outrossim destino. Mas, se não tiver no alforje coerência e paixão como virtudes maiores, de nada terá adiantado pisar na colinas verdejantes e ir ao encontro da picada tão sonhada.

Comungo com o poeta de cabelos brancos e faço de algumas de suas simples palavras um pouco do caminho que até agora percorri, que todos nós per-

corremos. Diz o poeta: “O que mata a sede é a água; não o copo”.

Nos momentos mais difíceis que esta Casa viveu neste ano e, quando os nossos braços muitas vezes perdiam força e fraquejavam, em nenhum momento, soltamos as rédeas, nem quando escutávamos a serenata dos pássaros afinando-nos ao pé do ouvido as vitórias alcançadas. Em nenhum segundo sequer, o tempo foi capaz de parar os minutos das horas. Sempre fomos seguindo em frente.

Sr. Presidente, quando a aurora despontou no início desta caminhada, iniciamos, meio que a passos lentos, mas, logo em seguida, o ano pegou ritmo, e engrenamos os nossos trabalhos aqui na Casa.

Redobramos a atenção dada às Prefeituras municipais, às Câmaras de Vereadores. Já é uma marca do nosso gabinete atender, da melhor forma possível, os nossos munícipes.

Para a indicação das emendas mantivemos os mesmos critérios dos anos anteriores. Continuamos priorizando aqueles Municípios que ainda não foram contemplados, dando destaque sempre para o menor IDH e para aquelas administrações que adotem o corte das diferenças, ou seja, tenham políticas públicas para as pessoas com deficiência, para os idosos, para as crianças, para os desempregados, para os índios, para as mulheres; e as que combatam todo tipo de preconceito.

É para lá; não importava, para mim, se o Município tinha dois mil habitantes, cinco mil, cem mil, um milhão: quem dava o corte da diferença teve o respaldo das emendas deste Senador.

Priorizamos 100 Prefeituras, com indicações de emendas individuais em diversas áreas do Orçamento para o ano de 2009. No total, Sr. Presidente, ao longo desses meus seis anos, são 496 Municípios do Rio Grande. Nas emendas individuais, já cheguei a 412 Municípios, não importando nunca a cor partidária, sempre do menor para o maior.

Sr. Presidente, faço aqui a listagem das emendas apresentadas e, naturalmente, não vou ler aqui, senão vou ficar muito parecido com um outro Deputado, que fala muito das emendas; não que ele esteja errado, mas não vou precisar usar esse tempo – em seguida, vou dar um aparte ao Senador Mão Santa –, deixando o rol do valor das emendas. Mas todo mundo sabe que cada Senador pode destinar algo em torno de R\$9 milhões das emendas. Foram esses R\$9 milhões que destinei para esses 412 Municípios, e até 2010, vamos atingir os 496 Municípios. O Município que não recebeu emenda é aquele cujo Prefeito não encaminhou. Deixo no ar o desafio. Não é que ele não tenha encaminhado, Senador Conto, não precisa

nem encaminhar, porque consulto a região e mando: é porque não apresentou o projeto. Ele só não recebeu emenda, se não apresentou o projeto.

Sr. Presidente, por várias vezes, até mesmo aqui desta tribuna, disse que o meu sonho seria, um dia, ver todos os gaúchos unidos, ajudando na construção de um Estado melhor, onde maragatos e chimangos, farrapos e imperiais estariam juntos, tecendo lenços cívicos e patrióticos que, efetivamente, aportassem em um projeto do tamanho do Rio Grande – lenços aqui, por que não lembrar, brancos e vermelhos.

O meu mandato de Senador tem sido uma trincheira em defesa dos interesses do Rio Grande, como é o dos outros dois Senadores, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Não há mau tempo, quando se coloca à frente o bem-estar dos gaúchos e de nosso Estado.

Neste ano que passou, pude acompanhar de perto e dar total apoio, junto com os outros dois Senadores, aos empréstimos junto ao BIRD, para as Prefeituras de Pelotas, Bagé, Uruguaiana, Canoas; e, da mesma forma, para o Estado do Rio Grande do Sul, ao empréstimo, que os três Senadores defenderam, de US\$ 1,1 bilhão.

Destaco o espírito aguerrido e de unidade que se fez sempre presente na bancada gaúcha. Aqui no Senado, destaco o trabalho dos Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Trabalhamos sempre em um trio, articulados para o bem do Rio Grande e de cada um dos nossos Municípios.

Sr. Presidente, aqui da tribuna, critiquei o embargo europeu à exportação da carne bovina brasileira que atingiu o Rio Grande do Sul, já que a decisão da Comunidade Européia foi tomada devido a pressões de pecuaristas irlandeses e britânicos, que, por terem altos custos de produção, acharam-se prejudicados pela carne brasileira, que é mais barata e de muito melhor qualidade.

Com relação à vitivinicultura, faço questão de dizer que é mais que necessária a redução da tributação do vinho nacional. Já defendemos isso, juntamente com os outros dois Senadores, e agora o repetimos.

O nosso gabinete acompanhou de perto todas as reivindicações dos Municípios gaúchos que, atingidos pelas secas e pelas chuvas, decretaram situação de emergência.

Aprovamos, junto com a bancada gaúcha no Congresso Nacional, recursos para recuperação do rio do Sino e para a implantação das rodovias que unem as serras gaúchas e catarinenses; apresentamos também outras propostas nesse sentido, junto à LDO.

Sr. Presidente, também mediante indicação que fiz à bancada gaúcha, aprovamos R\$10 milhões para a UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul).

Para o atual Orçamento, apoiamos a implantação de infra-estrutura aquícola e pesqueira, na Comissão de Agricultura, no valor de R\$8 milhões; o fomento ao desenvolvimento da educação profissional, na Comissão de Educação – o ensino técnico tão falado por mim –, também no valor de R\$8 milhões. Apoiamos também a implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência, na CDH, no valor de R\$4 milhões; e outras iniciativas na linha da igualdade racial.

Ainda falando do Rio Grande do Sul, lembro que obtivemos êxito na apresentação da proposta de aquisição de cinco *campi* da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, junto ao MEC. O projeto pretende atender o norte gaúcho, o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná.

O pólo naval do Rio Grande contou com projeto de nossa autoria para a criação de um centro de educação tecnológica e profissional para o setor. A Univates (Universidade do Vale do Taquari) obteve, com o apoio de nossos gabinetes, aprovação do projeto para a Feira da Agroindústria, patrocinada pela Eletrosul. Realizamos audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, para tratar do Fundo de Pensão dos Trabalhadores Portuários.

Participamos, junto com os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, com o Presidente da Assembleia gaúcha, Deputado Alceu Moreira, e com o Deputado Henrique Fontana, de uma importante reunião com o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para tratar da viabilidade da extensão da matriz energética eólica do Estado.

Enfim, Sr. Presidente, foram muitas e muitas atividades, reuniões, audiências, propostas e projetos em benefício do Rio Grande do Sul. Aprovamos, na CCJ, um projeto chamado Fundep, que é um fundo de Investimento para o ensino técnico que vai gerar R\$9 bilhões. Apresentamos, ainda, Sr. Presidente, 33 projetos de lei, cinco Propostas de Emenda à Constituição e 31 requerimentos.

Quero destacar que algumas dessas propostas já foram aprovadas na Casa e estão na Câmara. Destaco os três projetos que beneficiam os aposentados: o fim do fator, o reajuste integral para os aposentados e pensionistas de acordo com o salário mínimo e, ainda, a recuperação do valor dos benefícios de acordo com o número de salários mínimos da época da aposentadoria.

Destaco, ainda, Sr. Presidente, que foi importante a aprovação do Centro de Especialização em Tecnologia da Carne, na cidade de São Gabriel, no Rio Grande, e do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doença Falciforme, bem como a fixação de formas de reajuste da bolsa-auxílio para estudante do terceiro grau e ensino profissionalizante, a eleição de Presidente

e do Vice-Presidente das Cipas como forma de evitar o acidente em local de trabalho, a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador, atualização dos benefícios da Previdência, conforme aqui já descrevi, como também o do Fundep (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante).

Termino falando, Sr. Presidente, de três projetos que foram sancionados este ano, que eu considero de uma simbologia importante: o que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, que passou a ser celebrado no dia 07 de fevereiro; o que define o tamanho mínimo de fonte em contratos de adesão; e o terceiro, que é o da instituição do Dia Nacional de Luta das Pessoas Portadoras de Deficiência, também sancionado este ano, que é o dia 21 de setembro, data do início da primavera.

Sr. Presidente, para concluir, eu só queria dizer que, nas minhas breves palavras, texto de introdução do livro *O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil – Diário dos Direitos Humanos*, que lancei em novembro, eu disse que presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal foi uma das mais importantes tarefas da minha vida pública.

Creio que os direitos humanos estão relacionados diretamente com o combate às injustiças e às discriminações, passando pelas discussões dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Os trabalhos que a CDH desenvolve são pautados por temas que visam a melhorar a vida das pessoas.

Sei que essa estrada só foi possível graças ao empenho de todos os Senadores que integram a CDH e também a este Plenário.

Minha eterna gratidão a todos os queridos colegas e funcionários, Senadores e Senadoras, funcionários e funcionárias.

Durante o decorrer do ano, Sr. Presidente, realizamos na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 52 reuniões, das quais 35 audiências públicas, 17 reuniões deliberativas para a análise de projetos em tramitação ou apresentados na Comissão, e um encontro dedicado ao Plano Plurianual (PPA).

A CDH aprovou este ano 116 propostas, entre projetos de leis, requerimentos, sugestões e petições. As audiências públicas tiveram ampla participação da sociedade organizada. Tratamos de todos os temas, Sr. Presidente. Podemos destacar aqui a violência urbana, o preconceito, o racismo, o sistema prisional, o idoso, a pessoa com deficiência, o meio ambiente, o direito indígena, a Previdência Social, o trabalho escravo, a estrutura sindical, o direito dos trabalhadores, o desemprego.

Sr. Presidente, termino dizendo que recebi este ano cerca de mais de 250 mil *e-mails* durante o ano

de 2008 – na verdade, foi um pouquinho mais; eu arredondei – a respeito dos diversos temas que tratamos aqui no plenário e na Comissão. E, naturalmente, Sr. Presidente, não vou poder me aprofundar sobre cada um deles, mas só o fato de esta Casa ter aprovado os três projetos de interesse dos aposentados já me faz muito satisfeito. Foram três vigílias que, no meu entendimento, marcaram época neste Senado pela participação, eu diria, de tantos Senadores.

Finalizo, Sr. Presidente, deixando uma mensagem em forma de parábola, que consta do livro *A luta social pelo resgate da dignidade é o pleno exercício do poder*, de autoria de Benedito Marques. Tudo o que falei aqui, bem como esse texto de esperança,...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... incentivo, otimismo, confiança e fé, mostra-nos que a nossa luta deve ser cotidiana e totalmente coerente e com muita paixão. Senador Mão Santa, por favor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Com a sensibilidade que é peculiar ao Presidente Papaléo, vou apartear-lo, Senador Paim. Estamos atentamente ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, e – atentai bem! – vimos a importância que V. Ex^a tem, como Senador, ao Rio Grande do Sul, os benefícios, os critérios de alocar as emendas, o apoio a todas as prefeituras. Mas, Paim, quero dizer que V. Ex^a não é do Rio Grande do Sul, não; V. Ex^a é do Brasil todo. Eu vim do fim de semana no Piauí. Estamos em uma encruzilhada que não tem volta. Eu fui, e sexta-feira cheguei; moro em Teresina perto do rio Poti, avenida, no Edifício Renoir, e tinha um convite muito bacana de confraternização dos que moram no edifício. Eu não podia faltar porque, estando lá, iam dizer: “Olha, é Senador, está bem, não fala com ninguém”, eu fui. Mas, Paim, é um prazer enorme, fizeram lá aquela confraternização boa de Natal. Mas eu ia de mesa em mesa, no edifício onde moro, e o assunto era só um: os aposentados perguntando pela luta do Paim, que V. Ex^a simboliza, o redutor das coisas. Eu passei a noite comemorando ali, mas respondendo, indagando e dando fé: “Não, o Paim já fez foi uma manifestação pública, já saiu às ruas, em Santos. Eu não fui porque tinha um compromisso. Mas eu vi os retratos, a imagem; nós estamos dispostos a cair no povo, buscar a força do povo, como nas Diretas Já”. Disse que nós estamos planejando uma na Praça da Sé; depois, no Rio Grande do Sul, no Pará. Aí, no dia seguinte, eu fui para a minha cidade, passei por Campo Maior e entrei na maior churrascaria. Rapaz, mas era muita gente, porque era sábado. Você sabe a churrascaria que Campo Maior tem. Rapaz, eu quase não comia porque todo mundo está sendo cortado, o prejuízo é grande desses velhinhos. E eles não per-

guntavam outra coisa; não era do Piauí, não; era esse negócio do redutor do Paim, se vai, se não vai, o que acontece. Depois, eu fui para a minha cidade, para uma festa do jornalista mais importante, o intelectual Rubem Freitas. Ele tem 76 anos de jornalismo, de radialismo; é uma dessas pessoas que marcam a cidade. E fui homenageado lá como o político de maior projeção do Piauí. Mas, em um ambiente muito agradável, já em Parnaíba, olha, os cumprimentos do Natal era só para encostar, mas o que eles queriam mesmo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Era saber da aposentadoria.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, fiquei em Parnaíba, depois passei por Buriti, uma cidade que tem uma prefeita muito bonita, com perspectiva invejável. Só isso. E fui a uma inauguração em uma cidade nova de Morro do Chapéu, ou de uma prefeitura. Mas o assunto não era a prefeitura, não era o que estava acontecendo, não. Então, Paim, eu respondia que estava em andamento e que, no dia 17, V. Ex^a ia liderar uma caminhada e que eu convidava a todos à Câmara de Deputados Federais, porque o que era para ser feito no Senado já foi feito. Então, a expectativa...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vou terminar, já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Vou dar dois minutos para o encerramento, porque o Senador Paulo Paim já está há 35 minutos na tribuna.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas ele está encarnando...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Ele tem reunião às 14 horas e 30 minutos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ele está há 35 minutos na tribuna, mas ele traduz a esperança de 35 milhões de aposentados. Quantos são, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – São mais ou menos 40 milhões.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olhe aí. Então, esses 35 minutos são em defesa de 35 milhões de aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – São 26 milhões de aposentados e 40 milhões que estão na expectativa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, valeu. Mas quero dizer que eu tinha de dar alguma resposta. No dia 17, eu estarei acompanhando o Paim à Câmara Federal. Então, quero dizer que sei da sua força no Rio Grande do Sul, mas hoje V. Ex^a tem responsabilidade com todo o Brasil. É como disse o poeta Antoine de Saint-Exupéry, em *O Pequeno Príncipe*: “És eterna-

mente responsável pelo que cativas”. V. Ex^a cativou os velinhos aposentados, e vamos livrá-los do calote que estão recebendo do Governo Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para informar – também para cumprimentar seu aparte – quero dizer que hoje ainda o Deputado Estadual do Ceará... (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Edson Silva. Eu tive de usar o celular aqui, de forma meio inédita, porque eu não queria errar o nome do Deputado.

O Deputado Edson Silva, do Ceará, está há dias ligando para o nosso gabinete. Ele quer que uma comitiva de Senadores se desloque para a Assembléia Legislativa, que vai preparar um evento para fazermos um debate sobre os aposentados. Então, comprometi-me com ele a, no final de fevereiro – vamos ver os Senadores que poderão ir –, irmos à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará debater a questão dos aposentados, o fim do fator e também os outros projetos que garantem o reajuste aos aposentados.

Sr. Presidente, meu tempo terminou. Eu tinha aqui uma parábola, mas não vou fazer a leitura da completa, vou apenas sintetizá-la.

Estava um jovem, na beira do mar, recolhendo as estrelas-do-mar que morriam ao sol. Um senhor de mais idade, idade avançada, chegou para ele e disse: “De que adianta você recolher uma estrela se milhares de estrelas-do-mar, jogadas na areia branca, com a força do sol, vão morrer?” O jovem se explicou – é uma parábola longa –, mas, no fim, ele sorriu, pegou mais uma estrela e disse, atirando-a de volta ao mar: “Para esta estrela, eu fiz a diferença”.

É uma parábola linda! Se você salvar uma vida, você faz a diferença. Salvando uma estrela, ele fez a diferença.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Os Estatutos do Homem

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida, e de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.

Artigo IV

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo único: O homem, confiará no homem como um menino confia em outro menino.

Artigo V

Fica decretado que os homens estão livres do jugo da mentira. Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem a armadura de palavras. O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.

Artigo VI

Fica estabelecida, durante dez séculos, a prática sonhada pelo profeta Isaías, e o lobo e o cordeiro pastarão juntos e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.

Artigo VII

Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.

Artigo VIII

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Artigo IX

Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor. Mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura.

Artigo X

Fica permitido a qualquer pessoa, qualquer hora da vida, uso do traje branco.

Artigo XI

Fica decretado, por definição, que o homem é um animal que ama e que por isso é belo, muito mais belo que a estrela da manhã.

Artigo XII

Decreta-se que nada será obrigado nem proibido, tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela.

Parágrafo único: Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

Artigo XIII

Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou.

Artigo Final

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.”

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Paim. V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Neuto de Conto para uma comunicação inadiável. Em seguida, como orador inscrito, falará o Senador Pedro Simon.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa Carta Magna, em seu art. 29, inciso IV, trata dos vereadores de todo o Brasil e estabelece que todos os Municípios terão de ter a sua Lei Orgânica. Estabelece que o mínimo de Vereadores vai de 9 a 21, até 1 milhão de habitantes; de 33 a 41, de 1 a 5 milhões de habitantes; de 42 a 55, acima de 55 milhões de habitantes por Município.

O vereador, que é a célula básica da política brasileira, é aquele homem e aquela mulher que se dispõem a trabalhar em favor da comunidade, que conhecem e participam de todos os eventos de todos os recantos do Município, quer sejam sociais, econômicos, políticos, culturais, quer sejam na área rural ou urbana. Não importa o caminho, ele está presente. É o verdadeiro condutor da causa da comunidade junto ao Município e a todas as instâncias da política nacional.

Assomo a esta tribuna, Sr. Presidente, para aqui tomar uma posição muito clara com relação àquele homem, àquele mulher que luta, que trabalha em defesa dos interesses da comunidade em que vive, como o primeiro a ouvir e o primeiro a conduzir os anseios da sociedade em que vive e que o elegeu.

Temos, hoje, no Brasil, Sr. Presidente – eleitos no último pleito de 6 de outubro –, 51.225 Vereadores. Em 2004, julgando uma resolução extraordinária, o Supremo Tribunal Federal entendeu que deveria a refixar, ou melhor, dar um novo entendimento quantitativo para

cada Município. Elevou para 36 faixas as Câmaras de Vereadores e deu um mínimo de vereadores para a grande maioria; quase 90% dos Municípios ficaram com 9 vereadores para cada Câmara Municipal.

Esse quadro ficou um tanto distante da realidade de cada comunidade, já que a própria resolução do TSE, baixada em abril de 2004, também seguiu o mesmo princípio do Supremo Tribunal, deixando claro que reduziu, Sr. Presidente, o número de vereadores, mas não reduziu as despesas das Câmaras de Vereadores. Portanto, reduziu-se o número de Vereadores e não houve redução da despesa.

Hoje, pela nova resolução, ou melhor, pela emenda proposta à Constituição, a Emenda nº 20, que está tramitando nesta Casa e que altera a redação do inciso IV do **caput** do art. 29 da Constituição Federal e do art. 29-A, que tratam das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais, restabelecem-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 24 faixas: até 15 mil habitantes, passariam a ser – ou continuariam – 9 Vereadores; de 15 mil a 30 mil, passaria para 11; e, de 30 a 50 mil, passaria para 30.

Só essas três faixas atendem a 90% dos Municípios brasileiros. Atendendo a 90% dos Municípios brasileiros, nós teríamos uma base maior de sustentação aos Municípios e teríamos ainda já preestabelecido que não alteraria em nenhum centavo os custos atuais das Câmaras de Vereadores.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma mensagem muito clara para que possamos, sim, valorizar aquele homem que trabalha, que luta na base comunitária, valorizar a classe política do Brasil e de todos os partidos políticos e valorizar, ainda, a municipalidade, dando maior força sem, em nenhum momento, alterar os custos dos Poderes Legislativos municipais.

Assomei a esta tribuna para deixar minha posição muito clara. Espero que, na quarta-feira, possamos, aqui no Senado, votar esta matéria e dar aos nossos Municípios uma distribuição melhor para suas Câmaras Municipais.

Ouçó o eminente Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Neuto de Conto, isso daí traduz a mazela que vivemos na nossa democracia. Quem é para fazer leis boas e justas somos nós, o Poder Legislativo. Somos nós que temos essa prerrogativa dada pelo povo, que é soberano em uma democracia. Compete ao Poder Judiciário guardar as leis que fazemos, executá-las. Então, esse é um caso mal resolvido. O Poder Judiciário intrometeu-se abruptamente e demagogicamente – podemos dizer isso. Eles manipularam o Poder Executivo, a imprensa, a mídia, e meteram na cabeça da opinião pública

e do povo que diminuiriam o número de Vereadores, como abruptamente foi diminuído; que isso – é óbvio ululante – ia acarretar uma economia nas Prefeituras e que esse dinheiro seria levado às ações boas. Mas eu faço uma indagação – eu posso fazer, nós entendemos. Temos que entender que, dos três Poderes que seguram a democracia, a república, este aqui é a perna de maior consistência, de maior competência e de sabedoria. Deve ser assim. Só faria uma pergunta, como isso é um caso mal resolvido: me apontem qual câmara municipal, das 5.564 existentes no Brasil, devolveu o dinheiro para as prefeituras, para os prefeitos aplicarem essa devolução em obras sociais, em ações sociais. Quer dizer, já faz mais de dois anos essa ação indevida, mal pensada, mal planejada, que foi um desastre, e nenhuma câmara municipal, eu desafio, devolveu. Informem-me. Agora, fizeram aquela encaenação. Então, do jeito que está, é diretamente com a proporcionalidade das populações. É um respeito ao povo. Aumenta a representatividade. Por que devem sair daqui essas leis? Porque é assim mesmo. Olhem: deve-se crer que nós, das três pernas, somos a mais eficiente, a mais capaz. Eles erraram aí. Então, agora está nascendo uma lei como deveria ter sido, uma lei boa e justa, sendo analisada, sendo planejada, passada pelas comissões, sendo votada, feitas as emendas pelo sistema bicameral. Isso daí dá apenas uma participação maior, porque o dinheiro é uma transferência constitucional. No tempo em que fui prefeitinho, era 5%. Não sei se os valores de hoje são iguais. Mas nenhum devolveu. Não diminuiu. O dinheiro foi o mesmo. Não houve economia. Houve diminuição de representatividade, diminuição da participação popular. Temos que entender que o pau quebra sempre do lado mais fraco. Nós aqui entendemos a coisa. Os outros Poderes têm que aprender. Nós somos a haste mais sábia do processo democrático. Atentai bem! Eu vou lhe dar um exemplo de como o pau quebra para o mais fraco. Por que também não diminuíram o Senado, não diminuíram a Câmara Federal, não diminuíram as assembléias? Só os vereadorzinhos? O pau quebra para os mais fracos. Deve-se entender a grandeza democrática, e eu vou dar um ensinamento para que eles não repitam a besteira de se imiscuírem aqui, querendo fazer leis. Leis são para nós fazermos. Nós temos que fazer recuar o Presidente de mandar as medidas provisórias, que são leis indevidas, e não abrir mão. E também: nós somos um contrapoder. É para um frear o outro. Eu sei que o Executivo é mais forte, porque tem mais dinheiro, mas ele não tem mais voto do que nós nem mais sabedoria. Nós originalmente seríamos os pais da Pátria. Atentai bem! O Judiciário, porque prende, porque cassa, porque todo o mundo tem medo; mas de

nós não é para ter medo, não. Nós somos o amor. Nós somos o povo. Eles têm que entender que, na democracia, nós somos filhos do voto e do povo. Nós temos mais votos que o Luiz Inácio. Eu não tenho nada contra ele. Ele é o nosso Presidente. Ele teve 60 milhões de votos, e eu já somei: aqui há 80 milhões de votos. Nós somos o povo. Papaléo, sabe como é que eu entendo o que é vereador? É um Senador municipal, e um Senador é um vereador federal. Agora vou dar um ensinamento, para ficar na cabeça do País, do Poder Executivo, do Judiciário e de nós, que somos povo. A França, onde nasceu isto, onde o povo, insatisfeito com o absolutismo dos reis, foi à rua e gritou “liberdade, igualdade, fraternidade”, caíram todos os reis, e nasceu isto que é a democracia. Então, lá, bem recente, Giscard d’Estaing... Atentai bem! Giscard d’Estaing foi durante sete anos Presidente da França, ao lado de Charles de Gaulle, extraordinário estadista. Tanto é, Papaléo, que lá há muitos candidatos a presidente, e ele ganhou o primeiro lugar no primeiro turno. Agora, houve o segundo turno. Então, surgiu o Mitterrand, um líder experiente, como o nosso Presidente Luiz Inácio, já tinha sofrido várias derrotas, e, no segundo turno, ganhou as eleições do estadista, porque ele disse: “o desemprego, eu resolvo. O funcionário dá oito horas, no meu governo só vai dar cinco, sobram três horas; aí eu contrato outro”. Ele ganhou. A imprensa, no dia em que ele passou a faixa para Mitterrand – Papaléo, aprendam isso, só se aprende com a história –, foi ao Giscard d’Estaing, extraordinário. Vá a Paris para ver aquele Arco – o Arco do Triunfo foi o Napoleão – o Arco da Defesa. A imprensa perguntou o que ele faria. Então, o Giscard d’Estaing deu a seguinte resposta: “Vou voltar para a minha terra natal, para minha cidade natal e vou ser vereador”. Ele traduziu a grandeza do vereador. Atentai bem! E Mitterrand, que ganhou dele, passou 14 anos – sete com sete, a reeleição –, moribundo, com câncer, escreveu um livro, pediu até um para ajudar, porque ele estava morrendo de câncer, em que deu uma mensagem aos governantes. Governantes, Luiz Inácio, querido Presidente Luiz Inácio, aprenda: “fortalecer os contrapoderes.” Essa é a mensagem que ele deixou. Então, não é para o Presidente Luiz Inácio nos diminuir, nos acachapar, nos apequenar, impondo essas medidas. E nem o Judiciário! Nós somos o contrapoder. Então, isso daí é uma vitória deste Senado, de que nós fazemos parte, e V. Ex^a veio enriquecer esta equipe com pronunciamento.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Senador Mão Santa, realmente não é possível que um município com dois, três ou quatro mil habitantes tenha o mesmo número de vereadores que outro que tenha 50, 60 mil habitantes. Por isso, essa alteração deverá

acontecer esperamos que ainda nesta semana e, no dia 1 de janeiro de 2009, sejam recompostas as câmaras de vereadores nos números legais, que deveremos produzir aqui na próxima semana.

Encerro, Sr. Presidente, com esse procedimento, e vamos aprimorar a representação popular na base da democracia brasileira sem gerar qualquer aumento de despesa, uma vez que os limites hoje vigentes, constantes do art. 29, *a*, da Constituição, permanecerão com plena eficácia, independentemente da alteração do número de vereadores que por eventualidade gerem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Neuto De Conto.

Agora concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuo a minha tarefa, Sr. Presidente, porque pretendo escrever um livro sobre a história dos gaúchos na vida brasileira. O meu último pronunciamento foi sobre os gaúchos no Mato Grosso. E hoje eu quero falar dos gaúchos na Amazônia.

A diáspora do povo gaúcho.

Segundo os dicionários, diáspora é a dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica. No nosso caso, o motivo que levou os agricultores gaúchos à dispersão forçada foi econômico. O excessivo fracionamento das pequenas propriedades, nas colônias pioneiras no Rio Grande do Sul, fazia com que os filhos dos produtores saíssem em busca de terra. Os descendentes dos imigrantes alemães e italianos, já no início do século passado, chegaram ao norte, ao nordeste do Rio Grande do Sul e, pouco depois, sempre pelo mesmo motivo, começaram a cruzar o Rio Grande, primeiro para se instalar em Santa Catarina.

Nas primeiras três décadas do Século XX, os gaúchos criaram aquelas cidades que viriam a ser as maiores do Oeste e do Meio-Oeste catarinense. Nos anos 50 e 60, a migração concentra-se no Oeste do Paraná. A partir dos anos 70, milhares de produtores, em um êxodo maciço, deixam a nossa terra para ampliar as fronteiras agrícolas que estavam sendo abertas nos cerrados e na Amazônia.

Por tudo isso, creio que não exagero quando chamo de diáspora a essa movimentação de grandes proporções do povo sul-rio-grandense pelas terras brasileiras, mais exatamente pelas novas fronteiras agrícolas que foram sendo abertas por nós, sucessivamente, desde o início do século passado.

No primeiro dos meus pronunciamentos, esbocei um quadro dessa migração por terras brasileiras. Num segundo discurso, descrevi a verdadeira proeza que foi a ocupação dos cerrados, o que transformou o Brasil, efetivamente, num celeiro, com grande produção de grãos e carne. Em outro pronunciamento, falei da transformação, em poucos anos, do Estado de Mato Grosso, que virou uma potência agro-pecuária.

Hoje eu quero falar da presença dos gaúchos na Amazônia. Pela definição de Amazônia Legal, eu teria de incluir obrigatoriamente neste pronunciamento o Estado de Mato Grosso. Ocorre, porém, que os números da mudança em massa de agricultores gaúchos para aquele Estado são tão impressionantes que me senti obrigado a fazer um pronunciamento à parte.

Para mostrar o impacto da migração gaúcha para o Mato Grosso, citei o fato de, no momento, dois dos Senadores eleitos por aquele Estado terem nascido no Rio Grande do Sul. Estima-se que hoje já vivem em Mato Grosso cerca de 100 mil gaúchos.

O que se nota quando se estuda a diáspora do povo gaúcho é que o migrante, embora continue apegado à cultura gaúcha, ama com igual intensidade sua nova terra. Ninguém quer regressar. Esse migrante ingressa num CTG, canta e dança nossas músicas, escuta programas de rádio do Sul, torce pelo Grêmio e pelo Inter, mas se fixa fortemente em sua nova terra. Isso se explica porque os agricultores são gente apegada ao chão que lhes dá o sustento.

Mais do que o hábito do chimarrão diário e do churrasco no final de semana, a nossa gente carrega consigo a vontade de se entregar totalmente ao trabalho. Viram os seus pais e seus avós trabalharem do nascer ao pôr do sol e é por isso que fazem também a mesma coisa. Mas são solidários com os seus familiares e vizinhos. Mal se instalam na nova terra, chamam os pais e irmãos. Também convocam seus vizinhos para ocupar aquela região. E logo a cidadezinha nascente toma os ares de uma cidade grande. O trabalho é mais fácil quando se ampara no núcleo familiar. As famílias já instaladas vão ajudando as outras que vêm depois.

E, assim que possível, formam uma cooperativa. O cooperativismo nasceu no Rio Grande do Sul, entre os imigrantes italianos. Nas nossas cidades do interior, as pessoas se associam para tudo, para vender e para comprar. Em todas as novas terras que ocuparam, os gaúchos fizeram prevalecer o hábito do trabalho cooperativo, da forte coesão comunitária. A Igreja tem um papel determinante na união das comunidades do interior.

E é isso que eles constroem, de saída, nas novas fronteiras: escolas, igrejas, cooperativa e CTGs.

Por falar nisso, é bom ter em mente que, hoje em dia, milhares de Centros de Tradição Gaúcha espalham-se hoje de Sul a Norte do País.

Hoje, eu quero falar da presença dos gaúchos nos Estados Amazônicos: Acre, Rondônia, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá.

Decidi começar pelo Acre por um motivo bastante simples: se há um Estado da Amazônia que tem forte ligação com o Rio Grande do Sul, esse Estado é o Acre. Isso ocorre porque a incorporação daquelas terras ao território brasileiro foi obra de um jovem idealista gaúcho, nascido na cidade de São Gabriel.

Idolatrado no Acre como um grande herói local, Plácido de Castro comandou uma revolução que saiu vitoriosa contra as forças bolivianas, muito mais numerosas.

Plácido de Castro nasceu numa família de militares. Era filho do Capitão Prudente da Fonseca Castro, veterano das campanhas do Uruguai e do Paraguai. Recebeu o mesmo nome de seu avô, José Plácido de Castro, um major paulista que, após combater na Campanha Cisplatina, trocou São Paulo pelo Rio Grande do Sul. Um de seus bisavós, Joaquim José Domingues, participou da conquista das Missões em 1801, quando aquele território foi incorporado ao território brasileiro.

Um dos melhores alunos da Escola Militar da então província do Rio Grande do Sul quando eclodiu a Revolução Federalista, Plácido aderiu à Revolução, alcançando o posto de Major. Em 1899, aos 22 anos, resolve tentar futuro melhor no Norte do País, trabalhando como seringueiro. Estava demarcando o seringal quando ficou sabendo pelos jornais, em 1901, que a Bolívia havia arrendado o Acre – cuja posse era disputada pelo Brasil desde 1750 – a uma companhia norte-americana. Plácido viu na notícia uma ameaça à integridade do Brasil.

Enquanto arregimentava combatentes, o Governo do Brasil reconheceu os direitos bolivianos sobre o Acre. Mesmo assim, Plácido de Castro iniciou um movimento armado para garantir a posse da região.

O governo boliviano enviou um contingente de 400 homens, que foram derrotados por 60 seringueiros comandados por Plácido de Castro. A seguir, suas tropas venceram outras guarnições bolivianas em Empresa e Porto Alonso. O próprio Presidente da Bolívia, General José Manuel Pando, no comando de suas tropas, vai ao ataque, mas sem sucesso. Plácido tinha 27 anos de idade quando liderou os brasileiros em combate que envolveram mais de 30 mil homens. Sua vitória definiu a fronteira oeste do Brasil. Em 1903, pelo Tratado de Petrópolis, a luta foi encerrada.

Nomeado Governador do Acre, em 1906, Plácido de Castro viajou para o Rio de Janeiro, onde lhe ofereceram os galões de Coronel da Guarda Nacional, que rejeitou. Quando de seu retorno ao Acre, foi nomeado Prefeito. Dois anos depois, em agosto de 1908, caiu ferido numa emboscada que lhe prepararam mais de uma dezena de jagunços.

No dia 11, ardendo em febre, implorou ao irmão Genesco, na presença de vários companheiros: “Logo que puderes, retira daqui os meus ossos. Direi como aquele general africano: ‘Esta guerra que tão mal pagou a liberdade que lhe dei, é indigna de possuí-los’. Ah, meus amigos, estão manchadas de lodo e de sangue as páginas da história do Acre... Tanta ocasião gloriosa para eu morrer...”

Plácido de Castro foi sepultado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre, num túmulo em cuja lápide a família mandou gravar o nome e sobrenome dos seus 14 carrascos.

Em 17 de novembro de 2004, o nome de Plácido de Castro foi incluído no Livro de Aço dos Heróis Nacionais, localizado no Panteão da Pátria, em Brasília.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para a redação deste pronunciamento, tive a ajuda fundamental de dois dos mais destacados líderes da colônia gaúcha no Acre: o Deputado Estadual José Luís Schafer, mais conhecido como Tchê, e o desembargador Pedro Ranzi.

O Deputado Tchê nasceu em 1960, em Humaitá, no noroeste do Rio Grande do Sul. Em 1985, em busca de oportunidades, ele chegou ao Acre, então um Estado novo e com carência de mão-de-obra qualificada. Empreendedor, começou no ramo de transportes e passou, em seguida, ao comércio.

José Luís Tchê entrou para a vida pública impulsionado pelo desejo de enfrentar o desafio que era mudar a realidade política do Acre daquela época, marcada pela violência e pela impunidade. Em seu primeiro mandato, foi considerado como um dos cinco deputados estaduais mais atuantes. Entre seus projetos, destacou-se a lei que dispõe sobre o Acompanhamento na Hora do Parto, que garante à parturiente o direito a um acompanhante, iniciativa que, depois, tornou-se lei federal.

“A concentração no Acre de pessoas que nasceram no Rio Grande do Sul impressiona”, diz o Deputado Tchê. “São inúmeros os ocupantes de altos cargos políticos e administrativos, empresários, políticos, médicos e cidadãos comuns vindos do Sul que adotaram o Acre como uma nova terra. Estimo que hoje vivam no Acre entre 30 a 40 mil sulistas, sendo que a maior concentração de gaúchos

é na capital, Rio Branco. Pela ordem de chegada, acredita-se que a colônia dos sulistas tenha sido a terceira a chegar ao Acre, logo após os nordestinos e nortistas”.

De acordo com o Desembargador Pedro Ranzi, os gaúchos que vivem no Acre estão concentrados nos Municípios de Rio Branco, Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Brasiléia e Epitaciolândia. Assentamentos de colonos gaúchos ocorreram na década de 70, em Brasiléia e Epitaciolândia, cidade que fica na fronteira com a Bolívia.

Segundo José Luiz Tchê, além de numerosos, os gaúchos se destacam pela união. Para maior congraçamento, os sul-rio-grandenses criaram, em 1974, na capital, um Centro de Tradições Gaúchas que recebeu o nome de José Plácido de Castro.

“O Centro nasceu da vontade de um grande grupo de cidadãos que têm o Acre no coração, mas que sentem saudades das tradições de sua terra natal”, diz o Deputado Tchê. “Como o amor que nos une é mais forte que a distância e as diferenças que os separam, a meta do CTG é zelar pelas tradições gaúchas, suas histórias, lendas e costumes. Assim, o Centro não desenvolve quaisquer atividades político-partidárias, filosóficas ou religiosas. Trabalha-se lá pela elevação moral”.

O Desembargador Pedro Ranzi foi um dos fundadores do CTG, junto com seu irmão Alceu, professor da área de Paleontologia da Universidade Federal do Acre. O primeiro patrão e incentivador, Osório Rodrigues, reside na cidade de Plácido de Castro. A sede própria foi inaugurada em setembro de 2006, com a presença do cantor e compositor Rui Biriva. Também Gaúcho da Fronteira, Renato Borghetti e os Gaudérios, de Caxias do Sul, tocaram por lá. Para os bailes, são contratados grupos musicais gauchescos de Rondônia. “No nosso CTG, todas as sextas-feiras à noite temos jantar dançante e bóia campeira, muitas vezes um costelão assado à moda”, explica o Desembargador.

Pedro Ranzi nasceu em 1947 no Município de Soledade, na localidade de Pontão do Butiá, hoje pertencente a Espumoso, no Rio Grande do Sul. Sua família era originária de Bento Gonçalves, onde seu bisavô, Carlos Jerolimo, recebeu o lote 200 da colônia Santo Antônio, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

Chegando ao Acre em 1969, foi residir em Cruzeiro do Sul, onde fundou um colégio. Na Prefeitura daquela cidade, exerceu as funções de Secretário, Contador e foi nomeado Prefeito em 1971. No ano seguinte, mudou-se para a capital do Estado, onde estudou Di-

reito, formando-se em 1977. Ingressou na Magistratura em 1980. Passou a Desembargador em 2005.

Um fato peculiar na vida de Pedro Ranzi é que, além do trabalho pesado no Tribunal de Justiça, onde ocupa a Vice-Presidência, ele é um dos apresentadores do “Programa de Gaúcho”, que vai ao ar todos os sábados, das 9 às 11 horas, na FM Gazeta de Rio Branco, a principal emissora do Estado.

“A idéia de um programa de rádio nasceu de uma visita que fiz a Passo Fundo, onde residem meus familiares. Escutei lá a [Rádio] Planalto 105 FM, que toca 24 horas música gaúcha. De volta ao Acre, iniciei o programa em 2001, com meia hora de duração. Fui o criador e sou o programador, mas considero que o programa é do nosso CTG. Em geral, somos quatro apresentadores. Soubemos que o programa já foi ouvido nos Estados Unidos, Itália, Bolívia e Peru”, disse Pedro Ranzi. E acrescenta: “Eu não era envolvido no movimento tradicionalista lá no Rio Grande do Sul, mas freqüentava o CTG em Passo Fundo. A gente é mais gaúcho quando está longe do pago e da querência amada”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo agora a falar da presença dos meus conterrâneos no Estado de Rondônia.

Um dos melhores conhecedores do acelerado processo de ocupação do Estado de Rondônia é o ex-Senador Amir Lando, que ficou nacionalmente conhecido quando foi o Relator da CPI que investigou Paulo César Farias.

Entre 1970 e 1982, Amir Lando foi advogado do Incra e ocupou a Presidência da Comissão de Discriminação de Terras, que comandava a ocupação tanto em Rondônia quanto no Acre. De acordo com o ex-Senador, foi instalada cerca de uma dezena de grandes assentamentos ao longo da BR-364, que resultaram depois em importantes cidades de Rondônia, como Cacoal, Rolim de Moura e Ariquemes. Os lotes concedidos inicialmente aos colonos eram de 100 hectares, depois caíram para 50. Os assentamentos variavam entre dois mil e seis mil lotes.

Foi assim que Rondônia, em pouco mais de uma década, recebeu 100 mil famílias de agricultores. A grande maioria de assentados veio do Oeste do Paraná, das cidades gaúchas do Paraná: Cascavel, Pato Branco e Toledo, áreas ocupadas por descendentes do Rio Grande do Sul, que para lá haviam migrado a partir de 50 e, de lá, partiram para Rondônia.

Amir Lando, que por duas vezes ocupou uma cadeira de Senador por Rondônia, se diz um “gaúcho

cansado”, que é uma expressão entre brincalhona e carinhosa usada para designar os filhos da gente do Rio Grande do Sul que nasceram em Santa Catarina ou no Paraná. São chamados de “gaúchos cansados” porque nasceram quando seus pais faziam uma parada para descanso na sua viagem em busca de novas terras no Norte.

Amir Lando é um dos mais destacados integrantes da diáspora do povo gaúcho. Nasceu na Vila Uruguai, distrito do Município de Concórdia, em Santa Catarina, numa família de gaúchos migrantes do Rio Grande do Sul. Seu pai era natural de Bento Gonçalves e sua mãe, de Garibaldi. Depois de estudar Direito e Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre 1965 e 1969, partiu do Rio Grande do Sul para Rondônia em 1970, funcionário do Incra.

As centenas de milhares de lotes distribuídos a agricultores de Rondônia apresentaram duas tendências ao longo dos últimos 30 anos, diz Amir Lando. Muitas dessas propriedades foram subdivididas em função de heranças, enquanto outras sofreram um processo de concentração em mãos de pessoas com mais dinheiro.

Há hoje uma numerosa colônia de gaúchos em Rondônia. No interior, a maioria está nas cidades de Vilhena e Ji-Paraná, na maioria plantando soja. A cidade de Ji-Paraná evoluiu ao redor de uma casa usada pelo Marechal Rondon quando de sua passagem por lá. As terras planas da região propiciam a mecanização da lavoura.

“Gaúcho é aquele que, montado num pingo de aço, o trator, domina terras bravias”, diz Amir Lando. “O gaúcho tem a alma ousada. É otimista, ousado, alegre”, acrescenta. Na capital, Porto Velho, há um grande número de profissionais liberais e funcionários públicos federais e estaduais vindos do Sul. Notável também é a presença de gaúchos na exploração de madeira ou na busca de ouro no Rio Madeira.

No Livro *O Brasil de Bombachas*, escreve o jornalista Carlos Wagner:

A doença que mais matou gaúchos na selva amazônica foi a febre do ouro. De uma hora para outra, pacatos agricultores venderam tudo o que tinham e se embrenharam mata adentro em busca de riquezas.

“Depois que um homem vira garimpeiro, ele jamais volta a ser uma pessoa normal”, descreve Gilberto Beal de Lima, 38 anos, conhecido como Gaúcho no garimpo de Arará, em Vila Nova Mamoré, Estado de Rondônia. Há cinco anos era empreiteiro de obras em Canoas, no Rio Grande do Sul, e resolveu arriscar a sorte como agricultor no Norte do Brasil.

Gaúcho não chegou nem perto da lavoura em Rondônia. “Fui direto para o garimpo”, recorda. Pegou todas as suas economias e comprou uma velha draga que operava no Rio Madeira. “Nunca tinha visto tanto dinheiro junto”, lembra. No primeiro ano, houve uma transformação no seu comportamento. Comprou um imenso chapéu de caubói, mandou fazer grossos correntões de ouro para o pescoço e pediu para um ourives gravar numa medalha seu retrato e de uma draga.

Sr. Presidente, passo agora ao Estado do Pará.

Um dos mais destacados cidadãos da diáspora gaúcha no Pará é o atual Secretário de Transportes daquele Estado, Valdir Ganzer, Deputado Estadual licenciado, e que já ocupou uma cadeira de Deputado Federal por aquela unidade da Federação.

Em 1972, com apenas 16 anos, desembarcou com seus pais e nove irmãos em uma agrovila formada pelo Incra às margens da Transamazônica, na altura de onde fica hoje o Município de Rurópolis. Os Ganzer vinham de Iraí, onde haviam ficado os dois filhos mais velhos. O início da vida no Pará foi duríssimo para eles.

“O nosso maior problema era a falta de assistência médica. Se uma pessoa da nossa agrovila quebrassem a perna numa segunda-feira teria que esperar até sexta-feira, quando passava o caminhão do Incra, para ser levada a uma das cidades mais próximas: Santarém (250 km), Itaituba (170 km) ou Altamira (300 km). ou Altamira (300 km). Educação também era um grande problema: nas agrovilas.. A gente só tinha o ensino primário. Eu, que era guri, queria jogar bola, mas não tinha campo de futebol. Era tudo mato”, conta Valdir Ganzer.

A situação começou a melhorar nos anos seguintes, quando as comunidades começaram a se organizar. “Quando chegamos, a gente não sabia nada do clima e da terra. Tivemos que aprender, na marra”, diz o político paraense.

Da família Ganzer, apenas um dos irmãos voltou ao Sul por problemas de saúde. Os demais permanecem na região. No entanto, Valdir Ganzer acredita que cerca da metade dos agricultores gaúchos, levados ao Pará durante o governo militar, deve ter permanecido na região. O retorno ao Sul também foi grande. Nos últimos 10 anos, de acordo com o Deputado, surgiu uma nova corrente migratória gaúcha, mas de agricultores que vieram para plantar grãos.

Segundo o pesquisador Pedro Celestino Filho, supervisor do Núcleo de Pesquisas da Embrapa na Transamazônica, com sede na cidade de Altamira, ainda hoje existe na região uma quantidade grande de famílias de colonos gaúchos, que chegaram por lá no início

da década de 70. “Vários deles foram bem-sucedidos e hoje plantam café ou cacau. Seus filhos se casaram por aqui, com gente da terra”, diz o Dr. Celestino.

Segundo ele, os sul-rio-grandenses estão concentrados em Medicilândia, Município a uns 90 quilômetros de Altamira. Além de cacau e café, há quem plante cana-de-açúcar na região, porque o solo é parecido com o do Paraná. Também a pecuária é forte. O café é vendido pela Bahia, de onde sai para o Espírito Santo. Altamira fica a 800 quilômetros de Belém em linha reta. Já a viagem por terra para a capital, de 1.200 quilômetros, não é feita em menos de 18 horas.

Altamira é considerada como sendo a cidade que tem maior concentração de gaúchos no Pará, porque foi por lá que começou a colonização da transamazônica, no início da década de 1970. Acontece que Altamira, Ituitaba e Santarém, os Municípios às margens da rodovia, que, na época, estava sendo aberta, a partir da década de 80 subdividiram-se em um grande número de novas cidades: Brasil Novo, medicilândia, Novo Progresso, Uruará, Placas, Novo Repartimento, Anapu e Pacajás.

“Os gaúchos estão espalhados por esses Municípios, mas principalmente em torno de Medicilândia. Se considerarmos que Altamira é uma cidade-pólo, porque tem hospital, aeroporto e comércio de produção agropecuária, então podemos garantir que a concentração é em Altamira”, diz o pesquisador da Embrapa.

Também na região de Paragominas, que fica a menos de 300 quilômetros de Belém, há muitos agricultores gaúchos, segundo José Carminati, Presidente do Sindicato de Produtores Rurais daquela cidade. A produção de grãos do Estado do Pará, que ainda é pequena, nasceu, em boa parte, graças às migrações gaúchas. O cultivo de soja, por exemplo, começou em 1996, quando José Carminati e o gaúcho João Zanchetto começaram a plantar naquela região. Hoje, o pólo de produção de grãos do Pará está concentrado em quatro cidades: Paragominas, Pixuna, Dom Eliseu e Ulianópolis. Na região de Paragominas, a área plantada de soja passa de 23 mil hectares.

João Zanchetto é gaúcho. José Carminati, que tem parentes distantes no Rio Grande do Sul, nasceu no Espírito Santo. Aliás, ele é natural de Castelo, terra do nosso companheiro Senador Gerson Camata. Segundo Carminati, os gaúchos que plantam na sua região chegaram, na maioria, depois de 2000, vindos de Mato Grosso.

Nos anos 80, Paragominas já havia recebido muitos migrantes sul-rio-grandenses, que chegavam para explorar madeira. A exemplo dos produtores de soja do Maranhão e do Piauí, os do Pará exportam

sua produção pelo porto de São Luís, no Maranhão. A produção de milho é vendida em Belém.

O pesquisador Olinto Gomes de Rocha Neto, da Embrapa em Paragominas, tem sua história pessoal ligada à migração dos gaúchos para o Pará, seu Estado de origem. Recém-formado, em 1972, ele foi trabalhar pela Embrapa com os agricultores gaúchos que estavam sendo instalados às margens da transamazônica. Foi lá, na agrovila do Quilômetro 90, que conheceu sua esposa, Nely Batista, gaúcha de Tenente Portela.

De acordo com aquele pesquisador, também há um bom número de gaúchos na região de Paragominas e de Santarém, locais de migração mais recente. Em torno de Santarém, estabeleceram-se plantadores que já haviam sido bem-sucedidos em Mato Grosso. Compraram grandes propriedades. Os gaúchos estão mais concentrados na cidade de Belterra. No planalto de Belterra e no planalto de Santarém, plantam hoje soja, arroz e milho. Os gaúchos também estão espalhados ao longo da BR-163, mais conhecida como Cuiabá-Santarém. Nos últimos dez anos, tomaram a direção de Curuaúna. Segundo fontes da Embrapa, em Belterra, os plantadores do Sul estão inovando, plantando com foco na recuperação do solo fazendo rodízio de culturas e diversificando para girassol e milheto.

Sr^{as} e Srs. Senadores, passo agora ao Estado do Amazonas.

Todos são unânimes em afirmar que a cidade mais gaúcha do Estado do Amazonas é Apuí, no extremo sul daquele Estado, quase na divisa com o Mato Grosso. Trata-se de um Município, hoje com cerca de 20 mil habitantes, que nasceu da migração gaúcha, nos anos 70, quando avançava o processo de ocupação da Amazônia.

Em Apuí, como na maioria dos pólos de migração, os agricultores catarinenses e paranaenses descendem de gaúchos. Esse é o caso do atual Prefeito da cidade, Antonio Roque Longo, nascido em União da Vitória, Paraná. Sua família, originária de Bento Gonçalves, já havia feito uma escala em Videira, Santa Catarina.

Atualmente, concluindo seu segundo mandato, Longo chegou a Apuí pela primeira vez em 1980. Veio por sua livre vontade. Tivera informações da região por outros paranaenses que ali já se haviam instalado. Queria comprar terras baratas para iniciar-se na produção de gado. Achava que a cidade, pelo fato de estar às margens da transamazônica, logo entraria num surto de progresso acelerado.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Instalou-se na cidade em 1981 com uma serraria e, com o di-

nheiro amealhado, conseguiu começar sua fazenda de gado.

Em 1982, o Incra começou na região o Projeto de Assentamento do rio Juma, um dos maiores que já desenvolveu, com a concessão de cerca de 5.000 lotes. Inicialmente eram concedidos lotes de 100 hectares, mas como a procura de agricultores sulistas foi muito intensa, a área de concessão caiu logo para 60 hectares. Ao lado de um grande número de colonos, que veio para trabalhar a terra, também apareceram alguns aventureiros, que desistiram da terra, quando descobriram que teriam de trabalhar pesado, diz Antonio Roque Longo.

Erguida à condição de Município, em 1988, Apuí hoje enfrenta o problema mais comum da Amazônia: o desmatamento. Mas, como atualmente há mais controle na exigência de preservação de parte das propriedades como reserva, a renda dos produtores caiu bastante. Como as propriedades são pequenas para os padrões do Norte e do Centro-Oeste, só vigora por lá a agricultura familiar. A produção local está concentrada em café, guaraná, cacau, arroz e milho.

A principal atividade econômica da cidade é a criação de gado. O rebanho é 150 mil cabeças, sendo que os maiores fazendeiros têm entre 5.000 e 7.000 cabeças. O café e o gado são vendidos para Manaus. Já o cacau é comercializado na cidade de Maués para uma empresa de refrigerantes ali instalada. O arroz e o milho são consumidos no Município. Embora a cidade esteja a pouco mais de 400 quilômetros de Manaus em linha reta, a viagem até a capital do Estado é demorada. O trecho inicial, de 300 quilômetros por terra até Novo Aripuanã, é feito de carro em 7 horas. A parte final do trajeto é feita pelo rio Madeira. Em lancha rápida, são 11 horas de navegação. Já nos barcos tradicionais, a viagem leva 36 horas.

A transamazônica não foi asfaltada até hoje. Para viajar à cidade mais próxima ao sul, Jacareacanga, no Pará, num trajeto de 260 quilômetros de estrada apenas cascalhada, levam-se cinco horas.

Antes de mais nada, devo dizer que meu prezado companheiro Senador Mozarildo Cavalcanti, mesmo nascido em Roraima, é homem que tem forte ligação com a comunidade gaúcha do seu Estado. É freqüentador emérito do Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência, que é um dos principais locais de eventos da capital Boa Vista.

Nos seus pronunciamentos, o Senador Mozarildo faz questão de ressaltar que a classe produtora de Roraima é basicamente formada por gaúchos. Estima-se que os nossos conterrâneos por lá representem 90% dos agricultores e pecuaristas, quase todos pequenos e médios produtores. O Senador Mozarildo sempre

elogia a coragem dessa gente que foi investir o seu capital num Estado que então se formara.

“Não podemos esquecer que ...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... produtores de arroz que no momento estão lutando para poder produzir arroz no Estado de Roraima, na borda da polêmica Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, são gaúchos”, diz o Senador Mozarildo Cavalcanti. “Não podemos jamais esquecer que o trabalho desses homens e mulheres, que deixaram para trás o seu querido Rio Grande do Sul há décadas, representa 25% do PIB do Estado de Roraima.”

Estima-se que os sul-rio-grandenses formem a terceira maior colônia de Roraima, depois dos maranhenses e dos cearenses. Seriam entre 10 mil e 15 mil pessoas num Estado cuja população está em torno de 400 mil habitantes.

Se há um típico migrante gaúcho em Roraima, ele é o Deputado Estadual Erci de Moraes. Nascido em Cachoeira do Sul, ele é filho de um antigo companheiro meu de MDB, Astrogildo de Moraes. Ainda universitário, estudando na Universidade Federal de Santa Maria, Erci conheceu Roraima, onde sua universidade mantinha um campus. Gostou muito do lugar. Em 1974, formou-se em Zootecnia. Oito anos depois, já na condição de pesquisador da Embrapa, ele mudou-se para Roraima a fim de trabalhar lá numa estação da empresa. Desenvolveu sua carreira profissional naquele Estado até aposentar-se, quando ingressou na vida política. Exerce agora o seu segundo mandato como Deputado Estadual, depois de ter atuado como Vice-Governador entre 2004 e 2006.

Segundo Erci de Moraes, a migração gaúcha para Roraima deriva, em sua maior parte, do campus da Universidade Federal de Santa Maria. Muitos dos que passaram por lá, tanto como professores quanto como estudantes, voltaram já formados, tendo em vista que o Estado oferece amplas possibilidades de crescimento profissional.

Segundo Erci de Moraes, os gaúchos transformaram a economia do Estado com o cultivo do arroz irrigado, nos moldes do Sul. Hoje, o Estado é um dos maiores produtores nacionais. Por isso, os gaúchos querem que a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol seja descontinuada, de modo a não prejudicar quem desbravou aquela região. Também há um grande número de pequenos produtores sul-rio-grandenses que trabalham com agricultura familiar em projetos de assentamento estabelecidos pelo Incra, mas a ampla maioria dos gaúchos reside na capital, Boa Vista.

Domiciliado há quase 30 anos em Roraima, o Deputado Erci de Moraes já se considera um makuxi, que é como os roraimenses são chamados. Makuxis eram os índios que habitavam a região antes da chegada dos brancos.

Num livro muito interessante, intitulado *Gaúchos em Roraima*, a professora Carla Monteiro de Souza, da Universidade Federal de Roraima, traça um painel da presença de sul-rio-grandenses na região.

Na sua obra, ela reproduz depoimentos de pequenos agricultores que se fixaram em Roraima. Um desses migrantes, Sr. Filippin, assim se refere ao Brigadeiro Otomar Pinto, a figura política mais popular de Roraima e grande incentivador da colonização:

Era ele que ia nas lavouras, ia para as roças, lá pelo mato. Ele chegava de tardezinha lá no interior e dizia: “Onde é que eu boto a minha rede?” A gente ficava pensando [...]

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) –

[...] será que ele vai pousar aqui? E, olha, em certos pontos ainda, a gente pode dar graças a Deus por ele aqui em Roraima. Ele só fez um erro, trazer muita gente. Agora o resto, ter feito alguma coisa que aparece aqui foi ele. Tanto na cidade como no interior. Isso daí, por incrível que pareça, não se pode negar.

Um outro gaúcho, Sr. Ernesto, afirma:

Aí, no fim, juntou todo o grupo e viemos na caminhonete, na qual viemos do Paraná. A terra foi dada pelo governo, porque quem deu, quem chamou nós foi o Brigadeiro, o Ottomar. Deu um lote para cada família. Uns compraram, outros não.

Segundo a professora Carla Monteiro de Souza, o processo de ocupação humana de Roraima, embora dependente da iniciativa oficial, por outro, apresenta alto grau de espontaneidade. Levantamento feito entre 1981 e 1984, num centro de triagem daquele Estado, foram registrados 11.921 migrantes, dos quais 6,2% vinham dos Estados do Sul do País. Porém, quando se perguntava o lugar do nascimento, constatava-se que os sulistas eram 12,2%. Isso mostra que boa parte dessa gente tinha passado pelo Centro-Oeste antes de chegar a Roraima.

É sabido que alguns Estados, nos anos 60 e 70, foram receptores de migrantes, como Rondônia, Pará e Mato Grosso, e passaram a expulsar os pequenos agricultores por causa da crescente concentração fundiária, da especulação imobiliária e da falta de infraestrutura e de apoio.

Dos naturais da Região Sul domiciliados em Roraima, os mais numerosos são os paranaenses. No

entanto, todos os estudos de migração mostram que em geral os migrantes paranaenses são filhos dos gaúchos que se mudaram para aquele Estado entre os anos 40 e 60.

Vejamos alguns números: em 1960, apenas 18 gaúchos estavam em Roraima. Em 1970, já eram 1.132. No Censo de 1991, somavam 1.526 os nossos conterrâneos por lá.

Um outro levantamento apontou que 46% dos agricultores inscritos em dois grandes projetos de colonização da Perimetral Norte – Jauapery e Jatupu – haviam nascido nas Regiões Sul e Sudeste.

Sete dos gaúchos entrevistados pela professora Carla viveram em outras áreas de expansão agrícola antes de se radicar em Roraima. Ou seja, realizaram uma migração por etapas. Escreve a professora: “Cinco viveram no Paraná antes de virem para Roraima, sendo que um deles passou também pela Transamazônica (Pará); dos outros dois, um saiu do Rio Grande do Sul direto para Altamira, no Pará, e o outro para Ji-Paraná, em Rondônia”.

Nos seus depoimentos, os gaúchos falam de como chegaram a Roraima.

Diz o Sr. Ernesto: “Soubemos [no Paraná] através de Tarcísio que eles tinham comprado área grande [em Roraima], através de um padre também que deu rolo”.

Fala Dona Elza: “Como é que nós soubemos do Pará? Por causa de um primo que morava lá. Por causa do primo dele fomos para lá e por causa do filho do primo dele viemos para cá”.

O Sr. Filippin depõe: “Aí foi a história que eu cheguei em Roraima, né. Eu vi em uns jornais de Cruz Alta, eu vi uns jornais que o governo aqui dava terra de graça. Aí eu enfiei na cabeça que queria terra”.

Segundo a professora Carla, os migrantes são movidos por dois fatores: impessoais, como os ligados à vida econômica do País, e pessoais, que seriam insatisfação, inadequação, falta de perspectiva e divergência em relação à sociedade de origem. E apresenta o depoimento de Dona Catarina sobre a trajetória da família Filippin:

A gente namorou cinco anos, depois foi que a gente casou. Daí a gente foi morar na terra do sogro... Trabalhando na lavoura, na terra do sogro, que ele tinha só meia colônia de terra. Quando eu me casei moramos um ano na lavoura depois fomos para o Paraná tentar trabalhar. Colocamos um mercadinho, também a gente não foi bem, né, que a gente foi criando os filhos. Aí voltamos de novo para o Sul e aí fomos para a cidade tentar a vida. Ele trabalhava de empregado, para dar estudo para os filhos. Moramos dez anos em Ijuí e de lá que nós viemos para cá.

Outro depoimento importante é o de Dona Go-retti Dresch:

Todo mundo aqui, com terra. Realizado, meu pai morreu feliz. Primeiro que todos os filhos quase tinham terra, quem não tinha terra estava como eu e o Plínio, mas nós já temos o nosso pedacinho de chão feito. Eu acho que ele passou longe dos sonhos, ele deslumbrou. Ver os filhos dele trabalhando nessa terra aqui, ele deslumbrou.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...

E feliz, porque meu pai, ele conseguiu uma área de terra muito grande, né, que o meu irmão que é solteiro cuida até hoje. Terra, gado... que ele comprou, ele investiu.

Sr. Presidente, para concluir o meu pronunciamento de hoje, falarei da presença de sul-rio-grandenses no Amapá.

Vou começar falando da ligação com o Amapá de um magistrado e líder político gaúcho: Germano Bonow Filho, Deputado Federal do Rio Grande do Sul. Um dos fundadores do Partido Socialista no Rio Grande do Sul, ele dirigiu a agremiação na década de 60. Pois bem, em meados dos anos 60, no Governo de JK ou de Jango, Germano Bonow Filho prestou concurso público para a magistratura dos territórios. Como era costumeiro na época, o processo de admissão arrastou-se por anos. Assim, só em setembro de 1964 Germano Bonow Filho viajou para o Amapá a fim de tomar posse no cargo.

Um dos seus filhos, o atual Deputado Federal Germano Mostardeiro Bonow, então estudante de Medicina, com apenas 22 anos, escondeu do pai que – um dia depois da partida dele – teria de depor num inquérito policial-militar na Sexta Região Militar. À época, o rapaz participava ativamente do Grupo dos Onze, núcleo de um futuro Exército Popular de Libertação, proposto por Leonel Brizola. “Não contei da convocação porque não quis causar preocupação ao velho. Queria que ele viajasse tranquilo”, conta o Deputado Bonow. Só quase um ano depois, em julho de 1965, o atual Deputado viajaria ao Amapá para passar um mês de férias com seus pais onde relataria o episódio.

Durante os anos em que foi e serviu como magistrado no Amapá, Germano Bonow Filho teve a companhia da esposa, dona Dora Mostardeiro Bonow. Os três filhos, já universitários, permaneceram em Porto Alegre, estudando. Depois, já de volta ao sul, dona Dora diria aos filhos que os melhores anos de sua vida foram aqueles que passou ao lado do marido no Amapá.

O Deputado Germano Bonow guarda com carinho muitas das histórias que lhe foram contadas pelo pai a

respeito da sua passagem pelo Amapá. Uma delas se refere à política. Naquela época; só havia um Partido no território, a Arena. Mas as brigas internas eram tão violentas que o partido ia para as eleições dividido até em três sublegendas.

Para restabelecer o clima de paz na época de uma eleição muito acirrada, o juiz pediu reforço militar. Dias depois, chegou à cidade um destacamento de 30 homens comandados por um tenente que foi diretamente à casa do juiz apresentar-se. Lá, perguntou o Dr. Bonow em que unidade militar deveria instalar seus homens. “Aqui mesmo”, disse o magistrado, e apontou para o fundo do pátio na sua casa. As barracas dos soldados foram montadas ali e, daquele dia em diante, os bagunceiros que costumavam passar diante da residência do juiz para xingá-lo, desapareceram.

A ligação dos Bonow com a Amazônia teria sequência em janeiro de 1969, quando, já formado em Medicina, Germano Bonow foi trabalhar como médico na cidade de Benjamin Constant, no Amazonas. Passou dois anos numa cidade que, na época, só contava com três automóveis.

Gil Marra, meu conterrâneo de Caxias do Sul, onde nasceu em 1960, é hoje proprietário de uma das mais famosas churrascarias do Macapá. Como todo migrante gaúcho, queria melhorar de vida. Assim, aos 18 anos, mudou-se para Belém do Pará. Trabalhou inicialmente em um restaurante; depois, numa mineradora. Como funcionário dessa última empresa, seguiu, em 1989, para o Amapá, onde, um ano depois, abriu sua churrascaria.

Conhecedor daquela cidade, Gil assim define a presença dos gaúchos naquele Estado:

Temos por aqui muitos militares que vieram, serviram e acabaram ficando, depois de reformados. Há também um grande número de engenheiros que vieram para trabalhar na mineração, que aqui é uma atividade muito forte. O número de advogados gaúchos também é grande. Essas pessoas criam vínculo com a terra e acabam ficando. É o meu caso, que já me sinto um amazônico.

Segundo Gil Marra, ser amazônico significa estar acostumado com uma temperatura que chega aos 40 graus com uma umidade relativa do ar permanentemente alta.

Quanto aos gaúchos ligados às atividades rurais, especialmente criação de gado e produção de soja, segundo Gil Marra, houve um refluxo nos últimos em função das restrições do Governo do Estado a essas atividades. Assim, alguns produtores sul-rio-grandenses preferiram seguir para o Pará ou para Tocantins. De acordo com Gil Marra, com o desestímulo à criação

de gado e, no sentido inverso, o avanço da produção de cana, a carne vai acabar se tornando “produto de rico” no Amapá.

Ainda nessa minha pesquisa procurando a presença de gaúchos nos Estados do Norte, descobri um casal de conterrâneos nossos – Mariana Petry Cabral e João Darcy de Moura Saldanha, ambos arqueólogos – que atua no setor de Arqueologia no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.

Segundo João Darcy, os gaúchos não são muito numerosos no Amapá, apesar de o número estar aumentando a cada dia.

Existe, apesar da nossa pouca presença, um programa de rádio só com músicas gauchescas. Inclusive este programa promove uma festa no dia 20 de setembro, que junta a gauchada pra comer um churrasco.

Segundo o arqueólogo, as áreas de atuação dos gaúchos são variadas, mas ele cita especialmente o setor de mineração, na indústria ainda incipiente, e também “uma lenta migração, em busca de terras, que aqui são baratas, porém não muito férteis”.

No que se refere ao trabalho de arqueologia, os gaúchos Mariana Petry Cabral e João Darcy de Moura Saldanha estão estudando o interessantíssimo sítio de Calçoene, a 390 quilômetros da capital. O achado arqueológico consiste em 127 pedras escuras, fincadas no solo num círculo de 30 metros de diâmetro. Para os leigos, o local lembra Stonehenge, o famoso monumento megalítico localizado na Inglaterra. Para os arqueólogos, o sítio de Calçoene, a 390 quilômetros ao norte de Macapá, é uma excelente oportunidade para se desvendarem segredos dos índios pré-colombianos e principalmente da ocupação humana da Amazônia. Os blocos de granito chegam a mais de 4 metros de altura. Certamente talhados para esse fim, foram levados para o alto de uma colina – as possíveis fontes rochosas ficam de 300 a 400 metros dali, pelo menos.

“Quanto a Calçoene, são realmente sítios muito interessantes”, diz João Darcy. “Os menires foram intencionalmente colocados naquela posição, comprovamos isto com as escavações. O material de lá é datado de 1.000 anos atrás”.

Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras, encerro este meu pronunciamento dizendo que, de fato, eu me orgulho da capacidade que os gaúchos têm de enfrentar os maiores desafios. Como acabei de mostrar, é grande o número dos nossos conterrâneos que moram nos distantes estados do extremo Norte. Temos aqui o relato de pessoas que vivem a cinco, seis, sete mil quilômetros de distância do Rio Grande do Sul, onde, na maior parte dos casos, ainda têm parentes. São pessoas que enfrentaram grandes desafios, que tiveram que se adaptar a um meio totalmente estranho e

que, mesmo assim, alcançaram sucesso. Amam a sua nova terra, mas ainda guardam um cantinho do coração para o seu torrão natal. A essa brava gente brasileira quero deixar aqui a minha saudação.

É com alegria, Senador Neuto De Conto, que falo tendo a honra de ter V. Ex^a na Presidência. V. Ex^a é um brilhante Senador por Santa Catarina, como foi um brilhante Deputado Federal, um homem dos mais ilustres, dos mais dignos e dos mais extraordinários do meu Partido. Para honra nossa, também saiu do Rio Grande do Sul, onde nasceu, na cidade de Encantado, e hoje honra, dignifica e traz orgulho para todos nós no Estado de Santa Catarina, que V. Ex^a representa com extraordinária dignidade.

Tenho muito carinho pela amizade de V. Ex^a, e é para mim uma felicidade muito grande estar falando aqui essa série sobre os gaúchos que se espalharam pelo Brasil tendo na Presidência um catarinense filho do Rio Grande, como V. Ex^a.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Neuto de Conto.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Agradeço-lhe, eminente Senador gaúcho Pedro Simon, pela brilhante história que traz do Rio Grande do Sul ao Brasil. Certamente, confunde-se nosso Estado gaúcho com nossa Pátria.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Cris-tovam Buarque. (Pausa.)

Com a ausência do Senador Mão Santa, concedo, pela ordem de inscrição, a palavra ao eminente Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nesses últimos dias, na semana que passou, vários articulistas, vários jornalistas, Parlamentares, Deputados, membros do Congresso Nacional refletiram sobre os 40 anos da edição do Ato Institucional nº 5, do dia 13 de dezembro de 1968. Completaram-se, no dia 13, sábado último, 40 anos desse golpe profundo contra a democracia, contra o povo brasileiro, contra as instituições democráticas do nosso País.

Chamou-me a atenção, Sr. Presidente – e vou ler –, o que o grande poeta e grande intelectual do Brasil Ferreira Gullar escreveu, no dia de ontem, no jornal **Folha de S. Paulo**. Ferreira Gullar, com sua leveza, retrata o 13 de dezembro de 1968. Quero, nesta tarde, no Senado, fazer este registro, ler o que Ferreira Gullar

escreveu no dia de ontem, domingo, dia 14. Quarenta anos é muito tempo, e é muito importante lembrar para a juventude de hoje, para os brasileiros que nasceram depois da redemocratização do País, depois de 1984, que o Brasil passou por 21 anos de ditadura militar. Foram 21 anos, Sr. Presidente, de ausência absoluta de democracia no nosso País.

Escreve Ferreira Gullar:

Morávamos à rua Visconde de Pirajá, 630, em Ipanema, esquina com Henrique Dumont, onde hoje há um obelisco. Era 13 de dezembro de 1968, mal passava das sete da noite, quando chegaram João das Neves e Pichín Plá, nossos companheiros do Grupo Opinião. Iríamos ao cinema, junto com Vianinha, que logo deveria chegar. Teresa se aprontava no quarto, quando tocou a campainha da porta, e eu fui atender, certo de que era o Vianinha. Mal abri a porta, um oficial do Exército, em roupa de campanha, perguntou se ali morava Ferreira Gullar, respondi que sim, e ele entrou, seguido de dois soldados. “O senhor está preso por ordem do governo”. Neste momento, Teresa [que é esposa dele] interpelou o oficial: “O senhor tem um mandado de prisão contra meu marido?” Ele apontou para a televisão: “Não precisa ordem de prisão. Escute aí”. Na tela, via-se a figura de Gama e Silva, ministro da Justiça da ditadura, lendo um documento: “Ficam suspensos todos os direitos dos cidadãos...” Era o Ato Institucional nº 5, que, ontem, fez 40 anos.

Pichín e João assistiam a tudo, apreensivos. Podia sobrar para eles, que eram também militantes na luta contra o regime. “Nosso cinema já era”, disse a eles. “Vão vocês que já está quase na hora.” Minha preocupação era evitar que o Vianinha entrasse ali. Os dois saíram. Vesti o paletó, que estava no espaldar de uma cadeira, e perguntei ao oficial: “Posso tomar água?” Entrei na cozinha, abri a geladeira, tirei do bolso a caderneta de endereço e joguei-a lá dentro, antes de pegar a garrafa.

Eles vasculharam demoradamente o apartamento. Em meu quarto, recolheram alguns exemplares de um jornal clandestino. Quando tentaram entrar no quarto onde estavam meus filhos, Luciana, a mais velha, de 13 anos, reagiu. Eles desistiram e saíram comigo para um jipão do Exército estacionado em frente ao edifício. Entramos, e o veículo se dirigiu até a rua Francisco Sá, onde parou, descemos e entramos num restaurante. O oficial pergun-

tou se eu queria comer alguma coisa, respondi que não. Eles comeram, voltamos para o jipe que tomou o rumo da Vieira Souto e parou em frente ao edifício onde morava Millôr Fernandes. O oficial desceu com um dos soldados, mas não conseguiu entrar no prédio. Agora, o veículo seguia pela Nossa Senhora de Copacabana, mas dobrou na Bulhões de Carvalho, como se fosse voltar para Ipanema. É que ali morava Paulo Francis. Foram até a entrada do edifício e voltaram. “O pilantra está viajando”, disse o oficial (que era o famoso capitão Guimarães, hoje bicheiro e presidente da Liga das Escolas de Samba) ao soldado que dirigia o jipe. “Vamos para a Vila Militar.”

Foi uma longa viagem. Finalmente, chegamos, fui levado para uma sala onde me revistaram, me tomaram o relógio, a caneta, o chaveiro, a carteira de dinheiro e os documentos. Fui levado por um corredor escuro, ladeado de portas com grades de ferro. O soldado abriu uma dessas portas, acordando as pessoas que ali estavam. Me fizeram entrar e trancaram a porta. Fiquei um tempo, atônito, quando um dos presos, de uns 50 anos, me falou: “São uns putos. Não se preocupe, deita aí e dorme”.

Naquele xadrez, denominado X-13, havia quatro presos: Ferreira, o mais velho, dono de uma oficina de guarda-chuvas, acusado de guerrilheiro; um rapaz, de menos de 20 anos, da mesma organização; e dois outros presos por equívoco: um paraibano, recém-chegado ao Rio de Janeiro, por ter alugado inadvertidamente uma casa que servira de “aparelho” ao pessoal do Marighella, e, finalmente, um funcionário público, por ter o mesmo o nome de Antônio Callado, escritor e jornalista [este cidadão foi preso por ter o mesmo nome do jornalista Antônio Callado]. Este, ao saber que eu era escritor e amigo de Callado, implorou-me: “Então, diga a eles que eu não sou o Antônio Callado que eles pensam que eu sou!” Era quase engraçado. “Mas como vou dizer, se estamos incomunicáveis?”

Três dias depois, chegou Paulo Francis, diretamente do Hotel Waldorf Astoria, de Nova York. Entrou pálido, assustado. À hora do almoço, não conseguiu comer. “A gororoba é intragável”, disse-lhe, “mas sem comer não vai agüentar [...]”. Terminou comendo e, uma semana depois, batia nas grades, reclamando pelo almoço que demorava.

Em breve, o xadrez estava superlotado. O primeiro a ser solto foi o falso Callado, depois o paraibano. Eu e o Paulo Francis saímos, ambos, no dia 2 de janeiro. Fora o gás que soltaram na cela, passamos incólumes por ali. Mas aquilo era só o começo.

Sr. Presidente, Ferreira Gullar registrou ontem, no jornal **Folha de S. Paulo**, sua prisão no dia em que entrou em vigor o Ato Institucional nº 5. Com ele, foram presos dezenas, centenas de brasileiros.

Juventude de hoje, juventude pós-ditadura, o AI-5 era tão perverso, o AI-5 era tão brutal, que o Presidente da República poderia impedir um casamento! Poderia impedir um casamento! O Congresso foi fechado. Quantas lideranças cassadas! Quantos líderes políticos, Deputados, Senadores, presos nesse período! Espero que nunca mais o povo brasileiro volte a passar por isso.

Se, por um lado, houve o brutal momento do AI-5 no final da década de 60, houve também o bonito registro da luta do povo brasileiro em defesa das liberdades, em defesa da democracia.

Nossa democracia – podemos dizer – é muito jovem, depois dessa experiência de 21 anos de ditadura militar. A democracia só veio depois de 1984. Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a primeira eleição aconteceu em 1989, ou seja, é muito pequena essa experiência democrática em nosso País. Daí a importância de refletirmos sobre o AI-5, não com saudades, pois o AI-5 produziu dores e repúdio. Mas é preciso refletir sobre a história recente do Brasil e dela tirar lições, para que nunca mais voltemos a mergulhar em período tão duro, tão adverso, tão perverso, que maltratou centenas de brasileiros, de líderes sindicais, de filiados de partidos políticos.

Sr. Presidente, peço a inserção da matéria de Ferreira Gullar publicada ontem no jornal **Folha de S. Paulo**, para que sua impressão, sua opinião sobre o 13 de dezembro de 1968 possa ficar nos Anais do Senado da República, registrando não só a dor dele e a de sua família, mas a de dezenas de brasileiros que sofreram e que foram vítimas desse brutal Ato Institucional que a ditadura imprimiu ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FERREIRA GULLAR

Foi ontem, há 40 anos

Me fizeram entrar e trancaram a porta. Um preso falou: 'Não se preocupe, deita e dorme'

MORÁVAMOS À rua Visconde de Pirajá, 630, em Ipanema, esquina com Henrique Dumont, onde hoje há um obelisco. Era 13 de dezembro de 1968, mal passava das sete da noite, quando chegaram João das Neves e Pichín Plá, nossos companheiros do Grupo Opinião. Iríamos ao cinema, junto com Vianinha, que logo deveria chegar. Teresa se aprontava no quarto, quando tocou a campainha da porta e eu fui atender, certo de que era o Vianinha. Mal abri a porta, um oficial do Exército, em roupa da campainha, perguntou se ali morava Ferreira Gullar, respondi que sim e ele entrou, seguido de dois soldados. "O senhor está preso por ordem do governo." Neste momento, Teresa interpelou o oficial: "O senhor tem um mandado de prisão contra meu marido?" Ele apontou para a televisão: "Não precisa ordem de prisão. Escute aí". Na tela, via-se a figura de Gama e Silva, ministro da Justiça da ditadura, lendo um documento: "Ficam suspensos todos os direitos dos cidadãos..." Era o Ato Institucional nº 5, que, ontem, fez 40 anos.

Pichín e João assistiam a tudo, apreensivos. Podia sobrar para eles, que eram também militantes na luta contra o regime. "Nosso cinema já era", disse a eles. "Vão vocês que já está quase na hora." Minha preocupação era evitar que o Vianinha entrasse ali. Os dois saíram. Vesti o paletó, que estava no espaldar de uma cadeira, e perguntei ao oficial: "Posso tomar água?" Entrei na cozinha, abri a geladeira, tirei do bolso a caderneta de endereço e joguei-a lá dentro, antes de pegar a garrafa.

Eles vasculharam demoradamen-

te o apartamento. Em meu quarto, recolheram alguns exemplares de um jornal clandestino. Quando tentaram entrar no quarto onde estavam meus filhos, Luciana, a mais velha, de 13 anos, reagiu. Eles desistiram e saíram comigo para um jipão do Exército estacionado em frente ao edifício. Entramos e o veículo se dirigiu até a rua Francisco Sá, onde parou, descemos e entramos num restaurante. O oficial perguntou se eu queria comer alguma coisa, respondi que não. Eles comeram, voltamos para o jipe que tomou o rumo da Vieira Souto e parou em frente ao

edifício onde morava Millôr Fernandes. O oficial desceu com um dos soldados, mas não conseguiu entrar no prédio. Agora o veículo seguia pela Nossa Senhora de Copacabana, mas dobrou na Bulhões de Carvalho, como se fosse voltar para Ipanema. É que ali morava Paulo Francis. Foram até a entrada do edifício e voltaram. "O pilantra está viajando", disse o oficial (que era o famoso capitão Guimarães, hoje bicheiro e presidente da Liga das Escolas de Samba) ao soldado que dirigia o jipe. "Vamos para a Vila Militar."

Foi uma longa viagem. Finalmente chegamos, fui levado para uma sala onde me revistaram, me tomaram o relógio, a caneta, o chaveiro, a carteira de dinheiro e os documentos. Fui levado por um corredor escuro,

ladeado de portas com grades de ferro. O soldado abriu uma dessas portas, acordando as pessoas que ali estavam. Me fizeram entrar e trancaram a porta. Fiquei um tempo, atô-

nito, quando um dos presos, de uns 50 anos, me falou: "São uns putos. Não se preocupe, deita aí e dorme".

Naquele xadrez, denominado X-13, havia quatro presos: Ferreira, o mais velho, dono de uma oficina de guarda-chuvas, acusado de guerrilheiro; um rapaz, de menos de 20 anos, da mesma organização, e dois outros presos por equívoco: um paraibano, recém-chegado ao Rio, por ter alugado inadvertidamente uma casa que servira de "aparelho" ao pessoal do Marighella; e finalmente, um funcionário público, por ter o mesmo nome de Antônio Callado, escritor e jornalista. Este, ao saber que eu era escritor e amigo de Callado, implorou-me: "Então, diga a eles que eu não sou o Antônio Callado que eles pensam que eu sou!" Era quase engraçado. "Mas como vou dizer, se estamos incomunicáveis?"

Três dias depois, chegou Paulo Francis, diretamente do hotel Waldorf Astoria de Nova York. Entrou pálido, assustado. À hora do almoço, não conseguiu comer. "A gororoba é intragável", disse-lhe, "mas sem comer não vai agüentar esta merda". Terminou comendo e, uma semana depois, batia nas grades, reclamando pelo almoço que demorava.

Em breve o xadrez estava superlotado. O primeiro a ser solto foi o falso Callado, depois o paraibano. Eu e Francis saímos, ambos, no dia 2 de janeiro. Fora o gás que soltaram na cela, passamos incólumes por ali. Mas aquilo era só o começo.

★

Correção: De Gaulle não forçou o Tesouro americano a trocar "bilhões" de dólares, como se leu na última crônica, mas US\$ 300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Obrigado, Senador João Pedro.

Pela ordem de inscrição, em permuta com o Senador Valter Pereira, concedo a palavra ao eminente Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Neuto de Conto, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, no Brasil de hoje, nenhuma questão é mais prioritária e urgente que o desafio de combate à miséria.

De acordo com relatórios do Ipea, os 10% mais ricos da população brasileira acumulam mais de 50% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres só têm acesso a 10% dela.

Mas, felizmente, nos últimos 20 anos, o Brasil tem mudado. Embora muitos conheçam o Bolsa Família e os principais programas sociais do Governo, todos repletos de êxito, pouca gente sabe que a luta contra a pobreza vem de longe.

Em 1946, Josué de Castro publicou **Geografia da Fome**, análise crua das deficiências alimentares de cada região. Em 1993, Herbert de Souza, o Betinho, lançou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

A iniciativa levou o Governo Federal a criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, órgão que incluiu a sociedade civil na formulação de políticas de combate à miséria e à fome.

Em 1999, o Projeto Comunidade Solidária foi anunciado como a nova instância de combate à miséria. Ligado à Secretaria da Assistência Social, foi financiado, majoritariamente, pelo Fundo de Combate à Pobreza.

E este, Sr. Presidente, é o objetivo do meu pronunciamento de hoje: resgatar a memória do idealizador do Fundo, o Senador Antônio Carlos Magalhães. Foi exatamente em 16 de outubro – Dia Mundial da Alimentação – de 2001, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Instituto Cidadania lançaram o Projeto Fome Zero, o Programa Fome Zero, com a esperança de erradicar o problema no Brasil, um objetivo que, a partir de 2002, virou, sem dúvida nenhuma, prioridade. Um dia após a eleição, o Presidente Lula anunciou a criação de um ministério para combater a fome, com verbas e poderes para tocar esse trabalho.

Na verdade, o grande mérito do Governo foi utilizar o conhecimento e as experiências acumuladas desde 1991 para unificar e dar maior eficiência aos diversos programas sociais.

E nisso – eu já disse aqui outras vezes e vou repetir – o Parlamento teve um papel fundamental. Nós,

Congressistas, colaboramos no aperfeiçoamento dos programas, dando sugestões e modificando as propostas governamentais.

Agora, Presidente Neuto de Conto, no dia 14 de dezembro, completaram-se oito anos da promulgação da Emenda Constitucional nº 31, pelo próprio autor da proposta, que foi o então Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Mas, como se sabe, o Fundo de Combate à Pobreza está com os dias contados. Como determina a lei que o instituiu, ele vigora somente até 2010, ou seja, vai valer por pouco mais de um ano. Diante disso, precisamos encontrar uma fórmula que não interrompa esse importante instrumento de erradicação das desigualdades no País.

O melhor caminho, em respeito à memória do grande Senador e ex-Presidente desta Casa, é o apoio a uma proposta apresentada por quem herdou o próprio mandato de tão destacada figura histórica, também deste Parlamento, o Senador Antonio Carlos Júnior.

A PEC nº 14, de 2008, prorroga por prazo indeterminado a vigência do Fundo. Se aprovada, vai beneficiar a população que depende dos recursos de vários programas sociais para sobreviver.

Como disse o Senador Antonio Carlos Junior, tornar o Fundo perene é uma maneira de reiterar o compromisso da sociedade brasileira com o equacionamento de suas mazelas sociais.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social, o Fundo de Combate à Pobreza financia mais de dez programas sociais, dos quais se destaca o Bolsa Família, que beneficia mais de 11 milhões de famílias no Brasil.

O Fundo é também o principal responsável pela melhoria da qualidade de vida de cerca de 14 milhões de brasileiros, que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, saíram da situação de extrema pobreza.

Para se ter uma idéia da importância dos recursos do Fundo, os valores arrecadados passaram de R\$5 bilhões em 2003, para R\$7,5 bilhões em 2007. No ano passado, o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza respondeu por 65% dos recursos destinados ao Programa Bolsa Família, ou seja, R\$6 bilhões.

Em Alagoas, a importância do Fundo Federal de Combate à Pobreza é enorme. Nosso Estado sofrido tem recebido investimentos federais que são indispensáveis para a economia regional. Em governos passados, o Fundo de Combate à Pobreza chegou a destinar recursos até para projetos de infra-estrutura em comunidades quilombolas, garantindo a construção de casas de farinha, galpões e sedes comunitárias.

O Fundo Regional do Estado foi criado em dezembro de 2004, com a finalidade de fomentar a geração de empregos, contribuindo para a redução da desigualdade social.

A verba de manutenção é proveniente de 2% dos 27% da arrecadação do ICMS, taxados apenas para produtos considerados supérfluos, como cigarros, bebidas, armas, jóias e outros. Os recursos são variáveis de acordo com a arrecadação do ICMS estadual. Até agosto deste ano, Alagoas tinha um saldo de aproximadamente R\$39 milhões do Fundo Estadual de Erradicação e Combate à Pobreza.

Mas há críticas quanto à demora na divulgação dos relatórios estaduais de aplicação do fundo e quanto aos resultados apresentados.

O Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza precisa ser urgentemente reestruturado pelo Governo de Alagoas, para que seja aproveitado por meio da política de geração de renda e emprego, principalmente neste momento de crise nacional.

Temos de buscar, Sr. Presidente, também, parcerias internacionais e de cooperação técnica com instituições como o BNDES e o Sebrae. Uma política de valorização dos micro e pequenos empreendimentos ajudaria muito na geração de emprego e renda dos mais carentes em Alagoas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães aperfeiçoou muito a democracia e foi também moldado por ela. Ele representava a modernização da antiga sociedade e abriu caminho para uma nova geração política no seu Estado.

Aqui no Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães tomou a frente de diversas iniciativas. Depois que instalamos a Comissão Especial, foi exatamente o Senador Antonio Carlos Magalhães que apresentou uma proposta com modificações profundas no rito de edição e de tramitação de medidas provisórias.

O Senador Antonio Carlos Magalhães conseguiu fazer-se ouvir, na ditadura e na democracia, além das fronteiras do seu Estado. Sob o seu comando, Sr. Presidente, a Bahia também se modernizou e hoje é um exemplo de que o Nordeste tem, sim, futuro.

Quando apresentou a proposta do Fundo de Combate à Pobreza, o nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma declaração histórica:

“O combate à pobreza exige a participação de todos os recursos disponíveis: o individual e o comunitário, o público e o privado, o local e o nacional. A luta solidária de todos é absolutamente necessária para a constituição de uma sociedade mais decente e mais humana.”

Vamos lembrar, Sr. Presidente, o exemplo que ele deixou e garantir que esse fundo se torne perene, como o nosso compromisso de erradicar de vez a fome e a miséria em nosso País.

Era, por hoje, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Nós que agradecemos, Senador Renan Calheiros.

V. Ex^a, Senador João Pedro, será atendido na forma do Regimento.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, enquanto não chega o Senador Mão Santa. S. Ex^a está vindo.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria aproveitar esta oportunidade, para encaminhar à Mesa, para que fique registrado nos **Anais** da Casa, artigo escrito pelo Juiz Federal e Mestre em Direito pela UGF William Douglas, do Rio de Janeiro. Ele é especialista em Políticas Públicas e Governo, professor e escritor e se diz caucasiano, de olhos azuis. O título é “As cotas para negros: por que mudei de opinião.”

Como, Sr. Presidente, naturalmente, não vou ler todo o seu artigo, que é extenso, se V. Ex^a permitir, só vou ler a última página. São 12 páginas para efeito de registro.

Ele termina o artigo, dizendo:

Se você não concorda, respeito, mas só se você passar um dia conosco “na cadeia”. Vendo e sentindo o que você verá e sentirá naquele meio, ou você sairá concordando conosco, ou ao menos sem tanta convicção contra o que estamos querendo: igualdade de oportunidades, ou ao menos uma chance. Não para minha filha, ou a sua, elas não precisarão ser heroínas e nós já conseguimos para elas uma estrada. Queremos um caminho para passar quem não está tendo chance alguma, ao menos chance honesta. Daqui a alguns poucos anos, se vierem as cotas, a realidade será outra. Uma melhor. E queremos você conosco nessa história.

Não creio que esse mundo seja seguro para minha filha, que tem tudo, se ele não for ao menos um pouco mais justo para com os filhos dos outros, que talvez não tenham tido a minha sorte. Talvez seus filhos tenham tudo, mas tudo não basta se os filhos dos outros não tiverem coisa alguma. Seja como for, por

ideal, egoísmo [...] ou por passar alguns dias por ano “na cadeia” com meninos pobres, negros, amarelos, pardos, brancos, é que aposto meus olhos azuis dizendo que precisamos das cotas, agora.

E, claro, financiar os meninos pobres, negros, pardos, amarelos e brancos, para que estudem e pelo conhecimento mudem sua história, e a do nosso país comum pois, afinal de contas, moraremos todos naquilo que estamos construindo.

Então, como diria Roberto Lyra, em uma das suas falas, “O sol nascerá para todos. Todos dirão – nós – e não – eu. E amarão ao próximo por amor próprio. Cada um repetirá: possuo o que dei. Curvemo-nos ante a aurora da verdade dita pela beleza, da justiça expressa pelo amor.”

A última frase:

“Justiça expressa pelo amor e pela experiência, não pelas teses. As cotas são justas, honestas, solidárias, necessárias. E, mais que tudo, urgentes. Ou fique o favor, ou pelo menos visite a cadeia.”

Peço a V. Ex^a que considere na íntegra esse artigo escrito pelo Juiz e Mestre em Direito William Douglas, *As cotas para negros: por que mudei de opinião.*

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do artigo 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AS COTAS PARA NEGROS:

POR QUE MUDEI DE OPINIÃO

William Douglas, juiz federal (RJ), mestre em Direito (UGF), especialista em Políticas Públicas e Governo (EPPG/UFRJ), professor e escritor, caucasiano e de olhos azuis.

Roberto Lyra, Promotor de Justiça, um dos autores do Código Penal de 1940, ao lado de Alcântara Machado e Nelson Hungria, recomendava aos colegas de Ministério Público que “antes de se pedir a prisão de alguém deveria se passar um dia na cadeia”. Gênio, visionário e à frente de seu tempo, Lyra informava que apenas a experiência viva permite compreender bem uma situação.

Quem procurar meus artigos, verá que no início era contra as cotas para negros, defendendo – com boas razões, eu creio – que seria mais razoável e menos complicado reservá-las apenas para os oriundos

de escolas públicas. Escrevo hoje para dizer que não penso mais assim. As cotas para negros também devem existir. E digo mais: a urgência de sua consolidação e aperfeiçoamento é extraordinária.

Embora juiz federal, não me valerei de argumentos jurídicos. A Constituição da República é pródiga em planos de igualdade, de correção de injustiças, de construção de uma sociedade mais justa. Quem quiser, nela encontrará todos os fundamentos que precisa. A Constituição de 1988 pode ser usada como se queira, mas me parece evidente que a sua intenção é, de fato, tornar esse país melhor e mais decente. Desde sempre as leis reservaram privilégios para os abastados, não sendo de se exasperarem as classes dominantes se, umas poucas vezes ao menos, sesmarias, capitânicas hereditárias, cartórios e financiamentos se dirigirem aos mais necessitados.

Não me valerei de argumentos técnicos nem jurídicos dado que ambos os lados os têm em boa monta, e o valor pessoal e a competência dos contendores desse assunto comprovam que há gente de bem, capaz, bem intencionada, honesta e com bons fundamentos dos dois lados da cerca: os que querem as cotas para negros, e os que a rejeitam, todos com bons argumentos.

Por isso, em texto simples, quero deixar clara minha posição como homem, cristão, cidadão, juiz, professor, “guru dos concursos” e qualquer outro adjetivo a que me proponha: *as cotas para negros devem ser mantidas e aperfeiçoadas.* E meu melhor argumento para isso é o aquele que me convenceu a trocar de lado: “passar um dia na cadeia”. Professor de técnicas de estudo, há nove anos venho fazendo palestras gratuitas sobre como passar no vestibular para a EDUCA-FRO, pré-vestibular para negros e carentes.

Mesmo sendo, por ideologia, contra um pré-vestibular “para negros”, aceitei convite para aulas como voluntário naquela ONG por entender que isso seria uma contribuição que poderia ajudar, ou seja, aulas, doação de livros, incentivo. Sempre foi complicado chegar lá e dizer minha antiga opinião contra cotas para negros, mas fazia minha parte com as aulas e livros. E nessa convivência fui descobrindo que se ser pobre é um problema, ser pobre e negro é um problema maior ainda.

Meu pai foi lavrador até seus 19 anos, minha mãe operária de “chão de fábrica”, fui pobre quando menino, remediado quando adolescente. Nada foi fácil, e não cheguei a juiz federal, a 350.000 livros vendidos e a fazer palestras para mais de 750.000 pessoas por um caminho curto, nem fácil. Sei o que é não ter dinheiro, nem portas, nem espaço. Mas tive heróis que me abriram a picada nesse matagal onde passei. E

conheço outros heróis, negros, que chegaram longe, como Benedito Gonçalves, Ministro do STJ, Angelina Siqueira, juíza federal. Conheço vários heróis, negros, do Supremo à portaria de meu prédio.

Apenas não acho que temos que exigir heroísmo de cada menino pobre e negro desse país. Minha filha, loura e de olhos claros, estuda há três anos num colégio onde não há um aluno negro sequer, onde há brinquedos, professores bem remunerados, aulas de tudo; sua similar negra, filha de minha empregada, e com a mesma idade, entrou na escola esse ano, escola sem professores, sem carteiras, com banheiro quebrado. Minha filha tem psicóloga para ajudar a lidar com a separação dos pais, foi à Disney, tem aulas de Ballet. A outra, nada, tem um quintal de barro, viagens mais curtas. A filha da empregada, que ajudo quanto posso, visitou minha casa e saiu com o sonho de ter seu próprio quarto, coisa que lhe passou na cabeça quando viu o quarto de minha filha, lindo, decorado, com armário inundado de roupas de princesa. Toda menina é uma princesa, mas há poucas das princesas negras com vestidos compatíveis, e armários, e escolas compatíveis, nesse país imenso. A princesa negra disse para sua mãe que iria orar para Deus pedindo um quarto só para ela, e eu me incomodei por lembrar que Deus ainda insiste em que usemos nossas mãos humanas para fazer Sua Justiça. Sei que Deus espera que eu, seu filho, ajude nesse assunto. E se não cresse em Deus como creio, saberia que com ou sem um ser divino nessa história, esse assunto não está bem resolvido. O assunto demanda de todos nós uma posição consistente, uma que não se prenda apenas à teorias e comece a resolver logo os fatos do cotidiano: faltam quartos e escolas boas para as princesas negras, e também para os príncipes dessa cor de pele.

Não que tenha nada contra o bem estar da minha menina: os avós e os pais dela deram (e dão) muito duro para ela ter isso. Apenas não acho justo nem honesto que lá na frente, daqui a uma década de desigualdade, ambas sejam exigidas da mesma forma. Eu direi para minha filha que a sua similar mais pobre deve ter alguma contrapartida para entrar na faculdade. Não seria igualdade nem honesto tratar as duas da mesma forma só ao completarem quinze anos, mas sim uma desmesurada e cruel maldade, para não escolher palavras mais adequadas.

Não se diga que possamos deixar isso para ser resolvido só no ensino fundamental e médio. É quase como não fazer nada e dizer que tudo se resolverá um dia, aos poucos. *Já estamos com duzentos anos de espera por dias mais igualitários.* Os pobres sempre foram tratados à margem. O caso é urgente: vamos enfrentar o problema no ensino fundamental, médio,

cotas, universidade, distribuição de renda, tributação mais justa e assim por diante. Não podemos adiar nada, nem aguardar nem um pouco.

Foi vendo meninos e meninas negros, e negros e pobres, tentando uma chance, sofrendo, brilhando nos olhos uma esperança incômoda diante de tantas agruras, que fui mudando minha opinião. *Não foram argumentos jurídicos, embora eu os conheça, foi passar não um, mas vários “dias na cadeia”.* Na cadeia deles, os pobres, lugar de onde vieram meus pais, de um lugar que experimentei um pouco só quando mais moço. De onde eles vêm, as cotas fazem todo sentido.

Se alguém discorda das cotas, me perdoe, mas não devem fazê-lo olhando os livros e teses, ou seus temores. Livros, teses, doutrinas e leis servem a qualquer coisa, até ao nazismo. *Temores apenas toldam a visão serena.* Para quem é contra, com respeito, recomendo um dia “na cadeia”. Um dia de palestra para quatro mil pobres, brancos e negros, onde se vê a esperança tomar forma e precisar de ajuda. Convido todos que são contra as cotas a passar conosco, brancos e negros, uma tarde num cursinho pré-vestibular para quem não tem pão, passagem, escola, psicólogo, cursinho de inglês, ballet, nem coisa parecida, inclusive professores de todas as matérias no ensino médio.

Se você é contra as cotas para negros, eu o respeito. Aliás, também fui contra por muito tempo. Mas peço uma reflexão nessa semana: na escola, no bairro, no restaurante, nos lugares que freqüenta, repare quantos negros existem ao seu lado, em condições de igualdade (não vale porteiro, motorista, servente ou coisa parecida). Se há poucos negros ao seu redor, me perdoe, mas você precisa “passar um dia na cadeia” antes de firmar uma posição coerente não com as teorias (elas servem pra tudo), mas com a realidade desse país. Com nossa realidade urgente. Nada me convenceu, amigos, senão a realidade, senão os meninos e meninas querendo estudar ao invés de qualquer outra coisa, querendo vencer, querendo uma chance.

Ah, sim, “os negros vão atrapalhar a universidade, baixar seu nível”, conheço esse argumento e ele sempre me preocupou, confesso. Mas os cotistas já mostraram que sua média de notas é maior, e menor a média de faltas do que as de quem nunca precisou das cotas. Curiosamente, negros ricos e não cotistas faltam mais às aulas do que negros pobres que precisaram das cotas. A explicação é simples: apesar de tudo a menos por tanto tempo, e talvez por isso, eles se agarram com tanta fé e garra ao pouco que lhe dão, que suas notas são melhores do que a média de quem não teve tanta dificuldade para pavimentar seu chão. Somos todos humanos, e todos frágeis e toscos: apenas precisamos dar chance para todos.

Precisamos confirmar as cotas para negros e para os oriundos da escola pública. Temos que podemos considerar não apenas os deficientes físicos (o que todo mundo aceita), mas também os econômicos, e dar a eles uma oportunidade de igualdade, uma contrapartida para caminharem com seus co-irmãos de raça (humana) e seus concidadãos, de um país que se quer solidário, igualitário, plural e democrático. Não podemos ter tanta paciência para resolver a discriminação racial que existe na prática: vamos dar saltos ao invés de rastejar em direção a políticas afirmativas de uma nova realidade.

Se você não concorda, respeito, mas só se você passar um dia conosco “na cadeia”. Vendo e sentindo o que você verá e sentirá naquele meio, ou você sairá concordando conosco, ou ao menos sem tanta convicção contra o que estamos querendo: igualdade de oportunidades, ou ao menos uma chance. Não para minha filha, ou a sua, elas não precisarão ser heroínas e nós já conseguimos para elas uma estrada. Queremos um caminho para passar quem não está tendo chance alguma, ao menos chance honesta. Daqui a alguns poucos anos, se vierem as cotas, a realidade será outra. Uma melhor. E queremos você conosco nessa história.

Não creio que esse mundo seja seguro para minha filha, que tem tudo, se ele não for ao menos um pouco mais justo para com os filhos dos outros, que talvez não tenham tido minha sorte. Talvez seus filhos tenham tudo, mas tudo não basta se os filhos dos outros não tiverem alguma coisa. Seja como for, por ideal, egoísmo (de proteger o mundo onde vão morar nossos filhos), ou por passar alguns dias por ano “na cadeia” com meninos pobres, negros, amarelos, pardos, brancos, é que aposto meus olhos azuis dizendo que precisamos das cotas, agora.

E, claro, financiar os meninos pobres, negros, pardos, amarelos e brancos, para que estudem e pelo conhecimento mudem sua história, e a do nosso país comum pois, afinal de contas, moraremos todos naquilo que estamos construindo.

Então, como diria Roberto Lyra, em uma de suas falas, “O sol nascerá para todos. Todos dirão – nós – e não – eu. E amarão ao próximo por amor próprio. Cada um repetirá: possuo o que dei. Curvemo-nos ante a aurora da verdade dita pela beleza, da justiça expressa pelo amor.”

Justiça expressa pelo amor e pela experiência, não pelas teses. As cotas são justas, honestas, solidárias, necessárias. E, mais que tudo, urgentes. Ou fique a favor, ou pelo menos visite a cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – V. Ex^a, Senador Paulo Paim, será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Neuto De Conto, que preside esta sessão de segunda-feira, 15 de dezembro; Parlamentares presentes; brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão e que nos acompanham por meio do sistema de comunicação do Senado Federal – a TV Senado, a Rádio AM, a Rádio FM e o sistema de jornais impressos do Senado, o diário e o semanal –; Senador Paim, a repercussão dos nossos pronunciamentos é muito grande graças ao sistema de comunicação. O que está ocorrendo aqui – estou lendo o livro de Barack Obama **Audácia da Esperança** – é a mesma coisa: reuniões deliberativas, reuniões de votação. As outras são estas em que eles se comunicam, por meio da sua televisão, também no Senado dos Estados Unidos, com aquele mundo. A credibilidade dessa Televisão, Neuto De Conto, é muito grande, primeiro pelos seus profissionais. No Senado como um todo, há profissionais de alta competência, profissionais concursados.

O povo brasileiro busca a verdade, e a verdade está aqui, porque assim o povo quis. Entendo que a democracia foi uma das maiores construções e conquistas do povo. A democracia é isso mesmo, é complicada, é difícil, é onerosa. Winston Churchill, que levou o mundo à vitória contra os ditadores, contra a Alemanha de Hitler, contra a Itália de Mussolini, contra o Japão, disse que esse é um regime difícil, mas que não conheceria outro melhor. Essa é a definição de Winston Churchill.

Essa divisão de poder acabou com o absolutismo. Era como se o rei fosse um Deus na terra. A primeira coisa foi que se dividiu o poder. E, nessa divisão de poder, tem de se entender que nossa cultura é presidencialista. No nosso País, houve dois plebiscitos. Nossa cultura histórica é presidencialista, dá-se uma força muito grande ao presidencialismo. Mas a intenção dos construtores, dos fundadores – vamos dizer assim – dessa democracia era a de que um Poder ficasse atento, olhando para o outro, freando-o. É o contrapoder. E só é isso.

Nós, aqui, é que podemos dizer, mas o povo, indefeso, não pode fazê-lo. Nós temos essas prerrogativas, e o eco é muito importante. Imagine o Paim, com sua bravura! É a peleia dos gaúchos! O mais bravo dos gaúchos, Getúlio Vargas, renunciou à vida. Um homem de tanta luta, sentindo-se esbulhado na Velha República, no processo eleitoral, fez uma guerra para entrar no poder. Depois, os paulistas fizeram

outra guerra para tirá-lo dali, mas não conseguiram. Ele entrou numa terceira guerra pela democracia. Ele acompanhou Winston Churchill, acompanhou Franklin Delano Roosevelt, acompanhou Stalin. Naquela época, ele representava um poder totalitário, mas, na hora de decisão, ele nos levou para o lado de defender a democracia. A saída dele era o óbvio ululante, era coisa de compadre. Se nosso País tinha de defender o regime democrático, como ele poderia permanecer? Ele foi pacificamente para o Rio Grande do Sul. Deixou o Presidente do Supremo Tribunal Federal a fazer as eleições. E ele não recorreu sequer. Mas, Marina Silva, ele deu um grande exemplo! E o Luiz Inácio é muito feliz, porque não precisa buscar a história de outros países, mas, sim, a daqui mesmo. Este País teve extraordinários governantes.

“O homem é o homem e suas circunstâncias”, não sou eu quem diz isso, mas, sim, Ortega y Gasset. Ele não escolhe a época de governar. Aqui, houve estadistas extraordinários. O próprio Pedro II passou 49 anos no poder. Ele manteve essa unidade, essa grandeza. Olhai os outros países de origem espanhola: dividiram-se todos. E nós permanecemos.

Getúlio Vargas deu logo o grande ensinamento de que nós precisamos, Marina, para hoje, para hoje. Quando ele deixou o Governo – atentai bem, brasileiros, porque ele permaneceu no poder por quinze anos, e bastaria isso, Paim, para o gaúcho se orgulhar –, ele voltou a São Borja. Quero, Paim, que me leve um dia para lá. Mas, antes, ele passou, como era caminho, por São Paulo, com um companheiro empresário. Aí um paulista lhe ofereceu de presente uma geladeira. Em São Borja, não havia luz; na fazenda dele, não havia energia. E foi Presidente por quinze anos! Hoje, os políticos querem logo botar energia nas suas casas, colocar asfalto na porta de suas casas, retirando dinheiro para isso. Olhe aí! Paim, o industrial paulista que era amigo dele lhe ofereceu uma geladeira, daquelas a querosene. Lembra-se, Neuto De Conto? A Marina é criancinha, é um brotinho, e não se lembra disso. Mas, Marina, vou dizer...

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – É que, no seringal onde nasci, não havia geladeira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas existiam essas geladeiras a querosene. Estou só contando história e não me vou envaidecer.

Meu avô era um homem muito rico. Ele tinha navio para exportar e fundou uma fábrica. Meu avô, lá em Parnaíba, tinha três geladeiras. Digo isso só para compará-lo com Getúlio. Permaneceu quinze anos como Presidente da República e, na hora, ficou constrangido e não quis aceitar o presente, não. Olhe a decência do gaúcho! Ele ficou constrangido em receber uma gela-

deira de presente. Mas um amigo lhe disse: “Rapaz, se ele está dando, leve”. E ele a levou para a fazenda. Quero dizer que meu avô, na mesma época, tinha uma geladeira na casa da cidade de Parnaíba, outra na casa de praia e outra na fábrica. Eu era menino, Neuto De Conto, e era treinado. As geladeiras tinham pés altos, eram brancas, da marca Electrolux. A gente colocava querosene. Havia um espelho metálico e uma chama. Quando dava fumaça nessa chama, a geladeira não gelava. Então, tinha de regular, para aumentar a tocha de fogo, mas sem sair fumaça. Se saísse fumaça – era interessante, e não sei explicar aquilo –, meu avô gritava: “Menino!”. Aí eu baixava a cabeça e ia lá dentro para regular. Quando não saía fumaça, a geladeira gelava, que era uma beleza!

Getúlio Vargas disse o seguinte: “Foi uma beleza! De noite, tomo sorvete de chocolate”. Olhe a pureza que a história nos ensina! Este é um País grandioso, de exemplos políticos. Uma geladeira, ele não a tinha. E foram quinze anos no poder!

Há pessoas aí que assumem o poder que são alopradas e ligeiras: nada tinham, eram famintas e desempregadas, mas logo ficam ricas. A gente vê os exemplos. Conheço muitos no meu Piauí. Aí é a desgraça. Rapaz que, antes, nada tinha exibe, agora, a Hillux, os melhores apartamentos. E não tinha uma origem de trabalho, de produção, de riqueza.

A gente tem de estudar mais, Alvaro Dias, nossa história.

Marina, cito outro exemplo – e é para isso esta Casa: Dutra. Só estou mostrando que há esses exemplos. Eu a admiro muito. Dutra! O bichinho era meio feio, era baixinho, mas, rapaz, que exemplo! Terminou o Governo, e Dutra foi eleito. Getúlio fundou o PSDB e o PTB dele. Ganhou da UDN, que era oposição. Dutra era honrado, honesto, austero. Quando saiu, ele disse para seu genro: “Ô meu genro, vou ter de sair, de entregar o poder para o Presidente eleito”. Era o Getúlio voltando; ele voltou nos braços do povo. Pediu ao genro: “Arrume uma casa”. Naquele tempo, no Rio de Janeiro, havia muita casa. E fez isso o genro do ex-Presidente Dutra – General, chegou a ser Marechal. Quando ele chegou a Botafogo, Marina, o genro lhe disse: “Está aqui a casa. O senhor mandou que eu resolvesse, para sair lá do palácio no Rio de Janeiro”. Aí disse Dutra: “Não entro. Não tenho dinheiro para pagar o aluguel dessa casa”. Foi o que disse Dutra, Presidente, Marechal! Não sei como é que os políticos estão se desvirtuando, querendo só roubar, porque esse não foi o exemplo da nossa história. Aí o genro disse: “Calma, calma! Não vai pagar nada”. Disse Dutra: “Não posso. Esse sobradão não tenho dinheiro para pagar”. Saiu da Presidência. O genro disse: “O senhor me mandou

resolver, eu resolvi. É de um amigo seu, e ele o emprestou para o senhor morar”.

Falo isso tudo para mostrar a beleza desse regime. É um freando o outro. Temos de frear o Executivo Nosso Presidente Luiz Inácio, num momento de grandeza, num momento de sensibilidade, num momento de pureza – acho que ele incorporou o espírito da Marina –, gritou: “Estou rodeado de aloprados por todos os lados!”. Essa é uma frase dita pelo nosso querido Presidente, quando aqueles foram indiciados naquele negócio. Mas este sistema só funciona, Marina, se um frear o outro: temos de frear o Executivo; o Judiciário tem de nos frear, e a gente também a eles. Aí dá essa beleza de construção, porque é difícil a democracia.

Mitterrand, lá onde nasceu esse negócio de democracia, na França, escreveu, já moribundo – foram quatorze anos de mandato, porque lá o mandato é de sete anos, e se pode ser reeleito –, um livro, no final de sua vida. Em sua *Mensagem aos Governantes*, ele disse para que se fortalecessem os contrapoderes. O Executivo, na hora em que manda aquele monte de medidas provisórias, está apequenando este Poder. Somos nós os responsáveis por fazer leis boas e justas. Também o Judiciário, na hora em que entra atropelando, faz besteira. Essa dos Vereadores foi uma besteira inominável! Sei disso por que fui Prefeitinho. Eles não o foram, nem o Executivo. Ouviu, Marina? Foi uma besteira desde o começo, um caso mal resolvido. Não há caso de amor mal resolvido, que fica uma confusão para o resto da vida? Era esse o problema. O Poder Judiciário não tinha nada, nada, nada de mexer aqui. Esse negócio de fazer leis, somos nós que as fazemos. É aqui! Esta aqui deve ser a perna mais forte, mais capaz dos três Poderes. Pelo menos esse foi o sonho dos criadores, dos fundadores da democracia. Nós seríamos a perna mais forte do tripé, os mais capazes. Daí sermos chamados de “pais da Pátria”, e se exigir uma idade mínima.

Então, eles fizeram aquilo, e eu faria uma pergunta ao Alvaro Dias. Ninguém mais do que ele sabe o que é ser Vereador. Em 1968 – a Marina nem tinha nascido ainda –, surge, em Londrina, apontado por um líder do Piauí, um Vereador todo metido a gostoso, bonitão, que foi eleito como o mais votado. Isso ocorreu em 1968, Marina! Ele tem 40 anos de quilômetros rodados, sempre brilhante.

Fui Prefeitinho e, por isso, digo: no meu tempo, eram 5% da Receita que iam para o Poder. No Governo do Estado, também há um percentual para o Poder Legislativo, outro para o Judiciário, outro para o Ministério Público.

Faço uma pergunta. Atentai bem! Já faz dois anos que houve esse erro, essa intromissão indevida

e vaidosa, utilizando o sistema de publicidade. Está na história: Goebbels dizia que uma mentira repetida se torna verdade. Então, encheram o Brasil dizendo que isso era austeridade, que ia economizar, que era uma medida moralizadora, que nós éramos irresponsáveis. A gente fica só com esta baladeirinha aqui. Há toda a imprensa, toda a mídia. Mas digo: a imprensa é boa, graças a Deus! Estou com Theodore Roosevelt, que, em suas meditações sobre a dificuldade de governar, disse que, entre a opção de haver um governo sem imprensa, com uma imprensa amordaçada, sem liberdade, ou de haver uma imprensa sem governo, preferia e desejava ao seu país uma imprensa livre, sem governo, para fazer o que é maior. Mas aí tivemos de calar.

Faço a segunda pergunta: nos 5.560 Municípios brasileiros, qual foi a Câmara Municipal que devolveu recursos para a Prefeitura e o Prefeito fazerem obras sociais? Teve conhecimento disso, Marina? Soube de alguma Câmara Municipal que tenha devolvido recurso para fazer casa popular, para fazer saneamento, para melhorar as escolas, para aumentar os ordenados das professorinhas? Nenhuma. Então, não houve isso.

Por isso, nós somos feitos para isto: para fazer leis boas e justas. Ela teve sua gestação normal. Como na gestação – junta-se espermatozóide com óvulo, dá o ovo, o embrião –, demora um bocado de tempo para nascer a criança. Então, essa lei passou por aí, gestando, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Assuntos Econômicos. Passou aqui e vai para a Câmara.

Nós é que somos a perna mais capaz, a perna de maior valor – das três pernas, somos nós; em voto, somos nós, por incrível que pareça! Não contesto a liderança de votos do nosso querido Presidente Luiz Inácio, sessenta milhões. Petrônio Portella me ensinou, Marina Silva, a não agredir os fatos. Mas que aqui há oitenta milhões, Marina, há! Já contei. Não é interessante? Aqui, oitenta cabeças valem mais do que uma, do que onze. Valem, não valem? Somos filhos do voto, do povo e da democracia, não é, Marina?

Então, está saindo essa lei boa. Neuto De Conto foi o primeiro orador hoje e, com seu estilo pesquisador, citou as leis, os fatos e os números; eu levo esta mensagem da emoção para o povo.

E aquilo é para redistribuir, para que nasçam valores como Alvaro Dias, que, novinho, foi Vereador lá – vejam o retrato dele –, em 1968, em Londrina. Tanto bem ele fez à democracia, ao País, contestando! E vão nascer outros. Vai ser uma oportunidade para Partidos menores. Vai aumentar a representatividade do povo. A importância disso eu a traduziria com Giscard d'Estaing, também da França, onde nasceu a democracia. Marina, ele perdeu para Mitterrand. Mitterrand era um Luiz

Inácio, perdeu várias vezes. Mas o Giscard d'Estaing era tão competente, Alvaro Dias, que ganhou no primeiro turno. Ele era discípulo de Charles De Gaulle. Aí Mitterrand, experimentado como nosso Presidente Luiz Inácio, em várias refregas eleitorais, foi para o segundo turno e só fez um pacto: "O maior problema da França é desemprego, e vou resolver isso". No debate, é fácil a gente resolver, não é? Ele disse: "O funcionário trabalha por oito horas, e, no meu governo, serão só cinco horas". E ganhou as eleições. A grande passagem para que entendamos isso foi a do estadista Giscard d'Estaing: passou a faixa, dando exemplo democrático. Aí a imprensa foi até ele: "Qual será seu futuro político?" Ele disse: "Vou voltar para minha pequena cidade e ser Vereador lá". Vereador é um Senador municipal. Nós somos Vereadores federais.

Tem a palavra o Vereador de maior história, que já chegou aqui com 40 anos, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, hoje, V. Ex^a disse que fui Vereador de calças curtas, e é verdade. Eu era muito jovem ainda.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Era jovem.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Naquele tempo, havia um detalhe: o Vereador não ganhava nada, não tinha salário. Eu me elegi em 1968 e assumi o mandato em 1969, sem *jeton*, sem remuneração. Fui Vereador durante dois anos e, depois, eu me elegi Deputado Estadual. Mas olha, Senador Mão Santa, V. Ex^a tem razão ao ficar indignado quando o Judiciário legisla em nosso lugar, até porque quem legisla por nós rotineiramente é o Executivo, e nós homologamos. Nós estamos amesquinados, realmente. Nossas prerrogativas são usurpadas. Estamos ainda sob o jugo do Poder Executivo. O Judiciário legisla por que não legislamos nós. Nós temos de fazer esta autocrítica: a responsabilidade é nossa; nós não legislamos. Desde o pacote de abril de 1977, há um desequilíbrio na representação popular. Vou dar um único exemplo: um Deputado de Roraima representa 50 mil habitantes, um Deputado de São Paulo representa 600 mil habitantes. A representação popular deve ser proporcional ao número de habitantes de cada Unidade da Federação. Temos de reorganizar o Poder Legislativo no País. Com que autoridade podemos falar em reduzir o número de Vereadores se não discutimos quantos devemos ser no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas? Por que isso só deve ser discutido na Câmara de Vereadores? Temos de discutir o Poder Legislativo e de reorganizá-lo, temos de torná-lo representativo da população brasileira, não só por economia. A economia é importante, nós temos de fazê-lo também por economia, mas não só por economia, tornando o Legislativo mais enxuto, mais ágil,

mais eficiente, mais valorizado e mais respeitado pela população por que mais qualificado. Portanto, cabe a nós promovermos essa reforma do Poder Legislativo. Já apresentei propostas desde 1999. Elas estão à disposição do Senado Federal para esse debate. Parabéns a V. Ex^a por defender, Senador Mão Santa, com tanto ardor os Vereadores brasileiros, porque realmente eles merecem! A Câmara de Vereadores é a primeira mais próxima caixa de ressonância das aspirações populares, e, portanto, o Vereador merece todo o nosso respeito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo a palavra desse grande líder do Brasil. No PSDB, não devia ser Serra, nem Aécio, mas, sim, Alvaro Dias, que, por quarenta anos, está nessa trajetória.

Marina, esta Casa é muito eficiente e necessária. Qualquer um pode ser Presidente, com muita facilidade.

Na última reunião, eu estava com curiosidade de saber quantos pronunciamentos eu tinha feito. E só falo deste lado. Sabe por quê? Eu nunca quis ser Deputado Estadual. Deus é quem sabe! Não o quis, não o desejei. Ajudei um Senador que ia perder. Na minha região, eu era contra o Alberto Silva. Aí aceitei, e ele ganhou por poucos votos. Esse Senador veio pra cá e, no primeiro discurso, morreu nesta tribuna. Era Dirceu Mendes Arcoverde, irmão de Waldir Arcoverde, que foi Ministro. Sr. Presidente, peço-lhe só um minuto, para eu terminar esta história. No seu primeiro pronunciamento, ele morreu. Aí fui Deputado Estadual e fiquei logo órfão, porque o meu Senador tinha morrido.

Pedi ao Zé Roberto que me dissesse rapidamente quantos pronunciamentos eu tinha feito, Alvaro Dias. Sei que V. Ex^a é o campeão, não é? Ele puxou de forma ligeira. Alvaro Dias, este aqui, nesta tribuna... O Pelé não fez mil gols? Ô, Marina, falo do Pelé e do Romário. Então, vamos fazer mil pronunciamentos aqui, e será para já, para fevereiro ou para março. Este aqui vai completar 969 pronunciamentos, e V. Ex^a tomou parte. Então, faltam 31.

Mas a repercussão do meu título é tão grande, que o melhor jornalista do Piauí, Zózimo Tavares, já botou isso nesse jornal. Graças a Deus, no Piauí, há jornais livres. Esse é de um grande empresário, que é livre mesmo. E esse é um grande jornalista, intelectual, escritor, Zózimo Tavares, assim como Castello Branco. E ele, atento, disse: "O Senador Mão Santa se prepara para seu milésimo discurso". Aí faz os comentários sobre o milésimo gol. Ele diz: "Esse milésimo discurso vai ser oferecido à sua Adalgisinha". Ele bota isso lá. Ô Zózimo! É porque ele não deu a idéia antes. Aí eu já tinha dito que ia ser em homenagem a Pedro Simon. Estou até estudando aqui o Pedro Simon. Vão

completar cinqüenta anos! Então, eu disse esse compromisso histórico e político – e já me estou preparando, pois estou lendo o livro dele *Reflexões* e li Alberto Pasqualini – de que vai ser em nome do nosso Pedro Simon. E Neuto De Conto está satisfeito. A Adalgisa não precisa disso, porque, todos os dias, eu a abraço e tal... Mas é um jornalista extraordinário!

Eu até gostaria de saber quantos discursos o Alvaro Dias já fez. Já puxou aí? Quantos foram?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Foram 1.236 discursos. Mas é que tive outro mandato.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a já disputou outras Copas. Mas é assim mesmo. V. Ex^a é nosso Pelé aqui, foi o primeiro a fazer mil gols no nosso Maracanã, nesta tribuna.

Então, no meu cálculo, lá para fevereiro ou março, vamos fazer isso acontecer.

Eu só queria um minuto para terminar. A Dr^a Marina Silva está aí. Em um minuto, nosso Jesus fez o Pai Nosso. Então, vou terminar.

É que estive agora no nosso Piauí e, evidentemente, fui a uma cidade, e esses Prefeitos são extraordinários, Marina. Visitamos o Prefeito Lucídio, numa cidade que criei. Quando governei o Piauí, Deus me permitiu criar 78 novas cidades, povoados, cidades. E fui a uma dessas cidades. Ô Prefeito bom! Prefeitos são bons demais! Marina, é como o avião: acho que avião é a coisa mais importante do mundo. Até uma mulher bonita é um avião. Mas, quando cai um avião, é uma confusão, é noticiário! Então, Prefeitos, via de regra, são muito bons. Eles têm amor, eles têm altruísmo, eles têm dedicação. Mas, quando um faz uma besteira, todo o mundo o derruba!

Eu me lembro do povoado Morro do Chapéu, que hoje é uma cidade. Ele fez uma praça tão linda ali, que saí para namorar com a Adalgisa e fiquei lá vendo a fonte e olhando para a Prefeitura, Marina. A melhor coisa que fizemos foi possibilitar à Assembléia criar novos Municípios. Assisti à transformação de povoados em cidades.

Então, queria fazer essa homenagem a esse Prefeito que nos encheu de satisfação, e a Marina entende isso, porque é bíblica. Tiago diz: “Fé sem obra já nasce morta”. Quando a gente vê um Prefeito com essas obras, a gente tem satisfação. Como Padre Antônio Vieira dizia, não são só as obras que a gente vê, a praça, o chafariz, a prefeitura, as avenidas, mas também o exemplo que é dado para outro.

Então, estamos aqui muito emocionados com essa festividade de uma cidade que era povoado. Não sei se V. Ex^{as}, Neuto De Conto e Alvaro Dias, tiveram a possibilidade de criar uma cidade. É um encanto! “O essencial é invisível aos olhos.” Além daquilo que você

vê, a praça iluminada, a prefeitura, o mercado, há o essencial, que é invisível aos olhos: é a transformação, possibilitando que homens do campo participem da vida da cidade e sejam líderes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à eminente Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer que, na verdade, sinto um misto de alegria e de tristeza no momento em que venho a esta tribuna. E fiz questão de registrar a razão da alegria, hoje, num artigo que escrevi na **Folha de S.Paulo**, intitulado “Avanços e Contradições”. Tem sido uma experiência muito rica e significativa esse espaço, que, para mim, é algo novo, e tenho procurado fazê-lo buscando não contaminá-lo com as disputas do dia-a-dia, mas tentando contribuir com aquilo que modestamente posso, com um debate que interessa ao País dos temas que me sinto com alguma legitimidade para falar, sobretudo sobre a questão ambiental.

A idéia que tenho em relação à Convenção do Clima, que acabamos de realizar na Turquia, é a de que nós tivemos uma participação muito importante. O Brasil, ao transitar da sua posição histórica de não assumir metas, de não colocar a questão das florestas e do desmatamento no debate, no âmbito da Convenção do Clima – era uma posição muito difícil de ser sustentada e mais difícil ainda de ser compreendida na realidade de um país como o Brasil, que ainda tem 60% da sua cobertura vegetal –, e ir para essa discussão agora, assumindo o Brasil a posição de metas de redução de desmatamento em 70% até 2017, representa uma posição que a maior parte da sociedade brasileira esperava. Muita gente em todo o mundo esperava que o Brasil liderasse esse processo, sobretudo junto ao G-77.

Durante os cinco anos e meio em que fiquei no Ministério do Meio Ambiente, trabalhei exaustivamente para que tivéssemos esse momento. E trabalhamos da forma que, entendo, é a única para alcançar grandes desafios, que, muitas vezes, parecem intransponíveis. E esse de o Brasil assumir metas de redução de desmatamento e, com isso, redução de emissão, parecia um desafio intransponível. Mas é fundamental que, no serviço público, a gente tenha o verdadeiro sentido da missão pública.

O Senador Mão Santa, que gosta muito de citar exemplos bíblicos, acabou aqui me estimulando também a me lembrar de um, que é a história do Rei Davi, que

se propôs a fazer um templo que, com certeza, seria o coroamento do seu governo, de sua gestão, digamos assim, de seu reinado. Só que, quando colocou isso em seu coração, Deus se dirigiu a ele dizendo que não, que ele não podia fazê-lo, porque tinha as mãos sujas de sangue; quem poderia fazê-lo era o seu filho Salomão, que era ainda muito jovem. Ele, olhando para o jovem Salomão, achou que lhe seria muito difícil assumir a tarefa de fazer um grande templo, sobretudo com os recursos que havia na época. Ele se pôs a fazer a maquete do templo, a contratar os melhores artífices para fazer o templo. De sorte que, quando Salomão assumiu o poder, o templo já estava praticamente pronto, era só uma questão de montá-lo.

Eu sempre admirei muito esse exemplo porque, simbolicamente, ele diz alguma coisa quando se vai para a visão da gestão pública, atualizando-a para os nossos tempos. É de que, em política, devemos fazer aquilo que interessa, no tempo em que é necessário, não necessariamente para que levemos os louros daquilo que está sendo feito, muitas vezes sendo até incompreendidos. Às vezes, quando a gente tem admiração por alguma coisa, aquilo acaba de alguma forma vindo ao nosso encontro. Eu, de certa forma, agradeço a Deus, porque tenho essa admiração pelo fato de o Rei Davi não ter sido tão vaidoso a ponto de dizer: já que é Salomão, ele que se vire, que faça, quero ver ele fazer com a pouca experiência que tem. Ele fez todo o dever de casa e deixou praticamente tudo pronto para que o jovem fizesse aquele grande trabalho, aquela grande empreitada.

É claro que a lembrança e a metáfora não se aplicam cem por cento ao que vou dizer, porque nem tenho a estatura de Davi e muito menos o meu sucessor, o companheiro Minc, tem – pelo menos, até agora, acho que nem ele ousaria dizer isto – a mesma sabedoria de Salomão, mas, de alguma forma, aconteceu algo que me fez achar que tem alguma semelhança. Durante o início da gestão do mandato no Ministério do Meio Ambiente, a primeira coisa que fizemos foi verificar que o desmatamento, de que estávamos perdendo controle – aumentando de 2001 para 2002, de 2002 para 2003 e de 2003 para 2004 –, precisava de uma ação estruturante, de algo que fosse feito numa magnitude tal que o desmatamento caísse não por um processo sazonal, mas por uma ação de ampliação de governança ambiental. Foi assim que pensamos o Plano de Combate ao Desmatamento, baseado em três eixos: combate às práticas ilegais, apoio ao desenvolvimento sustentável e ordenamento territorial e fundiário.

Esse plano começou a ser implementado em março de 2004, e, em 2005, o desmatamento caiu de 27 mil quilômetros quadrados para 18 mil quilômetros

quadrados; depois, em 2006, de 18 mil quilômetros quadrados para 14 mil quilômetros quadrados; e de 14 mil quilômetros quadrados para 11,5 mil quilômetros quadrados, em 2007. No final de 2007, como os eixos do ordenamento territorial e fundiário e de apoio à prática produtiva sustentável não andou, o desmatamento voltou a subir. Naquele momento, toda a equipe do Ministério teve a clareza da situação, com os dados do MCT – que, aliás, foi o Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real que criamos exatamente para que pudéssemos saber o que estava acontecendo no território no momento em que os contraventores estavam destruindo a floresta –, e foi possível identificar o início dessa mudança de comportamento em relação à dinâmica do desmatamento na Amazônia.

Nós nos reunimos e resolvemos tomar medidas drásticas: aumento das operações de fiscalização do Ibama e da Polícia Federal, no que se configurou a operação Arco de Fogo; força para o lançamento do Plano Amazônia Sustentável, que foi lançado uma semana antes da minha saída e que hoje é coordenado pelo Ministro Mangabeira Unger; uma resolução do Banco Central vedando o crédito em bancos públicos e privados para todos aqueles que tivessem áreas embargadas e que não estivessem com suas propriedades regularizadas, cadastradas no Incra; a moratória de 36 Municípios que mais desmatam e a criminalização de toda a cadeia produtiva. Isso, depois de, nos anos anteriores, ter jogado muito firme com a Polícia Federal, e mais de 700 pessoas terem ido para a cadeia por crimes ambientais; 1.500 empresas ilegais terem sido desconstituídas; mais de R\$4 bilhões em multas aplicadas; 1 milhão de m³ de madeira apreendido. Entre os que foram presos, 125 servidores do Ibama, envolvidos há décadas em crimes ambientais e em contravenção.

Todas essas medidas fizeram o desmatamento cair em 57%. Com isso, o Brasil reduziu 0,5 bilhão de toneladas de CO₂.

Nós fomos para Nairóbi, no Quênia, e o Brasil defendeu, pela primeira vez, a idéia de um fundo, criando um incentivo positivo pela redução de emissão de CO₂ em função da diminuição do desmatamento. Foi admitida a proposta brasileira. Depois, em 2007, em Bali, o Brasil consignou a sua proposta, e partimos para um processo negocial, em que eu tive a oportunidade de ir para a Noruega negociar, pessoalmente, os recursos para o Fundo Amazônia, que foi lançado agora, já na gestão do meu colega Minc. Lutamos muito para que o dinheiro fosse internalizado via BNDES.

Todo esse esforço foi o que possibilitou ao Brasil transitar de uma posição de não ter metas para assumir metas. Foi isso que fez com que o Brasil agora fosse

reconhecido como um País que tem um plano de combate ao desmatamento. Essa é a minha alegria. E, se posso dizer que a gestão do meu colega Minc já tem um delta a mais, o delta a mais é o fato de o Brasil ter assumido metas.

A minha tristeza, a minha preocupação é de que, no momento em que estamos celebrando essas conquistas e em que o Secretário-Geral das Nações Unidas, o Diretor Executivo do Pnuma, cientistas e o ex-Vice-Presidente Al Gore celebram efusivamente a posição brasileira, internamente estejamos fazendo algo às avessas. O Presidente Lula assinou todas essas medidas durante a minha gestão. Elas foram a razão do tensionamento que me levou a sair do Governo como forma de ajudar a Amazônia e o próprio Governo, porque, se as medidas tivessem sido revogadas, o desmatamento teria ido para 40%, como estávamos prevendo, e não teria sido praticamente estabilizado em 12 mil quilômetros quadrados. Foram essas medidas que possibilitaram todos esses avanços, inclusive para assumir metas. E o fato de a operação Arco de Fogo ter sido mantida.

Lamentavelmente, não posso dizer o mesmo em relação à operação Arco Verde; lamentavelmente, não posso dizer o mesmo em relação ao eixo do ordenamento territorial e fundiário, porque o que está acontecendo é uma temeridade.

É fundamental que o Presidente Lula, que liderou esse processo o tempo todo, em relação a tomar medidas corajosas como essas que mencionei, de ter um Plano de Combate ao Desmatamento, coordenado por ele, através da Casa Civil, com coordenação executiva do Ministério do Meio Ambiente; de ter criado 24 milhões de hectares de unidades de conservação na frente da expansão predatória... O que está sendo feito agora, ou o que estão propondo fazer, é algo que vai na contramão de tudo isso. A sociedade brasileira não pode admitir esse tipo de retrocesso.

Eu espero que essas coisas tenham acontecido porque o meu companheiro Ministro Minc estava imbuído de defender, na Polônia, a proposta de metas do Brasil em relação à redução do desmatamento. O Ministro Minc foi juntamente com sua equipe. E foi muito bem recebida a proposta brasileira. Mas, enquanto isso, aqui, no Brasil, o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, passou a sofrer alterações. Um novo decreto fez modificações na lei que regulamenta a cobrança de multas e a aplicação da lei dos crimes ambientais. Essas mudanças colocam uma série de questões que, no meu entendimento, não vão permitir que o Brasil atinja as metas de redução de desmatamento: de 12 mil quilômetros quadrados para 9 mil quilômetros quadrados, no ano que vem.

Por que não será possível? Porque a resolução do Banco Central, que foi fundamental porque vedou o crédito em bancos públicos e privados, está agora suspensa por um ano e 120 dias. E por que foi suspensa? Porque houve uma pressão muito grande daqueles que querem continuar no mesmo diapasão do uso predatório da floresta, sem lançar mão de tecnologia, sem respeitar a legislação ambiental brasileira. Eles fazem suas pressões e conseguem fazer uma mudança no decreto, estabelecendo que só teremos a exigência da lei a partir de dezembro de 2009. Após entrar em vigor a lei, em dezembro de 2009, ainda teremos 120 dias para começar a aplicá-la.

É engraçado que isso não está no corpo da lei. Foi colocado, de forma muito discreta, no artigo 152-A, o seguinte texto:

Os embargos impostos em decorrência da ocupação irregular de áreas de reserva legal não averbadas e cuja vegetação nativa tenha sido suprimida até a data da publicação deste Decreto serão suspensos até 11 de dezembro de 2009 [um ano], mediante o protocolo pelo interessado de pedido de regularização da reserva legal junto ao órgão ambiental competente.

Depois dessa data, ainda terão 120 dias, porque, no seu corpo, a lei diz que está suspenso por 120 dias, mas esse gatilho diz que está suspenso por um ano mais 120 dias.

O que vai acontecer? As exigências do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional de que não se tivesse propriedade ilegal estão suspensas. Mais do que isso, as propriedades que foram embargadas pelo Ibama e os levantamentos que fizemos... Até 15 de dezembro de 2008, o Ibama fez o embargo de 3.779 áreas nos nove Estados da Amazônia Legal. O sistema de embargo do Ibama não traz informações sobre o tamanho das áreas embargadas para 1.039 embargos, ou seja, 27% do total. Dos 73% de que se tem a informação, a soma é de 618 mil hectares de áreas embargadas. Esse esforço que o Ibama fez vai ficar suspenso por um ano e 120 dias. Os contraven-tores poderão plantar, poderão comercializar, poderão ter acesso ao crédito. E isso vai na contramão do Plano de Combate ao Desmatamento, vai na contramão das metas corretamente assumidas pelo Governo, com o esforço do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério de Ciência e Tecnologia e, sobretudo, com o esforço da sociedade brasileira, que nunca abriu mão de que o Brasil pudesse colocar suas florestas nessa discussão de re-

dução de emissão de CO₂, em função da diminuição do desmatamento.

Sr. Presidente, eu fico muito preocupada com o que está acontecendo. O que está acontecendo é muito grave. Medidas urgentes têm que ser tomadas, porque os contraventores estão dizendo – não é à boca pequena, é com todas as letras e com a boca bem aberta – que esse prazo não é para cumprir com as exigências da lei. Pelo contrário, é para pressionar o Governo, é para pressionar o Congresso para que a lei e o Código Florestal sejam revogados, para que não haja mais exigência de averbação da reserva legal, de recuperação da área de preservação permanente e para que não se precise recuperar a reserva legal. É o uso do tempo para prolongar a pressão em favor da destruição, do desmatamento e da desconstituição do grande avanço que tivemos agora, na Polônia, na Convenção do Clima.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei o quanto custa alguma governança ambiental em relação à Amazônia; sei o que é que significou cada ação, cada medida do Plano de Combate ao Desmatamento; sei da dificuldade interna da discussão dessas medidas; sei da pressão externa, quando essas medidas foram tomadas; e sei o que significa para um governante ter que lidar com um universo em que há pressão de A a Z. Mas sei que esse é o caminho certo, que não podemos abrir mão de um milímetro dele para o bem da Amazônia, para o bem da agricultura brasileira e para o bem da preservação do planeta.

A sociedade brasileira, que em muitos momentos acompanhou e acompanha essa agenda, mais uma vez deu sustentação política para que as medidas fossem mantidas. Espero que, novamente, a sociedade brasileira dê sustentação política para que os retrocessos sejam reparados.

Esse gatilho que foi posto aqui dá um tempo para se derrubar o Código Florestal, para impedir que o zoneamento ecológico-econômico continue como ação fundamental e obrigatória, que já existe no Estado do Acre e no Estado de Rondônia, e passe a ser apenas peça de orientação. O que está sendo proposto no Brasil é um retrocesso em relação aos avanços da agenda ambiental brasileira. É por isso que digo que são contradições e avanços. Que todos estejamos unidos para dar sustentação aos avanços e que todos tenhamos clareza e capacidade de nos unir para evitar o retrocesso!

Tenho absoluta certeza de que, se isso aqui não for reparado, não teremos como atingir os 9.000 quilômetros quadrados de área desmatada, que é a meta do ano que vem. Se conseguimos, Sr. Presidente, diminuir o desmatamento quando estava previsto aumento

de 40% este ano, é possível alcançar mais. Mas, para isso, tem de ser imediatamente anunciada a correção do plano. Recursos adicionais do Estado brasileiro têm de ser aportados ao plano, e cada uma das medidas que estão sendo propostas em relação a esses retrocessos deve ser urgentemente reparada.

Já tivemos demonstração disso. Quando a reserva legal sofreu ameaça de ser prejudicada com o projeto do Deputado Micheletto, a sociedade brasileira se manifestou de forma contundente. Naquela época, o Presidente Fernando Henrique se sentiu respaldado para retirar a medida provisória de votação. Foram os brasileiros que deram essa sustentabilidade política. Talvez, em pleno século XXI...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pode ficar tranqüila, porque minha presença aqui é para garantir o tempo que V. Ex^a desejar.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigada, até mesmo porque sei que V. Ex^a é árduo defensor do princípio da equidade, e vi o quanto V. Ex^a foi beneficiado. Com postura semelhante à sua, estou aqui reconhecendo que V. Ex^a está praticando, em meu benefício, aquilo que recebeu.

Sei que a sociedade brasileira, talvez, esteja vivendo também a ambigüidade deste momento. Confesso que, para mim, é muito difícil fazer este pronunciamento, porque eu gostaria que estivéssemos aqui discutindo como vamos fazer para atingir a meta a partir das conquistas que já temos, e não fazendo embate em relação aos retrocessos que estão querendo fazer.

No dia que completa 20 anos da morte do Chico Mendes, dia 22 de dezembro, talvez precisemos de um novo embate, o embate contra o retrocesso: dar sustentabilidade política para o Congresso, dar sustentabilidade política para o Governo Federal, dar sustentabilidade política para os produtores. A sociedade brasileira não quer ver sua carne sendo achincalhada de estar sendo produzida em prejuízo da Amazônia; não quer ver seus biocombustíveis serem preteridos, com o medo e a ameaça de isso estar acontecendo em prejuízo da proteção do meio ambiente.

Podemos fazer diferente. O Plano Amazônia Sustentável está pronto, e foi lançado o Plano BR-163; foi criado o Chico Mendes; foi criado o Serviço Florestal Brasileiro. Temos um excelente conjunto de medidas que precisam ser implementadas, mas, para isso, não podemos, em hipótese alguma, fazer qualquer sinalização ambígua: é, mas não é; pode, mas não pode; vai, mas não vai. Não é isso. Há que se ter determinação.

Eu disse: enquanto estive no Governo, eu tinha a clareza de que estava fazendo uma corrida de 4X4,

correndo com o bastão na mão. Na hora em que não foi mais possível, em que não me senti mais respaldada para fazê-lo, entreguei o bastão; e entreguei-o a uma pessoa que tem uma trajetória de compromisso com a questão ambiental, que é o Ministro Minc. Agora, ele celebra, com justa razão, as metas que o Brasil assumiu.

Por enquanto, devo dizer que celebro também, mas, ao mesmo tempo, estou vigilante. O que puder fazer para impedir esse retrocesso, vou fazer.

Foi posto esse gatilho aqui com o prazo de um ano – um ano e cento e vinte dias. Depois, como consequência disso, todas as propriedades estão desembargadas, todas as que foram embargadas pelo Ibama. Os ilegais vão usar as propriedades para plantar, vão poder comercializar e ainda vão poder usufruir do crédito. Isso é um retrocesso! Só conseguimos impedir o desmatamento fora de controle em função dessas medidas. Quero ver o que vai acontecer nesse um ano de “liberou geral” que está sendo proposto e cujo decreto já foi assinado.

Espero que isso seja corrigido o mais rápido possível. Tenho certeza de que o mesmo Presidente que assinou essas medidas, quando tiver conhecimento disto que está aqui, fará de tudo para reparar seu ato. Que não seja um reparo só para a Amazônia, mas para todo o Brasil: para a Mata Atlântica, para o cerrado, para a caatinga. Não deve ser apenas para a Amazônia, porque a pressão para se botar esse gatilho veio de São Paulo, veio da Bahia e veio dos nove Estados da Amazônia; não necessariamente dos seus Governadores, porque tenho absoluta certeza de que o Governador Binho Marques não pressionou nessa direção.

Espero que os Governadores que têm aliança com a Amazônia – o Governador Braga, a Governadora Ana Júlia, o Governador Binho Marques – coloquem-se em posição de não querer ver seus Estados novamente figurarem na página policial do desmatamento. Que nós possamos continuar esse processo virtuoso de governança ambiental!

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo que me dá. Mas o reconhecimento ao avanço não pode esmaecer a vigilância em relação aos retrocessos. E eles estão aqui, assinados e publicados no *Diário Oficial*. Que sejam reparados!

Esse reparo deve ter, no meu entendimento, a sustentação do povo brasileiro, para que aqueles que forem fazer o reparo tenham que dar satisfação à sociedade, que é a maioria, e não às minorias que querem continuar, em pleno século XXI, em plena crise ambiental global, com a política lamentável de garim-

par nutriente, destruindo florestas com suas velhas e tão atuantes motosserras.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Neuto de Conto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Apresentamos nossos cumprimentos à Senadora Marina Silva pelo contundente pronunciamento, mostrando as preocupações que tem com relação à Amazônia.

Quero reiterar aqui a gratidão do Piauí, quando V. Ex^a foi Ministra do Meio Ambiente, preservando a floresta vermelha, no sul do Piauí, nas cercanias da Serra das Confusões, como também teve sensibilidade política, para que se desenvolvesse a carcinicultura no litoral piauiense sem maltratar a natureza de que tanto precisamos.

Concedo a palavra ao Senador do Estado do Paraná, Alvaro Dias.

Antes de eu fazer mil pronunciamentos, ele já os tinha feito. É como o Romário, que fez mil gols mas o Pelé já os tinha feito.

Então, V. Ex^a é o Pelé do mundo político.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A diferença, Senador Mão Santa, é que eu tive dois mandatos e V. Ex^a um só.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Que V. Ex^a tenha 40 anos de mandato.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Foram 1.239 pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex^a vai ficar como aquela eleitora do Barack Obama, que, com 104 anos, foi votar. V. Ex^a vai ter essa vida, porque Deus dá àqueles que abençoa a longevidade, para que, durante essa longevidade, exerçam com brilho a sua atividade profissional.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Deus o ouça, Senador Mão Santa. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente, eu quero prestar uma homenagem. Eu peço, até, que aquela câmara seja utilizada, porque o plenário está vazio, não é, Senador Mão Santa? Então, vamos olhar de frente para os que nos acompanham em casa.

Eu quero prestar uma homenagem, inicialmente, a duas cidades do Paraná que comemoraram aniversário. São duas cidades vizinhas: Cascavel e Toledo, no oeste do Paraná.

Eu estive em Toledo, a convite do Prefeito José Carlos Schiavinato, participando das solenidades comemorativas do 56º aniversário de uma cidade que é modelo no Paraná, que tem muito a ensinar, Uma cidade que sabe conjugar os esforços da gestão pública

com a participação popular eficiente, com resultados extraordinariamente positivos.

Participei, num dia de inaugurações, de oração, de uma missa com Dom Francisco Bach, que é o Bispo de Toledo, por onde já passou Dom Geraldo Magela, que de lá foi a Londrina, de Londrina ao Vaticano e, hoje, está em Salvador e é o Presidente da CNBB.

O Prefeito Schiavinato tem essa capacidade de liderança política, de mobilizar a comunidade e as forças vivas da sociedade: empresários, Igreja e populares, numa ação administrativa que conta com a participação do setor privado, inclusive na pavimentação de rodovias rurais. A administração do Município já chega a 75 quilômetros pavimentados, com recursos próprios do Município e dos produtores rurais, que dessa forma viabilizam um caminho mais confortável para a safra e para o ir e vir das pessoas, além do que valorizam as suas próprias propriedades.

Portanto, é uma administração modelo, que tem de ser vista como exemplo. É uma cidade que tem boa qualidade de vida – é a terceira cidade do Paraná em qualidade de vida –, graças às boas gestões administrativas. O ex-Prefeito Derli Donin realizou, também, uma ótima gestão e, agora, o Prefeito José Carlos Schiavinato.

As nossas homenagens aos Deputados da cidade, especialmente ao Deputado Federal Dirceu Sperafico, que tem sido muito importante para que os projetos apresentados pela prefeitura obtenham recursos para a sua execução, ao Deputado Estadual Duílio Genari e aos vereadores da cidade. A nossa homenagem aos ex-prefeitos, ao Poder Judiciário local, a todos aqueles que constroem uma cidade modelo para o Estado e para o País, onde está sediada uma unidade da Sadia, com nove mil empregos para trabalhadores da região.

Portanto, parabéns pelo 56º aniversário da cidade de Toledo.

Lá, Senador Mão Santa, ouvi, por exemplo, de integrantes do Coral Cristo Rei, depois da celebração da missa, a preocupação com a crise. Os integrantes desse coral me pediram: “Bata duro, Senador. Nós estamos preocupados com o que possa ocorrer com o nosso País no ano de 2009.”

Por isso, estou nesta tribuna, mais uma vez, para falar da crise, não porque goste dela. Confesso, até, que tenho medo, mas não gosto dela.

Enganam-se os que imaginam, como o Presidente Lula, que nós estamos desejando o agravamento da crise para que ele se torne impopular, porque atingiu o recorde de popularidade, alcançando um índice insuperável de 71% de aprovação da população.

Eu gostaria que o Presidente Lula continuasse popular e que o povo brasileiro não sofresse, mas

nós estamos preocupados. Não estamos apregoando uma hecatombe sobre o Brasil, desejosos de assistir à impopularidade de Lula. Estamos apenas dissertando sobre a crise, a sua gravidade, a sua extensão e as suas prováveis conseqüências, porque queremos alertar o Presidente da República para a necessidade de prudência, de agilidade nas decisões e de medidas eficazes que possam conter, sobretudo, a recessão, que terá como conseqüência o desemprego, infelicitando milhares de famílias brasileiras.

Desde o primeiro momento, procuramos debater a crise aqui. Logo no início, eu trouxe depoimentos de especialistas. O mais radical no diagnóstico fora Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES, que chegou a afirmar: “A crise é sistêmica, terá longa duração, e os US\$200 bilhões de reservas se transformarão em pó.” Foi a primeira reação desse economista conceituado. Podemos discordar de suas opiniões, mas não podemos ignorar a sua qualificação técnica e o seu preparo intelectual. Por isso, buscamos o seu depoimento naquele primeiro momento, quando se denunciou a crise que se abatia sobre o sistema financeiro internacional, como verdadeira hecatombe.

Eu trouxe a preocupação do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ninguém pode acusar de radical. Ao contrário, é um líder – e V. Ex^a, afirma aqui, reiteradamente, um grande estadista – que tem a maturidade política e o preparo intelectual para entender que a sua palavra tem peso e, portanto, ele tem responsabilidade ao falar, sobretudo da crise econômica. Ele disse: “Não é motivo para desespero, mas exige cuidado. Tem de haver preocupação.”

Outros especialistas se pronunciaram, e nós trouxemos a esta tribuna o depoimento de cada um deles. Achamos que o Governo brasileiro brincou. Achamos, não, o Brasil assistiu à brincadeira. O Presidente da República debochou da crise, afirmou tratar-se de marola e que não atravessaria o Atlântico. Ministros chegaram a afirmar, como Mantega: “Quem precisa de pacote são os Estados Unidos. Nós não precisamos de pacote.” O Ministro do Planejamento afirmou: “Pacote é coisa do passado. Nós recusamos a hipótese de adotarmos pacotes neste Governo.”

Recentemente, no entanto, o Governo acordou para a dura realidade desta crise e se curvou diante da sua grandeza. Adotou o pacote recentemente.

Eu quero, meu caro amigo Senador Mão Santa, trazer uma opinião extremamente qualificada reproduzindo algumas palavras de um amigo economista, ex-Deputado Federal Constituinte, o Professor Hélio Duque, que tem esta visão de prudência em relação ao que pode ocorrer com o nosso País, principalmente no ano 2009, em razão do descuido governamental ao

adotar medidas insuficientes para conter este processo avassalador de crise que se abate sobre nós e que, certamente, se aprofundará no próximo ano.

As medidas são insuficientes. Inicialmente, o Governo se preocupou com o sistema financeiro, com os bancos, com os banqueiros e adotou medidas salvadoras. Não bastam. É preciso, sim, se preocupar com o sistema financeiro; ninguém nega a necessidade de se administrar o sistema financeiro com os cuidados governamentais necessários. Mas não basta; é preciso que o Governo adote medidas que alavanquem programas de desenvolvimento capazes de impedir que a recessão nos leve ao desemprego em percentuais elevados, sacrificando famílias brasileiras.

E essas medidas não ocorrem. Por exemplo, o Governo não adota uma reforma administrativa para reduzir os gastos correntes, que são exorbitantes. Num momento de crise, sem dúvida, seria a oportunidade para o Governo rever métodos e, sobretudo, fazer autocrítica e reconhecer que exagerou, que engordou a máquina pública de forma irresponsável, criando ministérios, diretorias, coordenadorias, departamentos, cargos comissionados. Para agradar a base de sustentação política no Congresso Nacional, criou milhares de cargos públicos. A folha de pessoal cresceu muito mais que o Produto Interno Bruto do País. Isso se constitui em contradição imperdoável e consagra a má gestão pública.

Deixo de lado a minha opinião pessoal. Logo no início também propus a constituição de um comitê de crise – a prudência recomendava – para compartilhar decisões e responsabilidades, reunir situação e oposição na mesma trincheira de defesa do País e do povo brasileiro, como se procurou fazer nos Estados Unidos, reunindo Barack Obama e John McCain em nome do interesse do povo norte-americano.

Aqui, isso não se deu. O Presidente da República não constituiu um comitê de crise que poderia reunir especialistas de todas as origens, suprapartidariamente, capazes de oferecer criativamente propostas mais eficazes para a contenção deste processo de crise.

Mas quero reproduzir um pouco do pensamento deste amigo economista Hélio Duque. Diz ele, Senador Mão Santa:

Nas conversas reservadas, o Presidente da República demonstra, com sabedoria, saber da gravidade da crise internacional e seus reflexos na desaceleração da economia brasileira. Já quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume a postura de palanqueiro, prevalece a linguagem rasteira de botequim, nos “meetings” públicos diários [de] que participa. Um exemplo [diz o Presidente]:

“Tem gente torcendo para a gente quebrar, tem gente, que vai se deitar rezando. Tomara que a crise pegue o Brasil para esse Lula se lascar. É uma propaganda sistematizada em favor da crise”, [disse Luiz Inácio]. Fracamente, enquanto do redemoinho global exige que se adotem medidas drásticas e urgentes para conter uma crise futura, o animador de auditório Lula, demagogicamente, vende aos brasileiros uma realidade falseadora. A tática até agora vem sendo exitosa. A maioria dos brasileiros, em todos os níveis, demonstra acreditar na mistificação. A pesquisa que deu a Lula 70% [agora 71%] de aprovação popular, tem uma simetria da harmonia: 78% dos brasileiros estão convencidos de que sua vida vai melhorar em 2009. Contumaz manipulador da opinião popular, tenta jogar a responsabilidade nas elites e nos conspiradores internos.

No maquiavelismo tosco de preservar a popularidade presidencial, objetivam, em 2009, vender a mensagem de ter o Presidente Lula lutado como um leão para impedir a chegada da crise no Brasil, mas foi derrotado pelos poderosos e conspiradores.

Infelizmente, a crise penetrou forte no Brasil em outubro. O ano de 2009 será de desaceleração econômica; o PIB se reduzirá, o desemprego aumentará, levando à redução salarial e ao enxugamento internacional do crédito, atingindo como um torpedo as atividades produtivas. A hemorragia interna na economia afetar os brasileiros. É, portanto, uma aposta arriscada que o Governo vem fazendo, embalado pelo carisma e pela retórica oceânica do Presidente Lula. Aqueles 78% de brasileiros que acreditam que sua vida vai melhorar devem se preparar para a realidade que será muito diferente.

Não é sem propósito que o PT, em reunião recente, atribuiu a culpa da crise ao Governo passado, pela adoção do modelo neoliberal. Isso após seis anos de Governo petista, deixando implícito que, até agora, Lula não governou. A cínica tese é de uma vilania e burrice colossal. Em sendo verdadeira, o Governo Fernando Henrique estaria completando 14 anos.

Na verdade, os efeitos da crise serão menores no Brasil, em função da estabilidade econômica gerada pelo real, pelas metas da inflação, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela adoção do superávit primário, pelo câm-

bio flutuante, pelo saneamento das finanças públicas e pela modernização, em que o agro-negócio é o maior exemplo, mas não o único, além dos programas gerados pela rede de proteção social, ancorados no pioneirismo da saudosa Ruth Cardoso, com a criação do Comunidade Solidária. Heranças recebidas pelo atual Governo. Foram esses fundamentos que colocam o Brasil em uma rota de crescimento sustentado, agora rompido pela maior crise econômica mundial, após o crash de 1929.

Trata-se do fim de um ciclo, determinando a contração dos mercados externos e levando a recessão aos países mais ricos do mundo. O Banco Mundial, no seu último relatório, Perspectivas Econômicas Globais 2009, projeta a redução do crescimento brasileiro para 2,8%. Acrescento que a ONU projeta um crescimento econômico da ordem de 0,5% a 3%. Em 2008, internamente, o conglomerado Itaú/Unibanco acredita, para 2009, um crescimento de 2,5%. Em 2008, o Ministério da Fazenda estima o crescimento entre 5,8% a 6%. A retração econômica é, portanto, um fato determinante da perda de confiança tanto no circuito empresarial como no dos consumidores.

Ex-Ministro da Fazenda e Professor da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Carlos Bresser Pereira adverte: “A crise é muito séria e já atingiu o Brasil. Podemos agora reagir como um coelho e encostar em um canto ou com coragem”.

Eu acrescento: ou como um avestruz ...

Nos últimos anos, a economia teve expressivo crescimento, movida pelo consumo, fruto da estabilidade e do aumento do poder aquisitivo decorrente da melhora dos empregos e dos salários, agregado a uma grande expansão do crédito, realidade cuja continuidade se tornará impossível em 2009. Nesse final de 2008, o endividamento brasileiro cresceu na proporção de 70% na relação com o salário mensal. Hoje, a dívida do brasileiro é de dez salários na sua média nacional, o que eleva o risco da inadimplência.

O consultor financeiro Humberto Veiga, autor do trabalho que compara o descompasso da renda e o crescimento da dívida dos assalariados, acredita que, no cenário de desaceleração econômica, o endividamento ganhará contornos de inadimplência real. O cheque especial, cartão de crédito, financiamento de veículo, crédito pessoal, empréstimos imobiliários integram esse quadro fadado à ampliação dos inadimplentes.

Em 2009, por exemplo, a Associação Comercial de São Paulo, analisando a região metropolitana, principal mercado consumidor do País, projetando para o território nacional, constata que o quadro da inadimplência deverá piorar. A perda do dinamismo do emprego e da geração de renda agravarão a questão social.

Não adianta, portanto, o Governo e o seu Partido tentarem encontrar “bodes expiatórios” para a crise econômica que invadirá o ano de 2009. E não serão visões econômicas retrógradas, desatualizadas, que enfrentarão a conjuntura adversa.

Nessa hora, ao invés de buscar a popularidade fácil, é preciso credibilidade e audácia competente para superar o momento tormentoso. É fundamento, nessa travessia turbulenta, adequar a economia nacional para, no pós-crise, retomar um ciclo de crescimento sustentável.

No curto prazo, em face do desemprego, fortalecer a construção civil é um dos caminhos, priorizando o investimento no setor com geração de emprego, atacando o déficit habitacional e ampliando a estrutura urbana. Existem recursos garantidos do FGTS, além da poupança, que é um importante fundo de financiamento para a classe média. Investir na debilitada infra-estrutura brasileira é outro caminho que deve ser priorizado. Ao invés de eleger fantasmas ocultos, o dever do Governo é enfrentar a realidade, buscando garantir um desempenho razoável para a economia em 2009, abandonando as teorias conspiratórias. Nesse instante, o grande inimigo é a inépcia. Ousadia, portanto, é a palavra do momento. Que o Governo a tenha. É preciso ousar, sim, Senador Mão Santa, com medidas que radicalizam na direção de enfrentarmos com competência essa crise econômica que se abate sobre o País.

Senador Mão Santa, para concluir, quero registrar uma homenagem. Encaminhei à Mesa um requerimento pedindo a inserção em ata de um voto de aplauso ao advogado e professor René Ariel Dotti, de Curitiba, pela passagem dos seus 50 anos de atividade profissional e contribuição à cultura jurídica do Paraná e do Brasil, pelo que foi homenageado pela Associação dos Magistrados do Paraná com uma placa de bronze, afixada na entrada do Tribunal do Júri da capital.

O Professor René Dotti é orgulho sobretudo dos acadêmicos do Paraná. Os estudantes de Direito vêem no mestre René Dotti um exemplo.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero, desta tribuna, prestar homenagem ao amigo René Dotti, que foi Secretário de Cultura do nosso Governo. E certamente eu não encontraria ninguém mais prepa-

rado para o exercício desta função. Além de brilhante jurista, é um homem culto. Por isso, tem grande apego à ciência, à arte e à cultura. É também um homem das artes e por isso desempenhou a função de Secretário de Cultura do Paraná com muita competência. Certamente, deixou muitas saudades. As minhas homenagens, da tribuna do Senado Federal, a essa personalidade paranaense.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento do Senador Alvaro Dias, eu pediria permissão para complementar, já que ele advertiu o Presidente da República.

Eu tenho minhas crenças. Eu acredito em Deus, no amor e no estudo. Senador Alvaro Dias, Sócrates já dizia: “Só tem um grande bem, é o saber; só tem um grande mal, a ignorância”. E o estudo é velho lá na Grécia.

Quando Péricles governava a antiga Grécia, ele fez um programa de ensino Paideia, que permitiu a Sócrates, que nada tinha escrito, só falado, 500 a.C., a fazer a primeira academia, o *Academos*.

Então, eu transferiria isso ao nosso Presidente Luiz Inácio, que outro dia disse que infelizmente não tinha feito faculdade. Então, eu sintetizaria o que foi a primeira faculdade, o *Academos*, de Platão. Então, Platão recrutava a mocidade para estudar, Senador Alvaro Dias. E tinha três anos a Academia de Platão. No primeiro ano, ele chamava, colocava os jovens em uma sala e tinha escrito lá na parede para ficar na mente o ano todo. Além dos ensinamentos que ele ministrava, que tinha aprendido com Sócrates, ele tinha escrito lá para ficar na mente da juventude: Seja ousado. Muito bem, quanto àqueles que iam para o segundo ano, o Platão os esperava em outra classe e escreveu outra frase para que ficasse incutida na cabeça dos jovens da Grécia: Seja ousado. Viva cada vez mais.

Luiz Inácio, vamos até o terceiro ano e vamos terminar o *Academos*, de Platão. Aí no 3º ano, o último ano da Academia de Platão, ele chamava os jovens. Havia outra sala, Alvaro Dias. E lá havia uma parede, onde tinha escrito outra mensagem para incutir na cabeça dos jovens universitários da primeira faculdade.

Então, aí, a frase escrita: seja ousado, não em demasia.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Então, Luiz Inácio, Platão ensinou a ousadia com a prudência. É isto que nós recomendamos aqui: ousadia com prudência, que traduz aquela beleza do conteúdo do discurso de grande cultura... V. Exª está quase se tornando um estadista, discípulo de Fernando Henri-

que Cardoso, sendo luz para que o nosso Presidente Luiz Inácio tenha prudência.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas eu queria falar também, agora como médico, e ensinar que essa pesquisa de 70% não significa nada, nada, nada. Como médico, estudante de psicologia e neurolingüística, quero dizer que é do ser humano. O ser humano tem as suas necessidades básicas. Uma delas...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só não se esqueça de que estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ah, pois não. Está inscrito.

Uma dessas – V. Exª vai nos complementar – é o medo. Todo mundo tem medo.

Então, o brasileiro que não teve condições de frequentar faculdade – o Governo não garantiu –, e com o número de analfabetos, está com medo desse negócio de crise. Quem é que não tem medo? É um monstro que ele nunca viu. A massa da nossa população está toda com medo!

Então, vem uma mensagem que tira o medo e fica todo mundo satisfeito. Embora ela não seja verdadeira, ninguém quer a adversidade, ninguém quer dificuldade, ninguém quer enfrentar obstáculos. Ele deu essa mensagem e está todo mundo iludido de que nada vai acontecer. Estão aí esses 70%.

Mas para cair, não custa, quando não é baseado em um conceito de popularidade, na verdade.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em homenagem ao Paraná, que tem dois representantes aqui, a maioria na Casa, o Senador Flávio Arns fará uso da palavra. Em seguida, se V. Exª assim permitir, eu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não só permito, desejo e vou aprender muito com o pronunciamento de V. Exª.

Não vou dizer que quero que termine logo o seu discurso, mas V. Exª traduz a santidade da família Arns: Evaristo Arns, Zilda Arns e Flávio Arns. É aquele negócio de Pai, Filho e Espírito Santo. É um amor só.

V. Ex^a pode usar pelo tempo que achar conveniente e com a paciência do Papaléo, que está ali.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão Permanente de Saúde. Tantos debates, discussões e encaminhamentos tão bons têm acontecido na Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, que V. Ex^a preside, e os resultados têm sido muito bons.

Saúdo V. Ex^a também, Senador Mão Santa, e o Senador Alvaro Dias, que está sentado à mesa, amigo, companheiro do Paraná, Senador, ex-Governador do Estado, com quem tive a honra de trabalhar, de 1987 até 1990.

Dirigia, naquela época, com muito orgulho, o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação. E quero dizer para as pessoas com deficiência e para as famílias de pessoas com deficiência que essa área teve um apoio extraordinário, enquanto o Senador Alvaro Dias era Governador, e vem tendo, posteriormente, através de seu apoio a projetos de lei e emendas. Nesse sentido, a área teve, no período do Senador Alvaro Dias, na verdade, um avanço, eu diria, formidável, de descentralização, de implantação de serviços no interior. Centenas de programas foram abertos nas escolas comuns e convênios feitos com escolas especiais. E uma das coisas interessantes, já naquela época, há vinte anos, é que todos os professores que atuavam na área recebiam formação específica em educação especial, em cursos de especialização – na época, chamados de pós-graduação –, e também na modalidade de estudos adicionais, com duração de mil horas, em todo o Paraná, para que os professores atendessem bem as crianças, jovens, adultos, surdos, cegos, com deficiência mental, com autismo, um bom programa para crianças e jovens com altas habilidades, chamados, na época, de superdotados academicamente.

Senador Alvaro Dias, faço esta homenagem porque, quando as pessoas mencionam essas histórias todas, eu digo: “Olha, com relação a isso, já foi feito um esforço há vinte anos, mas temos que continuar fazendo”.

Que bom. Parabéns.

O Senador Alvaro Dias sabe que muito tem se falado no Estado do Paraná sobre os noventa anos de um jornal muito bom, de muita influência, de muita penetração e seriedade, que é o jornal **Gazeta do Povo**, que está no caminho de uma trajetória de noventa anos de existência.

E é por isso, Sr. Presidente, que gostaria de ler uma pequena reflexão sobre o jornal, o registro da pas-

sagem de seus noventa anos. E peço que esta reflexão conste dos Anais da Casa, que seja publicada de acordo com o Regimento e que sirva para todos pensarmos um pouco mais sobre o papel relevante que os meios de comunicação desempenham em nosso meio.

Muito mais do que um simples registro da passagem dos noventa anos de existência do jornal paranaense **Gazeta do Povo**, este pronunciamento tem por objetivo reconhecer a importância da comunicação social, especialmente nos nossos dias.

Diz-se que vivemos nos tempos da comunicação, e é verdade. É a comunicação que possibilita a transformação do mundo num só mundo, rompendo as barreiras do isolamento, tornando cada pequeno pedaço deste imenso planeta vizinho de todos, como se fosse uma cidade bem próxima da nossa ou mesmo um bairro da nossa cidade.

A informação é instantânea e traz ao nosso conhecimento tudo que está acontecendo, agora, em qualquer parte do mundo. Talvez possamos considerar a comunicação como um dos principais fatores do que se convencionou chamar de globalização. Porém, muito mais do que uma simples notícia, este aspecto globalizado está mexendo com a própria maneira de ser das pessoas e das comunidades humanas. Alguns estudiosos até se perguntam se estávamos preparados para receber todo este volume de informações.

Quando as pessoas moravam no seu canto, na sua aldeia, viviam a sua própria vida e, no máximo, da pequena comunidade, todos se conheciam, e o problema que atingia uma família repercutia sobre todas. Havia o senso de sensibilidade que conduzia a atitudes de solidariedade e de presença.

Diante deste fato, ao mesmo tempo em que se confirma a importância dos meios de comunicação, um grande desafio se apresenta para os mesmos: ajudar a construir a globalização da solidariedade, que implica na mudança de mentalidade não só dos responsáveis por governos, mas de todas as pessoas. Essa mudança conduzirá a novas atitudes diante da condução da coisa pública, à nova participação popular, assim como a uma nova maneira de ser das empresas nas relações entre gestores e trabalhadores.

Esse processo implicará em cada vez maior intercâmbio entre o meio de comunicação e a população. O meio assumindo concretamente o papel de veículo não só de comunicação como de expressão da cidadania. Nesse sentido, estará também exercendo forte influência cultural, auxiliando o desenvolvimento, abrindo caminhos para a construção de uma convivência harmônica e justa, que repele toda discriminação e exclusão.

Fazendo estas reflexões, entendemos a importância de um jornal com a expressão não só quantitativa, mas qualitativa, que tem a **Gazeta do Povo** no contexto da vida de nosso Estado do Paraná, ainda mais considerando a sua longa presença na vida de nosso povo.

Muitos aspectos do que acima colocamos aparecem quando se ouve das pessoas a expressão: “Leu o nosso jornal?” ou “Encontrei tal conteúdo no nosso jornal”. Quando as pessoas se expressam dessa forma, falam de uma relação quase afetiva com o jornal, considerando-o como parte de sua própria história.

Por tudo isso, quero registrar a nossa consideração e o nosso reconhecimento a todas as pessoas que fazem acontecer a **Gazeta do Povo** e, especialmente – sempre presente e sempre lembrado –, ao seu Diretor, por tantos anos, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, e a seus familiares, que, valentemente, vêm trazendo viva essa chama, sempre abertos a refletir os sinais dos tempos e a adequar o jornal, para que seja uma resposta aos anseios de toda uma comunidade. Desejo que encontrem sempre forças e motivações, para continuarem tão grandiosa e útil obra.

Fica aqui, Sr. Presidente, o registro e a reflexão que propusemos e, principalmente, a mensagem de parabéns aos que, durante esses 90 anos, vêm contribuindo, para contar a história do Paraná.

Nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria de dar como lido este pronunciamento.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Que ele seja registrado nos Anais, para que esta homenagem ao jornal seja também uma iniciativa do Senado Federal.

Com prazer, dou a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Flávio Arns, primeiramente quero agradecer. V. Ex^a, com a generosidade já conhecida, sensibilizou-me com palavras bondosas. Gostaria de retribuir, porque V. Ex^a sempre revelou uma grandeza incomum: caráter, personalidade, respeito às pessoas e uma dedicação incomparável à causa dos menos favorecidos, especialmente daqueles que V. Ex^a representa com tanto denodo e entusiasmo, que são os portadores de deficiência. Gostaria de registrar – aliás já o fiz em outras oportunidades – este reconhecimento de ser V. Ex^a a principal voz, a voz mais autorizada, a mais forte e competente, na defesa dessas pessoas. Receber palavras tão elogiosas de V. Ex^a é para mim uma enorme honra. Foi um prazer incomparável ter V. Ex^a trabalhando ao nosso lado, no setor de ensino especial da Secretaria de Educação,

onde V. Ex^a se revelou competente e dedicado. Aliás uma das lideranças das Apaes no Paraná certa vez me disse na cidade de Ibiporã – e V. Ex^a sabe quem é – que eu era o culpado: eu é que descobrira Flávio Arns, por isso ele era um eleitor, um defensor e um cabo eleitoral de Flávio Arns. Eu lhe disse: “Parabéns, acho que escolheu muito bem o seu representante”. Quero também, Senador Flávio Arns, associar-me a V. Ex^a na homenagem que presta ao jornal **Gazeta do Povo**, especialmente a essa figura ímpar de jornalista e empresário, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, uma figura respeitável da imprensa paranaense, sobretudo pelo caráter, pela personalidade e pelo espírito de justiça, por ser um paranista autêntico, alguém que dedicou a sua vida na defesa do interesse público paranaense. O Dr. Francisco Cunha Pereira sempre foi um defensor das causas do nosso Estado, Senador Papaléo Paes. Por exemplo, com os **royalties** de Itaipu, quando era Governador, ele contribuiu extraordinariamente, para que pudéssemos fazer com que ficasse no Paraná parte dos recursos arrecadados no Parque Nacional do Iguaçu. Enfim, em todas as causas paranistas, estava ele à frente, como um homem de comunicação, um homem de imprensa, e a **Gazeta do Povo** nada mais é do que o seu retrato. A **Gazeta do Povo** é a continuidade da sua luta, com um modelo de imprensa que ele idealizou. Por isso, V. Ex^a faz muito bem, ao trazer esta homenagem à tribuna do Senado Federal, e eu me associo a V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, gostaria de solicitar que o posicionamento do Senador Alvaro Dias, pela propriedade e pelo envolvimento com o jornal, com o Dr. Francisco Cunha Pereira, seja incorporado ao meu pronunciamento, para constar dos Anais.

Só quero lembrar, se V. Ex^a me permite, que o Senador Alvaro Dias fez menção a uma pessoa de Ibiporã, cujo nome quero declinar, que é o Dr. Justino Alves Pereira, ex-Deputado Federal, Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde anos atrás, Secretário de Saúde, naquela época, do Estado do Paraná, pai de uma mulher com deficiência mental...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – ... de cinquenta e tantos anos. Mas gostaria de dizer a toda a sociedade brasileira que o Dr. Justino Alves Pereira é uma daquelas pessoas que faz parte – diria – de um conjunto enorme de pessoas que se dedicam, com todo ardor, com toda competência, com todo amor, a que a cidadania seja construída.

Neste momento, o Dr. Justino Alves Pereira, de Londrina, da Apae de Ibiporã – que foi muito auxiliada por V. Ex^a, pelos belos serviços que faz –, está com muitas dificuldades de saúde. E nós do Senado, de Brasília e do Brasil inteiro nos voltamos para ele, para a esposa, para a Ildemã, para a filha, para a Marcinha, que é aluna da Apae e trabalha na Apae, e para os outros filhos e netos, dizendo: “Olhem, estamos juntos. Queremos que melhore, que tenha forças, que tenha esperança”.

O Brasil precisa dessas pessoas mesmo, dessas centenas de milhares que, como bons brasileiros, lutam como voluntários, para que a cidadania aconteça em nosso País. E o Dr. Justino Alves Pereira, para mim e para V. Ex^a, como foi colocado, é um exemplo, uma referência nessa área.

Então, o nosso grande abraço ao Dr. Justino Alves Pereira, de Londrina, pelo exemplo. Quer dizer, cita-se alguém de Londrina, do Paraná, mas para se dizer que há muita gente boa pelo Brasil, fazendo um trabalho extraordinário.

Muito obrigado pela lembrança, pelo aparte.
Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito mais do que um simples registro da passagem dos noventa anos de existência do jornal paranaense **Gazeta do Povo**, este pronunciamento tem como objetivo reconhecer a importância da comunicação social especialmente nos nossos dias.

Diz-se que vivemos nos tempos da comunicação e é verdade. É a comunicação que possibilita a transformação do mundo num só mundo, rompendo as barreiras do isolamento, tornando cada pequeno pedaço deste imenso planeta vizinho de todos, como se fosse uma cidade bem próxima da nossa ou mesmo um bairro da nossa cidade. A informação é instantânea e traz ao nosso conhecimento tudo o que está acontecendo, agora, em qualquer parte do mundo. Talvez possamos considerar a comunicação como um dos principais fatores do que se convencionou chamar de globalização.

Porém, muito mais do que uma simples notícia, este aspecto globalizado está mexendo com a própria maneira de ser das pessoas e das comunidades humanas. Alguns estudiosos até se perguntam se estávamos preparados para receber todo este volume de informações. Quando as pessoas moravam no seu canto, na sua aldeia, viviam a sua própria vida e, no máximo, da pequena comunidade, todos se conheciam

e o problema que atingia uma família repercutia sobre todas. Havia o senso de sensibilidade que conduzia a atitudes de solidariedade e de presença.

Diante deste fato, ao mesmo tempo que se confirma a importância dos meios de comunicação, um grande desafio se apresenta para os mesmos: ajudar a construir a globalização da solidariedade, que implica na mudança de mentalidade não só dos responsáveis por governos, mas de todas as pessoas. Esta mudança conduzirá a novas atitudes diante da condução da coisa pública, à nova participação popular, assim como a uma nova maneira de ser das empresas nas relações entre gestores e trabalhadores.

Este processo implicará em cada vez maior intercâmbio entre o meio de comunicação e a população. O meio assumindo concretamente o papel de veículo não só de comunicação como de expressão da cidadania. Neste sentido, estará também exercendo forte influência cultural, auxiliando o desenvolvimento, abrindo caminhos para a construção de uma convivência harmônica e justa, que repele toda discriminação e exclusão.

Fazendo estas reflexões, entendemos a importância de um jornal com a expressão não só quantitativa, mas qualitativa que tem a **Gazeta do Povo** no contexto da vida de nosso estado, ainda mais considerando a sua longa presença na vida de nosso povo. Muitos aspectos do que acima colocamos aparecem quando se ouve das pessoas a expressão: “leu o nosso jornal?” ou “encontrei tal conteúdo no nosso jornal”. Quando as pessoas se expressam desta forma, falam de uma relação quase afetiva com o jornal, considerando-o como parte de sua própria história.

Por tudo isso, quer registrar a nossa consideração e o nosso reconhecimento a todas as pessoas que fazem acontecer a **Gazeta do Povo** e, especialmente, seu Diretor, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, e seus familiares que valentemente vêm trazendo viva esta chama e sempre abertos a refletir os sinais dos tempos, adequar o jornal para que seja uma resposta aos anseios de toda uma comunidade, desejando que encontrem sempre forças e motivações para continuar tão grandiosa e útil obra.

Fica aqui o registro e a reflexão que propusemos e, principalmente, a mensagem de parabéns a todos os que, durante esses 90 anos, vêm contribuindo para contar a história do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Flávio Arns, que representa o Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná, convidamos para usar da palavra o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a poderá usar a tribuna, pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar V. Ex^a, Sr. Presidente, e os Srs. Senadores aqui presentes. Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero registrar a presença dos Vereadores João Freire Júnior e Antônio Carlos Toninho de Freitas, do Município de Linhares, Espírito Santo. São Vereadores que estão aqui na expectativa da votação da PEC nº 20.

Realmente, segundo as informações dos Vereadores aqui presentes, não há, como V. Ex^a disse no início da sessão, nenhum Município cujo Prefeito tenha tido alguma sobra da câmara de vereadores por ter diminuído o número de vereadores, não há nenhum, e é o que os vereadores aqui presentes comentavam comigo.

Então, nós vamos aguardar. Acredito que essa PEC vai corrigir o erro cometido anteriormente, que é aquele momento inadequado para a apresentação de algumas alterações na lei, mas vai deixar essa situação bem às claras e fazer justiça aos municípios injustiçados.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 22 de agosto de 2002, foi criado, por meio de decreto do Presidente da República, o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque.

A área desse Parque Nacional é de quase três milhões e 900 mil hectares, abrangendo parcelas dos territórios de seis Municípios, Senador Mão Santa – nós temos dezesseis, no Amapá: Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, esses do Estado do Amapá. Os percentuais dos territórios desses Municípios incluídos na área do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque variam entre 29%, que é o caso do Município de Calçoene, e 72%, que é o caso do Município de Serra do Navio.

Trata-se da maior unidade de conservação de floresta tropical do mundo. Em relação ao Estado do Amapá, o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque representa cerca de 27% do território estadual. A soma de sua área aos quatro milhões e 400 mil hectares de outras áreas indígenas, parques e reservas biológicas e estações ecológicas totaliza algo em torno de 58% de todo o território amapaense.

A região abrangida pelo Tumucumaque abriga as nascentes de todos os principais rios do Amapá, entre os quais se destacam o rio Oiapoque, o rio Jari e o rio Araguari. Este último é, por sinal, o mais estratégico curso d'água do Estado, pelo fato de ser o seu maior fornecedor de energia e de água para abastecimento

urbano. E é, repito, o mais estratégico exatamente porque ele vai participar da geração de energia elétrica na nossa usina Coaracy Nunes.

Como todos os parques nacionais, o do Tumucumaque é uma unidade de conservação enquadrada, de acordo com a Lei nº 9.985, de 2000, na categoria de unidade de proteção integral. Nessas, como se sabe, é admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato de que mais da metade da área do seu Estado abriga unidades de conservação – seja de proteção integral ou de uso sustentável – constitui, por certo, um laurel para o povo amapaense, na medida em que o coloca na vanguarda da gestão responsável dos recursos naturais amazônicos.

Não se pode deixar de ter em mente, contudo, as restrições a que se sujeitam as atividades econômicas no interior dessas unidades, conquanto se compreenda que tais restrições são indispensáveis aos objetivos de preservação do meio ambiente com vistas aos quais as unidades de conservação foram criadas. Elas dificultam sobremaneira a capacidade de geração de emprego e renda no Estado do Amapá.

Segundo a já mencionada Lei nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os Municípios amapaenses que têm áreas nos limites do Tumucumaque ficam impedidos de dispor de parte considerável de seus territórios para a implementação de atividades produtivas fundamentais na exploração direta dos recursos naturais. E, Sr. Presidente, como se sabe, a economia de toda aquela região está baseada no extrativismo mineral e vegetal, e na agropecuária.

Nessa medida, a existência do Parque Nacional em seus territórios constitui sério obstáculo ao desenvolvimento dos Municípios envolvidos. Afinal, a impossibilidade de explorar, em grande parte de seus territórios, os recursos naturais existentes afeta a economia local e, conseqüentemente, a possibilidade de geração de emprego e renda.

Sr. Presidente, atento a essa realidade, o Senador José Sarney apresentou, no ano de 2004, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 107, que “institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque” ou poderemos abreviar dizendo “Plano do Entorno do Tumucumaque”.

A proposição visa suprir, no âmbito específico daquele Parque Nacional, uma lacuna da legislação

que institui o “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”. Ocorre que a Lei nº 9.985, de 2000, embora estabeleça critérios e regras para a criação, a implantação e a gestão das unidades de conservação, deixou de definir, em seu escopo, incentivos às populações locais para que desenvolvam suas atividades econômicas em consonância com os objetivos de preservação da unidade de conservação que ocupa o território de suas localidades.

No caso específico dos Municípios do entorno do Tumucumaque, salta aos olhos a justiça da concessão de incentivo que lhes permita adotar formas alternativas de produção, associadas à preservação ambiental e, portanto, de caráter sustentável, capazes de garantir à população local não só a subsistência, mas também condições de melhoria da sua qualidade de vida.

Com efeito, o plano de desenvolvimento previsto no PLS nº 107 representa um mecanismo justo, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista social. Trata-se, a rigor, de dotar os habitantes dos Municípios do entorno daquele Parque Nacional de recursos que lhes são inalcançáveis pelas vias convencionais do empreendedorismo.

O projeto prevê, em seu art. 4º, tratamento preferencial por parte das instituições de assistência técnica e de crédito federais, bem como daquelas que recebem recursos da União aos programas e empreendimentos ecologicamente sustentáveis localizados naqueles Municípios. Determina, outrossim, a aplicação de taxa de juros diferenciada nos empréstimos oficiais destinados a esses empreendimentos.

Mediante modificação a ser introduzida na lei que dispõe sobre política nacional do meio ambiente, o projeto do Senador José Sarney propõe novo critério para a repartição dos recursos financeiros destinados a programas e empreendimentos de infra-estrutura, turísticos, culturais e agroindustriais, bem como aqueles destinados à proteção, regularização e manejo das unidades de conservação.

Peço-lhe, Sr. Presidente, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode ficar, até porque não lhe vai faltar tempo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Segundo a proposta, a União passará a levar em conta, como elemento preponderante na repartição desses recursos, a percentagem do Estado coberta com unidades de conservação de proteção integral.

O Anexo ao Projeto de Lei apresenta, sob o título “Proposições Estratégicas”, um extenso rol de linhas de ação a serem desenvolvidas no contexto do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável dos Muni-

cípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Todas essas linhas de ação deverão ser adaptadas ao diagnóstico social e econômico de cada um dos Municípios. Entre elas, destacam-se: a diversificação dos sistemas produtivos vinculados à agricultura e à pecuária em bases sustentáveis, com aumento da produtividade, agregação de valor e inovação; a realização de ordenamento das atividades produtivas, de modo a conciliar a exploração das potencialidades com a preservação dos ecossistemas; a realização de pesquisas direcionadas ao desenvolvimento tecnológico com vistas à geração de conhecimento e de formas de uso sustentável dos recursos naturais, adaptadas à realidade local; e a expansão do Distrito Industrial de Macapá rumo ao interior do Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentado em 2004, o PLS nº 107 já logrou aprovação nesta Casa. Encaminhado à egrégia Câmara dos Deputados, o Projeto já mereceu aprovação de suas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Desenvolvimento Econômico, Industrial e Comércio; e da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Em cada uma dessas comissões, o PLS nº 107 foi objeto de aprofundados debates e recebeu aperfeiçoamentos.

O PLS do Senador Sarney, que tramita na Câmara com o número 5.995, de 2005, ainda será submetido às Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

O apelo que dirijo aos ilustres Parlamentares integrantes desses órgãos colegiados é no sentido de que dêem celeridade à tramitação da matéria, pois a iniciativa do Senador José Sarney constitui medida de cristalina justiça para com os Municípios que cederam partes significativas de seus territórios para a criação do Parque do Tumucumaque.

Esses Municípios ficaram impedidos de realizar atividades produtivas baseadas na exploração direta dos recursos naturais, tais como o extrativismo mineral e vegetal, naquelas extensas parcelas de seus territórios. Existe, portanto, a necessidade de que a União, responsável pela criação do Parque, bem como por sua administração, articule esforços, mediante a instituição de um plano de desenvolvimento regional, com vistas à promoção do fortalecimento das economias municipais. Só assim será possível viabilizar a preservação da biodiversidade naquela unidade de conservação, sem sacrificar o direito do povo amapaense a uma vida melhor.

A instituição do Plano do Entorno do Tumucumaque insere-se no contexto das medidas compensatórias que podem ser direcionadas a Estados e Municípios

em virtude da criação, por parte do Governo Federal, de áreas protegidas em seus territórios. Esse é o único caminho para que se proporcionem meios para a conservação da biodiversidade da região sem que se prejudique o seu desenvolvimento econômico.

Por fim, desejo mencionar dois projetos de lei de minha autoria cujo conteúdo está intimamente relacionado a essa proposição que institui o Plano do Entorno do Tumucumaque.

Refiro-me ao PLS...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não se preocupe, não vai faltar tempo. A única razão de eu estar na Presidência é garantir o tempo que V. Ex^a deseja, em respeito a V. Ex^a e ao Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não estava atento para essa determinação de V. Ex^a. Obrigado.

Por fim, desejo mencionar dois projetos de lei de minha autoria cujo conteúdo está intimamente relacionado a essa proposição que institui o Plano do Entorno do Tumucumaque. Refiro-me ao PLS n^o 319, de 2005, e ao PLS n^o 320, de 2005. O primeiro determina que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. O segundo determina que, na aplicação de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, seja dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em Municípios que possuam parte de seus territórios dentro dos parques nacionais.

Essas são, também, Sr. Presidente, proposições que, uma vez aprovadas e sancionadas, muito contribuirão para o desenvolvimento dos Municípios que possuem parte de suas áreas dentro de parques nacionais. Os projetos de minha autoria são complementares entre si. São, ainda, iniciativas que concorrem para os mesmos objetivos colimados pelo projeto do Senador José Sarney.

Ressalto que a finalidade dessas três proposições é meramente a de fazer justiça, compensando aqueles Municípios que padecem de entraves ao seu desenvolvimento econômico em virtude de terem parcelas de seus territórios ocupadas por unidades de conservação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Disse muito bem em seu pronunciamento em defesa do Estado do Amapá, tão bem representado por V. Ex^a.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Gilberto Goellner, de Mato Grosso.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de cumprimentar o Senador Papaléo pelos projetos de lei que encaminha e que estão em aprovação.

Vejo que também o Estado de Mato Grosso possui Municípios que precisam, sim, de compensação para seu desenvolvimento. São Municípios inteiros, como o de Gaúcho do Norte, onde mais de 50% do território está com o Parque Nacional do Xingu.

Sabemos da importância do Parque do Xingu para o Brasil e para o mundo, mas o Município se resente das condições fundamentais para o seu desenvolvimento, porque, dos 50% restantes, 80% precisam ficar em reserva. Então, sobram para o Município 10% da sua área.

E são prefeituras que não possuem condições mínimas de auxiliar a produção local. Projetos como o Projeto Seringueiras, instalado há 15 anos, já por incentivo do saudoso Senador Jonas Pinheiro, ainda hoje estão lá e precisam de incentivo, inclusive para aumentar a produção dessa cultura de suma importância para o País, o que daria, então, à região de floresta, à Região Amazônica condição de se restabelecer essa atividade econômica, dando condições à população local de subsistir economicamente. São projetos de integração, realmente de ocupação com essências da Amazônia, com atividades substanciais. O Brasil hoje precisa importar 70% da borracha que consome. Então nós precisamos desenvolver.

Esse é um projeto que vai ter a aprovação, realmente, a simpatia de toda a Casa devido à importância da compensação aos Municípios que possuem as unidades de conservação. Nós estaríamos, então, com as multas ambientais, e agora o Decreto 6.686, que é uma reedição do 6.514, vai possibilitar uma regulamentação maior das penas ambientais, fazendo com que a aplicação desses recursos se dê preferencialmente... Eu não conheço o inteiro teor do seu projeto, mas vejo que essa compensação a esses Municípios que recebem, que têm, que possuem esses parques, essas unidades de conservação vai ser muito importante para o País. São Municípios que realmente precisam de auxílio financeiro, de compensação do Governo Federal.

Meus parabéns, Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, de acordo com a inscrição, o Senador Cristovam Buarque, que representa o PDT e o Distrito Federal. E, se Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio atender ao apelo do povo brasileiro, ele será o nosso

representante na Unesco. Somente comparável a presença de Cristovam na Unesco é a presença do nosso patrono Rui Barbosa em Haia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, muito obrigado, Senador Mão Santa, por esse comentário.

Mas, Senador, eu vim falar aqui sobre algo que pode parecer inusitado a uma Casa Legislativa. Vim falar sobre a lógica.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A lógica?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Lógica, coisa que o senhor deve gostar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É, Descartes falou, não esclareceu bem. Disse: “penso, logo existo”, coordenada cartesiana. Agora V. Ex^a vai complementar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – No nosso caso, eu vim falar sobre a morte da lógica. Quando a gente lê os jornais hoje, a sensação que fica é que morreu a lógica, e não só no Brasil. E vou dar alguns exemplos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Presidente Cristovam, desculpe interrompê-lo, porque, regimentalmente, às 18h30 terminaria. Mas V. Ex^a precisa, como último orador inscrito, de quanto tempo? Porque quero prorrogar de acordo com o desejo de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Vinte minutos, e vai sobrar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois 30 minutos, com margem de segurança, na esperança de que V. Ex^a preencha os 30 minutos para educar o nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, será que o povo brasileiro não está sentindo uma falta de lógica na maneira como as coisas estão acontecendo e os jornais estão dando? Primeira delas: o mundo inteiro hoje fala o tempo todo da crise ecológica, do aquecimento global e dá idéia de que esse aquecimento global vem sobretudo da emissão de dióxido de carbono que sai dos automóveis. Isso é uma preocupação geral.

E como é que se explica que o mundo inteiro hoje está colocando bilhões de dólares para salvar as indústrias automobilísticas, que geram dióxido de carbono, que poluem a atmosfera e que provocam o aquecimento global? Há alguma coisa errada, alguma coisa não está batendo do ponto de vista lógico.

Nós estamos preocupados com o aquecimento global, que vem das emissões que saem dos automóveis, ou nós estamos preocupados com a crise que

impede a venda de mais automóveis? As duas coisas, não é possível que elas estejam juntas! Há uma crise de lógica nessa maneira de pensar.

E no Brasil? Nós temos visto a luta que o Governo faz para impedir o reajuste dos aposentados, e há uma manifestação clara de que não há recursos, de que haverá um estouro da Previdência e de que esse estouro da Previdência contaminará o equilíbrio fiscal do País.

Mas, ao mesmo tempo em que o Governo insiste na impossibilidade disso, a gente vê o Governo colocando bilhões de reais para salvar indústrias, para salvar bancos. Alguma coisa não está batendo nessa lógica! Existe ou não existe dinheiro?

Outra, Sr. Presidente, que parece muito estranha: como é possível que a gente veja governo de Estado dizendo que não tem condições de pagar o piso salarial do professor e, ao mesmo tempo, dando incentivos fiscais para que as indústrias não sofram os efeitos da crise. A lógica não bate: falta dinheiro ou não falta dinheiro?

Também não bate, do ponto de vista lógico, a idéia de que não havia dinheiro antes da crise para fazer a revolução educacional de que se precisa. Depois da crise, existe dinheiro para investir em setores que estão ameaçados pela crise.

Há alguma coisa errada nessa lógica, Senador Mão Santa.

E outra coisa: onde está a lógica que, até pouco tempo atrás, nos dizia que o setor mais eficiente, de maiores lucros deste País eram os bancos? E, agora, os bancos aparecem como necessitando de apoio financeiro do Tesouro ou do Banco Central.

A lógica não está batendo neste País e nem mesmo no mundo inteiro. Há uma crise na lógica. A lógica parece que morreu diante de contradições que fazem a gente perceber que não entende as coisas: falta dinheiro ou sobra dinheiro? Existe um problema de aquecimento global ou existe o problema de poucos automóveis nas ruas? O que a gente está querendo: fazer com que haja necessidade de rodízio de automóveis, porque não cabem mais automóveis nas ruas de São Paulo, e aí só circulam, num dia, os que têm placa ímpar e, no outro dia, os que têm placa par, ou a gente precisa vender mais automóveis ainda?

Onde está a lógica? Precisamos de mais carros ou se precisa do rodízio? Dos dois não é possível! Há uma contradição que a gente precisa entender melhor.

Não bastam essas contradições.

Qual é a lógica, Senador Mão Santa, se existe uma tremenda crise, no fato de o Presidente estar mandando a gente comprar produtos? Quando se tem crise é porque a gente não está podendo comprar os

produtos. Onde está a explicação dessa falta de lógica? Alguma explicação deve haver, e eu vou tentar dar uma explicação.

Como a gente pode entender a falta de lógica, num País que não cumpre as metas educacionais modestíssimas, que, mesmo cumpridas, deixarão o Brasil como ainda um dos países mais atrasados do mundo? Mesmo cumprindo as metas, o Brasil continuará sendo um dos países mais atrasados do mundo. São metas tímidas; mesmo assim, a gente não cumpre.

Não há dinheiro para a educação, mas há dinheiro para salvar montadoras, há dinheiro para incentivar o consumo. Onde está a lógica disso? Onde está a lógica, Sr. Presidente, num País que não tem sapato popular e tem automóvel popular? Qual é a lógica desta expressão “carro popular”? “Popular” significa aquilo a que a maioria tem acesso, “popular” significa aquilo que é do acesso do povo inteiro. Por R\$26 mil o povo inteiro tem acesso a um carro?

Há algo que não está batendo bem na lógica no Brasil. A sensação é de que ela morreu. E mais do que isso: a crise que a gente vive começou a arrebentar pelo setor financeiro. Mas o setor financeiro é absolutamente necessário para dinamizar as vendas dos produtos caros da indústria. Não há como vender produtos caros só com o dinheiro que as pessoas têm nos bolsos. Elas têm que comprar postergando pagamento, por meio do financiamento bancário ao vendedor; e, depois, o comprador paga aos bancos. Se a crise veio de uma alavancagem – alavancagem significa emprestar mais do que é possível –, de uma alavancagem do banco que, irresponsavelmente, emprestou mais do que podia, como é que agora a gente quer que eles continuem emprestando para continuar vendendo produtos caros que precisam de financiamento? Ou seja, alguma coisa não está batendo.

Ou houve uma crise financeira por conta da irresponsabilidade bancária, da alavancagem exagerada que os bancos fizeram – e se houver é hora de reduzir o papel dos bancos, ou não há. As duas coisas ao mesmo tempo é difícil de a gente entender.

Aí, Sr. Presidente, tento explicar a lógica da falta de lógica. A lógica da falta de lógica está em que o sistema não tem lógica. Nós temos um sistema econômico, um sistema produtivo que não tem lógica, porque ele é implicitamente depredador da natureza, ele carrega dentro dele as ferramentas necessárias para o aquecimento global. Então, é preciso vender mais carros mesmo que digamos que queremos reduzir o aquecimento global. Nós trabalhamos num sistema que carece de lógica e, aí, é que entram os dois caminhos para sair da crise: o caminho de tapar o buraco que está aí, com toda a ilógica do sistema,

ou o caminho de buscar um novo rumo, o caminho da pá que tapa o buraco ou o caminho da bússola que define um novo rumo.

Nós insistimos na idéia de continuar na mesma lógica ilógica do sistema que a gente tem. E aí a gente entra nessas contradições terríveis de não ter dinheiro para pagar os aposentados, mas ter dinheiro para salvar os bancos, porque, de fato, é preciso salvar os bancos, porque, de fato, é preciso continuar vendendo automóveis neste sistema que está aí.

Pensem outro; pensem uma saída que não seja apenas um arranjo momentâneo para dar a impressão de desafogo diante da crise que a gente atravessa. Pensem um rumo novo que faça com que a economia seja capaz de sobreviver, de crescer sem aquecer o Planeta, sem concentrar a renda, sem quebrar os bancos, sem gerar endividados. Pensem um novo rumo, e esse rumo existe. É aproveitar a própria crise da economia e a lógica dessa economia, desse sistema que carrega dentro dele o suicídio – ele carrega dentro dele o suicídio e as soluções são apenas adiamentos do suicídio –, para um modelo baseado nos produtos que não pressionam os bancos, que não pressionam o meio ambiente, que não geram crises há cada tanto tempo, como cada um da gente vem atravessando ao longo da nossa vida. Uma economia que procura, em primeiro lugar, atender a demanda daqueles que estão na base e não daqueles que estão no topo; uma economia que procura valorizar a produção dos bens invisíveis, culturais, educacionais, que não pressionem o meio ambiente, que não gerem pressão sobre os bancos. E isso é possível, ou seja, é possível dar lógica a um novo sistema. No sistema que está aí, a gente vai ter de conviver com essa sensação angustiante, ao ler os jornais, de que a lógica morreu, de que o que se diz hoje é diferente do que se diz amanhã; de que o que se diz hoje e o que se diz amanhã não batem, não se somam, em que parece que ficou todo mundo doido, sem saber qual é a realidade. Existe uma crise ou existem mais compras, como se está mandando fazer? Existe aquecimento global ou existe falta de automóveis nas ruas?

Esta Casa, Senador, deveria se debruçar, durante horas e horas, nas suas Comissões, aqui no plenário, para discutir não apenas como colocar algumas pás cheias de dinheiro no forno dos nossos bancos, mesmo que seja preciso. Mas que não seja só isso, que seja para pensar o pós, o depois, o amanhã e dizer: “Não adianta querer resolver o problema que nós atravessamos apenas enfrentando o imediato”. Temos de ter a coragem, temos de ter a lucidez, temos de ter a liderança, a qualquer custo, inclusive de perder mandatos por falta de votos ao dizer coisas que parecem

desvinculadas da realidade, mas temos de ter a coragem, a liderança de propor novos rumos.

Eu insisto em que esse novo rumo vai exigir muito mais do que alguns reais ou dólares a mais circulando na economia, para, no velho sistema keynesiano tradicional, dinamizar a demanda, seja por meio da redução dos impostos, deixando o dinheiro nas mãos dos consumidores, seja por meio de mais dinheiro do setor público para os bancos, que transferirão isso ao consumidor para que ele compre mais e a indústria continue crescendo, mesmo que seja um crescimento ilógico, porque depredador da natureza, porque concentrador da renda, porque inviável no longo prazo, porque durará até uma nova crise, em que, se não tivermos medo, poderemos até fixar o prazo em alguns anos daqui para frente.

Esta Casa precisa se debruçar não apenas sobre o problema do dia-a-dia, mas também sobre o problema da lógica ou até, melhor dito, da falta de lógica, para a qual estamos tentando encontrar saídas imperfeitas, provisórias, temerárias, em vez de procurar as respostas definitivas, permanentes, carregadas de justiça e de equilíbrio ecológico que este País pode trazer, a fim de servir, a partir daqui, de exemplo para o mundo inteiro.

Lamento que uma figura com a capacidade de liderança que tem o nosso Presidente Lula não esteja, além de pensar o dia-a-dia como gerente, que é obrigação dele, trazendo também uma dimensão maior, de estadista, para o futuro distante, para o momento seguinte a passar esta crise, que é temporária e, ao mesmo tempo, permanente. É temporária nas suas circunstâncias conjunturais e permanente nas suas características intrínsecas, nas entranhas de um sistema ilógico e, portanto, fadado ao fracasso.

O Presidente Lula poderia fazer um debate muito mais profundo do que aquele que ele tem feito apenas com os economistas, apenas com os empresários, apenas para o curto prazo. Deveria ampliar esse debate e chamar a sociedade para discutir que País a gente quer para daqui a vinte anos, não para daqui a vinte semanas, como é a discussão que a gente faz; ou para daqui a vinte meses, que é a data, o tempo que nos falta para a eleição presidencial, como se quiséssemos, em vez de construir um País novo, apenas ganhar tempo; em vez de transformar o País, apenas ganhar uma eleição.

Esta Casa tem uma responsabilidade maior do que aquilo que estamos fazendo no dia-a-dia: de pensar o além da crise, e não apenas o momento da crise.

Eu gostaria de ver este debate aqui. Sei que é difícil a gente fazer isso, até pela sensação de frustração, de inoperância por que a gente, muitas vezes,

passa; até por essa sensação de que ficamos obsoletos, como um Poder secundário na República. Mesmo assim, vou continuar insistindo que cabe a esta Casa, mais do que a qualquer outra, pensar o Brasil do futuro, pensar o Brasil do além-crise, pensar o Brasil do além 2010, pensar o Brasil do futuro e, para isso, tentar recuperar a lógica de como funciona o sistema, porque, com a lógica morta, como a gente vive hoje, não há nenhum futuro possível de ser construído.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para colocar aqui no tempo que o senhor me permitiu: tentar trazer esta Casa a uma reflexão e a tomar posições sobre como fazer com que no Brasil a lógica funcione.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, com esse pronunciamento, consolidou que o Poder Legislativo deva ser o pilar mais forte dos Três Poderes. Aqui é a sabedoria. V. Ex^a evocou Descartes, que disse: “Penso, logo existo”, e V. Ex^a nos chamou a refletir sobre a condição e a valorização.

Para continuar essa cena de pilar mais importante, daqui vai uma mensagem ao Poder Executivo, de Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio: esse é o homem que o País quer que nos represente na Unesco. Será uma representação tão brilhante, tão brilhante, tão brilhante quanto a do início da República, quando os homens do poder se curvaram a Rui Barbosa e ele nos representou em Haia, mostrando que o mundo pode ter paz, pode ter o Direito Internacional.

São essas as nossas palavras. V. Ex^a enriquece o nosso Poder. Mas V. Ex^a deve ser não só do cenário – que é muito para nós – do Brasil. V. Ex^a é um cidadão do mundo, da educação. Então, eu tenho certeza de que o Presidente da República vai atender a esse apelo da Nação – porque ele é o Presidente – e mandá-lo para nos representar na Unesco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu apenas aproveitaria esta ocasião em que estou na Presidência para agradecer. Aprendi com minha mãe que a gratidão é a mãe de todas as virtudes, Professor Cristovam Buarque.

Na minha cidade, recebemos, no fim de semana, sábado, dia 13, uma homenagem de uma pessoa muito importante na nossa história cultural. Ele é um maranhense, de Tutóia, que se fixou em Parnaíba desde muito cedo. Líder estudantil brilhante, Rubem Freitas foi jornalista, radialista, escritor e homem de grande liderança, que participou de todas as campanhas exitosas do Norte do Piauí, e não só de Parnaíba. O jornalista Rubem Freitas teve uma vida funcional na Previdência Social, assessorando os Prefeitos de Parnaíba. Sem

dúvida nenhuma, é um jornalista, um radialista e um cronista que ninguém excedeu.

Ao longo dos anos, eu o vi fazer promoções que enalteciam os valores da região. Era a Festa dos Melhores, era o Broto Legal, eram festas caritativas para as instituições filantrópicas, como as festas das regatas no Igarapu e os festivais beneficentes. Ele entrava na sociedade para buscar fundos para servir às instituições.

Ele fez a sua tradicional festa, que, acho, tem mais de cinquenta anos, e recebemos a homenagem como o político que destacou e engrandeceu o Piauí no ano que passou.

É gratificante justamente por que a festa se realizou no Hotel Delta. Pudemos viver aquele ensinamento do apóstolo Tiago, que disse: “Fé sem obra já nasce morta”. Aquele, que é o maior prédio de nossa cidade, foi uma construção da Associação Comercial, ampliado depois por Alberto Silva. Por motivos estranhos, o governo seguinte ao dele não concluiu a obra. E nós, como Governador do Estado, concluímos o Hotel Delta, o *shopping*, o anexo, o parque cultural. O evento se realizou naquele local, onde concluímos aquela obra. Nós a dirigimos como Governador do Estado. Hoje, ela tem convênio com o Sesc, dirigido pelo Dr. Valdir Cavalcanti, que administra muito bem aquele edifício, que é um patrimônio da cidade e de cuja conclusão participamos como Governador do Estado.

Lá, o Rubem Freitas homenageava as personalidades de destaque. Eu buscava só um, pela idade, pela vida, pela vitalidade, pelo brilho que empresta à família: o General Freitas Diniz, que, com mais de 90 anos, é dedicado e que é um exemplo de trabalho e de grandeza na região norte do Estado.

Recebemos o diploma e a medalha outorgados por aquele jornalista. Sem dúvida, todos nos recordamos da participação de Rubem Freitas na **Folha do Litoral**, na Rádio Educadora, em todas as ações do Rotary e do Lions e em todos os empreendimentos. São fatos como esse que traduzem a pujança da gente de Parnaíba.

No dia seguinte, atendíamos a convite do Prefeito de Morro do Chapéu, um dos 78 Municípios que Deus me permitiu criar quando eu governava o Estado do Piauí. Além do que se vê em um Município, avenidas iluminadas, praças para namorar, escolas para ensinar, cadeia para que haja ordem, mercado para comercializar, há “o essencial, que é invisível aos olhos”: o mais importante é resgatar a gente, o homem do campo, e transformá-lo em líder. Nasceram, com as novas cidades, os Vereadores, os Vice-Prefeitos e os Prefeitos.

Tenho visto, Senador Paulo Paim – e como isso é gratificante! –, líderes de pequenas cidades que criamos

tornarem-se Prefeitos de grandes cidades. Lá estava uma delas. Falo de Janaína. Janaína era Prefeita de Joca Marques, uma dessas cidades pequenas. Hoje, é Prefeita da cidade-mãe. Foi reeleita. Isso também aconteceu em Campo Maior. Joãozinho Félix era Prefeito do povoado, que foi transformado em cidade. Foi tão bom, com tanta capacidade de liderança, que hoje é Prefeito reeleito da cidade-mãe, Campo Maior, onde se deu a Batalha do Jenipapo!

Foi muito feliz o Senado da República ao normalizar a legislação, para que se criassem novos Municípios no Brasil.

Lá estavam presentes o Prefeito, o anfitrião, Lucídio, o extraordinário Prefeito reeleito do Piauí; Ivana, Prefeita eleita de Buriti do Lopes, uma simpatia de liderança, com perspectivas invejáveis na política do Piauí; Janaína; o Prefeito Fogoió; o Prefeito Padre Domingos, de Domingos Mourão, e os líderes, o Presidente da Assembléia Legislativa, Themístocles Sampaio, e o extraordinário Deputado Federal Júlio César, que é hoje, com muito mérito e competência, Coordenador da bancada do Estado do Piauí. Com a morte de Mussa Demes, nós todos escolhemos, sem dúvida nenhuma, o mais competente, o mais capaz, que une a bancada, de uma inteligência privilegiada, para que essa bancada continue a trabalhar e buscar recursos para o Piauí, o Júlio César. Então, nós queremos parabenizar e cumprimentar o Lucídio, além da ex-Prefeita, a mulher Marilda, que é a líder política. Sem dúvida nenhuma, além daquelas obras inauguradas, fica o exemplo.

Fatos como esse fazem acreditar, ainda, no Piauí, apesar de haver uma grande falta de orientação do Governo estadual e do Governo da República. Os Prefeitos se debruçam estoicamente, batalham para que o Piauí continue resistindo.

Garibaldi, na missa, naquela solenidade, diante de Cristo, disse que ia errar muito. Mas a Dr^a Cláudia não permitiu que ele errasse. Ela, tão eficiente, já apontou aqui o Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa Relator-Revisor da Medida Provisória nº 444, de 2008, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 281, de 2008 (nº 987/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 85, de 2008 – CN, que abre ao Orçamento Fis-

cal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor global de um bilhão, doze milhões, cento e oitenta mil, novecentos e quarenta e nove reais, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.855, de 10 de dezembro de 2008; e

– Nº 282, de 2008 (nº 988/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 85-A, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor global de trezentos milhões de reais, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.856, de 10 de dezembro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

As **Mensagens nºs 281 e 282, de 2008**, juntadas aos processados dos Projetos de Lei nºs 85 e 85-A, de 2008-CN, vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 365, DE 2008**

(Nº 608/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 424 de 19 de novembro de 2004, que outorga autorização a Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 180, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 650, de 9 de dezembro de 2003, alterada pela de nº 239, de 24 de maio de 2004 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Iramaia (ADECI), no Município de Iramaia – BA;

2 – Portaria nº 93, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro – RJ;

3 – Portaria nº 208, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Itaquitinga, na cidade de Itaquitinga – PE;

4 – Portaria nº 209, de 28 de abril de 2004 – AS-DECA – Associação de Desenvolvimento Comunitário Alegriense, no Município de Chã de Alegria – PE;

5 – Portaria nº 230, de 3 de maio de 2004 – Associação da Rádio Comunitária Denominada Alfa FM, no Município de Marcos Parente – PI;

6 – Portaria nº 424, de 19 de novembro de 2004 – Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará, no Município de Carnaubal – CE;

7 – Portaria nº 545, de 22 de dezembro de 2004 – Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayette, no Município de LafaYete Coutinho – BA;

8 – Portaria nº 116, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária São Vicente de Paula, no Município de Nova Andradina – MS;

9 – Portaria nº 86, de 16 de março de 2006 – Associação Comunitária de Carrancas, no Município de Carrancas – MG;

10 – Portaria nº 690, de 23 de outubro de 2006 – Associação Comunitária Cultural Areiense, no Município de Areias – SP;

11 – Portaria nº 700, de 24 de outubro de 2006 – Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Bairro Vila Brasil, no Município de Barreiras – BA;

12 – Portaria nº 718, de 23 de outubro de 2006 – Rádio Comunitária Transvalle FM, no Município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ;

13 – Portaria nº 725, de 23 de outubro de 2006 – Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis, no Município de Lençóis – BA;

14 – Portaria nº 766, de 24 de outubro de 2006 – Associação de Difusão Comunitária de Olivedos, no Município de Olivedos – PB;

15 – Portaria nº 812, de 25 de outubro de 2006 – Associação de Difusão Rádio Comunitária Esperança FM, no Município de Jaboatão dos Guararapes – PE;

16 – Portaria nº 814, de 25 de outubro de 2006 – Associação Beneficente Maria Amélia Moura, no Município de São Feipe – BA;

17 – Portaria nº 20, de 3 de janeiro de 2007 – Associação Comunitária Arembepe de Radiodifusão

de Incentivo à Cultura, Artes e Esportes, no Município de Camaçari – BA;

18 – Portaria nº 145, de 12 de abril de 2007 – Associação Rádio Comunitária Nova Brasília, no Município de Joinville – SC;

19 – Portaria nº 152, de 12 de abril de 2007 – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Central de Itapissuma – PE, no Município de Itapissuma – PE;

20 – Portaria nº 160, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação. Social de Euclides da Cunha Paulista – SP, no Município de Euclides da Cunha – SP; e

21 – Portaria nº 168, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária Pedreira para o Desenvolvimento de Monte Horebe – Paraíba, no município de Monte Horebe – PB; e

22 – Portaria nº 239, de 28 de maio de 2007 – APROBESNE – Associação de Promoção e Bem Estar Social de Neópolis – no Município de Neópolis – SE.

Brasília, 8 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 292 EM

Brasília, 19 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará, no Município de Carnaubal, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223 da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes,

referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53650.002349/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 424, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.002349/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1192 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará, com sede na Av. Paulo Sarazate, nº 31 – Centro, no Município de Carnaubal, Estado do Ceará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03º09'55" S e longitude em 40º56'32" W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**

RELATÓRIO Nº 193/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.650.002.349/98, protocolizado em 16 de outubro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará, Município de Carnaubal, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará, inscrita no CNPJ sob o número 02.776.454/0001-84, no Estado do Ceará, com sede na Av. Paulo Sarazate 31- Altos, Centro, no Município de Carnaubal, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 14 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União** – DOU, de 18 de março de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras duas entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Beneficente Francisco Rodrigues Martins – Processo nº 53.650.001.943/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: foi publicado no **DOU** de 18-3-99, aviso convocando entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que essa Associação não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica, qual seja a disposta no subitem 6.7e incisos da Norma nº 2/98, bem como no art. 9º, § 2º e incisos da Lei nº 9.612/98, no prazo legal estipulado no citado Aviso de Habilitação, em infringência ao disposto no subitem 6.6.1 da Norma Complementar nº 2/98, e ainda, impossibilitando a análise técnico-jurídica conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 6.250/03, datado de 30-6-2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Associação Beneficente Antônio Augusto Correia – Processo nº 53.650.000.741/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: ficou constatado que essa entidade está vinculada a uma entidade familiar,

gerando subordinação e sujeição à gerência, administração e orientação, mediante relações familiares, em infringência ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 19-2-98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1.429/00, datado de 19-4-2000, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1993, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/93, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Avenida Paulo Sarazate nº 31 – Altos – Centro, no Município de Carnaubal, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 04º09'16"S de latitude e 40º56'39"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser retificadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 189 a 192, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do

cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, IV, VIII e X da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica do processo foi solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 199 a 402).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 401 e 402, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 403 e 404. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios. (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 402 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma

Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará;

• quadro diretivo

Presidente: Antônio Correia Araújo
 Vice-Presidente: Eliane Maria Chaves Martins
 1º Secretário: Eucimar Assis Sampaio
 2º Secretário: José Weliton Fontenele Silva
 Tesoureiro: Alex-Sandro Barroso Gonçalves
 Cons. Cultural: Evaldo Ramos Pinto

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Paulo Sarasate, 31 – Altos – Centro, Município de Carnaubal, Estado do Ceará.

• coordenadas geográficas

03°09'55" de latitude e 40°56'32" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 403 e 404, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 401 e 402 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.650.002.349/98, de 16 de outubro de 1998.

Brasília, 24 de junho de 2004. – **Aline Oliveira Prado**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 25 de junho de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 25 de junho de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 193/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 25 de junho de 2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2008

(Nº 681/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado ato a que se refere à Portaria nº 350, de 28 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 181, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49. inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 192, de 9 de maio de 2007 – Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão – ACIR, no Município de Itaú de Minas – MG;

2 – Portaria nº 243, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária dos 72 discípulos de Cuité – PB, no Município de Cuité – PB;

3 – Portaria nº 245, de 28 de maio de 2007 – Associação Pro Arte Cultura Comunitária Caçapava, no Município de Caçapava do Sul – RS;

4 – Portaria nº 270, de 29 de maio de 2007 – Associação Beneficente de Itiruçu, no município de Itiruçu – BA;

5 – Portaria nº 300, de 19 de junho de 2007 – Associação Colorense de Radiodifusão Comunitária, no Município de Lindolfo Collor – RS;

6 – Portaria nº 314, de 19 de junho de 2007 – Associação Rádio Comunitária Tomé-Açu Cidade, no Município de Tomé-Açu – PA;

7 – Portaria nº 350, de 28 de junho de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba, no Município de Acajutiba – BA;

8 – Portaria nº 369, de 4 de julho de 2007 – Rádio Comunitária Santa Luz FM, no município de Santa Luz – BA;

9 – Portaria nº 430, de 24 de julho de 2007 – ASCOMVE – Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires, no Município de Venâncio Aires – RS;

10 – Portaria nº 433, de 24 de julho de 2007 – Associação Comunitária Vale do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal, no Município de Ribeirão do Pinhal – PR;

11 – Portaria nº 452, de 17 de agosto de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama, no Município de Iguatama – MG;

12 – Portaria nº 456, de 17 de agosto de 2007 – Associação Movimento Comunitário Rádio Garota FM, no Município de Mogi das Cruzes – SP;

13 – Portaria nº 500, de 13 de setembro de 2007 – Associação dos Moradores do Lamim e Região Circunvizinha, no Município de Paula Cândido – MG;

14 – Portaria nº 509, de 13 de setembro de 2007 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá – ASDECOCOS, no Município de São Miguel do Guarná – PA;

15 – Portaria nº 553, de 27 de setembro de 2007 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Companheira – FM, no Município de Igarapé-Açu – PA;

16 – Portaria nº 571, de 16 de outubro de 2007 – Associação dos Pequenos Industriais e Comerciantes do Município de Messias – AL, no Município de Messias – AL;

17 – Portaria nº 581, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Sócio Cultural de Jataí (ACONDEJ), no Município de Jataí – GO;

18 – Portaria nº 592, de 16 de outubro de 2007 – Grupo Broto D'Água, no Município de Boquira – BA;

19 – Portaria nº 600, de 16 de outubro de 2007 – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP – AC, no Município de Rio Branco – AC;

20 – Portaria nº 612, de 6 de novembro de 2007 – Associação Cultural Beneficente e Comunitária Líder de Passos, no Município de Passos – MG; e

21 – Portaria nº 690, de 11 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária e Cultural Amigos de Gramado, no Município de Gramado – RS.

Brasília, 8 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 266 EM

Brasília, 9 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba, no Município de Acajutiba, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.043580/2003, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 350, DE 28 DE JUNHO DE 2007

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de

3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043580/2003 e do Parecer/MC/CONJUR/MGT/Nº 986 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba, com sede na Praça Ruy Barbosa, nº 41, Centro, no Município de Acajutiba, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 11º39'43"S e longitude em 38º00'57"W, utilizando a frequência de 104,9Mhz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0142/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.043580/03 protocolizado em 9 de dezembro de 2003.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba, Município de Acajutiba Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba inscrita no CNPJ sob o número 05.939.101/0001-46, no Estado da Bahia, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 41 – Centro, Município de Acajutiba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 3 de dezembro de 2003 assinado por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Di-**

ário Oficial da União – DOU de 27-10-2005 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas estabelecidas para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça Ruy Barbosa, nº 41 – Centro no Município de Acajutiba, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 11°39'43"S de latitude e 38°00'57"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 116 e 117, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de Radcom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom, as coordenadas geográficas são as mesmas que a tornaram selecionada.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas e, h,

i, j, da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária e certidão Cartorária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls.149 a 196).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 181 e 182, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 198. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 196, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas h, i e j da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados.

III – Conclusão

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba;

• **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Silvano Moura Cerqueira	Presidente
Higlahilton Alves Pereira	Vice Presidente
Francisco Neves dos Santos	1º Secretário
José Milton Ferreira dos Santos	2º Secretário
Marizete Farias de Souza	1º Tesoureiro
Manoel Neves dos Santos	2º Tesoureiro
Jean Cláudio Souza Rocha	Dir. Operações
Givaldo Ferreira de Matos	Vice Dir. Operações

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Praça Ruy Babosa, nº 41 – Centro, Município de Acajutiba, Estado da Bahia.

• **coordenadas geográficas**

11°39'43" de latitude e 38°00'057" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 198, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 181 e 182 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o aposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.043580/03, de 9 de dezembro de 2003.

Brasília, 8 de junho de 2007. – **Vilma de Fátima Alvarenga Fanis**, Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 8 de junho de 2007. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 8 de junho de 2007. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0142/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 8 de junho de 2007. – **Zilda Beatriz S. de Campos Abreu**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 367, DE 2008

(Nº 689/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado ato a que se refere à Portaria nº 505, de 8 de novembro de 2005, que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima..

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 184, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223. da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 206, de 14 de março de 2005 – Terra FM. Ltda., no Município de Tucumã-PA;

2 – Portaria nº 244, de 2 de maio de 2005 – Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda., no Município de Marechal Thaumaturgo-AC;

3 – Portaria nº 276, de 14 de junho de 2005 – Rádio e TV Maíra Ltda., no Município de Manoel Urbano-AC;

4 – Portaria nº 293, de 4 de julho de 2005 – Rádio Portal FM Ltda., no Município de Dionísio Cerqueira-SC;

5 – Portaria nº 322, de 5 de julho de 2005 – Sistema Jovem de Comunicação Ltda., no Município de Cabixi-RO;

6 – Portaria nº 324, de 5 de julho de 2005 – Aquidauana Radiodifusão Ltda., no Município de Monte Negro-RO;

7 – Portaria nº 505, de 8 de novembro de 2005 – Paraviana Comunicações Ltda., no Município de Mucajaí-RR;

8 – Portaria nº 693, de 29 de dezembro de 2005 – Simaco – Sistema Maranhense de Comunicação Ltda., no Município de Itinga do Maranhão-MA;

9 – Portaria nº 694, de 29 de dezembro de 2005 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no Município de Bom Jardim-MA;

10 – Portaria nº 699, de 29 de dezembro de 2005 – Auto Cap – Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda., no Município de São João da Baliza-RR;

11 – Portaria nº 700, de 29 de dezembro de 2005 – Rádio Abaíra FM Ltda., no Município de Abaira-BA;

12 – Portaria nº 701, de 29 de dezembro de 2005 – Auto Cap – Comunicações, Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda., no Município de Alto Alegre-RR;

13 – Portaria nº 702, de 29 de dezembro de 2005 – Rádio e TV Maíra Ltda., no Município de Porto Acre-AC;

14 – Portaria nº 129, de 28 de março de 2006 – FM Industrial Ltda., no Município de Barreiras-BA;

15 – Portaria nº 130, de 28 de março de 2006 – Rádio Verdes Lagos Ltda., no Município de São Jorge D'Oeste-PR;

16 – Portaria nº 141, de 30 de março de 2006 – Folha Popular Ltda., no Município de Axixá do Tocantins-TO;

17 – Portaria nº 153, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no Município de Entre Folhas-MG;

18 – Portaria nº 154, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no Município de Engenheiro Navarro-MG;

19 – Portaria nº 155, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no Município de Felixlândia-MG;

20 – Portaria nº 156, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no Município de Guanhães-MG;

21 – Portaria nº 163, de 3 de abril de 2006 – Extra Radiodifusão Ltda., no Município de Maquiné-RS;

22 – Portaria nº 166, de 3 de abril de 2006 – E.F Comunicações Ltda., no Município de Juscimeira-MT;

23 – Portaria nº 167, de 3 de abril de 2006 – Rádio Filadélfia FM Ltda., no Município de Campos de Júlio-MT;

24 – Portaria nº 168, de 3 de abril de 2006 – Rádio FM Morena Ltda., no Município de Guiratinga-MT;

25 – Portaria nº 370, de 3 de abril de 2006 – Sampaio & Martins Ltda., no Município de Itiquira-MT; e

26 – Portaria nº 171, de 3 de abril de 2006 – Sistema Alpha de Comunicação Ltda., no Município de Goiânia-GO.

Brasília, 8 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 310 EM

Brasília, 17 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 004/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência, modulada, no Município de Mucajaí, Estado de Roraima.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Paraviana Comunicações Ltda. (Processo nº 53630.000203/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Hélio Costa.**

PORTARIA Nº 505, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53630.000203/2001, Concorrência nº 004/2001-SSR/MC e do PARECER/CONJUR/MC/MR/Nº 0597– 2.29/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão a Paraviana Comunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mucajaí, Estado da Roraima.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DENOMINADA "PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA"

MARCIO VIEIRA OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. N.º 127.355, expedido pelo SSP/RR e do CPF/MF. 446.564.082-04, residente e domiciliado a Rua Antonio Augusto Martins, 458, Bairro de São Francisco, na cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima e JOÃO FRANCISCO MOURA DA SILVA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da RG nº 501.866.382-2-SSP/RS, CPF nº 331.337.430-15, residente e domiciliado a Rua Xiriana, 408, Bairro Aparecida, na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, resolvem de comum acordo constituírem a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá mediante as cláusulas seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Os objetivos da sociedade consistem na execução, em qualquer parte do território nacional dos serviços de TV a CABO, como atividade principal assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a concorrência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos; e de radiodifusão sonora; radiodifusão de sons e imagem (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; TV a cabo, serviços de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicações em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente.

Parágrafo Único

A Sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviços de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo artigo 12 do Decreto – Lei nº 236, de 28.02.67

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE E DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade terá sua sede social a Av. Santos Dumont. n.º. 1.379, sala 115, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, podendo instalar e manter filiais em todo território nacional e a sua denominação social será PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data em que o Poder Público lhe outorgar autorização, permissão ou concessão para executar seus objetivos sociais em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PODER PÚBLICO

Nenhuma alteração contratual poderá ser efetuada sem prévia autorização do Poder Público concedente.

CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social estabelecido neste ato, é de R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), dividido em 40 (QUARENTA) quotas de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, assim distribuído entre os sócios,

1. MARCIO VIEIRA OLIVEIRA38..quotas	R\$ 38.000,00
2 JOÃO FRANCISCO MOURA DA SILVA	02.quotas	R\$ 2.000,00
Total	40.quotas	R\$ 40.000,00

Parágrafo Primeiro:

A sociedade integraliza neste ato o Capital Social de R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), assim distribuído entre os sócios:

1. MARCIO VIEIRA OLIVEIRA	R\$ 38.000,00
2 JOÃO FRANCISCO MOURA DA SILVA	R\$ 2.000,00
Total	R\$ 40.000,00

Parágrafo Segundo:

A integralização referida no parágrafo primeiro, já efetuada, em moeda corrente, segundo as quotas devidas a cada um, foi realizada de acordo com o que se especifica no “caput” dessa cláusula

Parágrafo Terceiro

De acordo com o artigo 2º, "IN FINE" do Decreto – Lei Federal n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social

Parágrafo Quarto

As quotas representativas do capital social pertencerão, na sua totalidade a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros.

CLÁUSULA SEXTA – DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Compete o uso da denominação social, ao sócio majoritário. MARCIO VIEIRA OLIVEIRA, o qual representará a sociedade em conjunto ou isoladamente, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, representar a sociedade junto às repartições públicas, federais, Estaduais e Municipais e Autárquicas, movimentar contas bancárias, emitir títulos de créditos, procurações, endossar, avalizar e outros, sendo-lhes no entanto, vetado o uso em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, inclusive em avais a favor de terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo sócio mencionado na Cláusula Sexta, que dispensado de caução, fica desde já investido na função de sócio-gerente, competido-lhe a prática de todos os atos necessários ao pleno andamento dos negócios sociais.

Parágrafo Único

O sócio-gerente terá direito a uma retirada mensal, a título de "Pro-labore", estabelecida de comum acordo entre os sócios, obedecendo-se a capacidade financeira da Sociedade.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BALANÇOS ANUAIS E DA PARTILHA DE LUCROS OU PREJUÍZOS

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da Sociedade para apuração de lucros ou prejuízos. Em se tratando de lucros, atendidas as obrigações sociais e feitas as amortizações e provisões consideradas necessárias e permitidas em lei, os lucros apurados anualmente, serão distribuídos entre os sócios, na proporção das quotas de capital de cada um, ou levado para a conta "lucros acumulados" para ulterior aumento de capital, e se apresentar prejuízos, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das quotas de capital de cada um.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE QUOTAS

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade, sem prévio consentimento expresso do outro sócio e da autorização prévia do Poder Público concedente, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar sua resolução a sociedade

com um antecedência de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade remanescente terá preferência na aquisição das quotas do sócio retirante.

Parágrafo Primeiro

O pagamento dos haveres do sócio retirante far-se-á em moeda corrente nacional, sendo o total a receber dividido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, acrescida nas datas dos respectivos pagamentos da variação do índice oficial vigente e juros legais, vencendo-se a primeira delas 60 (sessenta) dias após a retirada do(s) sócio(s).

Parágrafo Segundo

É vedado ao sócio, dar suas quotas de capital, ou parte delas, que são indivisíveis, em caução, fiança ou penhor, em juízo ou fora dele, assim como onerá-las com cláusula de usufruto, fideicomisso ou qualquer ato ou disposição de última vontade que, de qualquer forma venha contratar ou perturbar os interesses e fins sociais.

Parágrafo Terceiro

O falecimento de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da sociedade prosseguindo com os herdeiros do mesmo, os quais deverão ter seus nomes submetidos a prévia aprovação pelo Poder Público concedente.

Parágrafo Quarto

Verificando-se a ocorrência descrita no parágrafo anterior, será feita a apuração dos haveres do sócio falecido, e a seguir processada a entrega na forma legal aos legítimos herdeiros. Os haveres, se houverem do sócio falecido, serão negociados pelo herdeiro e/ou sucessores legais na forma prevista no parágrafo primeiro desta CLÁUSULA, dando sempre preferência, em igualdade de condições, a Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual direta indiretamente, a Sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Único

A sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terço) de empregados brasileiros natos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO.

Pelo presente instrumento, os sócios declaram expressamente que não se acham incurso nas proibições legais que os impeçam de exercer as atividades prevista nos objetivos sociais referidos na CLÁUSULA primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos não previstos no presente contrato social, serão resolvido de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº3.708, de 10 de janeiro de 1919, e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da sede da Sociedade para solução de qualquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento de constituição, obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores a cumprirem fielmente todos seus expressos termo, em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos

Boa Vista /RR, 25 de fevereiro de 2001.....

Sócios:

1.
 Nome **MARCIO VIEIRA OLIVEIRA**
 RG. 127.355-SSP/RR

2.
 Nome: **JOÃO FRANCISCO MOURA DA SILVA**
 RG. 5018863822-SSP/RS

Testemunhas:

1.
 Nome : **Osvaldo Rodrigues dos Santos**
 RG. 51.368-SSP/RR

2.
 Nome: **Getulio de Souza Oliveira**
 RG. 140.179-SSP/RR.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 368, DE 2008**

(Nº 696/2008, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão
à Amazônia Comunicação e Radiodifusão
Ltda., para explorar serviço de radiodifusão
sonora em onda média na cidade de Gurupá,
Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de abril de 2008, que outorga concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Gurupá, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 278, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 4 de abril de 2008, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em onda média:

1 – Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., no município de Borba – AM;

2 – Rádio FM Veneza Ltda., na cidade de Eusébio – CE;

3 – Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., no município de Missão Velha – CE;

4 – Sistema Maior de Radiodifusão Ltda., no município de Pacujá – CE;

5 – Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., no município de Parambu – CE;

6 – Rede Elo de Comunicações Ltda., na cidade de Russas – CE;

7 – Sistema de Comunicações Keller Ltda., no município de Campo Novo do Parecis – MT;

8 – Continental Comunicações Ltda., no município de Comodoro – MT;

9 – Rádio Educadora Nova Geração Ltda., no município de Novo São Joaquim – MT;

10 – Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., no município de Gurupá – PA;

11 – Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda., no município de Oriximiná – PA;

12 – Rádio Três de Maio Ltda., no município de Imbituva – PR;

13 – Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., no município de Porto Velho – RO;

14 – Paraviana Comunicações Ltda., no município de São Luiz – RR;

15 – Rádio Som Alvorada Ltda., na cidade de Arraias – TO;

16 – Folha Popular Ltda., na cidade de Goiatins – TO;

17 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., na cidade de Guará – TO;

18 – Rádio Som Tocantins Ltda., na cidade de Miracema do Tocantins – TO;

19 – Rádio Som Alvorada Ltda., na cidade de Natividade – TO; e

20 – Rádio Som Tocantins Ltda., na cidade de Pedro Afonso – TO.

Brasília, 14 de maio de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 144 EM

Brasília, 6 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinouse a publicação da Concorrência nº 051/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em onda média, no município de Gurupá, Estado do Pará.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53720.000306/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do Decreto incluso.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congres-

so Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 4 DE ABRIL DE 2008

Outorga concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Gurupá, Estado do Pará, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput** da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000306/2001, Concorrência nº 051/2001-SSR/MC,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Gurupá, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de abril de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

ABELLIONATO FREIRE DA SILVA

RUA MAXIMINO FORPINO 1001

AUTENTICAÇÃO/FRENTE

Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.

Castanhal, 31 de maio de 2001

Valor: R\$ 1,50

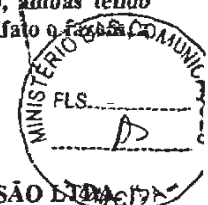
Em testemunha da verdade
 [Assinatura] A. Z. [Assinatura]
 Escrivente Juramentada

Instrumento Particular de Constituição de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, cuja Razão Social é **AMAZÔNIA COMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO LTDA.**, como a seguir melhor se declara:



Pelo presente Instrumento Particular de Constituição, **PAULA MICHELLE DOS SANTOS SOUSA BULHÕES COSTA**, brasileira, casada, empresaria, portadora da Cédula de Identidade Rg. de n.º 2.727.227, expedida por Segup - Pa e o C.I.C. de n.º 423.303.602-92, residente e domiciliada na Alameda Belém - Conjunto 03 Irmãos - Casa n.º 05, bairro de Nova Olinda, Castanhal, Pará, CEP: 68.742-060 e **WILCILEA DA SILVA LUZ**, brasileira, solteira, empresaria, portadora da Cédula de Identidade Rg. de n.º 3.340.449, expedida por Segup - Pa e o C.I.C. de n.º 703.072.962-53, residente e domiciliada na Alameda Belém - Conjunto 03 Irmãos - Casa n.º 01, bairro de Nova Olinda, Castanhal, Pará, CEP: 68.742-060, ambas tendo acordado e contratado constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com o fato o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Tabelionato do [Assinatura]



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade girará sob o nome empresarial de **"AMAZÔNIA COMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO LTDA"** com sua sede na Travessa 1º de Maio n.º 1319, bairro do Pirapora, Castanhal, Pará, CEP: 68.742-790, podendo instalar e manter filiais em todo o território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Os objetivos da sociedade consistem na execução, em qualquer parte do território nacional dos serviços de TV a Cabo, assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a correspondência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos; e de radiodifusão sonora; radiodifusão de sons e imagens (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; TV a Cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicações em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente.

Parágrafo Único

A Sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviço de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo Artigo 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.02.1967.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data do arquivamento na JUCEPA.

02 MAR 2005

CLÁUSULA QUARTA - DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PODER PÚBLICO

A sociedade não poderá afetar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social estabelecido neste ato, é de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais.), divididos em 80 (Oitenta) cotas de R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais) cada uma, neste ato integralizado em moeda corrente e legal do país, dividido na seguinte forma entre os sócios:

<u>S Ó C I O S</u>	<u>N.º COTAS</u>	<u>VALOR R\$</u>	<u>%</u>
01 - PAULA MICHELLE DOS SANTOS SOUSA BULHÕES COSTA	40	40.000,00	50
02 - WILCILEA DA SILVA LUZ	40	40.000,00	50
T O T A I S	80	80.000,00	100

Parágrafo Primeiro

A integralização referida na Cláusula Quinta, será efetuada, em moeda corrente e legal do País, segundo as cotas devidas a cada um, de acordo com o que se especifica no "caput" dessa cláusula.

Parágrafo Segundo

De acordo com o artigo 2º, "in fine" do Decreto-Lei Federal nº 3.768, de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social.

Parágrafo Terceiro

É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partidos político e de sociedade, cujo Capital pertença exclusivamente e nominalmente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. A participação referida só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social.

Parágrafo Quarto

As cotas ou ações representativas do Capital Social serão inalienáveis em favor de pessoas jurídicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Compete o uso da denominação social PAULA MICHELLE DOS SANTOS SOUSA BULHÕES COSTA e WILCILEA DA SILVA LUZ, os quais representarão a Sociedade em conjunto ou isoladamente, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, representar a Sociedade junto às repartições públicas, Federais, Estaduais e Municipais e Autarquias, movimentar contas bancárias, emitir títulos de créditos, procurações, endossar, avalizar e outros, sendo-lhes no entanto, vetado o uso em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, inclusive em avais a favor de terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade será exercida pelos sócios mencionados na Cláusula Sexta, que dispensados de caução, ficam desde já investidos na função de sócios-gerentes, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao pleno andamento dos negócios sociais.

Parágrafo Único

Os sócios-gerentes terão direito a uma retirada mensal, a título de "Pró-Labore", estabelecida de comum acordo entre os mesmos, obedecendo a capacidade financeira da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BALANÇOS ANUAIS E DA PARTILHA DE LUCROS OU PREJUÍZOS

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da Sociedade para apuração de lucros ou prejuízos. Em se tratando de lucros, atendidas as obrigações sociais e feitas as amortizações e provisões consideradas necessárias e permitidas em lei, os lucros apurados anualmente, serão distribuídos entre os sócios, na proporção das cotas de capital de cada um, ou levado para a conta "lucros acumulados" para ulterior aumento de capital, e se apresentar prejuízos, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das cotas de capital de cada um.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE COTAS**Parágrafo Primeiro**

O Capital Social, na sua totalidade, pertencerá a pessoas físicas brasileiras.

Parágrafo Segundo

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade, sem prévio consentimento expresso do outro sócio e da autorização prévia do Poder Público concedente, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar sua resolução a sociedade com uma antecedência de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade o sócio remanescente terá preferência na aquisição das cotas do sócio retirante.

Parágrafo Terceiro

O pagamento dos haveres do sócio retirante far-se-á em moeda corrente nacional, sendo o total a receber dividido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, acrescidas nas datas dos respectivos pagamentos da variação do índice oficial vigente e juros legais, vencendo-se a primeira delas 60 (sessenta) dias após a retirada do sócio.

Parágrafo Quarto

É vedado aos sócios, darem suas cotas de capital, ou parte delas, que são indivisíveis, em caução, fiança ou penhor, em juízo ou fora dele, assim como onerá-las com cláusulas de usufruto, fideicomisso ou qualquer ato ou disposição de última vontade que, de qualquer forma venha contrariar ou perturbar os interesses e fins sociais.

Parágrafo Quinto

O falecimento de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da Sociedade prosseguindo com os herdeiros do mesmo, os quais deverão ter seus nomes submetidos à prévia aprovação pelo Poder Público concedente.

Parágrafo Sexto

Verificando-se a ocorrência descrita no parágrafo anterior, será feita a apuração dos haveres do sócio falecido, e a seguir processada a entrega na forma legal aos legítimos herdeiros. Os haveres, se houverem, do sócio falecido, serão negociados pelos herdeiros e/ou sucessores legais na forma prevista no parágrafo terceiro desta cláusula, dando sempre preferência, em igualdade de condições, à Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

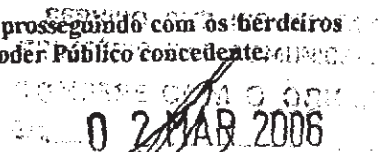
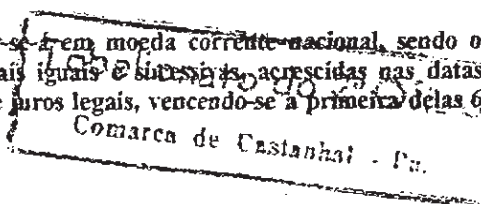
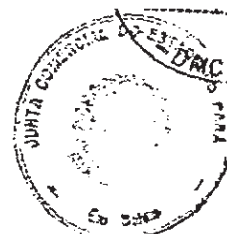
Para o exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual administrativa direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Único

O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO

Pelo presente instrumento, os sócios declaram expressamente que não se acham incursos nas proibições legais que os impeçam de exercer as atividades previstas aos objetivos sociais referidos na cláusula Segunda.



P

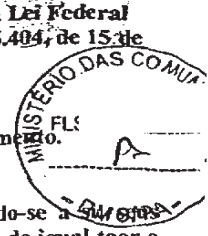
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos não previstos no presente Contrato Social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919, e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da sede da Sociedade para a solução de quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento de constituição, obrigando-se a herdeiros e sucessores a cumprirem fielmente todos os seus expressos termos, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.



Castanhal (Pa), 06 de abril de 2001

Tabelionato do 2º Ofício
Comarca de Castanhal - Pa.

Paula Michelle dos Santos Sousa Bulhões Costa
PAULA MICHELLE DOS SANTOS SOUSA BULHÕES COSTA
Rg. n.º 2.727.227 - Segup - Pa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 02 MAR 2006

Wilecilea da Silva Luz
WILCILEA DA SILVA LUZ
Rg. n.º 3.340.449 - Segup - Pa.

T E S T E M U N H A S.

01 - *Fernando César Nascimento Cardoso*
Fernando César Nascimento Cardoso
Rg. n.º 1.369.518 - Segup - Pa.

02 - *Jose Roberto Nascimento Cardoso*
Jose Roberto Nascimento Cardoso
Rg. n.º 3.863.499 - Segup - Pa.

TABELIONATO FREIRE DA SILVA

RUA MAXIMINO FORPINO 1081

AUTENTICAÇÃO FRENTE

Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentada, do que dou fé.

CASTANHAL, Si de maio de 2001

Valor: R\$ 1,30

Em testis hinc veritate

Walter Henrique Viana
Walter Henrique Viana - Escrevente Juramentado



UNIDADE DESCONCENTRADA DE CASTANHAL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/04/2001
SOB O NÚMERO:
15200763701

Protocolo: 01/016121-0

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - de- cisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 369, DE 2008**

(Nº 698/2008, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização
à Associação Rádio Comunitária Satélite
FM para executar serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Natal, Estado do
Rio Grande do Norte.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 868 de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 281, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 333, de 22 de junho de 2007 – Associação Esportiva Casa do Fazendeiro, no município de Balsas – MA;

2 – Portaria nº 550, de 27 de setembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura “Onda Viva”, no município de Marília – SP;

3 – Portaria nº 575, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária Cultural dos Moradores de Barreira, no município de Barreira – CE;

4 – Portaria nº 804, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Beneficente Cultural Comunitária de Apoio a Campinorte – ABCCACAMP, no município de Campinorte – GO;

5 – Portaria nº 868, de 24 de dezembro de 2007 – Associação Rádio Comunitária Satélite FM, no município de Natal – RN;

6 – Portaria nº 49, de 28 de fevereiro de 2008 – Associação Comunitária Bela Vista – ACBV, no município de Santa Cruz do Capibaribe – PE;

7 – Portaria nº 74, de 7 de março de 2008 – Associação Amigos de Bairros Comunitários de Rirolândia, no município de Rirolândia – SP; e

8 – Portaria nº 134, de 25 de março de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Grande Jatobá – ASCORAJ, no município de Patos – PB.

Brasília, 14 de maio de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 124/2008

Brasília, 14 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a Associação Rádio Comunitária Satélite FM, no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53780.000695/2006, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Costa.**

**PORTARIA Nº 868,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 2007**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de

1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53780.000095/2000 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 2.552 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM, com sede na Rua Serra da Jurema, 7.974, Bairro Pitimbu, Cidade Satélite, no município de Natal, Estado do Rio Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º51'15"S e longitude em 35º14'41"W, utilizando a frequência 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO FINAL –

ENTIDADE SELECIONADA E CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 317/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.780.000.095-00, protocolizado em 9-11-2000.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração

do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Rádio Comunitária Satélite FM, município de Natal Estado do Rio Grande do Norte.

I – Introdução

1. A Associação Rádio Comunitária Satélite FM, inscrita no CNPJ sob o número 03.108.860/0001-31, no Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Rua Serra da Jurema, 7947, no município de Natal, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 31-10-2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do

Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 6-4-2006 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, 4 Km entre interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras 9 entidades foram de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação de Apoio a Criança do Planalto – ASSACPLAN – Processo nº 53.000.008.908-05, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: "... No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no **DOU**, de 6-4-2006, convocando as entidades a apresentarem a documentação exigida ... Ocorre que a Associação de Apoio a Criança do Planalto – ASSACPLAN não encaminhou a documentação específica ..." conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4654, datado de 24-8-2006, cuja cópia do ofício e AR postal foram devolvidos pelos Correios. Neste sentido, este Departamento promoveu a publicação de um Comunicado no **Diário Oficial da União** de 29-8-2007 dando publicidade ao arquivamento e concedendo um prazo para apresentação de pedido de reconsideração, o que não ocorreu até a presente data.

b) Associação Serviço de Evangelização e Assistencial de Restauração Ágape – Processo nº 53.780.000.215-98 arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: "... Trata-se de instituição religiosa, constatado através da própria Razão Social da requerente ... representando determinado grupo de pessoas ligadas por princípios religiosos semelhantes, segmento específico da comunidade, qual seja: As pessoas membros das Igreja Cristã Evangélica, o que claro mediante leitura dos artigos 1º, 2º § 2º, 5º e 11º do Estatuto Social, ..." conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 3.798 datado de 16-3-2003 cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

c) Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Planalto – Processo nº 53.000.064.654-06, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: "... No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério

publicou Aviso no **DOU**, de 6-4-2006, convocando as entidades a apresentarem a documentação exigida ... Ocorre que a Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Planalto não encaminhou a documentação específica ...“ conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4.651, datado de 24-8-2006, cuja cópia do ofício e AR postal foram devolvidos pelos Correios. Neste sentido, este Departamento promoveu a publicação de uma Comunicado no **Diário Oficial da União** de 29-8-2007 dando publicidade ao arquivamento e concedendo um prazo para apresentação de pedido de reconsideração, o que não ocorreu até a presente data.

d) Conselho Comunitário da Cidade Satélite – CONCITEL – Processo nº 53.000.022.803-04, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no **DOU** de 6-4-2006, convocando as entidades a apresentarem a documentação exigida ... Ocorre que o Conselho Comunitário da Cidade Satélite – CONCITEL não encaminhou a documentação específica ...“ conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4.663, datado de 24-8-2006, cuja cópia do ofício e AR postal encontram-se anexos. Saliente-se que frente a ciência do arquivamento, a Entidade não apresentou pedido de reconsideração da decisão.

e) Associação Renovadora de Difusão Comunitária e Cultural de Cidade Satélite – Processo nº 53.650.000.266-00, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no **DOU** de 6-4-2006, convocando as entidades a apresentarem a documentação exigida ... Ocorre que a Associação Renovadora de Difusão Comunitária e Cultural de Cidade Satélite não encaminhou a documentação específica ...“ conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4.657, datado de 24-8-2006, cuja cópia do ofício e AR postal encontram-se anexos. Saliente-se que frente a ciência do arquivamento, a Entidade não apresentou pedido de reconsideração da decisão.

f) Associação Amigos da Zona Sul – Processo nº 53.000.064.823-06, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no **DOU** de 6-4-2006 convocando as Entidades interessadas a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que a Associação Amigos da Zona Sul não encaminhou a documentação exigida pela legislação ...“ conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4.601, datado de 22-8-2006, cuja cópia do AR

Postal foi extraviado. Neste sentido, este Departamento promoveu a publicação de um Comunicado no **DOU** de 29-8-2007 dando publicidade ao arquivamento e concedendo um prazo de 30 dias para apresentação de pedido de reconsideração, o que não ocorreu até a presente data.

g) Associação Esperança – ASSEP – Processo nº 53.000.000.128-03, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no **DOU** de 6-4-2006 convocando as Entidades interessadas a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que a Associação Esperança – ASSEP não encaminhou a documentação exigida pela legislação ...“ conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4.660, datado de 24-8-2006, cuja cópia do Ofício e AR Postal foram devolvidos pelos Correios. Neste sentido, este Departamento promoveu a publicação de um Comunicado no **DOU** de 29-8-2007 dando publicidade ao arquivamento e concedendo um prazo de 30 dias para apresentação de pedido de reconsideração, o que não ocorreu até presente data.

h) Fundação Fé e Alegria do Brasil – Processo nº 53.780.000.232-98 arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... A Entidade não cumpriu as exigências elencadas no Ofício nº 994/99, datado de 2-6-1999 ... Outrossim, constatou-se que a requerente ... é uma entidade vinculada a uma instituição religiosa, gerando subordinação ...“ conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 5.670, datado de 27-7-2001 cujo AR Postal foi extraviado. Neste sentido, este Departamento promoveu a publicação de um Comunicado no **DOU** de 19-5-2004 dando publicidade ao arquivamento e concedendo prazo para apresentação de pedido de reconsideração, o que não ocorreu.

i) Associação de Comunicação do Bairro Felipe Camarão – Processo nº 53.780.000.004-99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... Objetivando autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no **DOU** de 14-12-1998, convocando as entidades a apresentarem a documentação exigida ... Esta entidade apresentou parte da documentação exigida pela Legislação em tempo hábil, tendo sido o seu processo analisado constatando-se pendências do cumprimento das exigências dispostas no ofício nº 3.237 de 30-4-2007. Ocorre que a Associação de Comunicação do Bairro Felipe Camarão não encaminhou qualquer documentação em cumprimento às exigências elencadas no citado ofício ...“ conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 5.316, datado de 13-5-2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram

anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 1.543 de 27-2-2604.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha nº 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Serra da Jurema, nº 7947, Conjunto Cidade Satélite, Bairro Pitimbu, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, de coordenadas geográficas em 05°51'15"S de latitude e 35°94'41"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas nºs 96/97, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão..

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 721 alíneas **b**, **e** e **e** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade

com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada norma (fls. 101 a 153).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 139, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 157. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas a 127, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presen-

tes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação Rádio Comunitária Satélite FM;

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Ana Catarina Ferreira D. de Aquino	Presidente
João Gregório Sarmento Neto	Vice-Presidente
Gilberto Alves da Silva	1º Secretário
Maria das Graças Souza Pinheiro	2º Secretária
Maurílio Américo Ferreira	1º Tesoureiro
Conceição Eliza Diógenes Macedo	2º Tesoureiro

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Serra da Jurema, 7.974, cidade Satélite, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

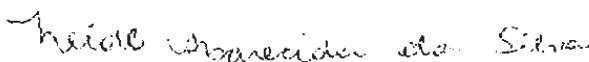
• **coordenadas geográficas**

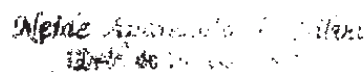
05°51'15" de latitude e 35°14'41" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 157, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 139 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Rádio Comunitária Satélite FM, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.780.000.095-00, de 9 de novembro de 2000.

Brasília, 12 de novembro de 2007.


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica


12 de novembro de 2007

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 12 de novembro de 2007. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de novembro de 2007. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 317/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, DE novembro de 2007. – **Zilda Beatriz S. de Campos Abreu**, Secretária de Serviço de Comunicação eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 370, DE 2008**

(Nº 702/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161 de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 106, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 149, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural do Povoado Pacas, na cidade de Pinheiro – MA;.

2 – Portaria nº 229, de 3 de maio de 2004 – Associação Comunitária de Rádio FM Ebenézer Áudio, no município de Bom Jesus do Norte. – ES;

3 – Portaria nº 442, de 11 de outubro de 2005 – Associação Rádio Comunitária Nova Alternativa da Cambé, no município de Cambé – PR;

4 – Portaria nº 278, de 9 de maio de 2006 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Orocó – PE, no município de Orocó – PE;

5 – Portaria nº 338, de 7 de julho de 2006 – Associação Cultural e Comunicação Social São Vicente do Sul, no município de São Vicente do Sul – RS;

6 – Portaria nº 417, de 4 de setembro de 2006 – Associação de Comunicação Comunitária, no município de Rosário do Sul – RS;

7 – Portaria nº 418, de 4 de setembro de 2006 – Associação Rádio Comunitária Três Rios, no município de Cacequi – RS;

8 – Portaria nº 681, de 23 de outubro de 2006 – Associação Cultural de Pranchita, no município de Pranchita – PR;

9 – Portaria nº 715, de 23 de outubro de 2006 – Associação Navegantes de Difusão Comunitária, no município de São Boda – RS;

10 – Portaria nº 721, de 23 de outubro de 2006 – Associação Betel, no município de Guarapuava – PR;

11 – Portaria nº 745, de 24 de outubro de 2006 – Associação Cultural e Comunitária de Itapema, no município de Itapema – SC;

12 – Portaria nº 784, de 25 de outubro de 2006 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Compromisso com a Verdade e a Vida, no município de Cosmópolis – SP;

13 – Portaria nº 1.025, de 19 de dezembro de 2006 – Associação Movimento Comunitário Rádio Esperança de Aporé – FM, no município de Aporé – GO;

14 – Portaria nº 17, de 3 de janeiro de 2007 – Associação das Mulheres de São Pedro, no município de Jucás – CE;

15 – Portaria nº 46, de 19 de janeiro de 2007 – Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis, no município de Heliópolis – BA;

16 – Portaria nº 139, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária da Rádio Studio de Curiúva, no município de Curiúva – PR;

17 – Portaria nº 147, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária e Cultural de Primavera do Leste, no município de Primavera do Leste – MT;

18 – Portaria nº 148, de 12 de abril de 2007 – Associação dos Moradores do Setor Norte, no município de Almas – TO;

19 – Portaria nº 151, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária Radio Regional FM, no município de Muritiba – BA;

20 – Portaria nº 161, de 12 de abril de 2007 – Associação Cultural Comunitária Módulo, no município de Buri – SP;

21 – Portaria nº 185, de 27 de abril de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Tibau – ARTC, no município de Tibau – RN;

22 – Portaria nº 235, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária de Igreja Nova, no município de Igreja Nova – AL;

23 – Portaria nº 237, de 28 de maio de 2007 – Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Preto – APRLVARP, no município de Aparecida do Rio Negro – TO;

24 – Portaria nº 443, de 9 de agosto de 2007 – Associação Comunitária Rádio Livre Ibirataia, no município de Ibirataia – BA;

25 – Portaria nº 508, de 13 de setembro de 2007 – Associação Educativa de Comunicação os Moradores e Usuários da Água do município de São José do Siridó RN, no município de São José do Siridó – RN;

26 – Portaria nº 510, de 13 de setembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária São Joaquim, no município de São Joaquim – SC;

27 – Portaria nº 512, de 13 de setembro de 2007 – Associação Comunitária e Cultural Jesus Libertador de Galvão, no município de Galvão – SC;

28 – Portaria nº 514, de 13 de setembro de 2007 – Rádio Comunitária Nova Itaberaba FM, no município de Nova Itaberaba – SC;

29 – Portaria nº 542, de 27 de setembro de 2007 – Associação Comunitária Rádio Mongaguá FM, no município de Mongaguá – SP;

30 – Portaria nº 547, de 27 de setembro de 2007 – Associação de Ecologia e Meio Ambiente de Piranhas – Grupo Ema, no município de Piranhas – GO;

31 – Portaria nº 551, de 27 de setembro de 2007 – Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cosmorama, no município de Cosmorama – SP;

32 – Portaria nº 582, de 16 de outubro de 2007 – ACIPA – Associação Comunitária de Palmeirante, no município de Palmeirante – TO;

33 – Portaria nº 587, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte, no município de Lontras – SC;

34 – Portaria nº de 16 de outubro de 2007 – Associação Santo Antônio, no município de Caridade – CE;

35 – Portaria nº 596, de 16 de outubro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural FM de Exu Pernambuco – PE, no município de Exu – PE;

36 – Portaria nº 607, de 5 de novembro de 2007 – Associação de Comunicação da Rádio Comunitária

“Vila Pavão que Queremos”, o município de Vila Pavão – ES;

37 – Portaria nº 613, de 6 de novembro de 2007 – Associação Rádio Comunitária Portomar, no município de Ipojuca – PE;

38 – Portaria nº 645, de 21 de novembro de 2007 – Associação de Difusão Comunitária de Baianópolis, no município de Baianópolis – BA;

39 – Portaria nº 654, de 21 de novembro de 2007 – Associação da Comunidade de Luzinópolis, no município de Luzinópolis – TO; e

40 – Portaria nº 658, de 21 de novembro de 2007 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Coqueiro Seco – Alagoas, no município de Coqueiro Seco – Al.

Brasília, 10 de março de 2008. – **Luiz Inácio da Lula Silva.**

MC Nº 95 EM

Brasília, 7 de maio de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Comunitária Módulo, no município de Buri, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53830.000349/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do

presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 161, DE 12 DE ABRIL DE 2007

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000349/00 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/ Nº 2.395 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo, com sede na Rua Fortunato Ferreira de Albuquerque, nº 125 – Bairro São José, no município de Buri, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º47’43”S e longitude em 48º35’54”W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 222/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.830.000.349-00, protocolizado em 12-6-2000

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Interessado: Associação Cultural Comunitária Módulo, município de Buri, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Cultural Comunitária Módulo, inscrita no CNPJ sob o número 62.415.962/0001-37 no Estado de São Paulo, com sede Rua Fortunato Ferreira de

Albuquerque, nº 125, Bairro São José, no município de Buri, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12-6-2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 9-4-2001 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras 4 entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Beneficente, Cultural, Educacional e Comunitária Expansão – Processo nº 53.830.002.374-98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “extrai-se pela leitura do art. 28 do Estatuto Social, que se trata de sociedade civil com fins lucrativos. Por outro lado, o disposto no art. 3º, acerca do associados, demonstra que para ter vínculos associativos com a Entidades, deve-se ter, ou querer ter, atividades ligadas a área da cultura e da comunicação, o que impõe limites dentro do universo da comunidade local ...” conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 823/01 datado de 26-6-2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Associação Comunitária Alto da Vila Rosa – Processo nº 53.830.000.279-01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... Em decorrência de análise inicialmente efetuada nos autos do processo em epígrafe, constataram-se algumas pendências passíveis do cumprimento de exigências, formuladas no ofício nº 6.621, datado de 12-8-2001. Ocorre que o referido documento foi devolvido pelos Correios ... “conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 7.772/01, datado de 5-11-2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência

do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 4.688/04 de 5-11-2004. Até a presente data a entidade não interpôs recurso.

c) Associação Movimento Cultural, Artístico e Social de Rádio Comunitária Objetiva FM – Processo nº 53.830.001.694-98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “...a entidade tem fins lucrativos, admitindo receita através de publicidade e se auto-denominando “empresa”, conforme art. 1º do Estatuto Social, em infringência aos arts. 1º, 7º e 18 da Lei nº 9.612/98. Comprova-se ainda que, através da cópia do CGC da entidade a “descrição da atividade econômica: atividades de rádio...” conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 824, datado de 26-6-2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 5.235/05 de 10-8-2005. Até a presente data a entidade não interpôs recurso.

d) Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Avança Buri – Processo nº 53.830.000.278-01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... Embora a Requerente tenha negado sua vinculação com o Poder Público Municipal, o item 4 do Ofício de resposta nº 1/2004 datado de 25-6-2004, dispõe que: “Por fim esclarece que não há possibilidade de acordo entre as entidades, uma vez que ambas são dirigidas por adversários políticos”. Desta forma, fica evidente a infringência ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612/98. Restou portanto ao Ministério das Comunicações a aplicação do critério da Representatividade ... do qual constata-se que esta Entidade apresentou menor número de manifestações em apoio que sua concorrente ... sagrando-se vencedora a Associação Movimento Cultural, Artístico e Social Módulo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 13.312, datado de 19-8-2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 3.033 de 20-5-2005. Até

a presente data não houve interposição de recurso pela Entidade.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Fortunato Ferreira Albuquerque, nº 125, Além Linha, no município de Buri, Estado de São Paulo de coordenadas geográficas em 23°47'45"S de latitude e 48°36'15"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 156, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: planta de arruamento, ata de eleição, comprovação do devido registro da Ata de Fundação e do Estatuto Social, declaração constando o endereço da sede, CNPJ das Entidades que manifestaram apoio, alteração estatutária, CNPJ da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico,

em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 159 a 280).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 247, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 272 e 273. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e especificamente no intervalo de folhas 1 a 280, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar nº 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados.

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos,

após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação Cultural Comunitária Módulo

• **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Reginaldo Corrêa	Dir. Geral
Ronald Ramaciatti	Dir. Administrativo
José Luiz Vieira	Dir. Operações

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Benjamim Constant, nº 125, Além, Linha município de Buri, Estado de São Paulo.

• **coordenadas geográficas**

23°47'43" de latitude e 48°35'54" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 272 e 273, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 247 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural Comunitária Módulo, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53130.000.349-00, de 12 de junho de 2000.

Brasília, 3 de outubro de 2005. – **Sibela Leandra Portella**, Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 3 de outubro de 2005. – **Sibela Leandra Portela Matias**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de outubro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 222/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 371, DE 2008**

(Nº 706/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176 de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 185, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 173, de 3 de abril de 2006 – Mendonça e Rios Ltda., no município de Loanda – PR;

2 – Portaria nº 174, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Maíra Ltda., no município de Feijó – AC;

3 – Portaria nº 175, de 3 de abril de 2006 – Armação dos Búzios Radiodifusão Ltda., no município de Armação de Búzios – RJ;

4 – Portaria nº 176, de 3 de abril de 2006 – Rádio FM Mania Ltda., no município de Volta Redonda – RJ;

5 – Portaria nº 181, de 3 de abril de 2006 – Rádio Som Alvorada Ltda., no município de Peixe – TO;

6 – Portaria nº 182, de 3 de abril de 2006 – Onik Radiodifusão Ltda., no município de São Miguel do Tocantins – TO;

7 – Portaria nº 183, de 3 de abril de 2006 – Plus Radiodifusão Ltda., no município de Coxilha – RS;

8 – Portaria nº 184, de 3 de abril de 2006 – Natureza Comunicações Ltda., no município de São José do Rio Preto – SP;

9 – Portaria nº 185, de 3 de abril de 2006 – Rádio Cidade Tabira FM Ltda., no município de Tabira – PE;

10 – Portaria nº 187, de 3 de abril de 2006 – Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda., no município de Sumaré – SP;

11 – Portaria nº 189, de 3 de abril de 2006 – Fator Radiodifusão Ltda., no município de Capivari do Sul – RS;

12 – Portaria nº 191, de 3 de abril de 2006 – Rede Elo de Comunicações Ltda., no município de Boa Viagem – CE;

13 – Portaria nº 192, de 3 de abril de 2006 – CPR Comunicação Ltda., no Município de Massaranduba – SC;

14 – Portaria nº 193, de 3 de abril de 2006 – Folha Popular Ltda., no município de Babaçulândia – TO;

15 – Portaria nº 194 de 3 de abril de 2006 – Rádio RMS Ltda., no município de Coronel Macedo – SP;

16 – Portaria nº 195, de 3 de abril de 2006 – Rádio RMS Ltda., no município de Capão Bonito – SP;

17 – Portaria nº 196, de 3 de abril de 2006 – Rádio de Guarani Novidades FM Ltda., no Município de Guarani –MG;

18 – Portaria nº 198, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., no município de Turilândia – MA;

19 – Portaria nº 199, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., no município de Lagoa dos Rodrigues – MA;

20 – Portaria nº 200, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., no município de Davinópolis – MA;

21 – Portaria nº 204, de 3 de abril de 2006 – Continental Comunicações Ltda., no município de Pontes e Lacerda – MT;

22 – Portaria nº 205, de 3 de abril de 2006 – Grupo Frajola de Comunicação Ltda., no município de Capim Grosso – BA;

23 – Portaria nº 244, de 24 de abril de 2006 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Guaraí – TO;

24 – Portaria nº 245, de 24 de abril de 2006 – HP Comunicação Ltda., no Município de Abadia de Goiás – GO; e

25 – Portaria nº 254, de 24 de abril de 2006 – Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., no município de Vargem Grande – MA.

Brasília, 8 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 187 EM

Brasília, 11 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 024/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação

de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM Mania Ltda. (Processo nº 53770.000646/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 176, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53770.000646/2001, Concorrência nº 024/2001-SSR/MC e do PARECER CONJUR/MC/JSN/ Nº 0403 – 2.29/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM Mania Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIR

RADIO FM MANIA LTDA

SUZANA DE FÁTIMA PIAZ BARCELOS SALGADO DE OLIVEIRA, BRASILEIRA, CASADA, PROFESSORA, RESIDENTE E DOMICILIADA A PRAIA DE ICARAI, Nº 219, APTº 702, ICARAI, NITERÓI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PORTADORA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 05421461-4, EXPEDIDA PELO INSTITUTO FELIX PACHECO, INSCRITO NO CPF/MF SOB O Nº 005.494.777-48, VIVIANE GUTIERREZ DE MORAES SALGADO DE OLIVEIRA BRASILEIRA, CASADA, PROFESSORA, RESIDENTE E DOMICILIADA A PRAIA DE ICARAI, Nº 219, APTº 1202, ICARAI, NITERÓI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PORTADORA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 05433853-8, EXPEDIDA PELO INSTITUTO FELIX PACHECO, INSCRITA NO CPF/MF SOB O Nº 708.664.227-49, CRISTINA DE SOUZA HOELZ SALGADO DE OLIVEIRA, BRASILEIRA, CASADA, ENGENHEIRA, RESIDENTE E DOMICILIADA NA PRAIA DE ICARAI, Nº 219, APTº 601 ICARAI, NITERÓI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PORTADORA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 06613598-9, EXPEDIDA PELO INSTITUTO FELIX PACHECO, INSCRITO NO CPF/MF SOB O Nº 788.003.587-72, ÚNICOS SÓCIOS DA FIRMA "RADIO FM MANIA LTDA", COM SEDE NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA, Nº 935, CONJUNTO 1520, CENTRO, NITERÓI, RJ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSCRITA NO C.N.P.J. (ME) SOB O Nº 04.385.024/0001-67, COM SEU ATO CONSTITUTIVO ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SENDO O CONTRATO SOCIAL REGISTRADO SOB O Nº 33.2.0669323-8 EM 09.04.2001. RESOLVEM ALTERAR O SEU CONTRATO SOCIAL PARA: AUMENTO DE CAPITAL, SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CAPITAL SOCIAL DA FIRMA QUE É DE R\$ 21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS), JÁ TOTALMENTE INTEGRALIZADO, FICA AUMENTADO PARA R\$ 51.000,00 (CINQUENTA E UM MIL REAIS), DIVIDIDO EM 51.000 (CINQUENTA E UMA MIL) QUOTAS SOCIAIS, NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (UM REAL) CADA UMA, INTEGRALIZADAS NESTE ATO PELOS SÓCIOS EM MOEDA CORRENTE DO PAIS, ASSIM DISTRIBUIDOS:

SUZANA DE FÁTIMA PIAZ BARCELOS SALGADO DE OLIVEIRA.....	17.000	QUOTAS - R\$ 17.000,00
--		
VIVIANE GUTIERREZ DE MORAES SALGADO DE OLIVEIRA.....	17.000	QUOTAS - R\$ 17.000,00
--		
CRISTINA DE SOUZA HOELZ SALGADO DE OLIVEIRA.....	17.000	QUOTAS - R\$ 17.000,00
TOTAL	51.000	QUOTAS - R\$ 51.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA: PERMANECEM EM PLENO VIGOR TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL NÃO MODIFICADAS POR ESTE INSTRUMENTO.


E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO, EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS, QUE ABAIXO TAMBÉM ASSINAM.

NITERÓI, 19 DE JUNHO DE 2001


SUZANA DE FÁTIMA PIAZ BARCELOS SALGADO DE OLIVEIRA

TESTEMUNHAS:


VIVIANE GUTIERREZ DE MORAES SALGADO DE OLIVEIRA


RENATO RODRIGUES MANA
IDT. 06408553-3 IFP
CPF. 869.108.337-91


CRISTINA DE SOUZA HOELZ SALGADO DE OLIVEIRA


VALÉRIA ALBUQUERQUE DE MOURA
IDT. 07420290-4
CPF. 910.719.417-04

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 372, DE 2008**

(Nº 708/2008, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
à Rádio Três Climas Ltda., para explorar
serviço de radiodifusão sonora em frequên-
cia modulada na cidade de Assaré, Es-
tado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163 de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 186, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 153, de 4 de junho de 2003 – Rádio e TV Sucesso Ltda., na cidade de Varzelândia – MG;

2 – Portaria nº 156, de 4 de junho de 2003 – Rádio FM Serrote Ltda., na cidade de Castelo do Piauí – PI;

3 – Portaria nº 163, de 4 de junho de 2003 – Rádio Três Climas Ltda., na cidade de Assaré – CE;

4 – Portaria nº 172, de 4 de junho de 2003 – Rádio Ultra FM Ltda., na cidade de Maricá – RJ;

5 – Portaria nº 177, de 4 de junho de 2003 – Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda., na cidade de Tapurah – MT;

6 – Portaria nº 184, de 4 de junho de 2003 – Iva-nov Comunicação e Participações Ltda., na cidade de São João do Jaguaribe – CE;

7 – Portaria nº 185, de 4 de junho de 2003 – Iva-nov Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Viçosa do Ceará – CE;

8 – Portaria nº 186, de 4 de junho de 2003 – Iva-nov Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Uruburetama – CE;

9 – Portaria nº 188, de 4 de junho de 2003 – Sistema Maior de Radiodifusão Ltda., na cidade de Martinópolis – CE;

10 – Portaria nº 310, de 24 de agosto de 2004 – Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda., no Município de Ibicuí – BA;

11 – Portaria nº 395, de 3 de novembro de 2004 – Alvorecer Comunicações Ltda., no Município de Bom Jesus de Goiás – GO;

12 – Portaria nº 254, de 9 de maio de 2005 – Rádio Mar Grosso de São José do Norte Ltda., no Município de São José do Norte – RS;

13 – Portaria nº 325, de 6 de julho de 2005 – Sistema Teixeira Carvalho Oliveira de Comunicações Ltda., no Município de Santana da Boa Vista – RS;

14 – Portaria nº 526, de 10 de novembro de 2005 – Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda., no Município de Baraúna – PB;

15 – Portaria nº 203, de 3 de abril de 2006 – Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., no Município de Novo Repartimento – PA;

16 – Portaria nº 233, de 24 de abril de 2006 – Rede Norte de Comunicação Ltda., no Município de Santa Maria do Pará – PA;

17 – Portaria nº 234, de 24 de abril de 2006 – Rede Norte de Comunicação Ltda., no Município de Mocajuba – PA;

18 – Portaria nº 235, de 24 de abril de 2006 – Eco FM Ltda., no Município de Ibiapina – CE;

19 – Portaria nº 535, de 13 de setembro de 2006 – Genoa FM Ltda., no Município de Siqueira Campos – PR;

20 – Portaria nº 604, de 21 de setembro de 2006 – 102,3 FM Comunicação Ltda., no Município de Bonfinópolis – GO;

21 – Portaria nº 635, de 21 de setembro de 2006 – Indústrias Gráficas o Estado Ltda., no Município de Araçatuba – SP;

22 – Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2006 – Estação Plaza Rádio FM Ltda., no Município de Aju-ricaba – RS; e

23 – Portaria nº 382, de 13 de julho de 2007 – Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda., no Município de Santa Bárbara D'Oeste – SP.

Brasília, 8 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 49 EM

Brasília, 12 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 053/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Três Climas Ltda. (Processo nº 53650.000659/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso

Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira**.

PORTARIA Nº 163, DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000659/2000, Concorrência nº 053/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC Nº 380, de 16 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira**.

**RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.
C.G.C.(M.F.) Nº 72.511.595/0001-50
2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento, **ANYA PESSÔA FREIRE**, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Silva Jathai, 1155/1601, Meireles, portadora da C.I. nº 94002575017 SSP-Ce., e do C.P.F. nº 388.947.503-53; **JOSÉ PESSÔA DE ARAÚJO FILHO**, brasileiro, casado comerciante, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Wilson Aguiar, 200, portador da C.I. nº 480719 SSP-Ce., e do C.P.F. nº 946.280.543-20 e, **EVELINE PESSÔA DE ARAÚJO**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Coronel ~~JOMY~~ ~~198/202~~ Meireles, portadora da C.I. nº 94002575173 SSP-Ce., e do C.P.F. nº 413.944.438-20, únicos sócios componentes da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada **RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.**, com Contrato Social e Aditivos, registrados na ~~JUCERJ~~ ~~JUCEC~~ – Junta Comercial do Estado do Ceará, sob os números e despachos a seguir: CS - 23200592024, de 29/07/93; AC - 232132206, de 05/06/97, resolvem entre si e na melhor forma do direito, alterar os respectivos documentos, sob as cláusulas e condições seguintes:

1ª Cláusula: altera-se a 1ª cláusula do 1º Aditivo ao Contrato Social registrado na JUCEC sob o nº 232132206, que passa a ter a seguinte redação: a sede e foro da Sociedade tem como endereço a cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, à Av. Eubia Barroso, 2811, Centro, não tendo filiais.

2ª Cláusula: altera-se a 12ª cláusula do Contrato Social registrado na JUCEC sob o nº 23200592024, que passa a ter a seguinte redação: a Sociedade será administrada pela sócia **EVELINE PESSÔA DE ARAÚJO**, na função de sócia-gerente, cabendo-lhe todos os poderes da administração legal da entidade e sua representação em juízo ou fora dele competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos as gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

3ª Cláusula: todas as demais cláusulas e condições do Contrato Social não modificadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas e qualificadas, para que surta os devidos fins e efeitos legais.


Itapipoca-Ce., 15 de junho de 1.998.



ANYA PESSÔA FREIRE


JOSÉ PESSÔA DE ARAÚJO FILHO


EVELINE PESSÔA DE ARAÚJO

TESTEMUNHAS:


1. José Fernandes Medeiros,
brasileiro, casado, comerciante,
residente e domiciliado à Rua
Júlio Braga, 80, Fortaleza-Ce.
C.I. 154.444 SPSP-Ce.
C.P.F. 013.358.203-51


2. Otávio Pacheco da Rocha Neto,
brasileiro, solteiro, industrial,
residente e domiciliado à Rua
Emílio Conde, 571, Vila Pery,
Fortaleza-Ce.
C.I. 95002107917 SSP
C.P.F. 359.154.983-53

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 373, DE 2008**

(Nº 709/2008, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
à Amazônia Comunicação e Radiodifusão
Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Repartimento, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 203 de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Repartimento, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 186, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 153, de 4 de junho de 2003 – Rádio e TV Sucesso Ltda., na cidade de Varzelândia – MG;

2 – Portaria nº 156, de 4 de junho de 2003 – Rádio FM Serrote Ltda., na cidade de Castelo do Piauí – PI;

3 – Portaria nº 163, de 4 de junho de 2003 – Rádio Três Climas Ltda., na cidade de Assaré – CE;

4 – Portaria nº 172, de 4 de junho de 2003 – Rádio Ultra FM Ltda., na cidade de Maricá – RJ;

5 – Portaria nº 177, de 4 de junho de 2003 – Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda., na cidade de Tapurah – MT;

6 – Portaria nº 184, de 4 de junho de 2003 – Iva-nov Comunicação e Participações Ltda., na cidade de São João do Jaguaribe – CE;

7 – Portaria nº 185, de 4 de junho de 2003 – Iva-nov Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Viçosa do Ceará – CE;

8 – Portaria nº 186, de 4 de junho de 2003 – Iva-nov Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Uruburetama – CE;

9 – Portaria nº 188, de 4 de junho de 2003 – Sistema Maior de Radiodifusão Ltda., na cidade de Martinópolis – CE;

10 – Portaria nº 310, de 24 de agosto de 2004 – Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda., no Município de Ibicuí – BA;

11 – Portaria nº 395, de 3 de novembro de 2004 – Alvorecer Comunicações Ltda., no Município de Bom Jesus de Goiás – GO;

12 – Portaria nº 254, de 9 de maio de 2005 – Rádio Mar Grosso de São José do Norte Ltda., no Município de São José do Norte – RS;

13 – Portaria nº 325, de 6 de julho de 2005 – Sistema Teixeira Carvalho Oliveira de Comunicações Ltda., no Município de Santana da Boa Vista – RS;

14 – Portaria nº 526, de 10 de novembro de 2005 – Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda., no Município de Baraúna – PB;

15 – Portaria nº 203, de 3 de abril de 2006 – Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., no Município de Novo Repartimento – PA;

16 – Portaria nº 233, de 24 de abril de 2006 – Rede Norte de Comunicação Ltda., no Município de Santa Maria do Pará – PA;

17 – Portaria nº 234, de 24 de abril de 2006 – Rede Norte de Comunicação Ltda., no Município de Mocajuba – PA;

18 – Portaria nº 235, de 24 de abril de 2006 – Eco FM Ltda., no Município de Ibiapina – CE;

19 – Portaria nº 535, de 13 de setembro de 2006 – Genoa FM Ltda., no Município de Siqueira Campos – PR;

20 – Portaria nº 604, de 21 de setembro de 2006 – 102,3 FM Comunicação Ltda., no Município de Bonfinópolis – GO;

21 – Portaria nº 635, de 21 de setembro de 2006 – Indústrias Gráficas o Estádio Ltda., no Município de Araçatuba – SP;

22 – Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2006 – Estação Plaza Rádio FM Ltda., no Município de Ajuricaba – RS; e

23 – Portaria nº 382, de 13 de julho de 2007 – Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda., no Município de Santa Bárbara D'Oeste – SP.

Brasília, 8 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 222 EM

Brasília, 24 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 051/2001 – SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Novo Repartimento, Estado do Pará.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53720.000306/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim, vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somen-

te produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 203, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53720.000306/2001, Concorrência nº 051/2001 – SSR/MC e do PARECER/CONJUR/MC/JSN/Nº 0673 – 2.29/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Novo Repartimento, Estado do Pará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223, da Constituição Federal.

Art. 3º O contrato decorrente dessa permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

TABELIONATO FREIRE DA SILVA

RUA MARINHO FURTADO 1681

AUTENTICAÇÃO FRENTE

Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do
que dou fé.

CASTANHAL, 31 de maio de 2006

Valor: R\$ 1,50

Em testemunha da verdade
veio a público, no ato de vistoria e
escrivente duramente

Instrumento Particular de Constituição de
Sociedade por Cotas de Responsabilidade
Limitada, cuja Razão Social é **AMAZÔNIA
COMUNICAÇÃO E RÁDIODIFUSÃO
LTDA.**, como a seguir melhor se declara.

Pelo presente Instrumento Particular de Constituição, **PAULA MICHELLE DOS SANTOS SOUSA BULHÕES COSTA**, brasileira, casada, empresaria, portadora da Cédula de Identidade Rg. de n.º 2.727.227, expedida por Segup - Pa e o C.I.C. de n.º 423.303.602-82, residente e domiciliada na Alameda Belém - Conjunto 03 Irmãos - Casa n.º 05, bairro de Nova Olinda, Castanhal, Pará, CEP: 68.742-060 e **WILCILEA DA SILVA LUZ**, brasileira, solteira, empresaria, portadora da Cédula de Identidade Rg. de n.º 3.340.449, expedida por Segup - Pa e o C.I.C. de n.º 703.072.962-53, residente e domiciliada na Alameda Belém - Conjunto 03 Irmãos - Casa n.º 01, bairro de Nova Olinda, Castanhal, Pará, CEP: 68.742-060, ambas tendo acordado e contratado constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com o fato o fato qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade girará sob o nome empresarial de **"AMAZÔNIA COMUNICAÇÃO E RÁDIODIFUSÃO LTDA"** com sua sede na Travessa 1º de Maio n.º 1319, bairro do Pirapora, Castanhal, Pará, CEP: 68.742-790, podendo instalar e manter filiais em todo o território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Os objetivos da sociedade consistem na execução, em qualquer parte do território nacional dos serviços de TV a Cabo, assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a correspondência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos; e de radiodifusão sonora; radiodifusão de sons e imagens (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; TV a Cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicações em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente.

Parágrafo Único

A Sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviço de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo Artigo 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.02.1967.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

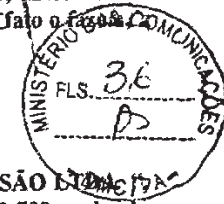
O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data do arquivamento na JUCEPA.

CLÁUSULA QUARTA - DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PODER PÚBLICO

A sociedade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social estabelecido neste ato, é de **RS 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)**, divididos em 80 (Oitenta) cotas de **RS 1.000,00 (Hum Mil Reais)** cada uma, neste ato integralizado em moeda corrente e legal do país, dividido na seguinte forma entre os sócios:



02 MAR 2006

<u>S Ó C I O S</u>	<u>N.º COTAS</u>	<u>VALOR R\$</u>	<u>%</u>
01 – PAULA MICHELLE DOS SANTOS SOUSA BULHÕES COSTA	40	40.000,00	50
02 – WILCLEA DA SILVA LUZ	40	40.000,00	50
T O T A I S	80	80.000,00	100

Parágrafo Primeiro

A integralização referida na Cláusula Quinta, será efetuada, em moeda corrente e legal do País, cotas devidas a cada um, de acordo com o que se especifica no “caput” dessa cláusula.

Parágrafo Segundo

De acordo com o artigo 2º, “in fine” do Decreto-Lei Federal nº 3.768, de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social.

Parágrafo Terceiro

É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partidos político e de sociedade, cujo Capital pertença exclusivamente e nominalmente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. A participação referida só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social.

Parágrafo Quarto

As cotas ou ações representativas do Capital Social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Compete o uso da denominação social PAULA MICHELLE DOS SANTOS SOUSA BULHÕES COSTA e WILCLEA DA SILVA LUZ, os quais representarão a Sociedade em conjunto ou isoladamente, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, representar a Sociedade junto às repartições públicas, Federais, Estaduais e Municipais e Autarquias, movimentar contas bancárias, emitir títulos de créditos, procurações, endossar, avalizar e outros, sendo-lhes no entanto, vetado o uso em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, inclusive em avais a favor de terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO

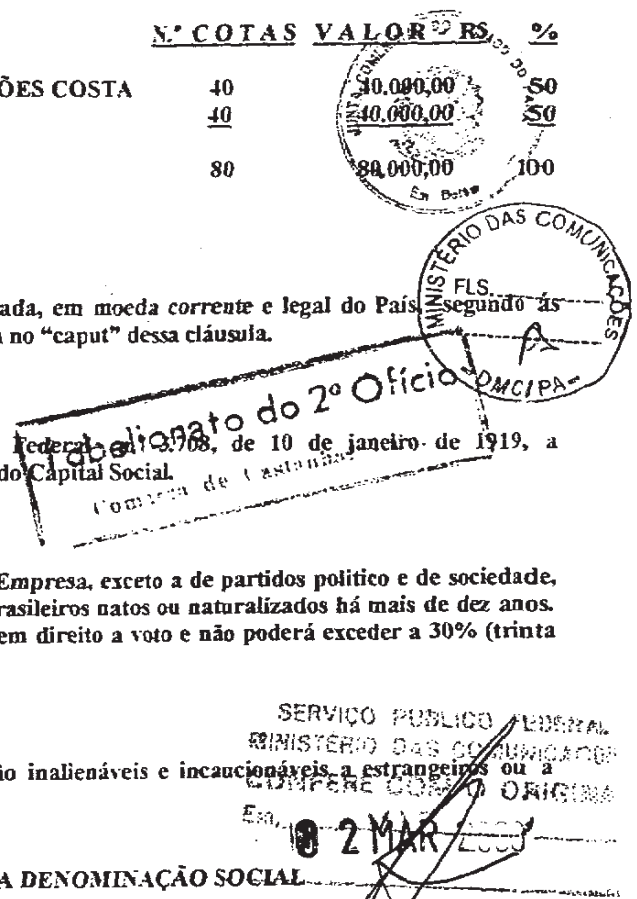
A Administração da Sociedade será exercida pelos sócios mencionados na Cláusula Sexta, que dispensados de caução, ficam desde já investidos na função de sócios-gerentes, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao pleno andamento dos negócios sociais.

Parágrafo Único

Os sócios-gerentes terão direito a uma retirada mensal, a título de “Pró-Labore”, estabelecida de comum acordo entre os mesmos, obedecendo a capacidade financeira da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BALANÇOS ANUAIS E DA PARTILHA DE LUCROS OU PREJUÍZOS

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da Sociedade para apuração de lucros ou prejuízos. Em se tratando de lucros, atendidas as obrigações sociais e feitas as amortizações e provisões consideradas necessárias e permitidas em lei, os lucros apurados anualmente, serão distribuídos entre os sócios, na proporção das cotas de capital de cada um, ou levado para a conta “lucros acumulados” para ulterior aumento de capital, e se apresentar prejuízos, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das cotas de capital de cada um



CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE COTAS

Parágrafo Primeiro

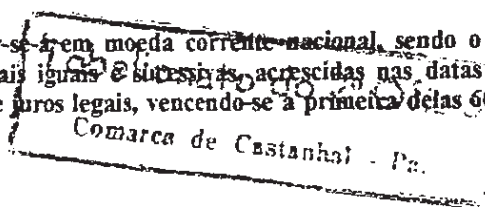
O Capital Social, na sua totalidade, pertencerá a pessoas físicas brasileiras.

Parágrafo Segundo

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade, sem prévio consentimento expresso do outro sócio e da autorização prévia do Poder Público concedente, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar sua resolução a sociedade com uma antecedência de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade o sócio remanescente terá preferência na aquisição das cotas do sócio retirante.

Parágrafo Terceiro

O pagamento dos haveres do sócio retirante far-se-á em moeda corrente nacional, sendo o total a receber dividido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, acrescidas nas datas dos respectivos pagamentos da variação do índice oficial vigente e juros legais, vencendo-se a primeira delas 60 (sessenta) dias após a retirada do sócio.



Parágrafo Quarto

É vedado aos sócios, darem suas cotas de capital, ou parte delas, que são indivisíveis, em caução, fiança ou penhor, em juízo ou fora dele, assim como onerá-las com cláusulas de usufruto, fideicomisso ou qualquer ato ou disposição de última vontade que, de qualquer forma venha contrariar ou perturbar os interesses e fins sociais.

Parágrafo Quinto

O falecimento de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da Sociedade prosseguindo com os herdeiros do mesmo, os quais deverão ter seus nomes submetidos à prévia aprovação pelo Poder Público concedente.

Parágrafo Sexto

Verificando-se a ocorrência descrita no parágrafo anterior, será feita a apuração dos haveres do sócio falecido e a seguir processada a entrega na forma legal aos legítimos herdeiros. Os haveres, se houverem, do sócio falecido, serão negociados pelos herdeiros e/ou sucessores legais na forma prevista no parágrafo terceiro desta cláusula, dando sempre preferência, em igualdade de condições, à Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para o exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual administrativa direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Único

O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO

Pelo presente instrumento, os sócios declaram expressamente que não se acham incursos nas proibições legais que os impeçam de exercer as atividades previstas nos objetivos sociais referidos na cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos não previstos no presente Contrato Social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919, e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da sede da Sociedade para a solução de quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento de constituição, obrigando-se a herdeiros e sucessores a cumprirem fielmente todos os seus expressos termos, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Castanhal (Pa), 06 de abril de 2001

Tabellionato do 2º Ofício

Comarca de Castanhal - Pa.

Paula Michelle dos Santos Sousa Bulhões Costa
PAULA MICHELLE DOS SANTOS SOUSA BULHÕES COSTA.
Rg. n.º 2.727.227 - Segup - Pa.

Wilcilea da Silva Luz
WILCILEA DA SILVA LUZ.
Rg. n.º 3.340.449 - Segup - Pa.

SERVICÓ PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 02 MAR 2008

TESTEMUNHAS.

01 - *Fernando César Nascimento Cardoso*
Fernando César Nascimento Cardoso.
Rg. n.º 1.369.518 - Segup - Pa.

02 - *José Roberto Nascimento Cardoso*
José Roberto Nascimento Cardoso.
Rg. n.º 3.863.499 - Segup - Pa.

TABELIONATO FREIRE DA SILVA

RUA MAXIMINO FORPINO 1661

AUTENTICAÇÃO FRENTE

Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentada, do que dor té.
CASTANHAL, 31 de maio de 2008
Valor: R\$ 1,50

Dilermando Guedes Cabral
DILERMANDO GUEDES CABRAL
Escritor Público Juramentado



UNIDADE DESCONCENTRADA DE CASTANHAL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/04/2001

SQS O NÚMERO:
15200763701

Inovação
Protocolo: 01/016121-0

Dilermando Guedes Cabral
DILERMANDO GUEDES CABRAL
SECRETÁRIO GERAL

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 374, DE 2008**

(Nº 782/008, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização
à Associação Cultural e Beneficente de Co-
municação Comunitária Liberdade FM para
executar serviço de radiodifusão comunitá-
ria na cidade Redenção, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 545 de 27 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 182, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 267, de 29 de maio de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Monte Pascoal, no Município de Itabela – BA;

2 – Portaria nº 545, de 27 de setembro de 2007 – Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM, no Município de Redenção – PA;

3 – Portaria nº 693, de 13 de dezembro de 2007 – Associação Rádio Comunitária Tupã FM, no Município de Tuparetama – PE;

4 – Portaria nº 708, de 18 de dezembro de 2007 – Associação dos Moradores do Bairro Centro de Itaúba, no Município de Itaúba – MT;

5 – Portaria nº 710, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Janduís – RN, no Município de Janduís – RN;

6 – Portaria nº 713, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Ideal, no Município de Lauro de Freitas – BA;

7 – Portaria nº 717, de 18 de dezembro de 2007 – Sociedade Habitacional e Urbanismo, no Município de Santa Luz – BA;

8 – Portaria nº 736, de 18 de dezembro de 2007 – ACOMJGEB – Associação Comunitária da Juventu-

de de Governador Eugênio Barros – MA, no Município de Governador Eugênio Barros – MA.

9 – Portaria nº 749, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora do Amparo, no Município de Ribeira do Amparo – BA

10 – Portaria nº 751, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Para Desenvolvimento Social, Econômico e Cultural de Pinhão, no Município de Pinhão – PR; e

11 – Portaria nº 48, de 28 de fevereiro de 2008 – Instituto Profissionalizar de Capacitação Profissional – IPCP, no Município de Marituba – PA.

Brasília, 8 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 494 EM

Brasília, 21 de novembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM, no Município de Redenção, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53720.000416/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

**PORTARIA Nº 545,
DE 27 DE SETEMBRO DE 2007**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000416/98 e do Parecer/MC/CONJUR/PAS/Nº 1739 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM, com sede na Avenida Brasil, nº 1817 – Setor Alto Paraná, no Município de Redenção, Estado do Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º01'24"S e longitude em 50º03'21"W, utilizando a frequência de 104,9 Mhz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Helio Costa**.

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA
E SEM CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 220/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 5372000000416/98, protocolizado em 24-8-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM, Município de Redenção, Estado do Pará.

I – Introdução

1. A Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM, inscrita no CNPJ sob o número 02.634.169/0001-29, no Estado do Pará, com sede na Avenida Brasil, nº 1.817, Setor Alto Paraná, Município de Redenção, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 19-8-1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária

nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18-3-1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e, ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada, e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou, em sua petição, que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Avenida Araguaia, nº 171, no Município de Redenção, Estado do Pará, de coordenadas geográficas em 8º2'42"S, de latitude e 50º2'6"W, de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 368/369, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalta-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação do RadCom, houve justificativa à folha 569.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “c”, “d”, “i”, da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 375 a 569).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 550, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 569. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 570 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complemen-

tar nº 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM;

• quadro diretivo

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Joaquim Antônio Silva Santos	Presidente
Maurício Bonoli	Vice presidente
Edson Gabriel Moisés Júnior	Tesoureiro
João Lucimar Borges	Secretário

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rodovia PA 150, km 2, município de Redenção, Estado do Pará.

• coordenadas geográficas

08°01'24" de latitude e 50°03'21" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 569, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 550 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 5372000000416/98 de 24/08/1998.

Brasília, 29 de agosto de 2007. – **Luciana Coelho Costa**, Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 25 de agosto de 2007. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de agosto de 2007. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 220/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de agosto de 2007. – **Zilda Beatriz S. de Campos Abreu**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 375, DE 2008

(Nº 980/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 227 de 28 de maio de 2007, que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 541, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 227, de 28 de maio de 2007, que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Brasília, 22 de julho de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC Nº 172 EM

Brasília, 1º de junho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares como das a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 165/2001–

SSR/MC com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em onda média, no município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM Norte Pioneira Ltda., (Processo nº 53740.000305/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa**

PORTARIA Nº 227, DE 28 DE MAIO DE 2007

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000305/2002, Concorrência nº 165/2001–SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

FERNANDO JEFFERSON FALEIROS, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado em Jacarezinho-PR, à Rua Paraná nr. 567, cédula de identidade nr. 484.502 SSP-PR e CPF/MF nr. 121.672.909-34; JOSÉ RONALDO XAVIER, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado em Jacarezinho-PR, à Rua Abujamra nr. 1042, cédula de identidade nr. 1.438.146 SSP-PR e CPF/MF nr. 320.744.509-82; JOSÉ SALIBA, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado em Ourinhos-SP, à Rua Arlindo Luz nr. 930, cédula de identidade nr. 6.266.716 SSP-SP e CPF/MF nr. 221.917.558-87 e ELPÍDIO EDSON FERRAZ, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Ourinhos-SP, à Rua Arlindo Luz nr. 176, cédula de identidade nr. 3.040.915 SSP-SP e CPF/MF 153.711.828-53, sócios componentes da Sociedade Mercantil que gira sob a denominação comercial de RÁDIO FM NORTE PIONEIRA LTDA, estabelecida à Rua Costa Júnior nr. 787, em Jacarezinho-PR, com Contrato Social devidamente arquivado no Cartório de Registro Civil e de Títulos e Documentos da Comarca de Jacarezinho-PR, sob número 118 de 28 de agosto de 1987 e Primeira alteração de contrato social sob nr. 5341 em 09/08/90 às Folhas 118 do Livro 361, resolvem ALTERAR o contrato social, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA : Face as alterações da moeda nacional (para Cruzeiro Real e posteriormente Real), o capital social no valor de Cr\$280,00 (duzentos e oitenta cruzeiros) fica elevado para R\$10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor de R\$1,00 (hum real) cada quota. O aumento do capital social é proveniente da Reserva de Correção Monetária do Capital Realizado, da Reserva de Correção Monetária do Ativo Imobilizado e da Reserva de Lucros Acumulados, sendo distribuído proporcionalmente entre os sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA : INGRESSA na sociedade JOSÉ CARLOS FITTIPALDI, brasileiro, comerciante, casado, residente e domiciliado em Ourinhos-SP, à Rua Maria Flores Mourdes Moya nr. 209, cédula de identidade nr. 16.743.963 SSP-SP e CPF/MF nr. 050.416.158-02.

CLÁUSULA TERCEIRA : RETIRAM-SE da sociedade os sócios FERNANDO JEFFERSON FALEIROS que possui 25% do capital social e JOSÉ RONALDO XAVIER que possui 25% do capital social, cedendo a totalidade de suas quotas ao sócio remanescente JOSÉ SALIBA, dando total e irrevogável quitação à firma e ao sócio adquirente. RETIRA-SE também da sociedade o sócio ELPÍDIO EDSON FERRAZ, cedendo ao sócio remanescente

JOSÉ SALIBA, 11,38% (onze vírgula trinta e oito por cento) da totalidade de suas quotas, e, ao sócio ingressante JOSÉ CARLOS FITTIPALDI, 13,62% (treze vírgula sessenta e dois por cento) da totalidade de suas quotas, dando total e irrevogável quitação à firma e aos sócios adquirentes.

CLÁUSULA QUARTA : Em decorrência das alterações havidas, o capital social no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor de R\$1,00 ca da quota, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR (R\$)	%
JOSÉ SALIBA	8.638	8.638,00	86,38
JOSÉ CARLOS FITTIPALDI	1.362	1.362,00	13,62
TOTAL	10.000	10.000,00	100 %

CLÁUSULA QUINTA : O sócio ingressante JOSÉ CARLOS FITTI - PALDI, declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil.

CLÁUSULA SEXTA : A gerência da sociedade passará a ser exercida unicamente pelo sócio JOSÉ SALIBA, dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o Art. 12 da Lei nr. 3708 de 10/Jan/1919.

CLÁUSULA SÉTIMA : Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as da presente alteração contratual.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Jacarezinho-PR, 04 de janeiro de 1995.



 JOSÉ SALIBA




 JOSÉ CARLOS FITTIPALDI



 FERNANDO JEFFERSON FALEIROS


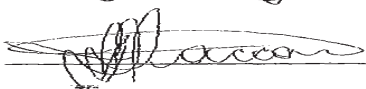


 JOSÉ RONALDO XAVIER



 ELPÍDIO EDSON FERRAZ

TESTEMUNHAS:

1.  _____
2.  _____

RÁDIO FM NORTE PIONEIRA LTDA.

CNPJ: 78.961.117/0001-29

TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOSÉ SALIBA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Ouri-nhos, SP, na Rua Arlindo Luz, n° 930, portador da Cédula de Identidade RG n° 5.266.716/SP, inscrito no C.P.F. sob n° 221.917.558-87, e

JOSÉ CARLOS FITTIPALDI, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Ourinhos, SP, na Rua Stélio Machado Loureiro, n° 56, portador da Cédula de Identidade RG n° 16.743.963/SP, inscrito no C.P.F. sob n° 050.416.158-02,

sócios componentes da Sociedade Civil de Responsabilidade Limitada que gira sob a denominação social de "RÁDIO FM NORTE PIONEIRA LTDA.", nesta cidade de Jacarezinho, PR, na Rua Costa Júnior, n° 787, Centro, com contrato social registrado no Cartório do Registro Civil e de Títulos e Documentos, de Jacarezinho, PR, sob n° 118, às fls. 7-V do livro A-2, em 28 de agosto de 1987, e com o registro de mais 02 (duas) alterações contratuais, sendo a última sob o n° 118, às fls. 56-V do livro A-2, em 29.05.98, resolvem por este instrumento particular de alteração de contrato, modificar seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sede da sociedade na Rua Costa Júnior, n° 787, Centro, *fica transferida para a Rua Paraná, n° 915, Sala 14, Shopping Setti, Centro*, nesta cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e em al-

terações posteriores, não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.


E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, devidamente rubricado pelos sócios no verso de suas folhas, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente, por si e por seus herdeiros, a cumpri-lo em todos os seus termos.

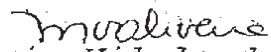
Jacarezinho, PR, 16 de abril de 2001


José Saliba

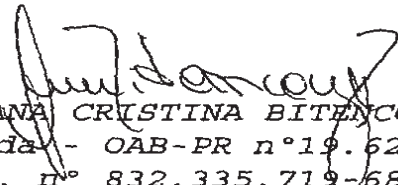

José Carlos Fittipaldi

TESTEMUNHAS:


Edna Forte da Silva
Cédula de Identidade - RG n° 4.131.279-3/PR
C.P.F. n° 539.899.459-04


Mazir Vilela de Oliveira
Cédula de Identidade - RG n° 3.044.627-5/PR
C.P.F. n° 362.706.109-82

VISTO DO ADVOGADO


Dra. ELIANA CRISTINA BITENCOURT
Advogada - OAB-PR n° 19.627
C.P.F. n° 832.335.719-68

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 365 a 375, de 2008**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1, de 2007, do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 9 horas, destinada a comemorar os quarenta anos da Eletrosul – Centrais Elétricas S.A., de acordo com o **Requerimento nº 1.363, de 2008**, da Senadora Ideli Salvatti e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear e comemorar o vigésimo quinto aniversário do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, de acordo com o Requerimento nº 1.501, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 70, de 2008** (nº 406/2008, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de novembro de 2008, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Senhor Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 283, de 2008 (nº 999/2008, na origem), de 15 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinada ao financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, DE 2008

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Acidente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86.

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a 50% do salário-de-benefício, observado o limite mínimo de um salário mínimo e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição pretende alterar o Regime Geral da Previdência Social – RGPS no que concerne ao direito ao benefício do Auxílio-Acidente.

O direito ao benefício do Auxílio-Acidente só teve estabelecidas restrições a partir da promulgação da Lei nº 8.213, de 1991, que regulamentou o Plano de Benefícios da Previdência Social.

O benefício que antes era vitalício passou a ser temporário e foi revogada a possibilidade de dois Auxílios-Acidente em caso de duplo infortúnio.

Assim, já houve evidente “economia” aos cofres da Previdência Social, em detrimento dos direitos do trabalhador acidentado.

Pela sistemática atual, o valor do Auxílio-Acidente corresponde a 50% do salário-de-benefício.

O salário-de-benefício consiste, para os benefícios de que tratam as alíneas *a*, *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, da Lei nº 8.213/91, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo.

A redação primitiva da lei de regência, manda-va que se calculasse o benefício *sobre o salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a esse percentual do seu salário-de-benefício.*

A redação atual é prejudicial ao acidentado, pois rebaixa consideravelmente o valor mensal do infortúnio laboral.

Agrava-se a situação quando o valor do salário-de-benefício corresponde ao valor do salário mínimo, pois nesta hipótese o valor do Auxílio-Acidente corresponde a 50% do salário mínimo.

A nosso ver, tal medida ofende o disposto no § 2º do art. 201, da CF, onde se estabelece que nenhum benefício que substitua o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

Por estas razões, esperamos o apoio de nossos Pares pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2008. –
Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Regulamento

Vide Texto Compilado

Normas de Hierarquia Inferior

Mensagem de Texto

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I – quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- d) aposentadoria especial;
- e) auxílio-doença;

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 1º ~~O auxílio-acidente mensal e vitalício corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício do segurado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)~~

§ 2º ~~O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.~~

§ 3º ~~O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.~~

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º ~~É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob con-~~

dições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2008 (COMPLEMENTAR)

Vincula recursos para a Seguridade Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os recursos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, oriundas de fontes destinadas à Seguridade Social, serão obrigatoriamente aplicados na Seguridade Social, constituindo fonte específica para fins das leis de natureza orçamentária.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 194 da Constituição cita que a “seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Como não poderia deixar de ser, é evidente que para atender a um leque de direitos tão abrangente e ambicioso, que envolve ações na área da saúde, da previdência social e da assistência social, o poder público enfrenta desafios na sua administração orçamentária. No entanto, é preciso deixar claro que o Orçamento da Seguridade Social não foi criado para produção de superávits, mas para tão-somente atender aos direitos constitucionalmente assegurados. Assim, todos os recursos devem ser aplicados integralmente para aquilo a que realmente se destinam.

Nesse sentido, é importante evidenciar que, da forma como é apresentada a peça orçamentária, não

é possível saber que parcela dos recursos refere-se à “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional” oriunda da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade.

Porém, pode-se estimar que, utilizando-se o mesmo percentual de cerca de 30% que normalmente a Lei Orçamentária aloca como recursos destinados à Previdência e Assistência Social, 30% da “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional” também deveriam ser oriundos da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade Social.

Sob o ponto de vista do mérito, a proposição que ora apresentamos é compatível com o mecanismo de vinculação de recursos para a Seguridade Social, objetivo perseguido pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988, vez que, já naquela época havia a forte preocupação de que políticas de ajuste fiscal sacrificassem a área social.

Acerca desse aspecto, no art. 19 do texto promulgado da Lei nº 8.212, de 1991, estava estabelecido que os recursos destinados à execução do Orçamento da Seguridade Social seriam entregues aos órgãos responsáveis a cada dez dias. Partia-se do pressuposto que esses recursos não se prestavam ao entesouramento, na prática não pertenciam ao Tesouro, mas aos órgãos responsáveis pela Seguridade. A Medida Provisória nº 935, de 7 de março de 1995, revogou esse dispositivo, ficando estabelecido, de maneira genérica, repasses mensais, os quais passaram a privilegiar a consecução dos resultados primários.

Além da desvinculação da DRU e de outros desvios que subtraem recursos das contribuições sociais, a parcela restante (que ainda escapa aos mecanismos de desvinculação) arrecadada com essas contribuições passou a ficar retida na Conta Única do Tesouro, engrossando a produção do superávit primário.

Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com relação a dados do ano de 2007, além do valor acumulado ao longo dos exercícios anteriores, calculou-se que, ao final de outubro daquele ano, mais de R\$ 25 bilhões estavam repousando na conta única a observar a precariedade da saúde, a exclusão previdenciária etc.

Este projeto de lei tem o objetivo de contribuir para corrigir essa distorção, e tentar cumprir o que é constitucionalmente assegurado, mas que indevida e injustamente não tem sido observado.

Se aprovada esta proposição, os recursos da fonte “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional”, oriundos da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade Social, serão aplicados obrigatoriamente em despesas da Seguridade Social.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas Senadores para a provação deste Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2008. –
Senador **Mão Santa.I**

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Justiça que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

– Nº 2.071/2008, de 11 do corrente, encaminhando, em aditamento ao Aviso nº 2.055/2008, informações em resposta ao Requerimento nº 1.073, de 2008, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Previdência Social que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

– Nº 875/2008, de 17 de novembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 936, de 2008, do Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.646, DE 2008

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao advogado e professor René Ariel Dotti, de Curitiba, pela passagem dos seus 50 anos de atividade profissional e contribuição à cultura jurídica do Paraná e do Brasil, pelo que foi homenageado pela Associação dos

Magistrados do Paraná, com uma placa de bronze afixada na entrada do Tribunal do Júri da Capital.

Justificação

O jurista, professor e juriconsulto René Ariel Dotti é um dos mais importantes advogados do Paraná, com reconhecimento internacional. Professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná, onde ele se formou em dezembro de 1958, teve destacada atuação durante a ditadura militar, como defensor de cidadãos vítimas de processos criminais movidos por preconceito ideológico e radicalização política. **Brilhante e respeitado dentro e fora do Estado**, René Dotti destaca-se também como Professor Titular de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná, onde, há anos, vem contribuindo para a formação de milhares de jovens e com eles dividindo seus ricos conhecimentos. É também professor de Direito Processual Penal no curso de pós-graduação da mesma Universidade .

A sua atuação extrapola os limites do Paraná e tem reflexos na vida jurídica do próprio país. Ele foi co-autor do anteprojeto de reforma da Parte Geral do Código Penal; co-autor do anteprojeto da Lei de Execução Penal do Brasil; relator do anteprojeto da nova Lei de Imprensa; membro da Comissão de Reforma da Parte Especial do Código Penal; membro da Comissão instituída pela Escola Nacional da Magistratura para a reforma do Código de Processo Penal; membro da Comissão instituída pelo Ministério da Justiça para promover estudos e propor soluções com vistas à simplificação da Lei de Execução Penal, entre outras missões que desincumbiu com brilhantismo, além de integrar a Academia Brasileira de Direito Criminal, a Academia Paranaense de Letras e a Academia Paranaense de Letras Jurídicas. É presidente do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal, tendo sido membro do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, onde atuou por quatro anos como juiz eleitoral.

Toda essa atuação tem merecido o reconhecimento de importantes entidades e, em função disso, René Ariel Dotti foi agraciado com o Prêmio Pablo Neruda de Direitos Humanos; o Prêmio Heleno Fragoso de Direitos Humanos; a Medalha José Rodrigues Vieira Neto; a Medalha do Mérito Legislativo, concedido pela Câmara dos Deputados; o Título de Cidadão Benemérito do Paraná; o Título de Vulto Emérito de Curitiba; o de Sócio Benemérito do Instituto dos Advogados do Paraná. Vale destacar que a “Medalha José Rodrigues Vieira Neto”, foi concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à causa da Justiça, do

Direito e da Classe dos advogados, em 19 de outubro de 2006. Com todas essas atividades, o jurista e professor René Anel Dotti ainda encontra tempo para escrever, multiplicando assim seus ensinamentos no campo do Direito e do Humanismo. Publicou dezenas de obras, todas de real importância para o estudo das ciências jurídicas, em suas diferentes nuances.

Há que se destacar ainda a dinâmica atuação do prof. René Dotti como Secretário de Cultura do Paraná, no período em que governei o Estado. Foi formidável sua atuação frente à Secretaria de Estado da Cultura, quando conseguiu, com muita luta e dedicação, promover e estimular grandes eventos em prol da arte e da cultura no Paraná. Buscou despertar, sobretudo, o interesse pelas manifestações culturais genuinamente paranaenses, como o fandango no litoral e as cavalhadas em Guarapuava. Resgatou documentos e trabalhos de compositores e intérpretes como Bento Mossorunga, irmãs Frank e Janguito do Rosário. Foi dele também a iniciativa de estudar e readequar os símbolos do Paraná às normas da heráldica e da verdade histórica do Estado. Foi grande a contribuição de René Dotti para o êxito do meu governo.

Homem preocupado com o aprimoramento da cultura jurídica do Paraná e do País, René Ariel Dotti foi homenageado pela Associação dos Magistrados do Paraná com a afixação de uma Placa de Bronze na entrada do Tribunal do Júri, em Curitiba, onde se lê: "Homenagem da Associação dos Magistrados do Paraná ao Professor René Ariel Dotti pelos 50 anos de brilhante atividade profissional e contribuição à cultura jurídica e ao aprimoramento do Tribunal do Júri". A placa expressa o reconhecimento da destacada atuação do jurista René Dotti, que tanto contribui para o fortalecimento da Justiça do Paraná e do Brasil. Eis porque requero um Voto de Aplauso do Senado Federal ao destacado advogado paranaense.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.647, DE 2008

Tendo sido designada por Vossa Excelência para participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos próximos dias 18 e 19, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, REQUEIRO,

nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa naquele período.

Em cumprimento do que prescreve o art. 39 do mesmo Diploma, comunico que do dia 17 ao dia 20 do mês corrente estarei ausente do País.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2008. – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.273-A, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2003, tendo como 1º Signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial.

Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos**

I – Relatório

Vem a esta comissão, para análise, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 84, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

A proposta pretende alterar o art. 5º, XI, da Constituição Federal, para admitir que o Ministério Público e os órgãos policiais possam, mediante ordem escrita e fundamentada, determinar a invasão do domicílio de qualquer indivíduo, durante o dia, medida essa restrita, nos dias de hoje, à competência do Poder Judiciário.

O autor oferece críticas à Constituição de 1988, afirmando que, "no afã de impedir o retrocesso político, muitos exageros foram cometidos. Criaram-se muitos direitos e poucos deveres. Muitas prerrogativas e poucas incumbências. [...] É absolutamente correto que a casa, em suas mais variadas conceituações, deve ser asilo inviolável do indivíduo e salvaguardas legais devem ser explicitamente asseguradas. Todavia, o interesse individual não pode sobrepor-se ao interesse público. E a possibilidade de somente a autoridade judiciária autorizar a busca e apreensão domiciliar tem servido como valioso instrumento crimínogeno e de impunidade".

II – Análise

A PEC nº 84, de 2003, alarga o art. 5º, XI, da Constituição Federal, situado no Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos –, do Título I – Dos Direitos e garantias individuais. Antes de avançar na análise da constitucionalidade da proposta, tenhamos por perto a redação do referido dispositivo:

Art. 5º

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Por seu turno, a PEC nº 84, de 2003, permite que, além da autoridade judicial, também o Ministério Público e a Polícia Civil possam determinar a violação do domicílio, nos termos seguintes:

“Art. 5º

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação escrita e fundamentada do órgão do Ministério Público ou da autoridade judiciária ou policial competente, na forma da lei;

..... (NR)”

A proposição restringe a garantia individual em tela na medida em que amplia o rol de autoridades competentes para determinar a violação do domicílio. Não vemos outra saída senão reconhecer que a PEC nº 84, de 2003, esbarra no art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal (CF), **verbis**:

Art. 60.

§ 4º Não será objeto de deliberação, a proposta de emenda tendente a abolir:

.....

IV – os direitos e garantias individuais.

Havendo redução de uma garantia individual explicitamente agasalhada no texto constitucional, gostemos ou não da emenda proposta, vemo-nos obrigados a reconhecer a imodificabilidade das cláusulas pétreas.

O texto constitucional de 1988 estabelece, de modo cerrado, as ressalvas à inviolabilidade do domicílio, são elas: **a)** no caso de flagrante delito; **b)** de desastre; **c)** para prestar socorro; **d)** por determinação

judicial, apenas durante o dia. Como se vê, tais ressalvas são **numerus clausus**, não admitindo ampliação e nem mesmo interpretação analógica em detrimento do morador. Destarte, qualquer proposta que venha ampliar o rol das exceções já enumeradas na parte final do art. 5º, XI, da CF, descaracterizará a referida garantia constitucional, o que é inadmissível à luz do art. 60, § 4º, IV, da CF.

A inviolabilidade do domicílio conquistou **status** de garantia fundamental justamente para conter os excessos e arbítrios do poder público, especialmente aqueles praticados pelos órgãos de persecução criminal. Embora legítimas as preocupações dos signatários, receamos que a aprovação da PEC nº 84, de 2003, possa ser interpretada como um enorme retrocesso histórico.

Cabe ao Poder Judiciário, e a mais nenhum outro órgão, a verificação da razoabilidade da medida de busca e apreensão no interior do domicílio. Tanto é assim que o Supremo Tribunal Federal entende que nem mesmo as Comissões Parlamentares de Inquérito (dotadas de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, nos termos do art. 58, § 3º, da CF) podem determinar buscas e apreensões domiciliares, pois tal medida submete-se à reserva constitucional de jurisdição. Citamos, ilustrativamente, o Mandado de Segurança nº 23.642-DF, relator Ministro Néri da Silveira, Pleno, julgamento em 29 de novembro de 2000:

As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a busca e apreensão domiciliar, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição, ou seja, ato cuja prática a CF atribui, com exclusividade, aos membros do Poder Judiciário. (Informativo STF nº 212).

E porque apenas o Poder Judiciário poderia determinar, durante o dia, uma ordem de busca e apreensão domiciliar? É que, como bem observou Luigi Ferrajoli, o juiz não representa um poder obediente à maioria. Com efeito, a legitimação da jurisdição e da independência do poder judicial está ligada principalmente ao sistema de garantias do Estado constitucional de direito, uma vez que a existência de um juiz imparcial e independente, subtraído de vínculos com os poderes de maioria (Executivo e Legislativo), é que pode garantir a intangibilidade dos direitos fundamentais. A missão do juiz seria, pois, averiguar a verdade processual, segundo as garantias de um processo justo, independentemente de qualquer outro tipo de interesse (Cf. FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías**, pp. 24-26).

No que se refere ao Ministério Público, a sua respeitada atuação só fortalecerá a justiça brasileira na

medida em que assumo a perspectiva de parte, isto é, de órgão que age em nome da sociedade. Como parte, o Ministério Público não está em condições de examinar, com absoluta isenção, as hipóteses de cabimento da medida de busca e apreensão domiciliar. Diferentemente, o juiz não se submete à lógica das partes processuais. Como se diz na linguagem jurídica, o juiz é órgão **supra partem**. Isso não desmerece o Ministério Público, pois o processo judicial democrático

depende dessa dialética de partes. Noutras palavras, temos muito a perder com a confusão de papéis entre o Ministério Público e a autoridade judicial.

III – Voto

Assim, por violação do art. 60, § 4º, IV, da CF, manifestamo-nos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2003.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 84 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10 / 12 / 2008 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador</i> MARCO MACIEL	
RELATOR: <i>Senador</i> JARBAS VASCONCELOS	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLYCY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. MARCELO CRIVELLA
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSÉANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES (PDT)	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Seção VII
Das Comissões

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As Comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV – os direitos e garantias individuais.

DOCUMENTO(S) ANEXADO(S) NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO

RELATÓRIO

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

Vem a esta comissão, para análise, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 84, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

A proposta pretende alterar o art. 5º, XI, da Constituição Federal, para admitir que o Ministério Público e os órgãos policiais possam, mediante ordem escrita e fundamentada, determinar a invasão do domicílio de qualquer indivíduo, durante o dia, medida essa restrita, nos dias de hoje, à competência do Poder Judiciário.

O autor oferece críticas à Constituição de 1988, afirmando que, “no afã de impedir o retrocesso político, muitos exageros foram cometidos.

Criaram-se muitos direitos e poucos deveres. Muitas prerrogativas e poucas incumbências. [...] É absolutamente correto que a Casa, em suas mais variadas conceituações, deve ser asilo inviolável do indivíduo e salvaguardas legais devem ser explicitamente asseguradas. Todavia, o interesse individual não pode sobrepor-se ao interesse público. E a possibilidade de somente a autoridade judiciária autorizar a busca e apreensão domiciliar tem servido como valioso instrumento crimínogeno e de impunidade”.

II – Análise

Preliminarmente, impõe reconhecer que a proposição esbarra no art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal (CF):

Art. 60.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV – os direitos e garantias individuais.

A garantia prevista no art. 5º, XI, da CF, é, na verdade, uma das construções mais importantes da história da civilização, inspirando o célebre pronunciamento de **Lord Chatham**, perante o Parlamento inglês: “O homem mais pobre desafia em sua casa todas as forças da Coroa, sua cabana pode ser muito frágil, seu teto pode tremer, o vento pode soprar entre as portas mal ajustadas, a tormenta pode nela penetrar, mas o Rei da Inglaterra não pode nela entrar”.

O texto constitucional de 1988 estabelece, de modo cerrado, as ressalvas à inviolabilidade do domicílio, são

elas: **a)** no caso de flagrante delito; **b)** de desastre; **c)** para prestar socorro; **d)** por determinação judicial, apenas durante o dia. Como se vê, tais ressalvas são **numerus clausus**, não admitindo ampliação e nem mesmo interpretação analógica em detrimento do morador. Destarte, qualquer proposta que venha ampliar o rol das exceções já enumeradas na parte final do art. 5º, XI, da CF, descaracterizará a referida garantia constitucional, o que é inadmissível à luz do art. 60, § 4º, IV, da CF.

É preciso notar, ainda, que a inviolabilidade do domicílio conquistou **status** de garantia fundamental justamente para conter os excessos e arbítrios do Poder Público, especialmente aqueles praticados pelos órgãos de persecução criminal. Ora, o que se conclui é que a PEC nº 84, de 2003, está na contramão dessa verdade histórica, pois quer expandir os poderes do Ministério Público e das polícias em desfavor do cidadão, valendo-se da retórica do interesse público.

E por que apenas o Poder Judiciário poderia determinar, durante o dia, uma ordem de busca e apreensão domiciliar? É que, como bem observou Luigi Ferrajoli, o juiz não representa um poder obediente à maioria. Com efeito, a legitimação da jurisdição e da independência do poder judicial está ligada principalmente ao sistema de garantias do Estado constitucional de direito, uma vez que a existência de um juiz imparcial e independente; subtraído de vínculos com os poderes de maioria (Executivo e Legislativo), é que pode garantir a intangibilidade dos direitos fundamentais. A missão do juiz seria, pois, averiguar a verdade processual, segundo as garantias de um processo justo, independentemente de qualquer outro tipo de interesse (Cf. FERRAJOLI, *Derechos y garantías*, pp. 24-26).

III – Voto

Em razão do apontado vício de inconstitucionalidade, somos pela rejeição da PEC nº 84, de 2003.

Sala da Comissão, – Senador **João Alberto Souza**, Relator.

PARECER Nº 1.274-A, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal, e acrescenta art. 214-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, de 2005, de iniciativa do Senador Paulo Paim, e outros, tem por fim alterar os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescentar a seu texto o art. 214-A, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional, que passa a denominar Fundep.

Na alteração sugerida do art. 159, a PEC em apreço destina ao Fundep, dois por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR), bem como do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Quanto ao art. 239, a PEC destina ao Fundep, três por cento da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Já no art. 240, a PEC reserva para o Fundep, trinta por cento do produto da arrecadação das contribuições compulsórias dos empregadores, sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical, que denominaremos “Sistema S”.

O art. 214-A, por sua vez, cria o Fundep, cujo objetivo é democratizar o acesso aos cursos de educação profissional. Os recursos do fundo serão repassados, na proporção do número de estudantes matriculados em educação profissional, a estabelecimentos de ensino públicos e particulares sem fins lucrativos, especificamente conveniados, observada a diferenciação por cursos.

Os estabelecimentos de ensino beneficiários do Fundep devem garantir a gratuidade de seus cursos, na proporção dos recursos recebidos.

O art. 214-A determina, ainda, que o Fundep terá conselho consultivo e de acompanhamento, constituído por representantes do Poder Público e da sociedade civil. Além disso, serão regulamentados por lei, a organização do fundo, a distribuição de seus recursos, sua fiscalização e controle, assim como o mencionado conselho.

A PEC estipula, também, que o Congresso Nacional instalará, logo após a promulgação da respectiva mudança constitucional, comissão especial mista, com o fim de elaborar, em 180 dias, os projetos de lei necessários à elaboração da matéria, assim como de efetuar as alterações na legislação, para tornar mais amplo o acesso à educação profissional.

Por fim, a PEC prevê que a emenda constitucional que sugere, entrará em vigor no primeiro dia de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

Não foram apresentadas emendas à presente proposta.

II – Análise

De acordo com o art. 205 da Constituição Federal, são objetivos da educação o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Talvez a nenhuma área da educação esses objetivos se associem mais intimamente do que àquela que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), denominou educação profissional.

Conforme o art. 39 da LDB, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Adiante, no parágrafo único do mesmo artigo, a LDB afirma que o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. Vale lembrar que a força dessa afirmação coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional de que a educação é direito de todos (art. 205).

No entanto, as oportunidades de acesso a cursos de educação profissional deixam muito a desejar. Como lembra a justificativa da PEC, em 2005, as matrículas em cursos profissionais de nível médio reduziram-se a um quinto do que tinham sido no início da década de noventa, do século passado. Já os últimos anos vêm testemunhando reduzido crescimento nessas matrículas. Segundo dados dos Censos Escolares, realizados pelo Ministério da Educação (MEC), havia no País, em 1999, 716 mil alunos no segmento técnico, enquanto no ensino regular computaram-se 7,7 milhões de estudantes. Em 2006, apesar de as matrículas no ensino médio regular terem crescido para 8,9 milhões, aquelas de nível técnico atingiram apenas 745 mil.

A principal razão dessa expressiva queda no contingente de matrículas, seguida por sua estabilização, reside na excessiva valorização do ensino médio propedêutico e no conseqüente crescimento da demanda pelo ensino superior, fenômenos resultantes, em grande parte, do fracasso da profissionalização compulsória do ensino médio, tentada na década de setenta do século passado, bem como da separação – operada em 1997 e revista apenas em 2004 – entre o ensino médio regular e o ensino profissionalizante.

Convém considerar, ainda, que alguns cursos anteriormente oferecidos nessa modalidade, tenderam a migrar para o nível superior. Foi o caso do curso normal, após a edição da LDB, em 1996, que estimulou a formação em nível superior de todos os professores da educação básica, inclusive de suas primeiras etapas. Da mesma forma, contabilidade e secretariado, seguindo orientações dos conselhos profissionais e

sinalizações do mercado de trabalho, também tenderam a requerer formação superior.

Merecem ser lembradas, também, as dificuldades, sentidas principalmente pelos estados, de atender à crescente demanda de acesso ao ensino médio, desde a última década. Nesse aspecto, cabe lembrar que, até 2006, os estados, por força de mandamento constitucional, destinavam ao ensino fundamental 60% dos recursos vinculados à educação e, além disso, precisavam administrar a expansão de sua rede de educação superior.

De todo modo, essa estabilização na oferta de cursos de educação profissional de nível técnico é bastante sentida pelos jovens de famílias de renda mais baixa, para os quais a universidade representa um sonho mais distante. Além disso, o mercado de trabalho continua a precisar de profissionais de nível técnico. Essas constatações evidenciam a necessidade de prover a educação profissional de uma fonte segura de financiamento.

A educação profissional, é bom esclarecer, não se limita ao técnico de nível médio, ainda que esse tipo de profissional desempenhe papel relevante no quadro de funções necessárias ao crescimento e competitividade dos setores produtivos. A grande massa de alunos de educação profissional, em função das demandas do mundo do trabalho, situa-se na formação inicial e continuada, que, nos termos da PEC em análise, também receberá recursos do Fundep.

Desse modo, a criação do Fundep representa um grande avanço. Ressalvamos apenas a iniciativa de subtrair recursos do chamado Sistema S, que compreende as entidades de serviço social e de educação profissional, ligadas à indústria (Sesi e Senai), ao comércio e serviços (Sesc e Senac), à agropecuária (Senar), ao transporte (Sest e Senat) e às cooperativas (Sescoop), e de apoio às micro e pequenas empresas (Sebrae).

Há mais de seis décadas, essas entidades vêm prestando relevantes serviços aos trabalhadores e respectivos setores produtivos, com marcante presença nas políticas e ações de desenvolvimento econômico e social. O “Sistema S” tem sido igualmente, responsável pela inovação em tecnologia, metodologias e recursos didáticos no campo da educação profissional. Merecem destaque, também, suas ações de aprendizagem, que vêm sendo ampliadas e revitalizadas, em especial, após a ampliação da faixa etária dos aprendizes de 14 a 18 para 14 a 24 anos.

Diante das relevantes ações desenvolvidas pelo Sistema S sugiro, por meio das emendas adiante apresentadas, suprimir a dotação, ao Fundep, de recursos previstos no art. 240 da Constituição Federal, de modo a não afetar o precioso e indispensável trabalho desenvolvido pelas entidades em questão.

Para compensar essa supressão, proponho a elevação, de 3% para 7%, da contribuição mínima dos

recursos previstos no art. 239 da Constituição Federal, que constituem a fonte essencial do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, o FAT é um fundo de natureza contábil-financeira que objetiva combater o desemprego em duas frentes. A primeira, de natureza preventiva, fomenta a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico. A segunda, de natureza emergencial, apóia o desempregado mediante remuneração provisória e iniciativas de treinamento e recolocação. Ora, os recursos a serem subtraídos do FAT, pela criação do Fundep, serão compensados pelo desenvolvimento, a partir do novo fundo, de uma série de iniciativas, no âmbito da educação profissional, de qualificação e de requalificação, que poderão promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho.

As fontes de recursos previstas para o Fundo parecem-me exequíveis. A tabela apresentada a seguir mostra a estimativa de receita do Fundo, com base na Lei Orçamentária de 2008.

Estimativa de Contribuição para o FUNDEP – 2008

ESTIMATIVA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDEP – 2008

(valores em milhões de reais)		
TRIBUTO	ARRECADAÇÃO*	RECEITA DO FUNDEP
IR/IPI	192.450	3.850
PIS/PASEP	28.578	2.000
Total	221.028	5.850

* Fonte: Lei Orçamentária de 2008.

Também merecem acolhimento as normas sugeridas pela PEC para a distribuição dos recursos do Fundep. Deve-se observar a proporção do número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino, com diferenciação por curso, seja em estabelecimentos públicos de educação profissional, seja em escolas mantidas pela iniciativa particular. A fim de garantir a qualidade dos cursos, as instituições privadas de ensino devem firmar convênio com o Fundo, nos termos da regulamentação. Fica assegurada, ainda, a gratuidade dos cursos mantidos com recursos do Fundo, o que fortalecerá o princípio da democratização do acesso à educação profissional.

A boa aplicação dos recursos do Fundep fica garantida pela previsão de criação do conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Convém enfatizar que o Fundep não constituirá a única fonte de financiamento da educação profissional. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) também continuará a destinar recursos à educação profissional associada ao ensino médio, inclusive quando integrada à educação de jovens e adultos, com

avaliação no processo. O Fundep constituirá mecanismo de apoio financeiro ao desenvolvimento das ações do setor privado e de iniciativas do Poder Público. Por conseguinte, não ficará prejudicado o financiamento da manutenção das instituições que atuam na oferta de cursos dessa modalidade de ensino.

Espero que possam concretizar-se as estimativas presentes na justificativa da PEC de, no prazo de dois a três anos da implantação do Fundep, triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração, destinados à formação continuada de trabalhadores. Isso representará importante passo para que, nos termos da LDB, a educação profissional exerça seu papel, anteriormente apontado, de conduzir o homem ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta, não há reparos a fazer. A iniciativa também observa os preceitos da técnica legislativa.

Por fim, cabe esclarecer que, na segunda emenda que apresento, além da alteração fundamentada anteriormente, será feita a adaptação desta PEC à Emenda à Constituição nº 55, de 2007, que ampliou a parcela do IR e do IPI, entregue ao Fundo de Participação dos Municípios.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, acolhidas as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, a seguinte redação:

“Altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e acrescenta o art. 214-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.”

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 159, inciso I, e 239, § 1º, da Constituição Federal, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 159.

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta por cento na seguinte forma:

.....

e) dois por cento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

..... (NR)"

'Art. 239.

§ 1º Dos recursos mencionados no **caput** deste artigo, serão destinados, pelo menos:

I – quarenta por cento para financiar programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor;

II – sete por cento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

..... (NR)"

EMENDA Nº 3-CCJ

Dê-se ao §1º do art. 214-A, a ser inserido na Constituição Federal pelo art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, a seguinte redação:

"Art. 214-A.

§ 1º O fundo de que dispõe este artigo será formado pelos recursos a que se referem os arts. 159, I, e, e 239, § 1º, II, além de outras fontes previstas em lei.

....."

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 24 DE 2005 SF-9

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10 / 12 / 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Marco Maciel</i>	
RELATOR: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENIKO <i>[assinatura]</i>	1. INACIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>
MARINA SILVA <i>[assinatura]</i>	2. FRANCISCO BORNELLES <i>[assinatura]</i>
EDUARDO SUPLYCY <i>[assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6. MARCELO CRIVELLA
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[assinatura]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>[assinatura]</i>	4. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO <i>[assinatura]</i>
GILVAM BORGES <i>[assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	2. AYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. VIRGINO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO <i>[assinatura]</i>
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS <i>[assinatura]</i>	1. CRISTOVAM BUARQUE

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2005
 NA REUNIÃO *Ordinária* DE *10/12/2008*, COMPLEMENTANDO
 AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
 DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1 -	<i>Mirak A.</i>	<i>Senador</i>
2 -	<i>César Borges</i>	<i>Senador</i>
3 -	<i>Marina Silva</i>	<i>Senadora</i>
4 -	<i>Arthur Virgílio</i>	<i>Senador</i>
5 -	<i>Marisa Serrano</i>	<i>Senadora</i>
6 -	<i>Adelmir Santana</i>	<i>Senador</i>

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2005
 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10/12/2008, COMPLEMENTANDO AS
 ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
 ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE**
- 2 - **SENADOR CÉSAR BORGES**
- 3 - **SENADORA MARINA SILVA**
- 4 - **SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO**
- 5 - **SENADORA MARISA SERRANO**
- 6 - **SENADOR ADELMIR SANTANA**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

.....
DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, de 2005, de iniciativa do Senador Paulo Paim e outros, tem por fim alterar os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescentar a seu texto o art. 214-A, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional, que passaremos a denominar FUNDEP.

Na alteração sugerida do art. 159, a PEC em apreço destina ao Fundep dois por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR), bem como do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Quanto ao art. 239, a PEC destina ao Fundep três por cento da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Já no art. 240, a PEC reserva para o Fundep trinta por cento do produto da arrecadação das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, que denominaremos “Sistema S”.

O art. 214-A, por sua vez, cria o Fundep, cujo objetivo é democratizar o acesso aos cursos de educação profissional. Os recursos do Fundo serão repassados, na proporção do número de estudantes matriculados em educação profissional, a estabelecimentos de ensino públicos e particulares sem fins lucrativos, especificamente conveniados, observada a diferenciação por cursos.

Os estabelecimentos de ensino beneficiários do Fundep devem garantir a gratuidade de seus cursos, na proporção dos recursos recebidos.

O art. 214-A determina, ainda, que o Fundep terá conselho consultivo e de acompanhamento, constituído

por representantes do Poder Público e da sociedade civil. Além disso, serão regulamentados por lei a organização do Fundo, a distribuição de seus recursos, sua fiscalização e controle, assim como o mencionado conselho.

A PEC estipula, também, que o Congresso Nacional instalará, logo após a promulgação da respectiva mudança constitucional, comissão especial mista, com o fim de elaborar, em 180 dias, os projetos de lei necessários à elaboração da matéria, assim como de efetuar as alterações na legislação, para tornar mais amplo o acesso à educação profissional.

Por fim, a PEC prevê que a emenda constitucional que sugere entrará em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

Não foram apresentadas emendas à presente proposta.

II – Análise

De acordo com o art. 205 da Constituição Federal, são objetivos da educação o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Talvez a nenhuma área da educação esses objetivos se associem mais intimamente do que àquela que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), denominou de educação profissional.

Conforme o art. 39 da LDB, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Adiante, no parágrafo único do mesmo artigo, a LDB afirma que o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. Vale lembrar que a força dessa afirmação coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional de que a educação é direito de todos (art. 205).

No entanto, as oportunidades de acesso a cursos de educação profissional deixam muito a desejar. Como lembra a justificativa da PEC, de 1995 para 2004, as matrículas em cursos profissionais de nível médio reduziram-se a um quinto do que havia no início da década de noventa. Essa tendência continua a se manifestar nos anos recentes. Segundo dados dos Censos Escolares, realizados pelo Ministério da Educação (MEC), havia no País, em 1999, 716 mil matrículas do segmento técnico, enquanto no ensino regular computaram-se 7,7 milhões de matrículas. Em 2004, apesar de as matrículas no ensino médio regu-

lar terem crescido para 9,2 milhões, aquelas de nível técnico caíram para 676 mil.

A principal razão dessa queda reside na excessiva valorização do ensino médio propedêutico e no conseqüente crescimento da demanda pelo ensino superior, fenômenos resultantes, em grande parte, do fracasso da profissionalização compulsória do ensino médio tentada na década de setenta do século passado, bem como da separação – operada em 1997 e revista apenas em 2004 – entre o ensino médio regular e o ensino profissionalizante. Merecem ser lembradas, também, as dificuldades, sentidas principalmente pelos estados, de atender à crescente demanda de acesso ao ensino médio desde a última década. Nesse aspecto, cabe lembrar que os estados, por força de mandamento constitucional, destinam ao ensino fundamental 60% dos recursos vinculados à educação e, além disso, precisam administrar a expansão de sua rede de educação superior.

De todo modo, essa retração da oferta de cursos de educação profissional é bastante sentida pelos jovens de famílias de renda mais baixa, para os quais a universidade representa um sonho mais distante. Além disso, o mercado de trabalho continua a precisar de profissionais de nível técnico. Essas constatações evidenciam a necessidade de prover a educação profissional de uma fonte segura de financiamento.

Nesse sentido, a criação do Fundep, conforme as normas sugeridas pela PEC em tela representa um grande avanço. As fontes de recursos previstas para o Fundo parecem-nos exequíveis. A tabela abaixo mostra a estimativa de receita do Fundo, com base na arrecadação de 2004.

Arrecadação em 2004 e estimativa de contribuição para o Fundep, segundo o tributo

TRIBUTOS	(valores em milhões de reais)	
	ARRECADAÇÃO (2004)	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PROPOSTO
IR/IPI	129.958	2.599
Pis/Pasep	20.060	602
Sistema S	4.113 *	1.234
Total	154.131	4.435

* valor referente a 2002

No caso de aprovação da proposta ainda em 2005, o Fundep teria à disposição, no exercício seguinte, um montante que pode superar a marca de R\$5 bilhões.

Também merecem acolhimento as normas sugeridas pela PEC para a distribuição dos recursos do Fundep. Deve-se observar a proporção do número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino, com diferenciação por curso, seja em estabelecimentos

públicos de educação profissional, seja em escolas mantidas pela iniciativa particular. A fim de garantir a qualidade dos cursos, as instituições privadas de ensino devem firmar convênio com o Fundo, nos termos da regulamentação. Fica assegurada, ainda, a gratuidade dos cursos mantidos com recursos do Fundo, o que fortalecerá o princípio da democratização do acesso à educação profissional.

A boa aplicação dos recursos do Fundep fica garantida pela previsão de criação de conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Convém enfatizar que o Fundep não constituirá a única fonte de financiamento da educação profissional. Será apenas um mecanismo de apoio financeiro ao desenvolvimento das ações do setor privado e de iniciativas do Poder Público. Por conseguinte, não ficará prejudicado o Financiamento da manutenção das instituições que atuam na oferta de cursos dessa modalidade de ensino.

Esperamos que possam concretizar-se as estimativas presentes na justificação da PEC de, no prazo de dois a três anos da implantação do Fundep, triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração, destinados à formação continuada de trabalhadores. Isso representará importante passo para que, nos termos da LDB, a educação profissional exerça seu papel, anteriormente apontado, de conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposta, não há reparos a fazer. A iniciativa também encontra-se formalizada segundo a boa técnica legislativa.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005.

Sala da Comissão, – Senador Juvêncio da Fonseca, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, de 2005, cujo primeiro signatário é o Senador Paulo Paim, tem por fim alterar os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal (CF) e acrescentar a seu texto o art. 214-A, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação, que passaremos a denominar FUNDEP.

Na alteração do art. 159, a PEC em apreço destina ao Fundep dois por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR), bem como do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Quanto ao art. 239, a PEC destina ao Fundep três por cento da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Já no art. 240, a PEC reserva para o Fundep trinta por cento do produto da arrecadação das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, que denominaremos “Sistema S”.

O art. 214-A, por sua vez, cria o Fundep, cujo objetivo é democratizar o acesso aos cursos de educação profissional. Os recursos do Fundo serão repassados, na proporção do número de estudantes matriculados em educação profissional, a estabelecimentos de ensino públicos e particulares sem fins lucrativos, especificamente conveniados, observada a diferenciação por cursos.

Os estabelecimentos de ensino beneficiários do Fundep devem garantir a gratuidade de seus cursos, na proporção dos recursos recebidos.

O art. 214-A determina, ainda, que o Fundep terá conselho consultivo e de acompanhamento, constituído por representantes do Poder Público e da sociedade civil. Além disso, serão regulamentados por lei a organização do Fundo, a distribuição de seus recursos, sua fiscalização e controle, assim como o mencionado conselho.

A PEC estipula, também, que o Congresso Nacional instalará, logo após a promulgação da respectiva mudança constitucional, comissão especial mista, com o fim de elaborar, em 180 dias, os projetos de lei necessários à elaboração da matéria, assim como de efetuar as alterações na legislação, para tornar mais amplo o acesso à educação profissional.

Por fim, a PEC prevê que a emenda constitucional dela resultante entrará a vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

Não foram apresentadas emendas à presente proposta.

II – Análise

De acordo com o art. 205 da Constituição Federal, são objetivos da educação o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Talvez a nenhuma área da educação esses objetivos se associem mais intimamente do que àquela que a Lei nº 9.394, de 20

de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), denominou de educação profissional.

Conforme o art. 39 da LDB, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Adiante, no parágrafo único do mesmo artigo, a LDB afirma que o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. Vale lembrar que a força dessa afirmação coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional de que a educação é direito de todos (art. 205).

No entanto, as oportunidades de acesso a cursos de educação profissional deixam muito a desejar. Como lembra a justificativa da PEC, de 1995 para 2004, as matrículas em cursos profissionais de nível médio reduziram-se a um quinto do que havia no início da década de noventa. Essa tendência continua a se manifestar nos anos recentes. Segundo dados dos *Censos Escolares*, realizados pelo Ministério da Educação (MEC), havia no País, em 1999, 716 mil matrículas do segmento técnico, enquanto no ensino regular computaram-se 7,7 milhões de matrículas. Em 2004, apesar de as matrículas no ensino médio regular terem crescido para 9,2 milhões, aquelas de nível técnico caíram para 676 mil.

A principal razão dessa queda reside na excessiva valorização do ensino médio propedêutico e no conseqüente crescimento da demanda pelo ensino superior, fenômenos resultantes, em grande parte, do fracasso da profissionalização compulsória do ensino médio tentada na década de setenta do século passado, bem como da separação – operada em 1997 e revista apenas em 2004 – entre o ensino médio regular e o ensino profissionalizante. Merecem ser lembradas, também, as dificuldades, sentidas principalmente pelos estados, de atender à crescente demanda de acesso ao ensino médio desde a última década. Nesse aspecto, cabe lembrar que os estados, por força de mandamento constitucional, destinam ao ensino fundamental 60% dos recursos vinculados à educação e, além disso, precisam administrar a expansão de sua rede de educação superior.

De todo modo, essa retração da oferta de cursos de educação profissional é bastante sentida pelos jovens de famílias de renda mais baixa, para os quais a universidade representa um sonho mais distante. Além disso, o mercado de trabalho continua a precisar de profissionais de nível técnico. Essas constatações

evidenciam a necessidade de prover a educação profissional de uma fonte segura de financiamento.

Nesse sentido, a criação do Fundep representa um grande avanço, ressalvada a sugestão de alterar o art. 240, que retira recursos do chamado “Sistema S”, que compreende as entidades de serviço social e de educação profissional ligadas à indústria (SESI e SENAI), ao comércio e serviços (SESC e SENAC), à agropecuária (SENAR), ao transporte (SEST e SENAT) e às cooperativas (SESCOOP), e de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE). Com efeito, a PEC praticamente inviabiliza sustentação e funcionamento desse sistema, que desde a criação de suas primeiras entidades, há mais de seis décadas, vem prestando relevantes serviços aos trabalhadores e respectivos setores produtivos, com marcante presença nas políticas e ações de desenvolvimento econômico e social.

Ora, as entidades do “Sistema S” desenvolvem, conforme dispõe o artigo 240 da CF, ações de serviço social e, justamente, de educação profissional, que é o objeto da PEC. Elas criaram a maior e mais moderna infra-estrutura de educação profissional no Brasil e mesmo na América Latina e região do Caribe. São 2.700 escolas e centros de alta qualidade, com seis milhões de alunos matriculados, anualmente, em cursos profissionalizantes, além de investimentos no ensino fundamental, cultura, saúde e esportes.

O “Sistema S” tem sido, igualmente, responsável pela inovação em tecnologia, metodologias e recursos didáticos no campo da educação profissional. Merecem destaque, também, suas ações de aprendizagem. Com a edição da Lei nº 10.097, de 2000, e, sobretudo, da Lei nº 11.180, de 2005, que alterou a faixa etária dos aprendizes de 14 a 18 para 14 a 24 anos, essas ações vêm sendo ampliadas e revitalizadas, em benefício principalmente da população jovem menos favorecida. A aprendizagem é um instituto jurídico de largo alcance social, pois combina contratualmente formação e emprego.

A educação profissional, é bom esclarecer, não se limita ao técnico de nível médio, ainda que esse tipo de profissional desempenhe papel relevante no quadro de funções necessárias ao crescimento e competitividade dos setores produtivos. Dada a precariedade das estatísticas da educação profissional, estima-se, a partir de dados secundários, que, no Brasil, haja cerca de 35 mil escolas e centros, públicos e privados, dessa modalidade educativa, com cerca de 31,8 milhões de matrículas. Desse total, apenas 1,8 milhão é dos níveis técnico e superior. A grande massa de alunos de educação profissional, em função das demandas do mundo do trabalho, situa-se na formação inicial e

continuada, que constitui o principal espaço de atuação dos serviços nacionais de aprendizagem.

Equivocadamente, a fundamentação da PEC focaliza quase exclusivamente a educação profissional técnica de nível médio, que foi objeto de recentes reformas, cujos resultados ainda não foram adequadamente avaliados. Aliás, mesmo a mencionada redução de oferta de vagas nos cursos técnicos precisa ser mais bem contextualizada: no início da década de noventa havia em torno de um milhão de matrículas; cerca de 40% desse total eram de alunos dos cursos normal, de contabilidade e de secretariado. Ora, a Lei nº 9.394, de 1996, estimulou a formação, em nível superior, de todos os professores da educação básica, inclusive de suas primeiras etapas. Contabilidade e secretariado, seguindo orientações dos conselhos profissionais e tendências do mercado de trabalho, também tenderam a requerer formação superior.

Então, a apontada redução de oferta não se deve, propriamente, a alguma calculada e perversa deliberação. O que, de fato, ocorreu foi um ajuste da oferta às determinações legais, corporativas e econômicas. Afinal, a sociedade e o mercado requerem constantes renovações nos currículos e perfis de qualificação profissional, o que os serviços nacionais de aprendizagem conseguem realizar com muita competência, dada a sua flexibilidade, autonomia e estreita ligação com os setores produtivos.

Diante do reconhecimento público, nacional e internacional, da eficiência, eficácia e resultados do “Sistema S”, o legislador constituinte de 1988 assegurou a contribuição compulsória que lhe dá sustentação financeira e que a PEC em análise pretende afetar de forma altamente desastrosa, razão pela qual sugerimos a supressão das fontes referidas no art. 240 da CF para a sustentação do Fundep.

A tabela abaixo mostra a estimativa de receita do Fundo, com base na arrecadação de 2004, excluídas as fontes referentes ao art. 240 da CF.

**Arrecadação em 2004 e estimativa de contribuição
para o Fundep, segundo o tributo**

TRIBUTO	(valores em milhões de reais)	
	ARRECADAÇÃO (2004)	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PROPOSTO
IR/PI	129.958	2.599
Pis/Pasep	20.060	602
Total	150.018	3.201

* valor referente a 2002

Se a proposta tivesse sido aprovada em 2005, o Fundep teria à disposição, no exercício de 2006,

um montante que poderia superar a marca de R\$3,5 bilhões.

Merecem acolhimento integral, por sua vez, as normas sugeridas pela PEC para a distribuição dos recursos do Fundep. Deve-se observar a proporção do número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino, com diferenciação por curso, seja em estabelecimentos públicos de educação profissional, seja em escolas mantidas pela iniciativa particular. A fim de garantir a qualidade dos cursos, as instituições privadas de ensino devem firmar convênio com o Fundo, nos termos da regulamentação. Fica assegurada, ainda, a gratuidade dos cursos mantidos com recursos do Fundo, o que fortalecerá o princípio da democratização do acesso à educação profissional.

A boa aplicação dos recursos do Fundep fica garantida pela previsão de criação de conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Convém enfatizar que o Fundep não constituirá a única fonte de financiamento da educação profissional. Será apenas um mecanismo de apoio financeiro ao desenvolvimento das ações do setor privado e de iniciativas do Poder Público. Por conseguinte, não ficará prejudicado o financiamento da manutenção das instituições que atuam na oferta de cursos dessa modalidade de ensino.

Esperamos que possam concretizar-se as estimativas presentes na justificativa da PEC de, no prazo de dois a três anos da implantação do Fundep, triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração, destinados à formação continuada de trabalhadores. Isso representará importante passo para que, nos termos da LDB, a educação profissional exerça seu papel, anteriormente apontado, de conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposta, não há reparos a fazer. A iniciativa também encontra-se formalizada segundo a boa técnica legislativa.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, acolhidas as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa da PEC nº 24, de 2005, a seguinte redação:

“Altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal, bem como acrescenta o art. 214-A a

seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional”.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 24, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 159 e 239 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159.

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e nove por cento na seguinte forma:

.....

d) dois por cento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. (NR)’

Art. 239.

§ 1º Dos recursos mencionados no **caput** deste artigo, serão destinados, pelo menos:

I – quarenta por cento para financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor;

II – três por cento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

..... (NR)’

EMENDA Nº CCJ

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 214-A sugerido pelo art. 2º da PEC nº 24, de 2005:

“§ 1º O Fundo de que dispõe este artigo será formado pelos recursos a que se referem os arts. 159, I, **d**, e 239, § 1º, II, além de outras fontes previstas em lei.”

Sala da Comissão, – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Relator.

PARECER Nº , DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, que altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o art. 214-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, de 2005, de iniciativa do Senador Paulo Paim e outros, tem por fim alterar os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescentar a seu texto o art. 214-A, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional, que passarei a denominar Fundep.

Na alteração sugerida do art. 159, a PEC em apreço destina ao Fundep dois por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR), bem como do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Quanto ao art. 239, a PEC destina ao Fundep três por cento da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Já no art. 240, a PEC reserva para o Fundep trinta por cento do produto da arrecadação das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, que denominarei “Sistema S”.

O art. 214-A, por sua vez, cria o Fundep, cujo objetivo é democratizar o acesso aos cursos de educação profissional. Os recursos do Fundo serão repassados, na proporção do número de estudantes matriculados em educação profissional, a estabelecimentos de ensinos públicos e particulares sem fins lucrativos, especificamente conveniados, observada a diferenciação por cursos.

Os estabelecimentos de ensino beneficiários do Fundep devem garantir a gratuidade de seus cursos, na proporção dos recursos recebidos.

O art. 214-A determina, ainda, que o Fundep terá conselho consultivo e de acompanhamento, constituído por representantes do Poder Público e da sociedade civil. Além disso, serão regulamentados por lei a organização do Fundo, a distribuição de seus recursos, sua fiscalização e controle, assim como o mencionado conselho.

A PEC estipula, também, que o Congresso Nacional instalará, logo após a promulgação da respectiva mudança constitucional, comissão especial mista, com o fim de elaborar, em 180 dias, os projetos de lei necessários à elaboração da matéria, assim como de efetuar as alterações na legislação, para tornar mais amplo o acesso à educação profissional.

Por fim, a PEC prevê que a emenda constitucional que sugere entrará em vigor no primeiro dia de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

Não foram apresentadas emendas à presente proposta.

II – Análise

De acordo com o art. 205 da Constituição Federal, são objetivos da educação o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Talvez a nenhuma área da educação esses objetivos se associem mais intimamente do que aquela que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), denominou educação profissional.

Conforme o art. 39 da LDB, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Adiante, no parágrafo único do mesmo artigo, a LDB afirma que o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. Vale lembrar que a força dessa afirmação coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional de que a educação é direito de todos (art. 205).

No entanto, as oportunidades de acesso a cursos de educação profissional deixam muito a desejar. Como lembra a justificativa da PEC, em 2004, as matrículas em cursos profissionais de nível médio reduziram-se a um quinto do que tinham sido no início da década de noventa do século passado. Já os últimos anos vêm testemunhando reduzido crescimento nessas matrículas. Segundo dados dos Censos Escolares, realizados pelo Ministério da Educação (MEC), havia no País, em 1999, 716 mil alunos no segmento técnico, enquanto no ensino regular computaram-se 7,7 milhões de estudantes. Em 2006, apesar das matrículas no ensino médio regular terem crescido para 8,9 milhões, aquelas de nível técnico atingiram apenas 745 mil.

A principal razão dessa expressiva queda no contingente de matrículas, seguida por sua estabilização, reside na excessiva valorização do ensino médio propedêutico e no conseqüente crescimento da demanda pelo ensino superior, fenômenos resultantes, em grande parte, do fracasso da profissionalização compulsória do ensino médio tentada na década de setenta do século passado, bem como da separação – operada em 1997 e revista apenas em 2004 – entre o ensino médio regular e o ensino profissionalizante.

Convém considerar, ainda, que alguns cursos anteriormente oferecidos nessa modalidade tenderam a migrar para o nível superior. Foi o caso do curso normal, após a edição da LDB, em 1996, que estimulou a formação em nível superior de todos os professores da educação básica, inclusive de suas primeiras etapas. Já contabilidade e secretariado, seguindo orien-

tações dos conselhos profissionais e tendências do mercado de trabalho, também tenderam a requerer formação superior.

Merecem ser lembradas, também, as dificuldades, sentidas principalmente pelos estados, de atender à crescente demanda de acesso ao ensino médio desde a última década. Nesse aspecto, cabe lembrar que os estados, por força de mandamento constitucional, destinam ao ensino fundamental 60% dos recursos vinculados à educação e, além disso, precisam administrar a expansão de sua rede de educação superior.

De todo modo, essa estabilização na oferta de cursos de educação profissional de nível técnico é bastante sentida pelos jovens de famílias de renda mais baixa, para os quais a universidade representa um sonho mais distante. Além disso, o mercado de trabalho continua a necessitar de profissionais de nível técnico. Essas constatações evidenciam necessidade de prover a educação profissional de uma fonte segura de financiamento.

A educação profissional, é bom esclarecer, não se limita ao técnico de nível médio, ainda que esse tipo de profissional desempenhe papel relevante no quadro de funções impulsionadoras do crescimento e competitividade dos setores produtivos. A grande massa de alunos de educação profissional, em função das demandas do mundo do trabalho, situa-se na formação inicial e continuada, que, nos termos da PEC em análise, também receberá recursos do Fundep.

Desse modo, a criação do Fundep representa um grande avanço.

Ressalvo apenas o índice dos recursos a serem subtraídos do chamado Sistema S, que compreende as entidades de serviço social e de educação profissional ligadas à indústria (Sesi e Senai), ao comércio e serviços (Sesc e Senac), à agropecuária (Senar), ao transporte (Sest e Senat) e às cooperativas (Sescoop), e de apoio às micro e pequenas empresas (Sebrae).

Há mais de seis décadas, essas entidades vêm prestando relevantes serviços aos trabalhadores e respectivos setores produtivos, com marcante presença nas políticas e ações de desenvolvimento econômico e social. O Sistema S tem sido, igualmente responsável pela inovação em tecnologia, metodologias e recursos didáticos no campo da educação profissional. Merecem destaque, também, suas ações de aprendizagem, que vêm sendo ampliadas e revitalizadas, em especial, após a ampliação da faixa etária dos aprendizes de 14 a 18 para 14 a 24 anos.

Diante das relevantes ações desenvolvidas pelo Sistema S, sugiro reduzir o índice da contribuição ao Fundep dos recursos previstos no art. 240 da Constitui-

ção Federal, de modo a não afetar substancialmente o trabalho desenvolvido pelas entidades em questão.

As fontes de recursos previstas para o Fundo parecem-me exequíveis. A tabela apresentada a seguir mostra a estimativa de receita do Fundo, com base na arrecadação de 2006 e considerando o índice de 20% dos recursos previstos no art. 240 da Constituição Federal.

Arrecadação em 2006 e estimativa de contribuição para o Fundep, segundo o tributo

TRIBUTO	ARRECADAÇÃO	(valores em milhões de reais)
		RECEITA DO FUNDEP
IR/IPI	168.995	3.380
Pis/Pasep	24.790	744
Sistema S	4.906	981
Total	198.691	5.105

Também merecem acolhimento as normas sugeridas pela PEC para a distribuição dos recursos do Fundep. Deve-se observar a proporção do número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino, com diferenciação por curso, seja em estabelecimentos públicos de educação profissional, seja em escolas mantidas pela iniciativa particular. A fim de garantir a qualidade dos cursos, as instituições privadas de ensino devem firmar convênio com o Fundo, nos termos da regulamentação. Fica assegurada, ainda, a gratuidade dos cursos mantidos com recursos do Fundo, o que fortalecerá o princípio da democratização do acesso à educação profissional.

A boa aplicação dos recursos do Fundep fica garantida pela previsão de criação de conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Convém enfatizar que o Fundep não constituirá a única fonte de financiamento da educação profissional. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) também financia a educação profissional associada ao ensino médio. O Fundep constituirá mecanismo de apoio financeiro ao desenvolvimento das ações do setor privado e de iniciativas do Poder Público. Por conseguinte, não ficará prejudicado o financiamento da manutenção das instituições que atuam na oferta de cursos dessa modalidade de ensino.

Espero que possam concretizar-se as estimativas presentes na justificativa da PEC de, no prazo de dois a três anos da implantação do Fundep, *triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração, destinados à formação continuada*

de trabalhadores. Isso representará importante passo para *que, nos termos* da LDB, a educação profissional exerça seu papel, anteriormente apontado, de conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposta, não há reparos a fazer. A iniciativa também se encontra formalizada segundo a boa técnica legislativa. Na *emenda* adiante apresentada, será feita adaptação desta PEC à Emenda à Constituição nº 55, de 2007.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, acolhida a emenda a seguir apresentada.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 24, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159.

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinqüenta por cento na seguinte forma:

.....
e) dois por cento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. (NR)’

“Art. 239
§ 1º Dos recursos mencionados no **caput** deste artigo, serão destinados, pelo me-

nos:

I – quarenta por cento para financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes *preservem* o valor;

II – três por cento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

.....(NR)’

“Art. 240.

Parágrafo único Do produto da arrecadação das contribuições no **caput**, pelo menos vinte por cento serão destinadas ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. (NR)”

Sala da Comissão, – Senador **Demóstenes Torres**, Relator.

PARECER Nº 1.275-A, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 71 de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Tasso Jereissati, que altera o § 7º do art. 165 da Constituição Federal e o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer os critérios a serem adotados na regionalização dos gastos da União.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati e de outros 28 Senhores Senadores para propor nova redação ao § 7º do art. 165 da Constituição Federal, bem como ao art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

No que tange ao § 7º do art. 165 da Constituição, a proposta inclui entre os critérios a serem adotados na regionalização do orçamento fiscal e de investimentos das empresas da União, além da população, já presente na atual redação, a renda **per capita**, a expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil e a educação. Tais critérios serão utilizados na forma prevista em lei complementar.

Quanto ao art. 35, do ADCT, as modificações propostas são as seguintes:

a) Os critérios empregados na regionalização dos gastos vigorarão não por prazo determinado, como na redação atual (dez anos), mas até que a renda **per capita** de cada uma das regiões alcance 80% da renda **per capita** do País (**caput**);

b) Entre os itens da despesa da União não sujeitos aos critérios de regionalização passarão a constar as transferências constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e outros itens que dispuser a lei complementar, e deixarão de constar os projetos considerados prioritários no plano plurianual (§ 1º);

c) O projeto de lei orçamentária incluirá relatório detalhado da aplicação dos critérios de regionalização e não poderá ser aprovado se não for constatada esta aplicação (§ 3º);

d) A lei complementar poderá criar restrições de execução financeira para assegurar o cumprimento dos critérios de regionalização (§ 4º).

De acordo com os autores da proposta, a redução das diferenças inter-regionais de renda e de qualidade de vida não integra o rol de significativos avanços da economia brasileira nos últimos anos. Na verdade, os dispositivos constitucionais relativos ao tema não foram postos em prática. Houve até retrocesso como demonstra a extinção das superintendências regionais de desenvolvimento, entre os anos de 2001 a 2007.

Os autores alegam ainda que a recriação dos organismos de desenvolvimento regional, ainda que fundamental para o desenvolvimento equilibrado, precisa estar acompanhada de outras medidas, a exemplo do “estabelecimento de regras para uma distribuição regional mais justa e equitativa do gasto federal”.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Do ponto de vista de sua admissibilidade, nada temos a opor, pois a proposta não se enquadra nas vedações previstas nos §§ 1º, 4º e 5º, do art. 60 da Constituição Federal, reproduzidas nos §§ 1º e 2º, do art. 354, e no art. 373 do RISF. Também não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

De outra parte, quanto ao mérito, igualmente, manifestamo-nos pela aprovação da PEC ora em análise. O § 7º do art. 165 da Constituição Federal, na redação atual, prevê apenas a adoção de critérios que levam em conta a população. Entendemos que a proposta toma mais justa a distribuição regional do gasto público, ao considerar outros critérios igualmente relevantes, como renda **per capita**, expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil e educação. Tal conjunto de indicadores permite captar de forma mais precisa o grau de desenvolvimento das várias regiões, alvo a ser perseguido pela política regional.

A exigência da utilização dos critérios de regionalização do gasto federal até que a renda **per capita** de cada uma das regiões corresponda a, no mínimo, 80% da renda **per capita** do País, constitui, igualmente, um avanço em relação à redação atual do **caput** do art. 35 do ADCT. A busca do maior equilíbrio regional não pode restringir-se apenas a tempo determinado, sem levar em conta a evolução de indicadores que apontem para a redução da desigualdade. Ademais, evita-se o esforço periódico de aprovação de novas normas na ocasião do vencimento dos prazos sem que os resultados tenham sido efetivamente alcançados.

Quanto à lista de despesas isentas da aplicação do critério de regionalização contida no § 1º do art. 35 do ADCT, as correções propostas parecem igualmente oportunas. Não faz sentido manter na lista as despesas relativas aos projetos considerados prioritários no plano plurianual, justamente por serem prioritários. Já as transferências constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal devem ser incluídas, pois, como argumentam os autores da PEC, consistem em “transferências de receita e não gastos efetivos em projetos e programas federais na região”. Por fim, a opção de incluir outros itens na lista conforme dispor lei complementar confere flexibilidade para qualquer correção futura que se justifique, sem a submissão às exigências da tramitação de matéria constitucional.

A respeito dos §§ 3º e 4º acrescidos ao art. 35 do ADCT, consideramos que eles, de fato, não só conferem maior transparência à tramitação da proposta orçamentária, como também asseguram o cumprimento dos critérios, ao possibilitar a criação de restrições à execução financeira e impedir que o Congresso Nacional delibere sobre o projeto de lei orçamentária se não restar comprovada o cumprimento de todos os critérios.

Não há reparos a fazer ao texto, que está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2005.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 71 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/11/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Marco Maciel</i>	
RELATOR "Ad Hoc": <i>Senador Flávia Ribeiro</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES <i>FD</i>
EDUARDO SUPLYC <i>E. M. Suplyc</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Ant. Valadares</i>	6. MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella (N40)</i>
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>J. Vasconcelos</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>P. Simon</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>W. Salgado (N40)</i>
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Ant. Carlos Jr.</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO <i>Virgínio de Carvalho</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>E. Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>L. Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>T. Jereissati</i>	9. MARIO COUTO
PTB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS <i>O. Dias</i>	1. CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA- GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

.....

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

.....

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Kátia Abreu**

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros 30 Senhores Senadores, cuja ementa é acima transcrita.

A proposição modifica o § 7º do art. 165 da Constituição, para estabelecer entre os critérios a serem adotados na regionalização do gasto da União, além da população, a renda **per capita**, a expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil e a educação. O art. 1º do projeto propõe a seguinte redação para o § 7º do art. 165:

Art. 165.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, na forma de lei complementar, que adotará como critérios para a alocação regional das despesas orçamentárias a população, a renda **per capita**, a expectativa devida ao nascer, a mortalidade infantil e a educação.

Também propõe a seguinte redação para o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 35. O disposto no art. 165, § 7º, da Constituição será cumprido de forma progressiva, até que a renda **per capita** de cada uma das regiões corresponda a, no mínimo, 80% da renda **per capita** do País.

§ 1º Para aplicação dos critérios de que trata o art. 165, § 7º, da Constituição, excluem-se das despesas totais as relativas:

- I – à segurança e defesa nacional;
- II – às despesas com pessoal dos órgãos federais no Distrito Federal;
- III – ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e ao Poder Judiciário;
- IV – ao serviço da dívida da administração direta e indireta da União, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal;
- V – às transferências constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; e
- VI – a outros itens, conforme disposto em lei complementar.

§ 2º

§ 3º O projeto de lei orçamentária incluirá relatório detalhado da aplicação dos critérios estabelecidos na lei complementar de que trata o art. 165, § 7º, da Constituição e não poderá ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional se não comprovar a observância desses critérios.

§ 4º A lei complementar de que trata o art. 165, § 7º, da Constituição poderá criar restrições à execução financeira para assegurar o cumprimento dos critérios de alocação regional das despesas públicas que estabelecer.

De acordo com os autores da proposta, a redução das diferenças interregionais de renda e de qualidade de vida não faz parte dos significativos avanços da economia brasileira nos últimos anos. As imensas e persistentes diferenças entre os estados mais ricos e os mais pobres lançam dúvidas sobre a tradução da letra da lei evocada no art. 3º, III, da Carta Magna, na efetiva ampliação dos direitos sociais a todos os cidadãos do País. Ao contrário, a extinção das superintendências regionais de desenvolvimento demonstra o retrocesso nessa área.

Estimativas feitas a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a região Nordeste teve sua renda **per capita** aumentada de 46,2% para 48,4% da média nacional entre 1991 e 2002, enquanto a da região Norte caiu de 69% para 64,7% no mesmo período.

O projeto pretende resgatar a idéia contida no art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição, mas que não foi colocada em prática durante os dez anos previstos para sua vigência. A proposta de alteração para esse dispositivo vincula sua vigência não mais a um prazo determinado, mas até que a renda **per capita** de cada uma das regiões corresponda a, no mínimo, 80% da renda **per capita** do País.

Também foi retirada da lista de exceções a que se refere o § 1º do art. 35 do ADCT os projetos prioritários do plano plurianual, e acrescida as transferências constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e a possibilidade de inclusão de outras exceções à incidência da regra conforme dispor lei complementar (item VI).

Finalmente, foram incluídos os §§ 3º e 4º ao art. 35 do ADCT a fim de conferir transparência na tramitação da proposta orçamentária e permitir que lei complementar crie restrições à execução financeira para assegurar o cumprimento dos critérios de alocação regional das despesas públicas.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, nada temos a opor, pois a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição, na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa e tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal RISF). Também não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

De outra parte, quanto ao mérito, igualmente, manifestamo-nos pela aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição. Efetivamente, o § 7º do art. 165 da Constituição, na redação atual, prevê apenas a adoção de critérios que levem em consideração a população. Entendemos que a redação proposta aperfeiçoa o texto e torna mais justa a distribuição regional do gasto público, induzindo a União a gastar mais em programas e projetos mais necessários.

A vinculação da vigência até que a renda **per capita** de cada uma das regiões corresponda a, no mínimo, 80% da renda **per capita** do País, constitui, igualmente, um avanço no mesmo sentido de tornar mais justa a distribuição regional do gasto público, objetivo que deve sempre ser perseguido. Assim, evita-se a necessidade de aprovação de nova lei para restabe-

lecer o mesmo dispositivo ao fim de um prazo determinado, como efetivamente aconteceu.

Também consideramos meritória as alterações propostas para o § 1º do art. 35 do ADCT. De acordo com a proposta, da lista de exceções a que se refere o dispositivo foram excluídas as despesas totais relativas aos projetos considerados prioritários no plano plurianual. Não faz sentido excluir do critério de distribuição de recursos exatamente as despesas com os projetos prioritários.

A essa mesma lista, foram incluídos dois outros itens:

1) as transferências constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Trata-se de transferências de receita e não gastos efetivos em projetos e programas federais na região, motivo pelo qual não há porque incluí-las entre as despesas orçamentárias para fins de aplicação do disposto no § 7º do art. 165 da Constituição (item V);

2) acrescida a possibilidade de inclusão de outras exceções à incidência da regra conforme dispor lei complementar (item VI). Com esse dispositivo, evita-se a necessidade de aprovação de nova proposta de emenda constitucional para inclusão de qualquer outra exceção que porventura se justifique, transferindo essa discussão para o projeto de lei complementar decorrente daquele dispositivo constitucional.

Quanto aos §§ 3º e 4º acrescidos ao art. 35 do ADCT, consideramos que eles, de fato, não só conferem maior transparência na tramitação da proposta orçamentária, como também asseguram o cumprimento dos critérios, ao possibilitar a criação de restrições à execução financeira e impedir que o Congresso Nacional delibere sobre o projeto de lei orçamentária se não restar comprovada o cumprimento de todos os critérios.

Não há reparos a fazer ao texto, que está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2005.

Sala da Comissão, – Senadora **Kátia Abreu**, Relatora.

PARECER Nº 1.276, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Relator: Senadora **Lúcia Vânia**

Relator **ad hoc**: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 14, de 2007, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), propondo que o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) passe a fazer parte do cotidiano escolar.

O art. 1º do PLS em comento dispõe que a Libras constituirá componente curricular na educação infantil e no ensino fundamental. O art. 2º, por sua vez, estipula um prazo de três anos para que os sistemas de ensino introduzam a Libras no currículo.

A lei que o projeto intenta criar entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

A Libras é definida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como “sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria”. A Lei a reconhece como meio legal de comunicação e expressão.

Esse reconhecimento possibilitou a exigência da Libras nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, conforme regulamenta o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Como lembra a justificativa do PLS em apreço, é importante que a sociedade possua um número maior de pessoas capazes de se comunicar por meio da Libras. Esse é um passo importante na direção da integração dos portadores de deficiência auditiva, seja na escola ou na sociedade.

Como passo inicial deste processo, o autor do projeto sugere que, nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental, seja implementado o ensino da Libras.

De acordo com o § 2º do art. 7º do Decreto nº 5.626, de 2005, a presença do professor de Libras no

ensino básico está garantida, por isso propomos a supressão do prazo prescrito no art. 2º do PLS.

Reconhecemos, por fim, o mérito da proposição e com vistas ao aprimoramento do projeto, sugerimos algumas modificações consignadas abaixo, na forma de substitutivo, o que torna mais claras as intenções do legislador, favorecendo a ação regulamentadora.

Atendidas essas pequenas considerações, pronunciamos-nos favoravelmente ao mérito do projeto, bem como à sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

III – Voto

Em vista das razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CE (SUBSTITUTIVA)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14 DE 2007

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação infantil e no ensino fundamental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....
.....

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído:

I – prioritariamente, na educação infantil e nos dois primeiros anos do ensino fundamental, a disciplina de Libras;

II – facultativamente, a partir da sexta série do ensino fundamental, o ensino de Libras, conforme as possibilidades e demandas da escola;

III – obrigatoriamente, a partir da sexta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de setembro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 014/07 NA REUNIÃO DE 09/09/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Handwritten signature</i> - SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RELATOR A.D. AOC	FLÁVIO ARNS	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
	AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO <i>Handwritten signature</i>
	FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
	PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
	IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
	INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
	RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
	JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
	PMDB	
	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
	GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
	MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
	VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
	PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
	LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
	GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
	(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA <i>Handwritten signature</i>
	HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
	VIRGINIO DE CARVALHO <i>Handwritten signature</i>	3- GILBERTO GOELLNER <i>Handwritten signature</i>
	MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
	(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
	ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
	MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA <i>Handwritten signature</i>
	MARISA SERRANO <i>Handwritten signature</i>	8- EDUARDO AZEREDO <i>Handwritten signature</i>
	PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
	FLEXA RIBEIRO <i>Handwritten signature</i>	10- LÚCIA VÂNIA
		RELATORA
	PTB	
	SÉRGIO ZAMBIASI <i>Handwritten signature</i>	(VAGO)
	PDT	
	CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 14 / 2007

Substitutivo nº

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO	X			
FÁTIMA CLEIDE					MARINA SILVA				
PAULO PAIM					ANTONIO CARLOS VALADARES				
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INACIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA					PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					CASILDO MALDANER				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA	X			
HERACLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINHO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
(VAGO)					MARCO ANTONIO COSTA				
ROSALBA CARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI FERILLO					CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

Linha 9.

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/09/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL
(Turno Suplementar)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação infantil e no ensino fundamental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....
.....

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído:

I – prioritariamente, na educação infantil e nos dois primeiros anos do ensino fundamental, a disciplina de Libras;

II – facultativamente, a partir da quinta série do ensino fundamental, o ensino da Libras, conforme as possibilidades e demandas da escola;

III – obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente. – Senador **Flávio Arns**, Relator.

Ofício nº 136/2008/S.CE

Brasília, 9 de dezembro de 2008

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno suplementar, na reunião realizada nesta data, o substitutivo de autoria de Sua Excelência, o Senhor Senador Flávio Arns, ao Projeto de Lei do Senado nº 14 de 2007, do Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Buarque que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Em exame terminativo nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 14, de 2007, de iniciativa do ilustre Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Vazado em 3 artigos, o projeto de lei propõe que o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) passe a fazer parte do cotidiano escolar.

O art. 1º inclui o § 6º ao art. 26 da LDB, determinando que a Libras constituirá componente curricular obrigatório na educação infantil e no ensino fundamental

O art. 2º do PLS estipula um prazo de três anos para que os sistemas de ensino introduzam a Libras no currículo.

A lei que o projeto intenta criar entrará em vigor na data de sua publicação, conforme assim disposto na cláusula de vigência do art. 3º.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

II – Análise

A Libras é definida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como “sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria” e reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.

Esse reconhecimento possibilitou a exigência da Libras nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, conforme o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Como lembra a justificção do PLS, é importante que a sociedade possua um número maior de pessoas capazes de se comunicar por meio da Libras. Não há dúvida alguma de que esse será um passo importante na direção da integração dos portadores de deficiência auditiva, seja na escola ou na sociedade.

Como passo inicial deste processo, o autor do projeto sugere que, nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental, seja implementado o ensino da Libras como componente obrigatório da grade curricular do ensino público.

Reconhecemos o mérito da proposição, que entendemos oportuna e necessária. No entanto, com vistas ao aprimoramento do projeto, sugerimos algumas modificações na forma de três emendas, que tão somente tornam mais claras as intenções do legislador e possi-

bilitam sua ação regulamentadora em harmonia com o ordenamento jurídico e com a estrutura social atuais.

Primeiramente, a despeito das evidentes boas intenções do PLS, a parcela de estudantes da rede pública com algum grau de deficiência auditiva é indiscutivelmente muito inferior ao contingente dos demais alunos. Tomando-se por parâmetro o Distrito Federal, havia, segundo dados divulgados em 2005 por sua Secretaria de Educação, 811 alunos deficientes auditivos matriculados na rede pública de ensino – dos quais 480 com surdez severa – e outros 528.382 sem essa deficiência.

Assim, o projeto de lei, tal como vislumbrado, obrigaria 99,91% dos estudantes da rede pública do DF a assimilar um conteúdo complexo, em razão das necessidades de 0,09% dos seus colegas, portadores de deficiência.

O panorama estatístico tende a agravar-se se levarmos em consideração a totalidade da população brasileira com deficiência auditiva em face dos mais de 188 milhões de habitantes. Tal constatação não pode ser desconsiderada pelo Poder Público no estabelecimento das futuras estratégias de inclusão dos deficientes auditivos ao sistema educacional.

A generalização impositiva do aprendizado da Libras, se implementado de forma, indubitavelmente legitimará outros grupos minoritários a reivindicar o ensino universal de suas culturas particulares, como o tupi-guarani ou a língua trumai.

Disciplinas desse gênero podem e devem ser ofertadas aos interessados, conforme assim entenderem os gestores públicos do sistema educacional, porém não entendemos necessário que sejam objeto obrigatório de estudo. Assim sendo, propomos sua inserção facultativa na rede pública de ensino.

A despeito disso, a Libras, como língua que é não encontra o mesmo respaldo normativo ao aprendizado que o Português, este sim passível de ser imposto como disciplina obrigatória a teor do art. 13 da Constituição, que o define como idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Vale, por último, lembrar que os custos financeiros da imposição da Libras ao conjunto da população estudantil brasileira pode se revelar excessivo, sobretudo em um sistema de ensino como o brasileiro, marcado por inúmeras carências e dificuldades estruturais.

No mais, com vistas ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, propomos modificação à ementa do projeto, não somente para torná-la mais elucidativa, como também para adequá-la com a modificação de mérito que ora propomos.

Salvo esses pequenos reparos, pronunciamos-nos favoravelmente ao mérito do projeto, bem como à sua constitucionalidade com as alterações propostas.

III – Voto

Em vista das razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE

A ementa do Projeto de Lei nº 14, de 2007, passa a ter a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a inclusão facultativa do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação infantil e no ensino fundamental.

EMENDA Nº – CE

O art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com o seguinte § 5º:

“Art. 26.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluída, facultativamente, a partir do ensino infantil, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, obrigatoriamente, a partir da quinta série pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (NR)”

EMENDA Nº – CE

Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, renumerando-se o seguinte.

Sala da Comissão, – **Lúcia Vânia**, Relatora.

PARECER Nº 1.277, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que revoga o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo o prazo decadencial para propositura do mandado de segurança.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 368, de 2007, de iniciativa do ilustre Senador Marco Maciel, que tem por finalidade revogar o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o mandado de segurança.

O dispositivo em tela tem o seguinte teor:

Art. 18. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e vinte dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Na justificação, o ilustre autor aponta a incompatibilidade do dispositivo com o princípio da inafastabilidade do controle constitucional, que tem sede no inciso XXXV do art. 5º da Carta Federal.

Ressalta, ainda, que o art. 18 da Lei do Mandado de Segurança conta mais de meio século, e compara os fundamentos da ação de mandado de segurança aos que asseguram o **habeas corpus**, por serem ambas as ações judiciais, revestidas de valores individuais, sociais e humanos.

II – Análise

A proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, tendo em vista competir privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Carta Federal (CF). Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o **caput** do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa de Deputados e Senadores.

A matéria responde satisfatoriamente à exigência do art. 101, incisos I e II, alínea **d**, do Regimento Interno desta Casa (RISF), que atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos e, no mérito, como é o presente caso, sobre direito civil.

Da perspectiva de juridicidade, o projeto se apresenta adequado, porquanto a normatização, pela via da edição de lei, é o meio recomendado ao objetivo pretendido; o teor da matéria tem potencial para inovar a ordem jurídica; está presente o atributo da generalidade; há coercitividade potencial; e o PLS revela-se compatível com os princípios gerais de direito.

Mandado de segurança é ação civil, de viés constitucional, sujeita a procedimento sumário especial. O **mandamus** é conceituado como garantia fundamental para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, em que figure, como responsável pela ilegalidade ou abuso de poder, autoridade pública ou agente de pessoa jurídica, no exercício de atribuições do poder público.

Esclareça-se: a ação de mandado de segurança pode ser individual ou coletiva, conforme o direito que se pretenda garantir. E direito líquido e certo é o comprovado de plano, na inicial da ação, e não depende de provas a serem produzidas. É o direito que salta aos olhos, em mero juízo de delibação. Portanto,

a exigência, presente no texto da lei, traduz requisito essencial para o reconhecimento do direito, no momento da impetração.

No mérito, é incontestável o valor da iniciativa que visa a extinguir o prazo para o ajuizamento da ação de mandado de segurança, porque a sua fluência só tem início na data de ciência do fato, pelo interessado. Ora, enquanto existir motivo para a impetração do **writ**, a lei deve garantir o acesso à Justiça e, desaparecendo a ameaça, o próprio interessado se for o caso, declinará do feito.

Essa, aliás, é a garantia que também se dá ao **writ** preventivo, no qual não se opera a decadência enquanto houver potencial lesão ao direito.

Some-se a isso que, a meu ver, tal dispositivo, cuja redação é de 1951, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, já que esta não impôs qualquer limitação temporal ao uso do Mandado de Segurança. Neste sentido, aliás, é a doutrina de Cásio Scarpinella Bueno:

“O art. 18 da Lei a 1.533/51 tem o intuito de limitar o exercício do mandado de segurança a determinado prazo. Seguindo a tradição do Código de Processo Civil de 1939 (art. 331) e, antes dele, da Lei nº 191/36 (art. 3º), dispõe que o direito da impetração extinguir-se-á se o mandado de segurança não for impetrado em 120 dias da ciência do ato impugnado.

A questão que se põe, no entanto, é que a Constituição Federal não limitou temporalmente a possibilidade de exercício do mandado de segurança. Muito pelo contrário. Embora tenha fixado uns tantos pressupostos e requisitos para sua impetração, quedou-se silente quanto a seu exercício vincular-se ou pode vincular-se a um prazo certo. Mais que isso: a Constituição, no § 1º do art.5º, deixou claro que a aplicabilidade das normas que definem direitos e garantias têm aplicação imediata, têm eficácia plena, e, portanto, independem de regulamentação infraconstitucional. É certo que a Lei nº 1.533/51 preexiste à Constituição de 1988.

No entanto, é lição comezinha de hermenêutica que a lei ou qualquer outra norma anterior à Constituição pode vir a perder seu fundamento de validade com o advento da nova ordem constitucional. Independentemente de o art. 18 da Lei nº 1.533/51 já ter esbarrado na previsão constitucional do mandado de segurança feita pelo art. 141, § 2º, da Constituição Federal de 1946, continuar desafiando sua constitucionalidade diante da previsão do art. 150, § 2º, da Constituição de 1967, insistir na questão à luz do art. 153, § 21, da Constituição de 1969, é

certo que, para o sistema de 1988, o prazo de 120 dias limita, minimiza, impõe condição que o texto constitucional não prevê ou autoriza. Daí a inconstitucionalidade patente.” (BUENO, Cássio Scarpinella. Mandado de Segurança, São Paulo: Saraiva, 2004. p.161/162)

III – Voto

Diante das considerações expendidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007. Sala da Comissão 3 de dezembro de 2008.

IV – Decisão da Comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Reunião Ordinária realizada nesta data, aprova o

Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, com adequações redacionais na ementa e com a Emenda nº 1 – CCJ, abaixo descrita:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos trezentos e sessenta e cinco dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. (NR)”

Sala da Comissão 3 de dezembro de 2008. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 368 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/12/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Marco Maciel</i>	
RELATOR: <i>Senador Valter Pereira</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLYCY	3. CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. EXPEDITO JÚNIOR <i>Expedito Júnior</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6. MARCELO CRIVELLA
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado de Oliveira</i>
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>Gilvam Borges</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>	4. ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Antonio Carlos Júnior</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitácio Cafeteira</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
PDT	
OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>	1. CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 368, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO					1 - INACIO ARRUDA	X			
MARINA SILVA					2 - FRANCISCO DORNELLES	X			
EDUARDO SUPLICY	X				3 - CÉSAR BORGES	X			
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - EXPEDITO JÚNIOR	X			
IDELI SALVATTI	X				5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SAIGADO DE OLIVEIRA		X		
ROMERO JUCÁ					3 - LEOMAR QUINTANILHA	X			
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA (Relator)	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTIO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (Parlamentar)	X				2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
KATIA ABREU					4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO					7 - JOAO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JERISSATI					9 - MARIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 16 SIM: 14 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 

SALA DAS REUNIÕES, EM 3 / 12 / 2008

Senador MARCO MACIEL
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2007\Reuniões\Votação nominal.doc (atualizado em 30/10/2008)

EMENDA Nº L-CCJ 08
 PROPOSIÇÃO: PLS Nº 368, DE 2007

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERY S LHESSARENKO					1 - INACIO ARRUDA	X			
MARINA SILVA					2 - FRANCISCO DORNELLES				
EDUARDO SUPLYC					3 - CÉSAR BORGES	X			
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - EXPEDITO JÚNIOR	X			
IDELI SALVATI	X				5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				5 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X		
ROMERO JUCA					3 - LEOMAR QUINTANILHA	X			
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA (Relator)	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					5 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO					7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 16 SIM: 14 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: Senador MARCO MACIEL PRESIDENTE 1
 Sala das Reuniões, em 3 / 12 / 2008

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 U:\CCP2007\Reunião\Votação nominal doc (atualizado em 30/10/2008)

TEXTO FINAL
**DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368,
 DE 2007, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
 JUSTIÇA E CIDADANIA QUE:**

Altera o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, aumentando o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos trezentos e sessenta e cinco dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2008. –

Marco Maciel, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

OFÍCIO Nº 170/08 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 3 de dezembro de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação com a Emenda nº 1–CCJ do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, que “revoga o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança”, de autoria do Senador Marco Maciel.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.278, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2008 (nº 1.245/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho.

Relator: Senador **Raimundo Colombo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 44, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, tem como finalidade instituir o dia nacional do pescador, a ser comemorado, anualmente, em 29 de junho.

Segundo o PLC, a vigência da lei proposta terá início na data de sua publicação. Para justificar a apresentação do projeto de lei, o autor destaca que a extensa área litorânea e a grande quantidade de recursos pesqueiros existentes no Brasil atraem milhares de

peças para a atividade da pesca, gerando emprego, renda e alimento para o povo brasileiro.

O dia 29 de junho foi escolhido por ser uma data já conhecida como o dia do pescador e porque, nela, se enaltece São Pedro, padroeiro dos pescadores.

Por fim, o autor aponta as dificuldades da atividade e suas conseqüências danosas para o pescador.

II – Análise

A finalidade de propostas dessa natureza é centralizar a atenção da sociedade para o objeto da comemoração, seja ele uma pessoa, uma entidade ou uma manifestação cultural.

O pescador, principalmente o artesanal, conforme ressaltou o autor do PLC, é um trabalhador diferente dos demais, devido às intempéries a que se expõe, cada vez que parte para o mar ou se dirige rio ou lago adentro. Além disso, torna-se especial porque está, na maioria dos casos, desamparado. Em sua solidão, resta-lhe desenvolver laços com a natureza que, ao longo dos anos, sedimenta o que se classifica como o “saber

popular”, o qual lhe permite conhecer, por exemplo, as condições da maré e a localização dos peixes.

Entendemos que o propósito da iniciativa é justo, na medida em que pode, por meio das festividades e dos eventos desenvolvidos no dia reservado à celebração, motivar e mobilizar a população para preservar e, até mesmo, para criar sentimentos de valorização e de respeito não apenas pelo pescador, mas pela vida nos lagos, rios e mares.

Ademais, poderá chamar a atenção das autoridades para a necessidade de estabelecer políticas de fomento e de proteção a essa atividade que é tão comum no País e que está ameaçada pela ação predatória da população e de grandes indústrias pesqueiras.

III – Voto

Pelo exposto, e atendidos os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2008.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 044/08 NA REUNIÃO DE 09/12/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i> (Presidente Ex-ante: Sen. Romero Jucá)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	6- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
RELATOR	6- ROMEU TUMA
ROSALBA CIARLINI	7- CÍCERO LUCENA
MARCONI PERILLO	8- EDUARDO AZEREDO
MARISA SERRANO	9- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	10- LÚCIA VÂNIA
FLEXA RIBEIRO	
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

PARECER Nº 1.279, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2008 (nº 1.300/2003, na Casa de origem), que “institui o Dia Nacional do Desafio”.

Relator: Senador **João Vicente Claudino**

Relator **ad hoc**: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 73, de 2008, de autoria do Deputado Lobbe Neto, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para análise técnica quanto ao mérito da iniciativa, conforme dispõe o inciso II do art. 102 do Regimento Interno.

A matéria veiculada trata, em dois artigos, de instituir o Dia Nacional do Desafio, a ser comemorado na última quarta-feira do mês de maio.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

A proposição tramitou nas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, onde foi aprovada por unanimidade, tal qual apresentada em sua versão original.

A iniciativa em si não conceitua o que seja o desafio que propõe comemorar. Somente na justificativa apresentada pelo autor, percebe-se tratar-se da realização de um conjunto de atividades destinadas ao “aprimoramento e desenvolvimento de saúde mental e desportiva dos trabalhadores”.

A partir de tais atividades, o desafio objetiva a realização de ações, tendo em vista:

a) a acessibilidade irrestrita de todos os envolvidos, sem restrição de idade, condição social, habilidade pessoal;

b) o envolvimento comunitário e a criatividade;

c) a diversão por meio da atividade física não-competitiva;

d) a diversidade de opções de práticas esportivas ou de exercícios físicos;

e) a segurança, mediante a adequação dos participantes a seu grupo e a suas peculiaridades;

f) os benefícios para a comunidade, pela formação de indivíduos saudáveis;

g) os benefícios para a saúde dos participantes.

Trata-se de prática realizada já há anos, coordenada e difundida por entidades canadenses e alemãs.

No Brasil, sua realização data de 1995, sob a coordenação continental da Administração Regional do Serviço Social do Comércio, no Estado de São Paulo, segundo informa o autor.

A idéia básica é a de que todos devem praticar pelo menos quinze minutos diários de quaisquer atividades físicas ou esportivas, por meio de competições simbólicas entre várias cidades do mundo.

Para melhor compreensão do alcance da iniciativa, é necessário explicitar, no corpo do projeto, o escopo e as ações destinadas à referida instituição; para que não haja margem à dubiedade de interpretação de seu significado.

Para tanto, ao lado de não se vislumbrar qualquer percalço de natureza constitucional, jurídica ou regimental, propõe-se esclarecer o inegável mérito da iniciativa, por meio de emenda a seguir apresentada.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2008, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CE

Inclua-se o seguinte parágrafo único no art. 1º do PLC nº 73, de 2008:

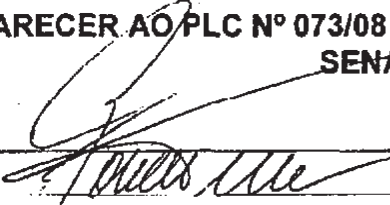
Art. 1º

Parágrafo único. As comemorações de que trata o **caput** se compõem de atividades físicas e esportivas orientadas, a serem realizadas por, no mínimo, quinze minutos, em empresas privadas, em órgãos da administração pública, direta e indireta, em estabelecimentos escolares, nos lares, nos espaços públicos e em quaisquer outros lugares que permitam o convívio saudável entre as pessoas.









Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

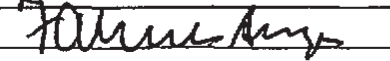
ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 073/08 NA REUNIÃO DE 09/12/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: 









Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS 	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO 	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE 	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM 	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI 	5- FRANCISCO DORNELLES 
INÁCIO ARRUDA 	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE 	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO RELATOR

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA 	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO 	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO 	7- CÍCERO LUCENA 
MARISA SERRANO 	8- EDUARDO AZEREDO 
PAPALÉO PAES 	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO 	10- LÚCIA VÂNIA 

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI 	(VAGO)
---	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 136/2008/S.CE

Brasília, 9 de dezembro de 2008

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno suplementar, na reunião realizada nesta data, o Substitutivo de autoria de Sua Excelência, o Senhor Senador Flávio Arns, ao Projeto de Lei do Senado nº 14 de 2007, do Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Buarque que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

OFÍCIO Nº 170/08-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 3 de dezembro de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação com a Emenda nº 1–CCJ do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, que “revoga o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança”, de autoria do Senador Marco Maciel.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.273-A, de 2008**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que conclui, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2003, tendo como 1º signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão do-*

miciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial.

A Presidência, nos termos do art. 101, §1º, do Regimento Interno, determina que a matéria seja definitivamente arquivada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência aos Ofícios nºs 136/08-CE, e 170/08-CCJ, lidos anteriormente, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 368, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 1.278 e 1.279, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2008** (nº 1.245/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho; e*
- **Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2008** (nº 1.300/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Desafio.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, entre as motivações dos líderes populistas, duas merecem destaque: a ambição pelo poder sem limites e a convicção de que são infalíveis. Para conseguir o primeiro, e também para reforçar a certeza de que jamais cometem erros, não hesitam em fazer uso de um repertório da mais barata demagogia.

Sua ilusão mais persistente é a de que o povo pode ser manobrado com facilidade, levado a acreditar em mentiras e, acima de tudo, pode desenvolver uma devoção cega e fanática pelo caudilho, comandante, guia, mentor – seja lá o nome que tenha o detentor da autoridade.

Muitas vezes esses “salvadores da pátria” têm um fim digno da sua falta de escrúpulos – são postos para correr quando se esgota o seu arsenal de fraudes, ou encontram uma morte trágica, vítimas da fúria da

mesma população que foi ludibriada e padeceu sob seus incontáveis desmandos.

A história do mundo está cheia de exemplos de expoentes do populismo que abusaram da credulidade de seus governados, até que um dia descobriram seus limites, quando já era tarde demais para conservarem em suas mãos o poder a que tanto se apegavam.

Karl Marx escreveu que a história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa. O populismo de faceta esquerdista vem experimentando um ressurgimento acelerado nos últimos anos, especialmente na América Latina, e a face mais visível da volta à vida dessa prática lamentável é o coronel Hugo Chávez, o mais recente “herói dos fracos e dos oprimidos”, criador de uma doutrina obscura, que nem ele mesmo sabe definir com clareza, o chamado “bolivarianismo”, e de outra incógnita em matéria de inovações políticas, o “socialismo do século 21”.

Ninguém pode negar ao presidente da Venezuela uma virtude, a da sinceridade. Ele não esconde de ninguém seus dois propósitos principais. O primeiro é o de tornar-se, a exemplo de seu colega cubano, Fidel Castro, agora aparentemente aposentado, o governante perpétuo da Venezuela. Derrotado num referendo nacional em 2007, ele volta à carga, com uma nova proposta de emenda constitucional que permitirá sua permanência indefinida no poder. O pretexto é de que a oposição prepara um golpe para acabar com a sua “revolução socialista”. O segundo objetivo é ser o grande líder das Américas, uma versão atualizada de Simón Bolívar. Para concretizá-lo, ignora conceitos como a existência de fronteiras e soberania nacional.

Chávez seria até um personagem pitoresco, se não fosse também perigoso. Na ânsia de concretizar seus projetos, despreza qualquer escrúpulo. Tenta dar uma aparência democrática ao regime que instituiu no país, mas é visível que o esforço lhe custa muito, demais até. Percebe-se que a existência de opositores, de quem ouse discordar de sua suposta infalibilidade, é para ele um insulto intolerável. A democracia de fachada que impôs à Venezuela torna-se a cada dia mais frágil.

Por que esta longa consideração sobre Hugo Chávez, quando a questão em pauta hoje é o risco que o Brasil corre, de um calote coletivo de vários países latino-americanos – a começar pelo Equador – que receberam créditos, com aval do nosso Tesouro, para financiamento de importações de bens e serviços?

Porque, embora o personagem do momento seja outro integrante da ala populista – o presidente equatoriano, Rafael Correa, cujo país acumula débitos com o Brasil no valor de 554 milhões de dólares –, o fato é que ele não passa de um discípulo aplicado do vizinho Hugo Chávez,

cujos passos segue com o fervor de um aluno iniciante diante do mestre que já acumula anos de experiência.

Segundo maior beneficiário, na América Latina, de empréstimos do BNDES, o Equador recebeu do banco estatal do Brasil, entre janeiro de 1997 e agosto de 2008, 693 milhões de dólares em financiamentos que bancaram a exportação de bens e serviços daqui para o país vizinho. Segundo a Fundação Centro do Estudos do Comércio Exterior, o Brasil é o maior investidor direto do país, com empresas das áreas de construção, logística aérea, consultoria e bebidas, entre outras, instaladas por lá.

Pois o presidente Rafael Correa decidiu agredir frontalmente a lógica econômica e conspirar contra os interesses de seu próprio país, ao escolher um parceiro estratégico como bode expiatório para fortalecer sua posição política interna. Investiu contra o Brasil, contra empresas brasileiras, contra o banco estatal brasileiro, como se fossem representante do imperialismo, presentes no Equador apenas para dilapidar seus recursos, apropriar-se dos cofres do Tesouro, enganar as autoridades – enfim, como se nosso país fosse a encarnação do mal, um império que só explora os vizinhos.

Em sua edição de domingo, o jornal O Globo revelou que o calote na dívida equatoriana para com o Brasil vem sendo preparado há mais de um ano, desde 2007, quando Correa criou uma “Comissão de Auditoria Integral sobre o Crédito Público”, encarregada de fazer uma auditoria na dívida externa do país, revisando todos os contratos de endividamento público assinados de 1976 até janeiro de 2007. Esses contratos foram qualificados pelo presidente de “uma permanente ameaça à soberania nacional”.

O inacreditável é que o Brasil – o maior credor, dono de 40,3 por cento das dívidas bilaterais – concordou em colaborar com a auditoria, emprestando uma auditoria-fiscal da Receita Federal brasileira, que permaneceu em Quito de abril a setembro de 2008, como integrante da comissão. No final dos trabalhos, ela assinou o relatório, que diz, num trecho: “Existe co-responsabilidade das entidades financeiras brasileiras BNDES e Banco do Brasil, por serem parte dessa cadeia de operações, numa situação em que o país atravessava condições de crise financeira e de debilidade política”.

Ou seja, pedir empréstimos ao Brasil passou a ser o melhor dos negócios do mundo. Recebe-se o dinheiro, gasta-se e, depois, é só denunciar o parceiro e negar-se a pagar, pois ele não percebeu que estava emprestando dinheiro a um país que vivia em crise e estava “politicamente débil”.

O pior é que, além do Equador, os governos da Venezuela, Bolívia e Paraguai também resolveram fazer auditorias e “impugnar créditos que tenham lesionado

a economia” de seus países. Provavelmente vão pedir ao Brasil que colabore, emprestando auditores que assinem pareceres nos quais recomendarão o calote da dívida, em nome da “debilidade política”, ou de outra alegação despropositada... Um calote que promete somar 5 bilhões de dólares.

Não é segredo para ninguém que o coronel Hugo Chávez trabalha há muito tempo como incentivador de ações dos países do continente latino-americano que resultem em prejuízos ao Brasil. Tanto é que a “Alternativa Bolivariana para as Américas”, entidade que ele controla, não hesitou em emitir rapidamente uma nota de apoio ao calote de Correa.

É o mesmo Hugo Chávez que, sem muita discriminação, estimulou o presidente boliviano, Evo Morales, a mandar tropas do exército para tomar refinarias da Petrobras, e que parece estar incentivando o presidente paraguaio, Fernando Lugo, a persistir na estratégia de forçar o Brasil a revisar o tratado de Itaipu.

O Brasil já vem adotando uma nova atitude diante desses acessos de populismo descontrolado e demonstrações de falta de seriedade. Não repetimos os equívocos cometidos quando a Bolívia desprezou o caminho diplomático e apelou para demonstrações de força e chantagem. No caso do Equador, convocamos o embaixador em Quito e anunciamos o fim de parcerias. Já deixamos claro ao Paraguai que o tratado de Itaipu só será revisado na data estabelecida para isso.

Mas precisamos persistir em atitudes que demonstrem nosso propósito de ver cumprida a lei, revivendo com energia sempre que um demagogo fizer uso do Brasil para ganhar prestígio junto a seus governados. Nossa posição de maior economia latino-americana não nos obriga a engolir calotes, nem a agüentar em silêncio enquanto aproveitadores tramam às nossas costas. Ganha-se respeito quando se exige respeito.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, temos o hábito de fazer piada com estrangeiros, especialmente os norte-americanos, por acreditarem que a capital do Brasil é Buenos Aires. Pois bem, acho que perdemos qualquer direito de rir à custa dos habitantes dos Estados Unidos, depois da divulgação dos resultados de uma pesquisa do Instituto Ipsos, que mostra o nível impressionante de analfabetismo geográfico da população brasileira.

De acordo com a pesquisa, que ouviu mil pessoas, em 70 municípios das 9 regiões metropolitanas do País, 50 por cento dos entrevistados, com um mapa do mundo aberto à sua frente, não souberam localizar o Brasil. O levantamento revela que metade dos brasileiros não tem a menor idéia de onde fica seu próprio país. Um percentual superior a 2 por cento chegou a dizer que o Brasil fica na África, e outros 2 por cento

apontaram a Argentina. Do total de entrevistados, 29 por cento nem chegaram a arriscar uma resposta.

Os pesquisadores não estavam entrevistando analfabetos. Quase 10 por cento dos que freqüentaram ou freqüentam cursos universitários não tinham idéia de que o Brasil fica na América do Sul. Entre os que completaram o ensino médio, o percentual salta para 30 por cento, e chega a 50 por cento entre os que iniciaram o ensino fundamental.

Quanto à localização dos Estados, a situação não é melhor: só 9 por cento souberam mostrar onde fica o Ceará, 14 por cento apontaram corretamente o Pará no mapa, 23 por cento indicaram São Paulo com acerto e 24 por cento sabem onde fica a capital do País.

Se não conseguem localizar seu próprio país, é claro que os brasileiros devem ter dificuldade muito maior para identificar outros países. 84 por cento foram incapazes de localizar a Argentina, 82 por cento não sabiam onde ficavam os Estados Unidos, 97 por cento não tinham idéia da localização da França, 92 por cento ignoravam onde fica o Japão.

A pesquisa foi divulgada há pouco, no início deste mês, e constitui uma prova de que algo está muito errado no ensino de Geografia no Brasil. Vão longe os tempos em que cada sala de aula dispunha de mapas do nosso País, de um mapa-múndi e de um globo terrestre. Hoje em dia, a Geografia voltou-se para um enfoque político-ideológico, e adota livros em que a preocupação é ensinar aos estudantes que os países desenvolvidos são os responsáveis exclusivos pelos males de que padece o mundo em desenvolvimento, que o socialismo é o regime ideal, que o “neoliberalismo” é uma peste a ser exterminada, que devemos todos resistir à globalização, uma conspiração do imperialismo norte-americano para manter o chamado “terceiro mundo” em estado de eterna pobreza...

Em resumo, ensina-se tudo, menos informações essenciais. Junte-se o viés ideológico dos livros didáticos ao despreparo dos professores e à carência de material escolar adequado, e está pronta a receita do desastre. O resultado é que, em pleno século 21, metade da nossa população não reconhece o país em que vive, nem o mundo que a cerca. Esse analfabetismo geográfico esconde algo ainda pior, pois é impossível ensinar História, por exemplo, a quem pensa estar vivendo na África...

A propósito dos norte-americanos, que dão motivo às nossas piadas, eles demonstram um conhecimento bem maior que o dos brasileiros. Em pesquisa semelhante realizada nos Estados Unidos, 86 por cento indicaram com precisão a localização do seu país, 81 por cento souberam dizer onde fica o México, 54 por cento localizaram a França e 47 por cento indicaram a posição correta da Argentina no mapa.

Parece que atribuir uma grande ignorância geográfica aos norte-americanos não faz mais sentido. Quanto a nós, convém tomarmos medidas urgentes para corrigir as deficiências no ensino de Geografia, antes que nos tornemos personagens de piadas no resto do mundo... – Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão, coordenada pela nossa Secretária-Geral da Mesa Cláudia Lyra e pelos Secretários José Roberto e João Pedro, iniciada às 14 horas de segunda-feira, 15 de dezembro de 2008, no Senado da República do Brasil, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa extraordinária, amanhã, às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 30, DE 2008

(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 443, DE 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que *autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008).*

Relator revisor: Senador Valter Pereira
(Sobrestando a pauta a partir de: 6-12-08)
Prazo final: 20.12.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 444, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 444, de 2008, que *autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.*

Relator revisor: Senador Eduardo Suplicy
(Sobrestando a pauta a partir de: 15-12-08)

Prazo final: 07.02.2009

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

4

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 31, DE 2008**

*(Proveniente Da Medida Provisória Nº 445, De 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos
termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 22-12-08)

Prazo final: 15.02.2009

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 56, DE 2001**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que *altera o inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.*

Parecer favorável, sob nº 784, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador José Eduardo Dutra.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem, do Deputado José Roberto Batochio), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe*

sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de*

maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.*

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virgínio de Carvalho.

34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor*

em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de*

formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

46

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da*

Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

47

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

48

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

49

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

50

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

51

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 58 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) (8)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) (6)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (15)	2. Heráclito Fortes (DEM) (14)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (10)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) (16)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB (4)	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi (9)

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. Serys Shhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PDT PSDB PMDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. VAGO (15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virgínio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Kátia Abreu (DEM) (14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) (7)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) (9)
Cícero Lucena (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (4)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello (6)	1.
PDT	
Jefferson Praia (8)	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) (1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) (8,10,11)
Gilvam Borges (PMDB) (5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) (10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (11,14)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
Gerson Camata (PMDB) (3,12)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (8)
Kátia Abreu (DEM) (9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (6)	
VAGO (10)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

12. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,8)	3. Gim Argello (PTB) (6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (4)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (9)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomct@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Marco Maciel (PE) ⁽²⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

João Ribeiro (TO) ⁽³⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Renato Casagrande (ES) ⁽⁴⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

PSOL

Atualização: 27/11/2008

Notas:

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.
2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.
3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PR, conforme Of. nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, lido na Sessão dessa mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PSB em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of. GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALVARO DIAS		CRISTOVAM BUARQUE	
Considerações sobre a necessidade de reforma do Poder Legislativo. Aparte ao Senador Mão Santa.	89	Críticas ao modelo republicano brasileiro por ser pouco popular, ter pouca visão estratégica e manter o Senado Federal muito dependente. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	7
Congratulações aos Municípios de Cascavel e Toledo, no Estado do Paraná, pelo transcurso do aniversário de ambos.	94	Considerações sobre a crise financeira da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e as necessárias medidas emergenciais e, principalmente, de longo prazo para a questão. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	10
Considerações sobre a necessidade de o Governo ter prudência, agilidade nas decisões e propor medidas eficazes para enfrentar a crise econômica.	94	Elogios ao número de discursos proferidos pelo Senador Mão Santa. Aparte ao Senador Mão Santa.	20
Encaminhamento à Mesa de Requerimento de inserção em ata de Voto de Aplauso ao advogado e professor René Ariel Dotti pela passagem dos seus 50 anos de atividade profissional e contribuição à cultura jurídica.	94	Votos de que o Governo do Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, se sintonize com os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	22
Apoio à homenagem do Senador Flávio Arns ao Jornal <i>Gazeta do Povo</i> e ao jornalista e empresário Francisco Cunha Pereira Filho. Aparte ao Senador Flávio Arns.....	100	Crítica à falta de um hospital que pudesse ter atendido o torcedor, Nilton César de Jesus, morto em estádio de futebol em Brasília.	27
Requerimento nº 1.646, de 2008, que requer a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao advogado e professor René Ariel Dotti, de Curitiba, pela passagem dos seus 50 anos de atividade profissional e contribuição à cultura jurídica do Paraná e do Brasil, pelo que foi homenageado pela Associação dos Magistrados do Paraná, com uma placa de bronze afixada na entrada do Tribunal do Júri da Capital..	161	Críticas às práticas econômicas brasileiras que privilegiam soluções imediatas, como os pacotes para o consumo das classes média e alta, em detrimento das soluções de longo prazo, como o investimento em educação de qualidade.....	27
CÍCERO LUCENA		Críticas à prática do Governo de priorizar investimentos e soluções de curto prazo em detrimento de outros a questões como educação e reajuste no benefício dos aposentados.....	105
Registro das matérias intituladas “Velhos novos hábitos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 4 de setembro de 2008, “Generosidade sem limites”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de setembro de 2008 e “Reformar a ABIN e a PF”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de setembro de 2008.....	50	DEMÓSTENES TORRES	
		Parecer nº 1.274-A, de 2008, (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), à Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal, e acrescenta art. 214-A a seu texto, para	

	Pág.		Pág.
dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.....	166	GILBERTO GOELLNER	
FLÁVIO ARNS		Apelo à fala do Senador Papaléo Paes sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 107, de 2004, 319 e 320, de 2005.....	104
Congratulações ao Senador Alvaro Dias pela sua atuação em prol da Educação Especial no Estado do Paraná.....	99	JARBAS VASCONCELOS	
Homenagem ao Jornal <i>Gazeta do Povo</i> pelo seu 90º aniversário e reconhecimento da importância da comunicação social.....	99	Parecer nº 1.273-A, de 2008, (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2003, tendo como 1º Signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial.....	162
FLEXA RIBEIRO		JOÃO PEDRO	
Registro das matérias intituladas “O Diretor da Abin mentiu ao Congresso”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 22 de outubro de 2008, “Complacência com Rainha”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de outubro de 2008 e “Muito cuidado com essa MP”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 23 de outubro de 2008.....	36	Considerações sobre os 40 anos da edição do Ato Institucional nº 5 e os males trazidos por ele ao País, citando a matéria intitulada “Foi ontem, há 40 anos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 14 de dezembro de 2008.....	79
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		JOÃO VICENTE CLAUDINO	
Apelo para que o Presidente Lula exija a votação, na Câmara dos Deputados, dos Projetos de Lei que tratam do fator previdenciário, da recomposição do valor das aposentadorias dos inativos e da igualdade entre os índices de reajuste dos valores do salário mínimo e das aposentadorias.....	1	Parecer nº 1.279, de 2008, (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2008 (nº 1.300/2003, na Casa de origem), que “institui o Dia Nacional do Desafio”. ...	195
Crítica à não liberação das emendas parlamentares ao Orçamento da União pelo Poder Executivo.....	1	LÚCIA VÂNIA	
Denúncia da transferência de recursos públicos para países da América Latina, Caribe, Cuba etc., para promoção de obras de grande vulto, sem licitação e executadas por empreiteiras que financiaram campanhas do Partido dos Trabalhadores-PT.....	1	Parecer nº 1.275-A, de 2008, (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 71 de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Tasso Jereissati, que altera o § 7º do art. 165 da Constituição Federal e o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer os critérios a serem adotados na regionalização dos gastos da União.	178
Apelo à indicação do Senador Cristovam Buarque a posto na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).	1	Parecer nº 1.276, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.	184
GERSON CAMATA		MÃO SANTA	
Crítica às tentativas de descriminalização do consumo de drogas.....	35	Reconhecimento da importância da migração gaúcha pelo Brasil.....	15
Crítica à posição de alguns países da América Latina por questionarem suas dívidas com o Brasil.....	197		
Considerações sobre deficiências no ensino de Geografia no País.....	197		

	Pág.		Pág.
Denúncia de corrupção eleitoral em governos do Partido dos Trabalhadores – PT.....	15	PAPALÉO PAES	
Críticas à intervenção dos outros Poderes da República nas atribuições do Senado Federal.	15	Apelo pela aprovação e sanção dos Projetos de Lei do Senado nºs 107, de 2004, 319 e 320, de 2005, que poderão contribuir para a garantia da conservação da biodiversidade sem prejudicar o desenvolvimento econômico dos Municípios que possuem parte de suas áreas dentro de parques nacionais. .	102
Balanço do número de discursos proferidos por Sua Excelência.....	15		
Elogios ao Senador Paulo Paim por suas atividades em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	66	PAULO PAIM	
Crítica aos Poderes Judiciário e Executivo pela imposição da resolução do Supremo Tribunal Federal que reduziu o número de Vereadores nas Câmaras Municipais. Aparte ao Senador Neuto de Conto.	69	Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que apela para que o Presidente Lula exija a votação, na Câmara dos Deputados, dos Projetos de Lei que tratam do fator previdenciário, da recomposição do valor das aposentadorias dos inativos e da igualdade entre os índices de reajuste dos valores do salário mínimo e das aposentadorias. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	2
Críticas à intervenção dos outros Poderes da República nas atribuições do Senado Federal.	86	Sugestões ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para que consiga a liberação de suas emendas parlamentares ao Orçamento da União. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	5
Valorização do bom trabalho realizado pelos Prefeitos nos Municípios brasileiros.	86	Defesa do Partido dos Trabalhadores- PT contra denúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior sobre favorecimento a empreiteiras. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	6
Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008 (Complementar), que vincula recursos para a Seguridade Social.....	160	Defesa da indicação do Senador Cristovam Buarque a posto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	6
MARINA SILVA		Crítica ao instituto da medida provisória. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	9
Considerações sobre os avanços e retrocessos nas ações para a diminuição do desmatamento.	90	Apelo por medidas urgentes de ajuda à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), que passa por crise financeira.	9
MÁRIO COUTO		Registro das resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude.	9
Registro das matérias intituladas “TCU defende suspensão de 13 obras do PAC”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 4 de outubro de 2008, “Fernando Henrique: Lula engana país sobre crise”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 24 de outubro de 2008 e “País de Delúbio são acusados de sonegação”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 24 de outubro de 2008.....	42	Registro do ato de assentamento de 590 famílias nos Municípios de São Gabriel e Santa Margarida do Sul (RS), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (Incra/RS), e considerações sobre os consequentes benefícios levados a estes municípios.....	9
MARISA SERRANO		Apelo por melhores condições de vida às mulheres encarceradas.	9
Requerimento nº 1.647, de 2008, que requer licença para ausência de Sua Excelência dos trabalhos da Casa para participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, nos dias 18 e 19 de dezembro de 2008, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.	162	Considerações sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	62
NEUTO DE CONTO		Avaliação das atividades parlamentares de 2008, como realização de audiências, comissões, apresentação de Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição e Requerimentos.	62
Defesa da aprovação da Emenda Constitucional nº 20, que tenta impor uma melhor distribuição do número de Vereadores nas Câmaras Municipais..	68		

IV

	Pág.		Pág.
Encaminhamento à Mesa de registro nos Anais do Senado Federal da matéria intitulada “As cotas para negros: por que mudei de opinião”, publicada no site <i>www.williamdouglas.com.br</i> , em 18 de março de 2009.....	83	propõe um piso salarial unificado para as Polícias e Bombeiros de todo o País.....	53
Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Acidente.	158	Considerações sobre a importância dos Fundos de Combate e Erradicação da Pobreza, idealizados pelo falecido Senador Antônio Carlos Magalhães, e a necessidade de reestruturá-los e mantê-los.....	82
PEDRO SIMON			
Considerações sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a atualidade de seus preceitos e a responsabilidade dos países por seu cumprimento.....	21	SÉRGIO GUERRA	
Elogios ao Senador Cristovam Buarque pela sua insistente militância a favor da educação. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	32	Registro das matérias intituladas “Licitação da Receita pára na polícia”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 12 de novembro de 2008, “Justiça de qualidade”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 8 de setembro de 2008 e “Alta velocidade”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 11 de setembro de 2008.....	
Apelo ao Presidente Lula para que chame o Senado Federal à conversa sobre os problemas da sociedade. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	33	46	
Relato do processo migratório dos rio-grandenses-do-sul para a Amazônia e enumeração das contribuições desse povo ao desenvolvimento da região..	70	SERYS SLHESSARENKO	
RAIMUNDO COLOMBO			
Parecer nº 1.278, de 2008, (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2008 (nº 1.245/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho.....	193	Parecer nº 82, de 2008-CN (da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização), sobre o Projeto de Lei nº 53/2008-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo PETROBRAS, crédito suplementar no total de R\$ 7.623.071.959,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 7.647.597.428,00, para os fins que especifica”.....	
RENAN CALHEIROS			
Apelo pela discussão da Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Sua Excelência que		Parecer nº 1.277, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que revoga o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo o prazo decadencial para propositura do mandado de segurança.....	
			188